

VALDIR APARECIDO DE SOUZA

RONDÔNIA, UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

ASSIS
2011

VALDIR APARECIDO DE SOUZA

RONDÔNIA, UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. Antonio Celso Ferreira

ASSIS
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

981(811.1) Souza, Valdir Aparecido de
S719r

Rondônia, uma memória em disputa. – Assis, 2011.

192 p.

Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista,
2011

Orientação Prof. Dr. Antônio Celso Ferreira

1. Memória 2. Discurso 3. Narrativa 4. Rondônia I. Título II.
Ferreira, Antônio Celso

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Joelma Gil CRB11/575

VALDIR APARECIDO DE SOUZA

RONDÔNIA, UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho para a obtenção do título de Doutor em História e Sociedade.

ORIENTADOR: DR. ANTONIO CELSO FERREIRA-UNESP

DR.^a CÉLIA REGINA DA SILVEIRA – UEL

DR. EDINALDO BEZERRA DE FREITAS - UNIR

DR. MARCELO LAPUENTE MAHL - UFU

DR.^a ZÉLIA LOPES DA SILVA – UNESP

APROVADO EM 26 DE AGOSTO DE 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos companheiros de jornada, à Sônia que me impulsionou a ir em frente e aos dois tripulantes Otávio e Paula que vieram se juntar a nós nesta viagem mostrando novos rumos.

Dedico também a Manoel Ângelo de Souza e Therezinha de Lima Souza, os dois navegantes que me possibilitaram esta experiência e intercederam junto aos céus em tempos de tempestade.

Agradecimentos

O meu agradecimento aos membros da banca de qualificação ao apontarem os limites da proposta apresentada. Em especial à generosa e perspicaz contribuição da Professora Zélia Lopes da Silva, pois revelou possibilidades que sequer haviam sido cogitadas até aquele momento. Agradeço por acreditar nesta pesquisa num momento tão difícil do trajeto.

Agradeço ao pessoal da Seção de Pós-Graduação em História representado aqui pela Zélia de Souza Barros, pela gentileza e generosidade com que sempre me ajudou a resolver os problemas que surgiram pelo caminho.

Agradeço o convívio durante o período em Assis com os alunos do Programa de Pós em Letras e os de Pós em História, à todos na figura do ex-colega Rodrigo Cracco. Aproveito para agradecer os amigos do Barracão Cultural, na figura do Contra-Mestre Angoleiro Alexandre Zacarias.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho e que porventura estejam mencionados de forma sutil. Como o caso de todos os amigos que sempre me incentivaram e abonaram minhas ausências. Sintam-se representados pelo fraterno Claudenilson Alves.

Agradeço ao meu ex-orientando Helio Costa Dantas, bolsista do PIBIC/CNPq, pelo convívio e pelas discussões em torno das primeiras investigações. A sua contribuição foi fundamental para a retomada de antigos projetos.

Agradeço à ex-aluna Nilza Menezes, Diretora do CEDOC do Tribunal de Justiça de Rondônia, pela gentileza e dedicação com que desenvolve sua missão facilitando de veras o meu trabalho. Agradeço também ao ex-aluno Miguel pela sua presteza.

Agradeço às Auxiliares da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles de Porto Velho pela paciência, compreensão e apoio.

Agradeço os meus depoentes pela solicitude e prazerosos momentos a mim concedidos. À Helena Araujo, do Serviço Social do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao Professor Antonio Cândido, Notável da Academia de Letras de Rondônia, Promotor Cultural Gean Trindade, Presidente da Associação de Tradições Culturais Maranhenses, ao companheiro Renato Bolf, ex-Proprietário da Grafiel – Gráfica e

Editora Ltda e ao Professor de Teoria Literária do Campus de Porto Velho Rubens Vaz Cavalcante, pela solicitude com que me concedeu as informações.

Agradeço aos técnicos do Centro de Documentação de Rondônia pela prontidão e presteza com que sempre me atenderam na figura de Maria Nazaré Silva, Executora de Projetos Culturais da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer.

Agradeço aos professores do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia na figura do Professor Dante Fonseca que nos momentos cruciais se desdobrou para me ajudar. Agradeço em especial o Professor Alexandre Pacheco pelo apoio necessário no início desta trajetória.

Agradeço à Vanda minha revisora e seu companheiro César pela força na medida certa nos momentos difíceis. Agradeço ao revisor final o Professor Luiz Fiori do Departamento de Letras da UNIR pela correção primorosa e amizade sincera.

Agradeço por fim ao meu orientador Professor Antonio Celso Ferreira pelo carinho, paciência e tolerância para com os meus limites, que nem sempre foram fáceis de sanar. Estou agradecido pela amizade e pelo exemplo de pessoa e profissional que o tornam único em minha história de vida.

“Com efeito, a memória parece sem dúvida esclarecer-se por meio de escolhas, afirmar-se por seus travejamentos e não por sua matéria. Ela pratica o salto temporal da ação adiada”

Gaston Bachelard (A dialética da duração, 1994)

"O passado, mais ou menos fantástico, ou mais ou menos organizado posteriormente, age sobre o futuro com um poder comparável ao do próprio presente."

Paul Valéry

SOUZA, V. RONDÔNIA, UMA MEMÓRIA EM DISPUTA. 2011. 197 f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

RESUMO:

Esta pesquisa analisa a construção da memória por meio das representações contidas nos textos da narrativa histórica e da literatura poética do Estado de Rondônia. Para tal empreitada foram selecionadas as obras mais expressivas dos autores situados entre o período de vigência do antigo Território Federal do Guaporé (1943-56), depois Território Federal de Rondônia (1956-81) até a consolidação do atual Estado de Rondônia. A análise está focada no discurso destes autores e revela suas filiações e os seus pareceres. Tal memória fica aqui compreendida enquanto uma construção produzida por uma elite letrada, constituindo assim aspectos de representação enquanto projetos, de diferentes matizes, e que disputam entre si a hegemonia do discurso. Nesse sentido, as imagens das populações tradicionais aparecem delineadas a partir de conceitos estereotipados e marcados por um viés ideológico: a noção de vazio demográfico, as populações indígenas igualadas à natureza e o bandeirante como herói civilizador. Assim, as reflexões apresentadas neste trabalho, tiveram como base a eleição de um conjunto de narrativas em prosa e poesia, como também as imagens representativas dos símbolos de poder. Finalmente esta trajetória procura atravessar o interior dos enunciados, dialogando internamente com suas contradições e apontando para suas continuidades e recorrências.

Palavras-chave: memória – discurso – narrativa – Rondônia

SOUZA, V. RONDÔNIA, UMA MEMÓRIA EM DISPUTA. 2011. 197 f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ABSTRACT:

This research analyses the construction of the State of Rondônia memory by means of the representations portrayed in the some texts of historical narrative and poetry of local writers. To reach that aim, the most representative works were selected from authors who wrote between the periods: 1943-56 (Guaporé Federal Territory), 1956-81 (Rondônia Federal Territory) up to the consolidation of the Rondônia State, after 1981. The analysis focuses these authors' speeches and reveals their political affiliation and places from where they spoke their feelings - such memory is understood as product of highly educated elite which builds up projects of representation aspects, of different kinds, which fight each other the speech control. In this sense, the local images of the traditional populations appear designed from stereotyped misconceptions and ideologically biased: the notion of demographic emptiness, the rainforest populations leveled to nature and the "bandeirante" as a civilizing hero. Thus, the reflections presented in this work, had had as base the election of a set of narratives in prose and poetry, as well as the representative images of the symbols of being able. Finally, this trajectory seeks to go through the inside of enunciation, dialoguing internally with its contradictions and pointing with respect to its continuities and recurrences.

Keywords: memory - discourse - narrative - Rondônia

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Foto: Seringueiro morto a flechadas	57
FIGURA 2	Foto: Hospital São José	60
FIGURA 3	Foto: JK andando sobre a árvore	69
FIGURA 4	Foto: Armas de Rondônia e Bandeira	163
FIGURA 5	Brasão do Estado de Rondônia	164
FIGURA 6	Bandeira do Estado de Rondônia	165

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	População de Rondônia	22
-----------------	------------------------------	-----------

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Rondônia – Ocupação e Eixos Culturais	29
MAPA 2	Planta da Cidade de Caiari	89
MAPA 3	Localização do Império dos Inin	91

LISTA DE ABREVIATURAS

5° BEC	5° Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia S/A
BERON	Banco do Estado de Rondônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR-29	Rodovia Cuiabá-Porto Velho
BR-364	Rodovia Divisa São Paulo/Minas Gerais - Divisa Acre/Peru
CEDOC/TJ	Centro de Documentação Histórica do TJRO
CEDERO	Centro de Documentação Histórica de Rondônia
CEF	Contingentes Especiais de Fronteiras
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DASC	Departamento de Assuntos Culturais do Território de Rondônia
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EFMM	Estrada de Ferro Madeira Mamoré
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCER	Fundação de Cultura e Esporte de Rondônia
FUNCETUR	Fundação de Cultura e Turismo do Estado de Rondônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Presidente Juscelino Kubitschek
MA	Ministério da Agricultura
MEC	Ministério da Educação
MG	Ministério da Guerra
MJNI	Ministério da Justiça e Negócios Interiores

MinC	Ministério da Cultura
MMRC	Madeira Mamoré Railway and Company
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SEC	Secretaria de Educação e Cultura de Rondônia
SECEL	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Rondônia
SECET	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Rondônia
SEDUC	Secretaria de Educação de Rondônia
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TJRO	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
UDN	União Democrática Nacional
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE TABELAS	XI
LISTA DE MAPAS	XII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. A BACIA DO MADEIRA-GUAPORÉ: DA “NACIONALIZAÇÃO” DA FERROVIA À TRANSIÇÃO PARA ESTADO DE RONDÔNIA	10
A “nacionalização” da Madeira Mamoré Railway e a ampliação das bases militares na região	11
A cassiterita e a abertura da BR-29	15
A geopolítica dos militares: “Terra sem homens para homens sem terra”	18
A colonização e a transição para o Estado	19
Aspectos culturais: tradição, mudança e resignificação	29
3. MEMÓRIA E POESIA NA DISPUTA PELA SOBREVIVÊNCIA	45
Os “verdadeiros” civilizadores do Madeira	46
Manoel Rodrigues Ferreira: o novo bandeirante	65
Um concurso revela o cronista Capitão Esron	79
Caiari e a grandeza “resgatada” de Rondônia	84
Em busca do mecenas	112
Literatura de Rondônia: quem se enquadra?	115
O que é literário?	118

Do texto literário ao contexto histórico e vice-versa	119
O mercado condiciona o estético	130
4. A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E DOS SÍMBOLOS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA	135
Instituto Histórico e Geográfico e Museu de Rondônia	136
A Criação da Academia de Letras	143
Centro de Documentação de Rondônia	148
A montagem dos símbolos do Estado	153
A escolha de “Céus de Rondônia”	154
A Bandeira e as Armas para o futuro Estado	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
FONTES	170
FONTES ORAIS	170
FONTES IMPRESSAS	171
JORNAIS	172
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXOS	182
GLOSSÁRIO	184

INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia, localizado na Amazônia Ocidental, apresenta uma variedade de aspectos físicos e humanos que embaralham a mente do observador. À primeira vista, sua vegetação é exuberante e composta por florestas de palmeiras e de cocais, matas de igapó nas várzeas, floresta fechada com árvores de copas altas, matas esparsas, além de cerrado em boa parte do território. A vegetação de cerrado do planalto se mescla à floresta amazônica e à bacia pantaneira, num espetáculo indescritível de encontro de floras, cenário recortado pelos maiores formadores da Bacia Amazônica, com uma variedade de águas claras e escuras.

Entretanto, em meio à exuberância na fachada de seu eixo principal, ao se adentrar uma estrada vicinal, revela-se os sinais do progresso, num espetáculo trágico vê-se extensas áreas de florestas derrubadas para serem consumidas pelo fogo e posterior plantio de pasto.

Tão diversificada quanto à sua natureza é a formação social do Estado, com contribuições de todo o Brasil, culminando num grande encontro de tradições e ressignificações. Tal multiplicidade aguça a mente ao se buscar compreender esses encontros e confrontos. A pesquisa busca um despertar para o diferente.

Ao se observar o discurso escrito percebe-se um grande esforço, para se construir Rondônia, tanto na memória, como na cultura. Este esforço foi mais evidente no período de transição do então Território Federal de Rondônia para o novo Estado no início da década de 80 e se estende ao início dos anos 90 do século XX. Nota-se, porém, que esses discursos tendiam a privilegiar alguns atores e instituições em detrimento de outros. Constata-se uma tendência em busca de uma homogeneidade e silêncio quanto à multiplicidade. Ainda alguns atores aparecem somente para legitimar a narrativa sobre os eleitos.

Outra característica da memória local é que ela é composta de textos aceitos como sendo de história regional, mas que em si tratam especificamente de outros temas como o caso da épica construção da Ferrovia Madeira Mamoré no início do século XX e da epopéia colonial jesuíta e salesiana no território do Madeira e do Guaporé do século XVII ao XX.

Esta memória foi feita a partir da junção de “retalhos”, sem uma costura precisa, para ser apresentada aos novos migrantes. A elite letrada criada durante o período que a

região era Território Federal chamou para si esta tarefa num contexto de mudanças radicais com a transição para Estado e a intensa migração.

O passado de Rondônia foi organizado ao arremedo dos fatos políticos. *Retalhos para a História de Rondônia* (MENEZES, 1980) foi publicado um ano antes da emancipação do Estado e *Caiari* (PINTO) em 1986, ano em que seu autor concluiu o curso de história na primeira turma da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Havia um Estado, mas não havia uma memória para se preservar.

Durante uma década os letrados se encontravam diante da chegada ininterrupta de milhares de famílias migrantes. Os pequenos produtores rurais estavam tomando as terras do eixo da BR-364 e junto destes uma elite agrária estava chegando para fincar raízes e disputar o poder político. Estes novos atores eram arrebanhados pelo Governador, linha-dura do PDS, Coronel Jorge Teixeira que usava a doação de terras como moeda de troca por apoio político.

A pequena importância política e econômica no conjunto da nação impôs às elites guaporeanas ¹ a adoção de uma postura de cliente frente ao poder centralizado dos militares de Brasília. A transição para o Estado iria ser tutelada pelo governo militar.

Historicamente essa havia sido a marca da região, pois nos anos 40 as elites anteriores haviam comemorado a chegada do Governo Federal à região para retirá-la da crise provocada pela queda dos preços da borracha no mercado internacional. ² Paulatinamente foi sendo incutida uma cultura de receptividade aos projetos oriundos dos gabinetes ministeriais do Rio de Janeiro e depois de Brasília, como uma das formas de sobrevivência frente ao isolamento.

As elites do Território não possuíam um projeto de autonomia, ao contrário, a recorrente sujeição ao Governo Federal foi aos poucos moldando o seu comportamento.

³ Algumas evidências podem comprovar esta inferência. Encontra-se em votação no Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional (PEC 87/2009) de autoria da senadora por Rondônia Fátima Cleide, ⁴ mais conhecido como “PEC da transposição” que transfere para a União o ônus financeiro do pagamento dos servidores do Estado

¹O conceito de elites utilizado nesta pesquisa reporta-se a tradicionais comerciantes e seringalistas bem como a altos funcionários da burocracia do Território Federal do Guaporé.

²Esta temática foi abordada de forma tangencial em pesquisa anterior, mais especificamente no capítulo “Em busca da ordem: a administração do Território Federal do Guaporé” in SOUZA, V. A. *(Des) Ordem na Fronteira*. Assis, Dissertação de Mestrado/UNESP, 2003

³ O escritor amazonense Márcio Souza (1977) ao analisar as oligarquias da borracha em Belém e Manaus denomina este comportamento político e econômico de “cultura do seringal”.

⁴ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/FatimaCleide/pec.asp> Acesso em: 20 abr. 2011

contratados até 1991, isso após vinte e oito anos da transição para Estado. Outro indício foi a eleição em 2004 de um migrante como prefeito da capital, considerada o principal reduto dos filhos da terra, aparentemente alavancado pelo fato de pertencer ao partido do presidente da república.

Diante dos impasses e dos desafios provocados pelas rupturas drásticas no contexto da transição para o Estado, parte destas elites, o grupo dos letrados⁵ elegeu a sua experiência como o capital simbólico a ser preservado, uma vez que havia perdido o poder político e econômico. Construir uma memória para a região era uma questão de sobrevivência muito mais simbólica visando à possibilidade de não ter de abrir mão do seu passado.

Esta pesquisa tem como pano de fundo histórico o processo de incorporação de uma região periférica ao modo de reprodução ampliada do capital. Dentro deste contexto de transição e mudanças, este processo gerou tensões e ambigüidades sendo uma delas a tentativa, por uma fração das elites locais, de construir uma memória e uma expressão poética regional.

A inserção de espaços de fronteira na economia nacional ocorre de forma ímpar em virtude dos ciclos econômicos exóticos. Isto por si mereceria atenção pela simples ocorrência. Entretanto, por ser uma incorporação feita sob o regime militar e que tangencialmente trazia um projeto político conservador para a região, torna-se singular. E o conhecimento desta experiência pode vir a contribuir para ampliar a discussão sobre região, memória e história.

O objetivo desse trabalho não é a busca de alguma certeza, ou nova verdade, mas sim o de contribuir, de forma ainda tímida, para a instauração de um debate sobre a memória e a cultura regional que abra “[...] novas possibilidades de interpretação e de significação” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 313).

Esta pesquisa objetiva demonstrar como a memória e suas representações poéticas foram se constituindo em campos de disputa, ora aberta ora velada, pela hegemonia do discurso. Neste processo de elaboração do passado estes letrados criaram um discurso alicerçado sobre imagens contraditórias sobre as populações tradicionais, um relato permeado por lacunas e silêncios sobre os atores antagônicos visando alcançar a hegemonia e a homogeneidade discursivas. Acompanhar os passos de sua

⁵ Os letrados nesta pesquisa são parte dos membros das elites comerciantes, seringalistas e altos funcionários da burocracia do Território Federal do Guaporé que se colocavam como divulgadores e guardiões da cultura e da memória local.

montagem pode ser um meio um pouco mais seguro de se desviar do seu sentido aparente.

A abordagem escolhida parte do texto para o contexto e tem por objetivo decifrar os enunciados dos discursos dispersos num apanhado de “retalhos” utilizados para a construção de uma memória.

Para uma maior aproximação dos enunciados irá se descrever as instituições da memória como o Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO), a Academia de Letras de Rondônia (ACLER), o Museu Estadual de Rondônia “Dr. Ary Pinheiro”, a Biblioteca Estadual José Pontes Pinto e o Centro de Documentação do Estado de Rondônia (CEDERO).

Ainda faz parte desta abordagem o entendimento sobre os meandros da fabricação dos símbolos como hino, bandeira e brasão, bem como o seu sentido a partir da perspectiva dos grupos em torno de sua produção.

A escolha destes discursos se justifica pelo tipo das fontes, as quais possuem um perfil mais elaborado e cuidadoso na tentativa de síntese da memória e da cultura regional.⁶ Também foram incluídos textos que não deveriam ser considerados como memória local, pois são “retalhos” usados na falta de um tecido coeso e completo.

Esse estudo também retoma algumas questões apresentadas de forma seminal em pesquisas anteriores, e neste segundo momento, procura aprofundar e avançar as análises.⁷

Para possibilitar tal abordagem buscamos estruturar o sentido desses discursos dispersos e identificamos aquele que pode ser considerado um marco fundante dentro dos muitos prováveis da memória regional que teria se dado com a “nacionalização” da administração da Ferrovia *Madeira Mamoré Railway and Co* (MMRC) no dia 10 de julho de 1931.

No contexto daquele evento a borracha não sustentava mais os custos da ferrovia. Daí então os representantes da empresa concessionária resolveram pressionar o Governo Provisório de Vargas lançando mão da paralisação dos seus serviços como estratégia de pressão.

⁶ Neste sentido foram selecionadas as obras sínteses da memória, há várias publicações que são cópias *fac-símiles* destas e as reproduzem na íntegra como se fossem originais.

⁷ Algumas destas questões foram abordadas de forma tangencial na dissertação apresentada neste Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP-Assis in SOUZA, V. A. (*Des*) *Ordem na fronteira*. Assis, Mestrado em História e Sociedade, 2003. Bem como apresentados nos artigos: “História Regional: experiência, subjetividade e escrita histórica em Vitor Hugo” e “A construção da identidade regional na obra do historiador Emmanuel Pontes Pinto” publicados na *REVISTA LABIRINTO* em 2005 e 2006 respectivamente.

Este episódio, segundo a ótica dos letrados, colocou em evidência o então Chefe do Posto Telegráfico Tenente do Exército Aluízio Pinheiro Ferreira ao assumir a direção da referida ferrovia que passou a ser o embrião do Estado Nacional na região. Este seria o evento fundante, pois os memorialistas relacionam os desdobramentos políticos posteriores como suas conseqüências diretas.

Os letrados guiados pelos eventos políticos publicaram no período da transição do Território para o Estado na década de 1980 as obras *Retalhos para a História de Rondônia* (MENEZES, 1980) e *Caiari* (PINTO, 1986) e em 1993 nas comemorações dos 50 anos do Território foi estrategicamente publicado *Rondônia: evolução histórica/A criação do Território Federal do Guaporé como fator de integração nacional*. (PINTO)

O recorte da pesquisa acompanha a datação adotada pelos memorialistas. Portanto será delimitada da década de 30 à década de 90 do século XX. Melhor especificando, da “nacionalização” da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) em 1931 a 1993, data da publicação de *Rondônia: evolução histórica* (PINTO). Esse recorte para o discurso histórico coincide com o discurso literário na década de 80 e 90, respectivamente, entre a transição para Estado e o período de sua consolidação política e administrativa.

As referências, artigos, teses, documentos e obras hoje disponíveis no formato eletrônico em *sites* de universidades nacionais e estrangeiras possibilitaram a leitura e a informação necessária mesmo que não utilizadas diretamente na pesquisa.

A leitura de monografias, como a de Denise Meireles (1983) apresentada na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e de dissertações, como a de Miller (2007) em arqueologia, publicada pela Editora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), entre outros tantos trabalhos, foram além de uma grata surpresa, de grande relevância para este trabalho. Algumas informações importantes foram complementadas com entrevistas semi-estruturadas.

Buscando suscitar um debate sobre como se estruturaram os relatos instauradores de Rondônia, essa pesquisa está organizada da seguinte forma. O primeiro capítulo “A região do Madeira-Guaporé: da criação do Território Federal do Guaporé à transição para o Estado de Rondônia” apresenta a região em seus aspectos econômicos, políticos, populacionais, sociais e culturais desde os primórdios da crise da borracha, no início do século passado, à transição para o Estado na década de 80. O segundo capítulo “Memória e poesia na disputa pela sobrevivência”, busca identificar os silêncios e as

contradições contidos nessa construção, as disputas em torno de sua hegemonia, e os lugares de enunciação dos discursos. O terceiro capítulo, “A criação das instituições de memória e dos símbolos para o Estado de Rondônia”, tenta compreender por meio da descrição dos vínculos pessoais entre eles e seus institutos, bem como o processo de construção dos símbolos estaduais, as motivações, o sentido e o contexto no qual os intelectuais se organizaram.

O primeiro capítulo, de apresentação da região foi elaborado mediante a necessidade de se contextualizar a experiência social e histórica dos principais atores ligados aos letrados do Território para se compreender suas motivações. Como observado acima, a memória e a identidade local foram construídas em torno da atuação do então Tenente do Exército Aluizio Ferreira no processo de “nacionalização” da ferrovia de administração estrangeira ⁸ e sua atuação posterior. O militar seria o protagonista dessa narrativa, pois a sociedade local girava em torno dele e os letrados mais ainda.

Somado a esta temática, o capítulo também apresentará a constante oscilação dos ciclos econômicos e suas repercussões políticas e sociais na região. Como exemplo tem-se a “Batalha da Borracha” que desembocou num surto efêmero de colonização e a conseqüente criação do Território Federal do Guaporé. Depois disso, a descoberta de cassiterita redundaria na abertura da então BR-29 no governo de JK em 1960. E por último o ciclo da colonização agropecuária entre as décadas de 70 e 80 como sendo um dos fatores que contribuíram para a transição para o Estado em 1981.

O segundo capítulo será apresentado em duas partes: a primeira é a análise do discurso histórico e em seguida a análise do discurso literário. As obras relacionadas ao discurso histórico são compostas por *Desbravadores* (HUGO, 1959), *Ferrovia do Diabo* (FERREIRA, 2005) e *Nas Selvas Amazônicas* (FERREIRA, 1960), *Caiari: lendas, proto-história e história* (PINTO, 1986) e *Rondônia: Evolução Histórica – Criação do Território Federal do Guaporé como Fator de Integração Nacional* (PINTO, 1993) e *Retalhos para a História de Rondônia e Retalhos para a História de Rondônia: Território Federal do Guaporé, Livro II* (MENEZES, 1980; 2002).

Estas obras revelaram no decorrer da leitura uma disputa pela memória, e pelo direcionamento da identidade rondoniense. Cada autor desejava estabelecer seu próprio mito fundador. Alguns deles alicerçavam seus mitos de origem em torno do bandeirante

⁸ Neste período as empresas de capital norte-americano sob o controle de Percival Farquhar terceirizaram sua administração para uma empresa de capitais ingleses segundo Antonio Candido da Silva (2007).

divulgado na *Marcha para o Oeste* (RICARDO, 1942), que ecoou por mais de cinquenta anos na Amazônia Ocidental, inclusive fazendo parte dos discursos oficiais. Esta discussão será mais bem apresentada na introdução do capítulo.

A segunda parte do capítulo abordará a representação poética no contexto da transição para o Estado e sua consolidação entre 1979 e 1993. A escolha dos poemas se deve às dificuldades para a localização de textos de prosa naquele momento e lugar. Busca-se nesta parte o diálogo e a aproximação das poesias com o seu contexto histórico, bem como os lugares de onde declamam estes escritores e para quem as endereçam. Essa abordagem visa a uma melhor compreensão das representações seguindo a trilha aberta por autores que refletem a partir do diálogo entre texto e contexto.

Para esta empreitada foram selecionados os poemas: “Riquezas de Rondônia”, “Porto Velho”, “Albores de Rondônia”, “Índia” e por último “Rondônia: Inspiração, Aspiração, Exploração”.⁹ A maioria deles havia sido publicada na coletânea de poesia de Matias Mendes e Eunice Bueno, o livro *Síntese da Literatura de Rondônia* (1984) doravante chamado de *Síntese*.

Nestas poesias se constata que a produção literária estava condicionada pelos financiadores da cultura. A região e sua natureza aparecem de forma secundária como decoração. Entretanto, apesar desta emergência indireta, é possível analisar o seu conteúdo. Também a exemplo do discurso histórico evidencia-se como um campo discursivo em disputa pela hegemonia na construção de uma representação regional.

A região, bem como sua natureza e populações tradicionais são apresentadas de forma lírica e travestidas de primitivas para o consumo do mercado cultural nacional, uma poética afinada à visão estereotipada de exotismo amazônico formulada pelos agentes do mercado cultural.

Em imagens e propagandas feitas para um público além das fronteiras regionais Rondônia é figurada por meio do ribeirão, do caboclo e dos indígenas. Entretanto, internamente no plano do jogo político no cotidiano, estes atores são quase invisíveis. A sua inclusão no discurso se dava em função de estratégias para se conseguir recursos para os projetos culturais. O exótico e o intimista escondiam outra Amazônia, carregada de multiplicidade, conflitos e significados. A natureza estava a ser literalmente destruída, enquanto na representação ela se encontrava literariamente bela e virgem.

⁹ A maior parte destes poemas foi publicada na obra *Síntese da Literatura de Rondônia*. (MENDES ; BUENO, 1982)

Mas também cabe se perguntar: Até que ponto a poesia deve retratar fielmente a realidade?

Esse é o enfoque para o segundo capítulo, que em si encerra enunciados complementares: a construção da memória e a expressão do sentimento local na poesia ufanista. Ambos estruturam seus personagens como heróis. Quanto à natureza na memória e na poética, ora tem um papel negativo, como no caso do “inferno verde”, ora é idealizada como a própria manifestação da identidade. Contudo tanto uma forma como outra omite os conflitos e as contradições.

O terceiro capítulo almeja, por meio da descrição dos vínculos entre os intelectuais e suas instituições, a compreensão dos enunciados de memorialistas e poetas locais. A descrição confere materialidade e historicidade à pesquisa e irá permitir o conhecimento das relações entre os letrados, seus lugares de enunciação e o seu público. Tal abordagem se faz possível por meio do desvelo dos bastidores da fundação da Academia de Letras de Rondônia (ACLER), da criação do Instituto Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro (IATPP) e do atual estado de anonimato do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO).

Além disso, este capítulo se estendeu às instituições de memória do Estado, como o Centro de Documentação do Estado de Rondônia (CEDERO), o Museu Estadual de Rondônia “Dr. Ary Pinheiro” e o Museu da EFMM. O atual estado de preservação e conservação destes locais de salvaguarda da memória do Território Federal do Guaporé é de fundamental importância para se esclarecer os embates e lutas em torno dessa memória.

Ainda neste capítulo um terceiro tópico descreve o processo de montagem das representações simbólicas do Estado como hino, bandeira e brasão tendo como objetivo primeiro interpretar os seus conteúdos, bem como a compreensão do processo de criação em si e a influência dos letrados do Território sobre eles.

Numa perspectiva mais geral, o estudo dos lugares e autores será feito de forma horizontal, pois não é intenção aqui nesta pesquisa fazer um estudo mais verticalizado destes lugares ou dos escritores e poetas.

Para isso vamos nos guiar pela tríplice relação combinada entre um lugar social, as práticas ‘científicas’ dos autores e sua escrita específica. O cruzamento destas variáveis sobre os lugares, a orientação das pesquisas e o estilo da narrativa permite uma maior aproximação e entendimento dos discursos formulados no interior das operações executadas.

É também importante pensar sobre suas experiências e sua atuação social. Todas as informações disponíveis sobre os autores e sobre o lugar social de onde falavam e para quem falavam são de fundamental importância nesta pesquisa. É essa informação que permite a compreensão de seu texto, é necessário ter clareza sobre os limites dessa compreensão, pois não é possível reproduzir integralmente o que pensavam. Contudo, é plausível uma aproximação entre as possíveis estratégias na construção de suas visões de mundo e sua atuação no contexto social.

Esta pesquisa se encerra com as considerações finais que buscam ao mesmo tempo propiciar um fecho provisório para as questões levantadas inicialmente e também atentar para as possibilidades anunciadas a partir das transformações sociais da região. Ainda a parte final de pós-texto compõe-se de notas explicativas, anexos e glossário indicado no texto pelo sinal de asterisco.

A BACIA DO MADEIRA-GUAPORÉ: DA “NACIONALIZAÇÃO” DA FERROVIA À TRANSIÇÃO PARA ESTADO DE RONDÔNIA

Na manhã do dia 10 de julho de 1931, o jovem e bravo revolucionário determinou que todas as dependências da Ferrovia fossem ocupadas pelos soldados que serviam no Posto das Linhas Telegráficas sob seu comando. O regozijo popular foi indescritível e comemorado com passeatas ao som de fanfarras, discursos e Baile no “Clube Internacional”. O ato, inédito na vida republicana da Nação, marcou o início de uma série de medidas [...] referentes à Nacionalização da Ferrovia que passara a se chamar Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Yêdda Pinheiro Borzacov

A “nacionalização” da Madeira Mamoré Railway e a ampliação das bases militares na região

Os altos custos de manutenção da ferrovia e as constantes quedas no preço da borracha, desde a sua inauguração em 1912 havia atingido patamares críticos para a década de 1920. A Madeira Mamoré Railway and Company (MMRC), ironicamente, era mais uma das criaturas natimortas do imperialismo (HARDMAN, 1988). Os técnicos e administradores ingleses decidiram paralisar os seus serviços como estratégia de pressão junto ao Governo Provisório de Vargas para se renegociar a concessão.

Após oito dias de paralisação, em 10 de julho de 1931, o presidente Vargas assinava o decreto-lei nº 20.200, transferindo a administração da MMRC para o Ministério da Viação. O então Chefe do Posto Telegráfico Tenente Aluízio Ferreira, subordinado ao Marechal Rondon e autoridade máxima na região, sob ordens diretas do Sr. José Américo de Almeida, Ministro da Viação, assumiu a sua direção.

A paralisação da MMRC e sua conseqüente “nacionalização” foi o evento fundante da memória local. Este fato pôs em evidência o personagem central e epicentro dos letrados do Território Federal do Guaporé. Além disso, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré passou a ser o embrião do Estado Nacional na região, uma vez que distava dos centros regionais de poder instalados em Manaus e Cuiabá. Doze anos mais tarde a região seria desmembrada dos Estados de Mato Grosso e Amazonas e seria transformada em Território Federal do Guaporé em 1943. E posteriormente transformada em Estado de Rondônia no ano de 1981.

O Governo de Vargas considerava a ferrovia estratégica para o controle da fronteira, no extremo oeste. Ela era a única via de comunicação entre as regiões do noroeste do Mato Grosso e do oriente boliviano com o Rio Amazonas e a capital federal. Na direção da EFMM o Tenente Aluízio Ferreira iria aproveitar para estender seu poder tentacular. Uma das primeiras ações do diretor da ferrovia foi a criação de três contingentes militares de fronteira acompanhados de colônias em pontos estratégicos da região.

Percebe-se que aos poucos foi se desenhando uma política de “ocupação” pequena e gradual, porém efetiva. Os contingentes de fronteira possuíam bem mais o papel de fixação à terra do que a defesa da fronteira. O diretor da ferrovia distribuía

sementes e animais para a agricultura e pecuária nessas unidades. O Tenente Aluizio Ferreira via a ocupação como forma de defesa do território.¹⁰

Esta medida do Diretor da Ferrovia visava a criar preventivamente infraestrutura para antecipar o movimento e possibilitar o surgimento de uma “povoação” e a conseqüente ampliação da produção agrícola e “ocupação” de fato. Esta estratégia é denominada por Laura Maciel (1999) de “expansão para dentro”. Se observarmos com atenção as linhas “abertas” por Rondon, a Comissão das Linhas Telegráficas Mato Grosso-Amazonas criava uma infra-estrutura básica para futura exploração.

O Tenente Aluizio Ferreira seguia a mesma linha de seu chefe. O Posto Telegráfico tinha diversas atribuições como o levantamento do potencial mineral, do potencial agropecuário, estudo de flora e fauna, além de manter contato com os povos indígenas da região e ir “limpando” o caminho para os colonizadores que viriam a seguir.

Cada vez mais o Governo Federal, representado pelo diretor da EFMM, assenhoreava-se da região abandonada pelas elites políticas de Manaus e Cuiabá. Naquele período, a região representava mais gastos que ganhos, o que explicava o desinteresse das elites políticas regionais.

Um dos problemas decorrentes da crise que se anunciava para o Tenente e seus auxiliares era o “êxodo” na região. Sua preocupação de militar era garantir a segurança das fronteiras e ao mesmo tempo ocupar os espaços considerados “vazios”.¹¹

O problema da “ocupação” do espaço estava anunciado nas correspondências entre o Tenente Aluizio Ferreira e o General Rondon desde 1929, antes mesmo de fazer parte das Linhas Telegráficas do Mato Grosso-Amazonas. O militar identificava dois problemas centrais na região: a “ocupação” e soberania das fronteiras e a questão indígena. Para ele a solução seria a criação de núcleos de atração indígena, e posteriormente o aproveitamento deles como guardas de fronteira na divisa com a Bolívia.¹²

Após a consolidação dos destacamentos de fronteira, o diretor da ferrovia, chefe dos telégrafos e inspetor de fronteiras, partiu para a criação de colônias agrícolas. O seu discurso tinha os mesmos argumentos em relação à criação dos contingentes: fixar o

¹⁰ Este tipo de ocupação foi abordado no capítulo “Colonos-soldados: as sentinelas da terra” in SOUZA, V. A. op. cit.

¹¹ As palavras, vazio e ocupação quando estiverem designando clichês como “vazio demográfico” e “espaços vazios” serão colocados entre aspas por se considerar nesta pesquisa que o espaço estava ocupado por populações indígenas há milhares de anos.

¹² Essa temática foi desenvolvida em pesquisa anterior contida in SOUZA, V. A. op. cit. p. 33-4

homem à terra por meio de sua pequena propriedade e garantir a posse de fronteiras. Essa medida era a sua resposta ao problema do êxodo.

A soberania de fronteiras deveria ser alcançada por meio da colonização agrícola com soldados da própria região, reservistas, índios, nordestinos e seringueiros. Os Ministérios da Guerra e da Agricultura viam a colonização agrícola como a única opção para “ocupar” e sedentarizar pessoas na região.

Para garantir essa “ocupação” o Tenente Ferreira partiu em três frentes: criou colônias agrícolas às margens da ferrovia, criou três contingentes de fronteira e colônias agrícolas situadas em pontos estratégicos da fronteira, sendo que uma das atribuições principais dos militares de fronteira era criar a infra-estrutura necessária à implantação das colônias agrícolas.

Em 1932 através de um aviso do Ministério da Guerra eram criados três contingentes de fronteira, um no Rio Guaporé no Forte Príncipe da Beira, outro em Guajará Mirim nas margens do Mamoré e ponto final da ferrovia e o último em Porto Velho no ponto inicial da ferrovia e ponto final da navegação do Rio Madeira. Ainda estava prevista a criação de mais um contingente na foz do Rio Beni que era a porta de acesso da Bolívia para o lado brasileiro,¹³ todos em locais estratégicos nos pontos de acesso ao país vizinho.

Essa medida visava a conter o êxodo da região ao engajar ex-seringueiros e outros desocupados nas linhas de fronteira e mantinha a guarda de fronteiras, ou seja, resolvia vários problemas ao mesmo tempo (A CREAÇÃO..., 1932, p. 2).

Neste período, no final dos anos 30, se anunciava a Segunda Grande Guerra entre as potências do Eixo e os Aliados. O Japão tomou as plantações de seringueiras da Indonésia e da Malásia e isso provocou uma demanda pelo produto no mercado internacional. Diante desse quadro e pressionado pelos Aliados, o Governo Vargas celebrou o Acordo de Washington com os Estados Unidos da América (EUA) em 1942, como parte do esforço de guerra.

Conforme Verônica Secreto este acordo previa a criação do Banco da Borracha e paralelamente a criação de empresas governamentais para dar garantias ao seringueiro no sentido de garantir a produção e evitar a espoliação a que estavam sujeitos nos seringais (Secreto, 2007).

¹³ Id. “Sentinelas da terra: colonos-soldados e conflitos na colonização da fronteira Madeira-Guaporé” p. 23-62.

Concomitante ao efêmero surto econômico, internamente o governo de Vargas buscava uma unidade ideológica em torno da *Marcha para o Oeste*,¹⁴ essas duas premissas viriam a gerar as bases necessárias para a criação de cinco territórios de fronteira em setembro de 1943.

Neste entremeio houve iniciativas de colonização e assentamento de pequenos produtores. Estes projetos visavam muito mais à defesa e manutenção da fronteira que propriamente um projeto de “ocupação” de fato.¹⁵

O espaço administrado de forma *manu militare*, agora ascendia à condição de unidade administrativa ligada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Fato que significava na prática um aumento de poder junto ao governo Vargas e uma ampliação no recebimento de recursos federais para a região do Madeira-Guaporé até então vindos somente dos Ministérios da Guerra e da Agricultura.

O então Major Aluizio Ferreira, nomeado por Vargas seu primeiro governador, estendia seu poder tentacular a todas as instâncias federais até às raias dos Estados do Mato Grosso, do Amazonas e do Território do Acre. Ele concentrava em suas mãos os Contingentes de Fronteira, Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Colônias Agrícolas, EFMM, Navegação da fronteira do Guaporé-Bolívia, Linha Telegráfica e o controle sobre aproximadamente dois milhões de km² de terras devolutas. Estas agências antes dispersas em vários órgãos e ministérios, agora estavam sob influência direta do governador do Território.

O próprio Major Aluizio Ferreira insistiu junto ao Governo Federal que o Território fosse comandado, conforme prescrito no anteprojeto do Conselho de Segurança Nacional (CSN), pelo Alto Comissariado da Administração Territorial e não pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Comandar para ele era mais fácil e prático que administrar, esse princípio estava muito claro naquele contexto em que o modelo centralizador era visto como bastante proveitoso.

De governador o Major foi eleito Deputado Federal do Território por três mandatos e sempre esteve nos bastidores do poder. O cargo de deputado era estratégico, pois o eleito indicava o governador. Todos os governadores posteriores, exceto Vicente Rondon, ou seriam indicados pelo Major Aluizio Pinheiro Ferreira ou próximos a ele, às vezes até mesmo parentes como o caso do seu sobrinho Coronel Ênio Pinheiro.

¹⁴ Ibid. e ver o 2º capítulo “A fronteira em construção” p. 66-120 in SOUZA (2003).

¹⁵ Ver o 1º capítulo “Sentinelas da terra” in SOUZA (2003).

O Território também foi “administrado” pelo Coronel do Exército Vicente Rondon, sobrinho do Marechal Rondon e inimigo do Major Ferreira. Foi justamente no hiato de Vargas que o Presidente Dutra, entre os bastidores, o havia nomeado por força e apoio do próprio Marechal.

A administração do território no período de 46 a 56 também seria disputada pelas coligações de oposição (União Democrática Nacional e Partido Social Progressista) capitaneada pelo médico Renato Clímaco, eles eram chamados de Peles-Curtas em oposição aos Cutubas, ou Aluizistas. Este é um capítulo da política de Rondônia a merecer uma pesquisa estrita, pois demonstra que apesar da centralização também havia resistência aos representantes do poder federal.

Nesse quadro de embates políticos se definiu para além das identidades de classe, uma consciência de pertencimento à região. Este elemento será explorado de forma mais detalhada neste mesmo capítulo no tópico sobre a multiplicidade cultural do Estado.

Havia uma relação direta entre a “administração” ou comando dos territórios e o quadro de oficiais do Exército Brasileiro. Apesar de estar na pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), o Ministério da Guerra (MG) mantinha grande influência sobre as nomeações. A maioria dos governadores, nos cinquenta anos de administração federal, estava ligada ao Exército. Desde o Tenente Aluizio Ferreira, seu primeiro governador, depois eleito deputado federal por vários mandatos, passando pelo sobrinho de Rondon até o último, o Coronel Jorge Teixeira, também o primeiro governador nomeado do Estado, cargo denominado pela imprensa da época de “biônico”.

Esse quadro de disputa política em torno do Território, até então única e exclusiva fonte de recursos, dado o efêmero surto da borracha, seria suplantado pela descoberta de umas pedras esquisitas que não possuíam brilho algum. Estas pedras deram início às mudanças no quadro político, econômico e finalmente fariam a ligação da região com o Centro-Sul desenvolvido. Em meados da década de 50 alguns seringalistas em situação de falência acharam o minério de cassiterita.

A cassiterita e a abertura da BR-29

A economia de Rondônia, após o efêmero segundo ciclo da borracha, movido pela Segunda Guerra Mundial, voltava à sua “calma” tradicional. A economia extrativista de borracha, castanha, * poaia ¹⁶, peles de animais e óleos silvestres, como copaíba e andiroba, eram a base da economia naquele período entre a criação do Território e a década de 50.

Muitos aventureiros vindos do Centro-oeste viviam a buscar ouro e diamante nos rios do Território do Guaporé. Em 1951 foram descobertos diamantes no Rio Ji-Paraná, próximo ao posto do telégrafo na localidade de Vila de Rondônia.

Esse garimpo atraiu muita gente para a região, porém não havia tanto diamante como se imaginava. Próximos dessa região viviam dois seringalistas com seus milhares de acres de floresta a explorarem seus seringueiros. Na busca por diamantes, alguns garimpeiros solicitaram permissão ao Sr. Joaquim Pereira para explorar o rio sob seu domínio. Ele permitiu a exploração na esperança de lucrar com a lavra de diamantes.

Os garimpeiros não acharam diamantes, mas, em 1955, encontraram ao acaso algumas pedras muito pesadas e pretas e as levaram ao Sr. Joaquim. Ele então levou essas pedras à capital para análise. Ele havia encontrado um mineral que não existe normalmente à flor da terra, de aluvião como é conhecido. Ele passou a explorar a mina de cassiterita localizada em seus domínios.

O Sr. Joaquim, de imediato, começou a extrair minério de cassiterita ¹⁷ de suas terras sem precisar de tecnologia e nem tampouco de grandes investimentos para extraí-la, devido à facilidade (rara) de estar na superfície. Tão logo o seu vizinho, o Sr. Moacir Mota, percebeu o movimento, já começou a exploração de suas águas, isso na década de 60, quando eram os únicos a explorar o minério em Rondônia (FERREIRA, 1960).

Ao se alastrar a notícia do minério pela região do Amazonas e Mato Grosso e ao se dar continuidade aos trabalhos de abertura da BR-29 uma onda de garimpeiros invadiu Rondônia e a produção teve um grande aumento. O governo, por meio do Departamento Nacional de Pesquisas Mineraias (DNPM) em Rondônia, fez o levantamento da área e criou a Província Estanífera de Rondônia, tão grande era o seu potencial.

¹⁶ Popularmente conhecida na região por poaia, ipeca ou ipecacuanha, trata-se de uma planta rasteira medicinal da qual se utiliza a raiz. Muito usada na farmacologia desde o século XVIII para afecções dos sistemas respiratório na forma de xaropes expectorantes e digestivo na forma de chá e em pó. O coletor da planta é denominado de poaieiro.

¹⁷ Matéria prima para a extração e produção de estanho.

O trabalho de garimpagem era artesanal e milhares de garimpeiros trabalhavam na sua extração. Entretanto alguns consórcios de empresas mineradoras resolveram explorar a região e passaram a pressionar o Governo Federal para o fechamento da lavra manual para a regulamentação da lavra mecanizada.

A exploração artesanal aquecia a economia do Território, setores do comércio e serviços eram os que mais cresciam. Como não havia estradas, era intensa a movimentação de pequenas aeronaves na área de garimpo, deixando mercadorias e retirando minérios e pessoas. Durante toda a década de 60, os garimpeiros assistiram a instalação das grandes empresas na área, mas elas se limitavam a comprar-lhes o minério. Eles conviviam com os rumores da possibilidade de fechamento da lavra manual.

Em meados de fevereiro de 1970, o ministro das Minas e Energia, Dias Leite, juntamente de uma comitiva ministerial, visitou o Território justamente para tratar disto. A revista *Veja*, em tom de propaganda oficial, expunha a matéria sobre o fechamento do garimpo um mês antes do ministro assinar a portaria. Dias Leite foi taxativo: “Estamos convencidos de que esse tipo de exploração não serve. É preciso passar o mais rapidamente possível para a mecanização” (VEJA, 1970, Edição nº 78).

O garimpo foi oficialmente fechado para lavra manual, a partir de 31 de março de 1971, por portaria ministerial nº 195, do Ministério das Minas e Energia. O *lobby* dos consórcios das empresas de capitais nacionais e estrangeiros como a Ferro Union, a Billinton International Metals, a Paranapanema, a Brascan, a Brumadinho e a Best havia vencido o desigual jogo econômico (RAMOS, 2003). No campo político, o fechamento fez com que os militares e seu partido político a ARENA saíssem desgastados e a amargar a perda da popularidade no Território.

O efeito do fechamento da lavra manual foi devastador para a economia do Território, pois mais de dez mil pessoas estavam ligadas diretamente ao processo de extração e trinta mil nos setores de suporte como transporte, alimentação, comércio e serviços em geral, para uma população total do Território de cem mil habitantes. O Território novamente iria sofrer uma letargia econômica, apesar da enorme quantidade de estanho retirada pela lavra mecanizada.

Segundo Meireles, um dos últimos elementos a impulsionar a ocupação de Rondônia foi a descoberta da cassiterita nos anos 50 e o projeto agropecuário com

incentivo fiscal às empresas de capital estrangeiro, destinado à exportação, nas décadas de 70-80, sob a direção dos governos militares. Poderia ser acrescentado um oitavo ciclo econômico,¹⁸ o energético, que se inicia na década de 80 e se atualiza na construção de três grandes hidroelétricas na região, visando à exportação de produtos beneficiados para as economias centrais com escassez de fontes energéticas.

A geopolítica dos militares: “terra sem homens para homens sem terra”

A situação econômica, social e política brasileira sob regime militar, no período dos anos 60-80, favorecia o discurso nacionalista. Naquele momento o nacionalismo vinha conjugado à noção de país estrategicamente rico em relação aos seus recursos naturais. E a Amazônia como um todo foi um dos alvos privilegiados da propaganda do regime militar.

Na ótica militar era necessário integrar a região atrasada a qualquer preço ao centro-sul industrializado. No período alguns bordões justificavam a política integracionista, “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra” eram os mais reproduzidos no Território de Rondônia.

O discurso não era novo, já havia sido difundido em parte com o telégrafo na república, com a “Marcha para o Oeste” no governo Vargas e com o rodoviarismo de JK para integrar o território nacional. Porém, o quadro social de concentração fundiária no Centro-Sul, aliado ao tipo de acumulação centrado no arrocho salarial e na exportação de matéria prima geraram uma massa de excluídos sem tamanho.

O discurso de Garrastazu Médici sintetizado no chavão “Terra sem homens para homens sem terra” cumpria várias estratégias internas dos militares, desde: o domínio político, rearranjo do capital interno e ampliação forçada de mercado, garantia dos recursos naturais estratégicos e ainda o fortalecimento de suas alianças políticas.

Neste sentido, os militares estimularam tanto o grande empresariado com isenção de impostos e financiamento a fundo perdido, como os excluídos com a promessa de um pedaço de terra.

De um lado garantia a permanência dos latifúndios e obtinha o apoio dos setores mais arcaicos da economia, de outro, desenvolvia a indústria de bens duráveis voltada

¹⁸ Para Meireles Rondônia haveria passado até a década de 80 por sete ciclos econômicos: 1º - apesamento indígena; 2º - busca do ouro; 3º - as drogas do sertão; 4º - disputa de fronteiras estratégicas; 5º - a exploração da borracha; 6º - a exploração de cassiterita e 7º - colonização agrícola. (1983, p. 17; 18; 29; 83; 86)

ao campo e sua revolução verde, concedia isenção para os empresários investirem seus lucros na Amazônia, saneava as grandes cidades dos excluídos da terra e por fim ainda amealhava o voto destes marginalizados transformados em clientela política em Rondônia. O “estoque de terras” de Rondônia permitia aos militares implantar uma modernização conservadora, distribuir terras e ao mesmo tempo não executar uma reforma agrária.¹⁹

Essas estratégias sob regime militar aliadas ao possível acesso ao enorme “estoque de terras” consideradas “livres” ou “vazias” pelos burocratas dos Ministérios do Interior, da Agricultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iriam gerar as bases para o massivo surto migratório para o Território de Rondônia nas décadas de 70 e 80.

A colonização e a transição para o Estado de Rondônia

A partir da abertura da BR-29, no governo do Coronel Paulo Leal, na década de 60, o Território passou a receber muitos trabalhadores marginalizados de várias regiões do país. Primeiro foi o surto do garimpo de diamantes, em seguida veio o descobrimento da província estanífera de Rondônia e junto deles viriam pessoas ludibriadas por companhias privadas de colonização.

No ano de 1966, chega e se instala no Território o 5º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (5º BEC), para construir pontes e pavimentar as estradas para interligar o Território ao Centro-Sul. A BR-364, em cima do traçado das linhas telegráficas de Rondon e da BR-29 de JK iria cortar todo o Território até Porto Velho e depois se estender até Rio Branco, no Acre. Além dela seria construído um ramal, a BR-425, a seguir pela margem esquerda, paralelamente, acompanhando o Rio Mamoré e o traçado da EFMM até Guajará Mirim, na fronteira com o Departamento do Beni na Bolívia.

A abertura total da BR-364 e da BR-425 seriam as bases para a modificação radical do cenário social e humano do Território. Até a década de 70, todas as

¹⁹ Para uma leitura mais aprofundada sobre as crises urbanas e a modernização da agricultura no Brasil e o papel da Amazônia na expansão conservadora ver as obras de VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. R. Janeiro, Zahar, 1976 e TURCHI, L. *Colonização Dirigida: Estratégia de Acumulação e Legitimação do Estado Autoritário: Território Federal de Rondônia* (1974). Brasília, Mestrado em Sociologia Rural/UnB, 1981.

explorações na região haviam sido de caráter extrativista e não visavam sua ocupação efetiva. Neste entremeio houve iniciativas de colonização e assentamento de pequenos produtores. Estes projetos visavam muito mais à defesa e manutenção da fronteira que propriamente um projeto de “ocupação” de fato.²⁰

Até então, não tinha havido uma “ocupação” efetiva, a não ser as centenas de povos indígenas vivendo há milhares de anos e os que haviam chegado ainda no período colonial fugindo de espanhóis e portugueses. A pavimentação da BR-364, dentro de um país continental que optou majoritariamente pelas rodovias, permitiu ao Território se ligar ao restante do país (TEIXEIRA, Marco; FONSECA, 1998, p. 174-6).

Esta ligação já era uma realidade por meio do Rio Amazonas desde o período colonial, mas a matriz de transportes brasileira havia mudado para o rodoviário. As portas estavam abertas, finalmente, aos veículos automotivos, mas também aos problemas sociais herdados desde há muito, e que não estavam próximos de uma solução. As terras de Rondônia eram apresentadas como solução perfeita para os problemas da sua estrutura agrária arcaica.

Os conflitos gerados pela estrutura agrária, baseada na economia de exportação de lavouras de monocultura, com mão de obra semi-servil, seriam transferidos do Nordeste, Centro-Sul e Centro-Oeste para o Território Federal de Rondônia. A estrutura agrária nos é revelada pela origem dos inquilinos da terra, “Se no mapa do Brasil traçarmos uma curva partindo do Ceará, passando pelo Espírito Santo, Rio, São Paulo, Paraná e subindo pelo Mato Grosso até chegar à Rondônia, teremos esboçado o estranho itinerário da maioria dos migrantes” (THIÉBLOT, 1977, p. 59). Mais tarde seriam novamente desestimulados a permanecer em Rondônia seguindo em direção às terras do norte do Mato Grosso.

O projeto dos militares era lotear a região entre as empresas transnacionais e nacionais instaladas no país por meio de isenções fiscais. Uma campanha massiva feita no governo Médici, com o intuito de atrair as empresas para a Amazônia, oferecia créditos e infraestrutura para a pecuária extensiva voltada para exportação. Grandes veículos de comunicação, em nível nacional, foram usados para esta atração.

A revista *Veja*, alinhada ao governo militar, (COSTA, 2010, p. 53) foi uma das parceiras neste período. O Ministério do Interior, sob comando do Coronel Mário

²⁰ Ver Francisca Silva. *Iata: Uma tentativa de colonização (1943-1972)*. Goiânia, Dissertação de Mestrado UFGO, 1987 e também o 1º capítulo “Sentinelas da terra” in SOUZA, V. A. (Des) *Ordem na fronteira*. Dissertação de Mestrado, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2003.

Andreazza, membro da linha-dura ²¹ do PDS ligado ao General Figueiredo custeava propagandas semanais, de páginas inteiras, oferecendo empréstimos e suporte técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além de matérias especiais sobre o Território ocupando de três a quatro páginas. ²²

Paralelamente a essa propaganda direcionada ao público de classe média, os leitores de *Veja*, a divulgação era reproduzida pela TV Globo, em horário nobre, com o intuito de atrair milhares de agricultores sem terra e outras categorias marginalizadas rurais e urbanas. Essa estratégia dos governos militares visava a garantir mão de obra barata, necessária para esses grandes projetos agropecuários. Aliás, estratégia já utilizada, segundo Secreto, pelo governo de Vargas no período da “Marcha para o Oeste”,

[...] quando do recrutamento dos “soldados” para a Amazônia, criou-se a ilusão de que se tratava de um programa geral de colonização de um território “vazio” com garantias e proteção do Estado, e não de providenciar mão-de-obra barata para a elite agrária amazônica (SECRETO, 2007, p. 119-20).

Houve mudanças no formato de mídia, antes na ditadura Vargas foram as pinturas do suíço Vitor Chablot (FREITAS, Liége, 2000) usadas para atrair os nordestinos para a Amazônia e agora eram as imagens de *Veja* e do *Jornal Nacional* para atrair deserdados do Centro-Sul.

No Centro-Sul, estava sendo realizada a revolução verde, compelindo a mão-de-obra tradicional para fora do campo. Este movimento causava o inchaço das cidades devido à falta de perspectivas da população rural no campo e que se agravava por sua falta de qualificação para os postos urbanos. Propagandas com a foto de trechos da BR-364, emoldurados pelas legendas: “Pista para você encontrar a mina de ouro”, “Especial - A terra da Promissão” “Rondônia – Terra em Explosão” atraíram um exército de despossuídos (VEJA, loc. cit.).

Na região, a política de sustento das antigas elites seringalistas por meio do Banco da Borracha estava a demonstrar o seu esgotamento. A transferência de renda das

²¹ Termo utilizado no período pela imprensa para definir a corrente que desejava manter o regime militar e os mesmos no poder em contraposição à corrente filiada à Castelo Branco que via no Golpe um estágio transitório para o retorno da democracia civil.

²² VEJA. Edição nº 78 de 04 mar. 1970; 96 de 8 set. 1970; 109 de 07 out. 1970; 115 de 18 nov. 1970; 118 de 09 dez. 1970; 119 de 16 dez. 1970; 120 de 23 dez. 1970 e 121 de 30 dez. 1970.

mãos dos trabalhadores e seus salários comprimidos de um lado e de outro os * coronéis de barranco ²³ recebendo subsídios dos bancos oficiais, havia se tornado uma tradição e um problema. A solução tinha de ser drástica, e se deu no corte do financiamento aos seringalistas. Somado ao projeto de integração da Amazônia, essas ações iriam mudar a paisagem ambiental e social da região do Madeira-Guaporé.

O projeto dos militares, dentre uma série de objetivos maiores para garantir a posse de recursos estratégicos, visava, com apenas uma ação global, a alcançar diversos resultados. Em primeiro lugar, acalmaria a opinião pública e maquilaria a crise e diminuiria o inchaço e a favelização nos grandes centros. Em segundo lugar, desarticulava os movimentos sociais organizados em sua busca por justiça social. Ao aliviar as tensões no campo, mantinha os latifúndios intactos, conseguindo o apoio da bancada ruralista para o seu projeto conservador. O estoque de mão de obra barata seria realocado para o agronegócio visando à exportação. Também impulsionava a indústria de bens duráveis ao garantir financiamentos subsidiados para a aquisição de máquinas agrícolas no Centro-sul. ²⁴

O crescimento populacional de Rondônia mensurado pelos órgãos oficiais foi vertiginoso. Entretanto o censo não contabilizava a imensa maioria invisível de povos das florestas: como ribeirinhos, castanheiros, seringueiros e povos indígenas. (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

Esses últimos foram os invisíveis que sofreram o impacto desta migração pouco criteriosa e pouco responsável. O quadro a seguir demonstra o crescimento geométrico da população de Rondônia ocorrido em poucas décadas:

Ano	Habitantes
1950	36.935
1960	70.783
1970	111.064
1980	491.069

²³ Provavelmente uma tradição trazida e adaptada do Nordeste, o Coronel de Barranco geralmente era um grande seringalista que detinha muitos seringais e seringueiros sob seu domínio, também era proprietário dos barracões que aviavam as mercadorias e fazia parte da estratégia de exploração dos seringueiros.

²⁴ Para uma leitura sobre as crises urbanas em função do inchaço e do êxodo rural ver RANGEL, I. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

1991	1.130.874
2000	1.377.792
2005	1.534.594

FONTE: IBGE

A máxima popular da “Terra sem homens” estava baseada numa idéia se não enganosa, ao menos ingênua, de uma suposta oferta abundante de áreas “livres”, uma vez que grande parte dessas terras estava ocupada de fato, mas não de direito, por populações tradicionais de indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e pescadores. Conforme aponta Cemin, ao analisar o caso específico de Rondônia, a ideologia do “vazio “demográfico” não passava de retórica do poder militar por meio do seu braço de ferro no Território, o INCRA,

Embora a política desenvolvimentista dos militares para a Amazônia tivesse por lema a ocupação dos vazios demográficos, a colonização apropriou-se, na verdade, de terras tribais, ou de terras cujos habitantes encontravam-se inseridos em sistemas econômicos baseados no extrativismo vegetal; tratava-se de populações sustentadas, portanto, pela manutenção das condições da “primeira natureza”. O processo de colonização estabelece uma ruptura nesta relação, instalando um consumo predatório das forças produtivas humanas e naturais. (CEMIN, 1992, p. 266-7)

Uma rápida passada de olhos na infra-estrutura do Território ²⁵ e sua pequena população demonstram que a região não possuía as mínimas condições para receber o intenso fluxo migratório.

Por outro lado com a economia decadente da borracha e dos produtos da floresta, cada vez mais se avançava sobre as terras dos povos indígenas para compensar a baixa dos preços e aumentar a capacidade produtiva para equilibrar os pagamentos. Esse fator em si já gerava conflitos de uma dimensão cada vez maior entre a economia extrativista e as populações indígenas.²⁶ Esse quadro de violência viria a se multiplicar em proporções geométricas com a migração oriunda do Centro-Sul.

Para uma idéia geral da “administração” militar dos conflitos gerados pela migração no Território, o jornal *O Parceleiro* na matéria intitulada “Menos escolas e mais Delegacias” apontava alguns números bastante sugestivos:

²⁵ SOUZA, V. A. op. cit., Capítulo: “Em busca da ordem: a administração do Território Federal do Guaporé” pp. 121-59.

²⁶ Ibid. p. 149-56.

A Educação perdeu aproximadamente em torno de 20% do seu orçamento [...] alguns setores da Secretaria de Educação e Cultura não entendem o corte [...] Enquanto isso os recursos para Segurança e Defesa Nacional saltaram de Cr\$ 343 milhões (1980) para Cr\$ 661 milhões em 1981. Ou seja, vai ficar com 12 por cento de todo orçamento territorial deste ano (MENOS..., 1981).

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por inúmeros conflitos ligados à posse de terras que se deram, principalmente, em torno das terras indígenas (FOME..., 1980, p. 1), como o índio era protegido apenas em tese pelas autoridades territoriais, de fato, eram terras de ninguém. Os seringueiros, poaieiros e castanheiros também viriam a se defrontar com colonos dentro de suas posses de décadas (TEIXEIRA, Carlos, 1999). A crise forçada pelo fechamento da lavra manual de cassiterita teria estimulado garimpeiros a subirem as cabeceiras dos rios em busca de minérios e pedras preciosas (A MORTE..., 1980, p. 3). Os mais atingidos por esta expansão foram os Suruí e Cinta-Larga povos da família Tupi-Mondé.

Os conflitos faziam parte desses povos desde a invasão de suas terras pelos missionários no período colonial. Os capatazes da empresa Arruda & Junqueira iriam mudar o quadro de desconhecimento da sociedade brasileira, em relação às terras e à crueldade para com estes povos. No “Massacre do Paralelo Onze” (MEIRELES, 1983, p. 85) os empregados daquela empresa alugaram um avião para atacar as aldeias e jogaram pacotes de açúcar com arsênico e, em seguida, o avião deu vários vôos rasantes, dinamitando as suas ocas.

Esse evento encerrou oficialmente as atividades do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir de denúncias de corrupção e colaboração de funcionários nos massacres e outros (SOUZA, 2003, p. 154). Porém, os funcionários corruptos e a estrutura burocrática migraram para a então recém criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Após a tragédia, a colonizadora Itaporanga, de São Paulo, instalou mais de 500 famílias numa das maiores invasões do Parque Aripuanã, antiga colônia Rodolfo Miranda (DAVIS, 1987, p. 107) e uma empresa colonizadora do sul abriu três pistas de pouso nas terras dos Suruí pertencentes à mesma reserva. As invasões seriam o prenúncio dos conflitos que se arrastam até os dias atuais, quando 27 garimpeiros de diamante foram mortos, pelos Cinta-Larga, dentro de suas terras. Essa tragédia estava prenunciada há pelo menos quarenta anos. (VEJA, 2004).

A postura do INCRA e dos órgãos do Território, como o Departamento de Produção, sempre foi de omissão em relação às áreas indígenas. O que ocorreu foi o

acirramento das tensões e o extermínio de povos que haviam sobrevivido aos ciclos anteriores e a conseqüente perda de suas terras.

Conforme Meireles, a postura dos órgãos federais era contrária aos interesses dos povos indígenas. Ela apresenta o depoimento do Ministro do Interior Costa Cavalcanti, em que ele rebatia, “o índio tem que ficar com o mínimo necessário”, respondendo a acusação de extermínio feita pela imprensa estrangeira (MEIRELES, 1983, p. 88). Esse quadro foi se agravando e, a cada entrada de famílias no Território, o estopim do conflito ficava mais curto.

Os executores do INCRA eram nomeados e afinados aos militares “linhas-duras” do Gabinete Militar e alguns, como o Capitão Silvio de Faria, eram ligados ao Conselho de Segurança Nacional. Segundo o Desembargador Aldo Castanheira, os juízes federais eram cassados por “divergências” e decisões “erradas” em relação aos direitos sobre a terra conflitando diretamente com os interesses dos mandatários do INCRA. (MENEZES, Nilza; LINO, 2003).

No depoimento do Desembargador Clemenceau Pedrosa se evidencia a mordação do judiciário, “Naquela época, foi excepcional, estava em pleno desenvolvimento o Ato Institucional nº 5. Todas as garantias constitucionais da magistratura estavam suspensas” (PEDROSA apud MENEZES, Nilza; LINO, 2003). O INCRA não respeitava o direito de posse sobre terras ocupadas desde o período da exploração da borracha e muito menos populações indígenas assentadas desde os primórdios.

A cassação dos juízes Dr. Joel Quaresma de Moura e Dr. Antonio Alberto Pacca ilustra como era a prática no Território, “[...] mas por um motivo ou outro, talvez seja um processo muito longo tocar nessa questão, ele [Quaresma] foi se indispondo com o Capitão Silvio Gonçalves de Farias, o executor do INCRA em Rondônia” (CASTANHEIRA apud MENEZES, Nilza; LINO, 2003). O depoimento anterior do Desembargador Castanheira revela os motivos da cassação.

O INCRA chegou a elaborar alguns projetos de colonização como o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, PIC Ji-Paraná, PIC Vilhena e PIC Sidney Girão. Entretanto, a demanda de três mil famílias a ingressar por ano, era muito superior à capacidade do órgão que não assentou nem um terço das famílias do projeto original. Grupos de grileiros organizados aproveitaram-se das falhas do órgão e com seus grupos armados açambarcaram enorme quantidade de terras de colonos e indígenas.

O INCRA, acompanhando outros órgãos federais, reproduzia as mesmas estruturas criadas dentro do Território, enquanto uma área de administração direta dos governos militares. E o interesse desse grupo era criar uma estrutura político-partidária forte para legitimar o controle na região. Para isso a alta administração do INCRA usava do populismo, ao fechar os olhos para os colonos a invadir terras indígenas e seringais, em alguns casos incentivava abertamente estas invasões. Os dividendos eleitorais não tardaram a chegar.

A partir de meados da década de 70, na gestão do Coronel Humberto Guedes militares da “linha-dura” interessados na transformação dos territórios da Amazônia em unidades federativas para aumentar o poder do PDS no congresso nacional, passam a estimular abertamente a migração para Rondônia. Dentro do grande projeto da colonização dirigida para a Amazônia inseriram seu projeto político de criar um curral político em Rondônia.

Em agosto de 1981, o Presidente General Figueiredo encaminhava ao congresso Projeto de Lei-Complementar 221, que aprovava a criação do estado de Rondônia. O Estado seria criado no dia 22 de dezembro de 1981 e instalado no dia 04 de janeiro de 1982 e renomeado como seu governador biônico o Coronel Jorge Teixeira.

O resultado do estímulo à migração e às políticas de criação de infra-estrutura do estado foi muito positivo à bancada conservadora no congresso. No ano de 1982, quando ocorreram eleições diretas para o legislativo, vários funcionários do INCRA foram eleitos. O seu ex-coordenador Galvão Modesto foi eleito senador pelo Partido Democrático Social (PDS), apoiado pelos militares.

Não se pode deixar de esclarecer que a criação do Estado de Rondônia fez parte de um projeto político do governo federal, em decorrência da necessidade o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo obter maioria parlamentar no Senado e na Câmara Federal, a partir das eleições de 15 de novembro de 1982. Naquele pleito, o Senado da República se renovava em apenas um terço de seus membros e o Estado de Rondônia, por ser recém criado, iria eleger três senadores. Portanto, o governo federal precisava que os três representantes do novo Estado fossem do PDS, para contrabalançar uma provável derrota do governo para o PMDB. (MATIAS, 1998, p. 142)

O colono vivia em condições sub-humanas, sujeito às doenças tropicais, aos ataques de feras e “selvagens”. Além disso, a sua instrução não lhe permitia ter outra leitura da situação. Ele se sentia um devedor dos técnicos e militares de plantão e via o seu pequeno pedaço de terra como uma dádiva que só podia ser retribuída com a única

coisa que possuía - o voto. Meireles também enfatiza essa estratégia e mostra os saldos advindos do populismo truculento e pouco responsável,

[...] Do ponto de vista político, o novo Estado garantiu ao partido do governo [PDS] a eleição de três senadores, a maioria das bancadas federal e estadual e a maioria dos vereadores de Porto Velho, além de todos os prefeitos do interior. (MEIRELES, 1983, p. 94)

O General Figueiredo junto do seu Ministro do Interior, o Coronel Mario Andreazza e mais o Coronel Jorge Teixeira e seus secretários, filiados à “linha-dura” - a ala mais conservadora do PDS - viram na criação do Estado de Rondônia uma oportunidade para aumentar sua bancada no Congresso Nacional e contrapor as bancadas oposicionistas do PMDB, PT e PDT, em franca expansão no Centro-sul. Haviam perdido um pouco de popularidade nos anos 70, com o fechamento do garimpo de cassiterita, mas os milhares de colonos recém-chegados ao Território nem sequer sabiam destes fatos. A direita estava tranqüila e sua salvação viria do Norte.

É possível identificar que a distribuição de terras “livres” em Rondônia foi um projeto político eleitoral conduzido pelos governos conservadores no período. O discurso do Secretário de Agricultura de Rondônia exemplifica essa relação,

Em verdade, todas as esperanças deste rincão que já se independe do passado e tem os olhos voltados para o futuro, estão depositadas no mesmo setor que lhe permitiu dar saldo qualitativo que hoje empreende. Foi a agricultura, e – mais do que ela – o pequeno produtor rural, migrante de outras terras, o elemento fundamental para que se desse nossa efetiva emancipação. (ENTREVISTA..., 1981, p. 6)

A colonização recente do Estado de Rondônia apresenta um lado trágico ainda pouco estudado, no que se refere ao choque entre diferentes etnias. Esse confronto é sensivelmente mais conhecido do grande público quando se trata de questões indígenas e muito pouco estudado no caso de quilombolas e ribeirinhos.

Tal é o caso dos seringueiros que tiveram suas terras invadidas pelos colonos do Centro-Sul e também o caso de inúmeros povos indígenas como os Suruí, os Uru-wew-waw sobre a chapada dos Parecis, os Cinta-Larga no Rio Roosevelt e os remanescentes de quilombos do Vale do Guaporé. A maior parte dos choques foram criados pelos projetos de colonização desencadeados pelo INCRA ainda no governo militar.

Não fossem apenas os conflitos com os pequenos colonos, eles ainda revendiam as terras invadidas a grandes fazendeiros aumentando as tensões na região. A presença indígena conta como *desertos inhabitados*, conforme conclusão de Alcida Rita Ramos

(2010). Poder-se-ia estender este conceito a quaisquer outras comunidades tradicionais. O estado capitaneou o processo de inclusão das terras tradicionais ao mercado de capitais sem estudos prévios do impacto sobre as comunidades.

Quando de sua posse, o governador Coronel Jorge Teixeira disse,

Venham brasileiros de todo Brasil, [...] Rondônia oferece trabalho, solidariedade e respeito. Tragam seus sonhos, anseios e ilusões, compartilhem tudo com este povo admirável, assumam com ele os problemas e as dificuldades naturais na trajetória em busca do grande destino do Brasil. (DISCURSO..., 1983)

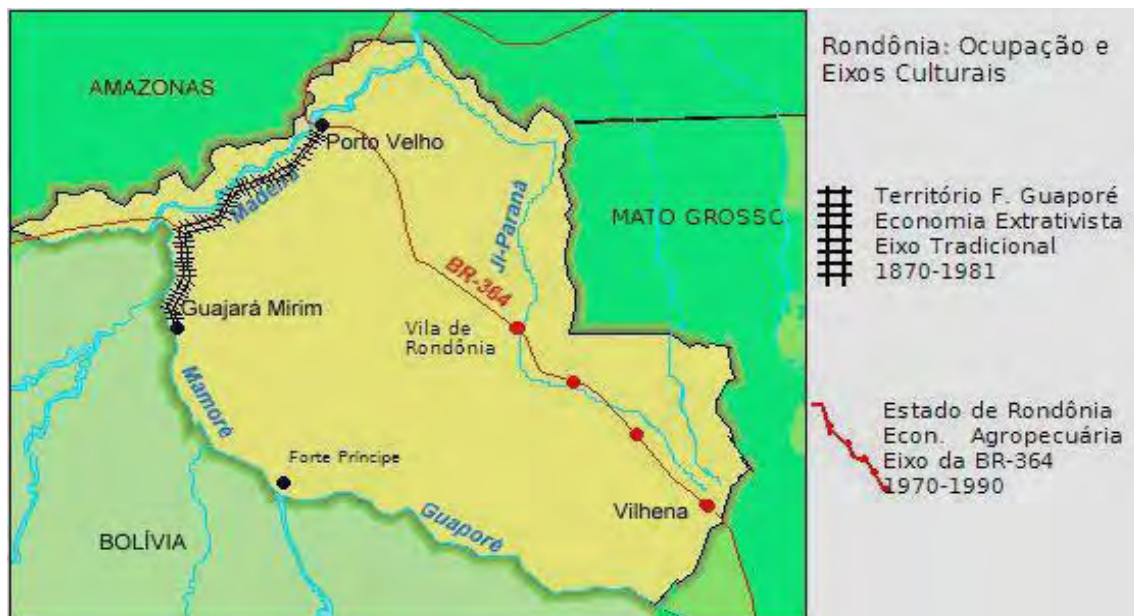
Muitos desses braços acolhedores foram abertos a golpe de foice, como os dos povos indígenas. Entretanto não somente estes foram pegos desprevenidos, os * filhos da terra ²⁷ também não estavam preparados para esta migração massiva. Muitos deles procuraram se fechar em seus guetos rejeitando os novos invasores.

Em menos de vinte anos, o Território havia mudado finalmente a sua face e agora se via com novos problemas. Ausência total de saneamento básico, inchaço urbano, concentração da propriedade e conversão de lavouras em pasto, ausência de uma rede escolar e queda na oferta de emprego, o campo expulsava, mas não criava postos de trabalhos nas jovens cidades do estado.

Além do que, se tomarmos os dados do Território dos anos de 50 e 60 percebe-se que não havia a mínima infra-estrutura para receber sequer migrantes de um estado, quanto mais “brasileiros de todo o Brasil”. Os impactos no convívio cotidiano e nas manifestações culturais não foram menores que os relacionados com a infra-estrutura como se constata pela apatia e rejeição dos “filhos da terra” de um lado e pela formação de nichos culturais de outra como se verá logo em seguida.

²⁷ Migrantes que se dizem pioneiros e que ocupam a região desde o período da borracha e se encontram majoritariamente nas cidades de Porto Velho e Guajará Mirim. Também por filho da terra não se distingue classes sociais, é uma identidade coletiva que se relaciona ao lugar.

Aspectos culturais: tradição, mudança e resignificação



Mapa 1 - Rondônia: Ocupação e Eixos Culturais da Ferrovia e da BR-364

Para se falar de cultura e identidade em Rondônia faz-se necessário se reportar ao seu processo histórico de “ocupação”. O espaço que definimos hoje como Estado de Rondônia pertencia na maior parte ao Mato Grosso e uma pequena parte ao Amazonas. Na década de 70 do século XIX os seringueiros subiam os rios a explorar a borracha, os missionários jesuítas e outras ordens já haviam explorado boa parte destas terras (ESTEVEZ, 1993).

Corroboram estas informações, os relatórios da Comissão Rondon que constavam em pleno auge do extrativismo da seringueira, no início do século XX, a extinção de alguns povos indígenas (METRAUX, 1941). A construção da ferrovia Madeira-Mamoré que teve início em 1907 e foi até 1912 exigia quantidade considerável de mão-de-obra escassa naquele lugar e para tal empreendimento vieram trabalhadores de várias nações.

De um lado a aniquilação de populações tradicionais fosse pelas epidemias advindas do contato, fosse pela violência da exploração econômica em si, de outro a “ocupação” com populações exóticas no grande empreendimento da construção da ferrovia.

No início do século XX, em virtude da exploração da seringueira houve uma penetração maior nos Vales dos Rios Guaporé e Madeira segundo Dante Fonseca e

Marco Teixeira (1998, p. 146). Um dos desdobramentos históricos foi a invasão do departamento de Pando (oriente boliviano) por brasileiros, subindo o Rio Amazonas e o Purus, que resultou na Questão Acreana resolvida diplomaticamente após algumas escaramuças.

Pelo Tratado de Petrópolis, o Brasil comprou o que hoje é o Acre anexando-o ao território nacional e definiu a construção de uma estrada de ferro entre a parte navegável do Rio Mamoré e a primeira cachoeira do Rio Madeira; com o objetivo de facilitar o escoamento das matérias-primas bolivianas e de receber suas importações pelo Atlântico via Rio Amazonas e Madeira. A concessão desse empreendimento foi dada à *Madeira-Mamoré Railway and Company*, formada por capitais ingleses e canadenses, posteriormente ela se tornou também a concessionária dos serviços de transporte nessa ferrovia. Nas extremidades dos 366 quilômetros da estrada, foram criados dois entrepostos de cargas, os quais deram origem às cidades de Porto Velho e Guajará Mirim.

Devido à escassez de trabalhadores, foi usada a mão-de-obra estrangeira, reunindo inúmeras etnias e culturas como antilhanos, barbadianos, granadinos, jamaicanos, indianos, italianos, espanhóis, portugueses, sírios, chineses, gregos e judeus entre outras. As vilas de Porto Velho e Guajará Mirim surgiam como um território multifacetado, recriando “[...] na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo” (TEIXEIRA, Marco; FONSECA, 1998, p. 146).

Porto Velho – ponto inicial da ferrovia e sede dos escritórios, residências e demais instalações da companhia construtora - era um território dividido em dois lados antagônicos: de um lado, a cidade ideal da *Company* e, de outro, a cidade real que ficava além da avenida divisória (atual Avenida Presidente Dutra) a separar os dois mundos. A *Company* era saneada e planejada, com rigoroso controle sobre as classes trabalhadoras. Nessa urbe utópica tudo era perfeito e os operários eram “pacíficos e ordeiros”. Ao contrário, a cidade real de Porto Velho significava vícios e atraso, era a projeção negativa da cidade ideal (HARDMAN, 1988).²⁸

²⁸ O autor compara o centro urbano restrito ao pátio da ferrovia com a cidade além da linha divisória. O pátio da EFMM poderia ser considerado um enclave civilizacional, pois possuía polícia própria, complexo industrial, com padarias, lavanderia, fábrica de gelo e fábrica de biscoito, sistemas de tratamento de água, telefonia e luz elétrica, cinema, matadouro e tipografia. Ele também estabelece um diálogo entre as contradições do discurso elaborado a partir das imagens de Porto Velho (moderna) e Santo Antônio (colonial).

Quando a ferrovia foi inaugurada em 1912 os preços da borracha haviam despencado no mercado internacional. Muitos dos trabalhadores que haviam trabalhado na construção foram dispensados e retornaram para seus países de origem e outros foram trabalhar em outros empreendimentos. Uns poucos gregos e sírio-libaneses ficaram em Guajará Mirim investindo suas economias no comércio local e alguns até se tornaram seringalistas, também alguns * barbadianos²⁹ ficaram por lá.

Neste período a cidade sede da MMRC comportava em torno de 1.000 habitantes em sua maior parte negros barbadianos, Guajará comportava em torno de 200 pessoas e a maior parte estava no seringal cortando borracha. No pátio da ferrovia se falava inglês em primeiro lugar e depois o espanhol, o português era falado por uma minoria. Em Porto Velho se editavam três jornais em língua inglesa: The Porto Velho Times, The Marconigran e The Porto Courier.

Após esse início a região entrou em decadência como um todo, e sua população praticamente se estabilizava e em 1931 não excedia a cinco mil pessoas. Neste momento com a retirada dos ingleses e com uma população mais estável foi sendo gestada uma cultura regional própria àqueles que passariam a se considerar nativos ou da terra.

Com o advento da Segunda Guerra e a vinda de nordestinos, paraenses e amazonenses como soldados da borracha foi criado o Território Federal do Guaporé e a região teve novo crescimento populacional que foi lento e gradativo e essas pessoas vieram a se definir como os filhos da terra.

Neste lento processo de 30 a 40 anos, as formas e os hábitos de sociabilidade e dos jogos, das brincadeiras de roda, das cantigas, do lendário indígena, do baile nos clubes, do carnaval carioca, do boi-bumbá maranhense, das quadrilhas, do *footing* na praça e das audiências no rádio dos ritmos da moda e do futebol, e dos banhos de igarapé foram moldando estas pessoas (BORZACOV, 1994).

Como a capital do país era o Rio de Janeiro, tudo que era da moderna indústria cultural vinha por meio dela, os times de futebol eram Flamengo, Fluminense, Botafogo, Vasco e América, e os ritmos eram o samba, a bossa nova, o bolero e o choro. A maioria ou era nascida na região ou vinha das redondezas como Belém e

²⁹ Por barbadianos aqui se entende os trabalhadores negros oriundos de várias ilhas do Caribe como Barbados, Antilhas, Granada, Jamaica, Cuba, Martinica, Santa Lúcia, São Vicente e Trinidad e Porto Príncipe.

Manaus e outros municípios menores. No interior do Território havia apenas as estações de telégrafo e alguns poucos seringais.

Até 1950 a população estava condicionada a estas atividades, a capital tinha apenas um quilômetro de extensão e tudo girava em torno das * chatas³⁰ que vinham de Manaus a Porto Velho e da EFMM que ia de Porto Velho à Guajará Mirim. Naquele momento já existia um antagonismo cultural com * *los hermanos de la banda*³¹.

Essa paisagem bucólica e essa identidade gestada lentamente seriam sacudidas de forma bastante intensa. A ocupação “humana” na região era de apenas 36 mil pessoas em 1950, porém com o garimpo de cassiterita a “população” se duplicou até 1970. Com o estímulo oficial à “ocupação”, entre a década de 70 e 80, a “população” cresceu cinco vezes em relação à década anterior. Na década de 80, o fluxo migratório diminuiu consideravelmente, mas a “população” se duplicou. Nos anos 90, novamente a “população” cresceu mais duas vezes o seu tamanho.

Em cinquenta anos, a população “contabilizada” de Rondônia aumentou em 50 vezes o seu número. Ou seja, aquela população que estava gestando uma cultura sua e se baseava nas relações pessoais num clima provinciano de cidade do interior, em menos de 20 anos, de maioria, veio a se tornar uma pequena parte da sociedade.

Rondônia se tornou uma terra de migrantes e a convivência de inúmeros traços culturais é a sua realidade, mas às vezes isso não se dá de forma tão harmônica, como se idealiza.

Como na maioria dos casos não houve um povoamento padrão, também não há uma cultura padrão, ou moral, que seja comum. Há, em alguns casos, uma certa flexibilidade nos costumes e nas relações sociais, e comportamentos considerados inadequados em outras regiões são aceitos e vice-versa.

Em Rondônia, há uma multiplicidade de culturas que se encontram nos falares nordestinos, amazônicos, caipiras e sulinos (HUGO, 1996, vol. 3, Repositório). Também há trânsitos entre os complexos culturais e suas formas de expressão, como por exemplo, os mitos de Boitatá, Boiúna, Cobra Norato, Mapinguari, Iara, o macaco gogó de sola e a temerosa cobra pico-de-jaca, eminentes tradições orais amazônicas são narradas em cordel.

³⁰ Embarcações médias geralmente de madeira movidas a motores diesel que comporta entre 5 e 10 toneladas e entre 30 a 60 passageiros em redes, mas que também possuem algumas cabines.

³¹ O termo é usado no Eixo da Ferrovia entre Guajará Mirim, Porto Velho e entorno para designar especificamente aos vizinhos da cidade de *Guayaramerin* e vizinhança do Departamento de Beni.

Essa intensa troca e fluência entre as várias culturas fazem da região um laboratório, com um patrimônio imaterial dos mais ricos que possa haver (THIEBLLOT, 1977, p. 50). Nesses ainda se misturam a resignificação da cultura popular e o fascínio do moderno e urbano pelo maravilhoso. Como por exemplo, as associações de tradição amazonense que encenam o boi-bumbá, tratado como competição e espetáculo para um público consumidor, como um produto cultural. Ou seja, uma manifestação tradicional e folclórica exibida para a indústria cultural (ALMEIDA, 2010. p. 53).

Este fenômeno de resignificação cultural em Rondônia se manifesta no eixo dos vales dos rios de formação extrativista. A região do Eixo da EFMM atrelada à criação do Território nasce como uma sociedade urbana e trouxe consigo toda a complexidade do mundo moderno (HARDMAN, 1988, passim.). Esta sociedade toma os objetos da cultura de massa, como por exemplo, a ferrovia, o futebol, as canções veiculadas pelo rádio, o samba, o choro e o bolero e busca incorporar estas culturas como expressões de uma identidade tradicional.

De maneira inversa também há apropriação e folclorização de objetos da sociedade moderna e da cultura de massa, como o caso da ferrovia EFMM. As obras que analisam a ferrovia em sua expressão econômica e remetem à sua complexidade urbana e moderna, são evitadas em certa medida pelos letrados.³² Todavia, as expressões românticas e até mesmo idealizadas sobre a EFMM são acolhidas como se fossem a mais pura expressão de carinho para com um objeto às vezes até fantasiosamente animado, como se fizesse parte da família, ou um ente querido.³³

As interpretações mais ortodoxas de cultura e identidade como uma expressão singular de determinado povo num momento ou contexto não se aplicam à realidade local e nem a outras realidades. A cultura é construída na base dos empréstimos, do trânsito e da resignificação dos conteúdos do que propriamente uma manifestação pura da expressão sentimental.

Essa riqueza foi observada por Meireles, a autora classificou o Território de Rondônia em duas macrorregiões culturais (1981, p. 19). A primeira é a Macrorregião

³² Esse é o caso de *Ferrovia do Diabo* (2005), *Mad Maria* (1985) e *Trem fantasma* (1988), por serem consideradas visões de fora.

³³ *Reminiscências da Madmarly e outras coisas* (1969), “Crônicas” de Hugo Ferreira, ex-ferroviário da EFMM é citado exaustivamente, apesar de seu conteúdo ser apenas descritivo ao modo da crônica do Capitão Esron Menezes.

do Madeira-Guaporé-Mamoré ou tradicional e a segunda é o Eixo da rodovia BR-364, ou moderno.

Aquela primeira caracterizada pela influência indígena, amazônica, do boliviano e pela migração nordestina e de várias regiões do mundo, pelo extrativismo da castanha, da seringa, da pesca e da cultura tradicional amazonense dos letrados do Território e da EFMM. A macro-região do Madeira-Guaporé-Mamoré, compreende as cidades de Porto Velho e Guajará Mirim no Vale do Madeira-Guaporé.

A segunda, da BR-364, caracteriza-se pela pluralidade dos migrantes, mas, sobretudo provenientes de regiões do centro-sul e ligadas à agricultura, nela se encontra as cidades de Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Através de “linhas” que depois vieram a se tornar rodovias estaduais tem-se acesso a Rolim de Moura, Machadinho, Buritis e várias outras cidades.

Ainda divide essas duas macro-regiões em seis complexos culturais, que vem a ser:

- 1) Complexo cultural do seringueiro;
 - 2) Complexo cultural do pescador artesanal [ribeirinho];
 - 3) Complexo cultural do garimpeiro;
 - 4) Complexo cultural indígena;
 - 5) Complexo cultural do neo-colonizador;
 - 6) Complexo cultural dos migrantes do Caribe [barbadianos]
- (MEIRELES, 1981, p. 20).

Esta divisão é bastante didática e operacional para a compreensão dos vários encontros, pois se somam a esses complexos, outros como os nichos culturais maranhenses, paraenses e gaúchos. O complexo mais diversificado em termos de linguagem e costumes é o indígena, devido à grande variedade lingüística e cultural entre os povos sobreviventes aos ciclos econômicos.

Já Thiéblot (1977) faz outra divisão bastante interessante, apesar de que qualquer das classificações sempre sugere ressalvas quanto aos limites. Nesta divisão o autor faz uma distinção entre uma estrutura social tradicional, que implica uma série de profissões que classifica de folclóricas e a estrutura moderna, que classifica de classes sociais. As folclóricas são:

- 1) Amazonense;
- 2) Seringueiro;
- 3) Castanheiro;
- 4) Garimpeiro;
- 5) Pescador;
- 6) Caçador;
- 7) Carpinteiro;

- 8) Canoeiro;
- 9) Cesteiro;
- 10) Oleiro;
- 11) Tabaqueiro;
- 12) Modelador de bonecos de borracha;
- 13) Marreteiro ou regatão (THIEBLOT, 1977, p. 36-55)

Já as classes sociais, ele dividiu em dois grandes grupos, o índio e o “branco”.
(g.a.) E o branco em dez ocupações e categorias sociais urbanas:

- 1) Grandes empresários – donos de madeireiras, mineradoras e fazendas;
- 2) Grandes donos de terra – seringalistas em transição para a pecuária;
- 3) Fazendeiros médios e empresários médios – donos de serrarias, empresas de ônibus e navegação, médicos e comerciantes
- 4) Pequenos empresários e comerciantes – donos das beneficiadoras de grãos, laminação de borracha, lojistas, pequenos hotéis, marreteiros;
- 5) Profissionais liberais – Intelectuais, jornalistas, advogados e médicos. Há médicos se tornando grandes fazendeiros;
- 6) Artesãos – carpinteiros, canoeiros, mecânicos, funileiros; Empregados e funcionários públicos subalternos – bancários e professores;
- 7) Colonos – pequenos proprietários;
- 8) Operários de serrarias e porto. Na maioria são volantes e trabalham por empreita;
- 9) Choferes de caminhão – categoria a parte, não se interessam pelo desenvolvimento local
- 10) Biscateiros, prostitutas e aposentados obrigados a mendigar, constituem o subproletariado (THIEBLOT, 1977, p. 27-8)

A classificação do autor ao vincular profissões e classes às manifestações culturais coloca mais ingredientes neste encontro de culturas, que por sua vez convivem em paz e, às vezes, apenas se toleram.

A capital, no senso comum, geralmente é chamada de “caldeirão cultural”³⁴, dada sua enorme mistura e ao mesmo tempo convivência de culturas. Porém também há uma outra visão ordinária que parte da premissa que cultura é uma manifestação pura e singular de um determinado povo. E neste sentido ao se tomar esta premissa como ponto de partida Rondônia não teria cultura.

³⁴ O termo segundo José Lúcio Cavalcante de Albuquerque, Presidente da Academia de Letras de Rondônia é bastante usado pela imprensa por jornalistas, produtores culturais e professores. Disponível em <<http://www.gentedeopiniao.com.br>> Acesso em: 11 nov. 2010

Entretanto é justamente o contrário, o Estado é uma fronteira multicultural. É comum encontrar um Centro de Tradições Gaúchas-CTG, servindo churrasco com macaxeira, farinha d'água e baião de dois, juntando em um único prato a culinária gaúcha, nordestina e amazonense.

A mistura não pára por aí, as manifestações culturais são as mais diversas possíveis, é comum ver pessoas de outras regiões junto do pessoal maranhense apreciando a radiola do reggae maranhense, popularizado pelo uso do *playback*. As interações e os empréstimos são tão variados, bem como a sua resignificação. O Presidente do Bloco Jamaica ³⁵ é um gaúcho, caucasiano e de olhos azuis claros, tipicamente um descendente de europeus.

Além desses contrabandos culturais, há uma grande influência da administração militar no século XX. Nas escolas, é generalizado o uso do termo “farda”, e a cerimônia de passagem da condição de adventício para membro efetivo, da religião do Santo Daime, se chama fardamento. Também são populares os termos: reco para os rapazes; capitão e coronel, para os chefes indígenas; e o centro histórico da capital lembra uma vila militar.

A partir dessas observações pontuais, foi investigada a atuação dos militares na região. E, a partir das pesquisas, pode-se constatar que sua geografia de fronteira e a transformação em Território Federal administrado por oficiais do Exército por cinquenta anos haviam imprimido uma conduta de caserna e um senso de hierarquia na população. Diante dessas constatações, foi apresentada por mim, neste Programa de Pós-Graduação, a dissertação *(Des) Ordem na Fronteira* (SOUZA, 2003) a qual enfocava a participação e a influência dos militares na sociedade local.

Quando a MMRC paralisou os seus serviços, as elites locais se viram numa condição comum, abandonados pela empresa. A “nacionalização” da EFMM, em 1931, foi o embrião de consciência e unidade política da camada dominante local (SOUZA, 2003). A decadência da seringa forçou esta camada a se entender entre si e dentro daquele processo.

Posteriormente, na década de 40-50, começaram a se definir dois grupos políticos antagônicos no Território, os Cutubas e os Peles Curtas. Os primeiros eram os

³⁵ Inicialmente o Bloco Jamaica foi criado em 1.999 enquanto Bloco Carnavalesco com o objetivo de reunir os apreciadores de reggae e, sobretudo de origem maranhense. Após a sua fundação o Bloco ampliou-se enquanto uma Organização Cultural Maranhense e também de atuação Social junto à periferia da Zona Leste da Capital de Porto Velho.

membros da elite seringalista e administrativa, representados pelo Coronel Aluísio Ferreira. Os Peles Curtas - alusão a escassez de roupas e à pobreza - eram os ferroviários, profissionais liberais e trabalhadores em geral, representados pelo médico Renato Medeiros, os Renatistas. Essa, talvez, seja a primeira demonstração do sentimento de pertença que se tem registro na região, porém o que os unia seria as classes sociais e categorias políticas às quais pertenciam e não a região em si.

Já em Guajará Mirim, a então segunda cidade do Território – só havia as duas cidades até 1970 - os naturais descendentes de gregos, sírios, libaneses, barbadianos, cearenses e demais nordestinos se definiam como “minhoca”, sinônimo de filho da terra. Essa comunidade estava ligada a capital pela única via férrea da EFMM, distante 366 km e 20 horas de viagem.

Guajará era uma cidade dinâmica, por ser o principal entreposto entre o Atlântico e o Vale do Guaporé mato-grossense, até a década de 1970, e também em seu entorno havia uma colônia agrícola do Iata, implantada no período de criação do Território, que fornecia grãos para Porto Velho e Manaus (SILVA, 1987).

Após a intensa migração para o eixo da BR 364, a economia como um todo se deslocou dos Vales do Madeira-Guaporé para aquela rodovia. Esse se tornou o corredor de acesso ao centro-sul do país, vindo a favorecer a indústria paulista em franca expansão, ávida por mercados e matéria-prima.

Conforme descreve Moreira,

[...] em 1972, foi aberta a BR-425, ligando o município à capital, sendo extinta a ferrovia, o que trouxe resultados indesejados à região. Além do isolamento na época das chuvas, pela precariedade da estrada, a produção agrícola, antes abundante, decaiu, chegando a ser apenas de subsistência, uma vez que o seu escoamento se fazia através da ferrovia (2003, p. 88).

A “Pérola do Mamoré” ficou um tanto afastada e entrou em decadência econômica. O isolamento levou os guajará-mirenses a desenvolver um bairrismo avesso à migração. Situada no ponto final da BR-425, na fronteira com a Bolívia, perdeu sua importância econômica o que veio a favorecer ainda mais o seu discurso bairrista.

O “minhoca/filho da terra” tinha prioridade absoluta para ocupar empregos públicos e privados. Os melhores cargos são reservados a essa elite. Essa cidade criou uma forma de poder alicerçada nas relações personalistas.

Essa cidade mantém o discurso xenofóbico até o presente. A Educadora Carmem Velanga Moreira reproduz o discurso de uma filha da terra com a mesma retórica,

[...] a gente nunca teve nada contra esse pessoal de fora, não. Só que eles vinham era prá tomar o lugar dos nossos filhos. [...] Os cargos da cidade deveriam ficar pros filhos da terra. [...] Esses forasteiros que se arranjam em outro lugar. Se eles são tão bons assim, porque é que deixaram o seu Estado e vieram parar aqui? Prá quê? (2003, p. 99).

A busca por uma identidade na fronteira é muito grande e os seus moradores olham *los hermanos de la banda* com certa desconfiança. Na aparência, o tratamento é formal e amistoso, no entanto, a rejeição se dá de forma camuflada. A autora identifica três alvos explícitos do preconceito, “Deste material, percebo como recorrente: A rejeição explícita aos indígenas; a rejeição implícita/explicita aos bolivianos; a rejeição implícita/explicita aos “de fora”, ao migrante” (MOREIRA, 2003, p. 92).

O extermínio das populações indígenas é naturalizado e a violência é silenciosa, sutil, camuflada, mas o preconceito é explícito, segundo Moreira, é muito comum o uso da expressão “coisa de índio”, para se referir a coisas mal feitas, um furto, um imbróglio, ou coisa semelhante.

Já os amigos *hermanos* são alvo de outros preconceitos. Se uma adolescente brasileira estiver vestida de modo extravagante, estes dizem “tá parecendo boliviana”, ou se o menino tem dificuldade em aprender, “menino burro, tá parecendo boliviano”, também curioso foi o caso de um professor da universidade que teve suas roupas furtadas. Ao prestar queixa na delegacia o investigador já foi falando, “Eu vou pegar esse boliviano”.

Os filhos da terra sentem asco pelos *hermanos*, sua cultura e suas comidas tradicionais, justificados pelo medo de contaminação e de infecção. É comum, do lado brasileiro se ver meninos bolivianos de 7 a 10 anos sendo insultados por um garoto brasileiro de mesma idade (MOREIRA, 2003, p. 96).

Em relação aos “de fora”, o preconceito se manifestou nas eleições de 1996, a Associação dos Filhos da Terra em campanha criou *slogans* sugestivos: “Guajaramirense vota em guajaramirense!”, “Vote nos filhos da terra” e um plágio do hino nacional, “Guajaramirense, verás que um filho teu não foge à luta” (MOREIRA, 2003, p. 101).

Numa dessas disputas pelos postos de trabalho, alunos da UNIR de Guajará Mirim reunidos em comissão foram à Reitoria na Capital pedir o afastamento de dois professores “de fora”, pois queriam a substituição por dois “filhos da terra”. A tendência, com o abandono cada vez maior da cidade e a contração dos postos e cargos,

é que esse comportamento tende a se radicalizar ainda mais na fronteira (MOREIRA, 2003, p. 100).

A atitude purista é incentivada pelas elites pensantes. Como é o caso da Academia de Letras de Rondônia (ACLER) que se representa como defensora do português vernáculo na proteção contra a influência do espanhol na cultura local.³⁶

Há, também, uma herança das desigualdades e distorções geradas na economia extrativista baseada no endividamento. Segundo o escritor Márcio Souza, isso se deve à distorcida concepção de riqueza que se implantou na região, “Esta elite marginal [...] se formou na escola econômica do extrativismo, onde contrair dependência financeira era sinônimo de prosperidade” (1977, p. 156).

Não somente, mas um dos efeitos desta herança é a desigual distribuição dos investimentos públicos. A urbanização feita com recursos públicos é restrita às camadas mais abastadas. A cidade para as elites é outra, ela é o alvo das políticas de urbanismo.

A dualidade do início do século XX, observada já anteriormente por Hardman, entre a cidade real de Santo Antonio e a cidade ideal da *Company* perdura até o momento³⁷. Menos de um mês antes da inauguração dos condomínios de luxo, ou às vezes até antes de sua conclusão, as suas ruas e vias de acesso já estão previamente asfaltadas, drenadas e arborizadas. O poder público é eficiente na valorização do capital, as vendas são garantidas pelo estado.

Porto Velho, a cidade real da periferia, e boa parte das cidades do interior ainda são locais de acumulação primitiva e sua estética de esgoto a céu aberto reflete a prática de suas elites. A cidade, a *far west*, do início do século perdura nos inúmeros bairros populares, aguardando há mais de vinte anos a implantação de um mínimo de urbanização (FONSECA, 1998).

Conjuntamente à identidade de fronteira e as heranças da sociedade seringalista, tem-se a convivência de vários nichos culturais. Como a comunidade paraense, por meio de sua culinária tradicional e o Círio de Nazaré, a comunidade maranhense por meio do bloco Jamaica, dos shows de *reggae* radiola que acontecem regularmente uma vez por mês, e da comunidade dos gaúchos, com seus Centros de Tradições, os CTG e seus concursos de vestimenta, danças folclóricas e comidas típicas, apresentam-se como as mais visíveis.

³⁶ Disponível em: <http://acler.josevaldir.com/Site/brasao/index.asp> Acesso em: 20 mar. 2011.

³⁷ HARDMAN, F. F. *Trem fantasma: a modernidade nas selvas*. S. Paulo, Cia das Letras, 1988. passim.

A comunidade paraense, baseada nas relações familiares, mantém sua cultura de origem. A ligação com o Pará é vital para a manutenção de suas vidas e de seu *status*, eles foram em busca de empregos, negócios e oportunidades, porém não abriram mão de sua cultura e sua contribuição para a cultura popular é bastante rica.

Do Pará, trouxeram a festa do Círio de Nazaré, implantada pelo Coronel Aluizio Ferreira, em 1930, quando era diretor da EFMM, evento que de lá para cá se tornou uma festa tradicional na cidade e reúne a colônia paraense. Trouxeram desde as suas músicas e os ritmos populares como o carimbó, o brega e o Calypso até as expressões mais sofisticadas da MPB como Jane Duboc, Fafá de Belém, Leila Pinheiro e Nilson Chaves entre outros (informação verbal) ³⁸.

Suas comidas típicas fazem parte do cotidiano da cidade, em todos os lugares se encontra barracas de tacacá, pato no tucupi e galinha picante. Hoje já se encontra maniçoba e o hábito do consumo do açaí é um hábito trazido pela colônia paraense. Nas palavras de João Picanço, um paraense que veio para ficar, o que mais se vê no aeroporto de Belém são pessoas portando caixas de isopor, levando as comidas *in natura* do Pará para outros lugares (informação verbal) ³⁹.

Desses grupos, os mais organizados são os gaúchos com os CTG espalhados por todo o estado e os maranhenses em Porto Velho. Eles estão organizados na Associação Cultural e Social das Tradições Maranhenses, possuem sede própria no Bairro Socialista e mais de trezentos sócios. Estão trazendo as manifestações do tambor de crioula, a culinária maranhense, o arroz de cuchá, a dança portuguesa, o pastor, o bumba-meu-boi e outras manifestações culturais. E, sim, o *reggae* de radiola une a todos (informação verbal) ⁴⁰.

Outro nicho é formado pelos sulistas gaúchos e paranaenses. Existem comunidades inteiras, no eixo da BR-364, oriundas da mesma região como Vilhena e Colorado do Oeste. Nestas cidades ensina-se o italiano e o alemão em algumas escolas públicas e em geral as famílias mantêm jardins bem cuidados. Ao se observar os sulistas têm-se a impressão de terem sido transplantados de uma cidade interiorana do Sul de uma única vez, mantendo as mesmas crenças e as relações das regiões de origem.

³⁸ Entrevista com Maria de Nazaré Figueiredo uma das organizadoras da Paróquia de N. S. de Nazaré.

³⁹ Entrevista com João Cleveland Picanço – Membro da Comunidade Paraense e Engenheiro Elétrico da Eletronorte.

⁴⁰ Entrevista com Gean Trindade de Farias – Presidente da Associação Cultural e Social das Tradições Maranhenses.

Sua organização se dá em torno de sua cultura e a partir dela reforçam suas redes de apoio. Apreciam o chimarrão e os ritmos: vanerão, chote e valsa. Suas relações sociais são herméticas e baseadas nos grupos de parentesco e de naturalidade. Majoritariamente, o fato de ser gaúcho é elemento de agregação em torno dos locais de convívio e outras formas de ajuda mútua.

Segundo estudos e análises de Cherobim que realizou algumas pesquisas de campo e esteve na região na década de 70, as identidades dos migrantes oriundos de várias regiões brasileiras se deu por relações de oposição entre eles. Os gaúchos se ajuntavam e se organizavam em torno de seus hábitos comuns, havia também o ajuntamento por naturalidade, “aquele pessoal é do Crato”, ou aquele “é de Cascavel”. Esse processo levou ao conceito que o autor denominou de oposição por identidades contrastivas entre os novos povoadores (CHEROBIM, 1988, p.14-5). E essa identidade cultural-regional levou a outras formas de identificação como a identidade política, tal “etnia” votava e elegia o candidato daquela região.

Outro nicho étnico-cultural são os negros antilhanos de Barbados, Granada, Martinica, São Tomé e Príncipe, conhecidos genericamente como *barbadianos*. Eles são na maioria de classe média, possuem profissões liberais e, se encontram em seu meio: artistas, médicos, professores, engenheiros e outros. Os *barbadianos* mantêm um grupo mais hermético em torno de sua concha cultural, a Primeira Igreja Batista de Porto Velho foi fundada por eles no início do século XX.

Os mais velhos falam o inglês em seu dialeto caribenho, têm uma culinária própria e muitos têm orgulho de serem os súditos da Rainha Elizabeth. Além disso, têm uma forte tradição oral. Cultivam o samba desde a década de 60 e estão envolvidos em inúmeros projetos culturais, como o movimento popular, o movimento feminista, e o movimento negro na capital do estado.

De Barbados, trouxeram a cultura musical junto com o clarinete, o banjo e a bateria, formada apenas de bumbo e prato. Também trouxeram o cricket como esporte praticado ainda por alguns da comunidade. O ponto mais forte de entrelaçamento desta comunidade foi a religião protestante, por meio dela veio a cultura musical e a educação formal, na década de 1920 eles montaram uma escola de português para suas crianças. Isto se deve ao fato de ser o único grupo da antiga MMRC, a ter o privilégio de trazer suas esposas e buscar suas famílias e a partir disso puderam reproduzir e manter sua cultura (BLACKMAN, 2010, p. 72-3).

As interações culturais são várias, a culinária é o lugar em que as contribuições se mesclam. Dos nativos indígenas, sobreviveram o consumo do peixe e as formas de prepará-lo, o fabrico da goma, da tapioca e seu mingau, do polvilho e do tucupi extraído do processo de produção da farinha d'água, da macaxeira, o leite da castanha, o consumo da castanha, do açaí, da bacaba, do patoá, do buriti, da semente da pupunha, do óleo de copaíba, de andiroba e outras essências, os temperos indígenas como o urucum, a pimenta, o consumo das frutas locais e o uso das redes de dormir.

Da culinária nordestina, o baião de dois, o vatapá, o mungunzá, o sarapatel, a galinha à cabidela, o caju, a rapadura e outros. Dos mineiros, o frango com quiabo e angu, a introdução do queijo e seu alto consumo, o feijão tropeiro, o torresmo e outros. Vários restaurantes em Porto Velho servem tudo ao mesmo tempo com o churrasco gaúcho exemplificando o gosto variado e múltiplo da clientela.

Outro nicho cultural por demais necessário de se incorporar à memória da região são os *remanescentes de quilombos do Vale do Guaporé*. Os moradores da comunidade de Jesus, no Vale do Guaporé, descendentes diretos dos quilombos destruídos no século XVIII pelos poderes coloniais tiveram de se organizar para sobreviver em meio aos ataques e caçadas da sociedade colonial. Essa condição de perseguidos levou-os a se conscientizar de seu papel nesta sociedade e a criarem seus próprios conceitos de sociedade. Essa, junto das mais conhecidas na Zona da Mata Nordestina, foi uma das formas de resistência e luta pela liberdade de grupos negros na Amazônia.

No século XIX, a sociedade do Império abandonava à própria sorte sua escravaria no Vale do Guaporé. Mas os negros “fujões” entraram em contato com os povos indígenas que habitavam os arredores dos quilombos, fosse para raptar suas mulheres, fosse para trocar seus produtos. Desse contato, surgiram os indivíduos caborés, os mestiços da relação estabelecida com o povo Kabixí (MACHADO, 2006). Neste sentido, o relatório de Teixeira é decisivo sobre sua identidade, “Os moradores da comunidade de Jesus identificam-se e são identificados pelos circundantes como pretos” (2008). Ainda segundo o Professor Marco Teixeira, esses remanescentes quilombolas são descendentes diretos dos antigos moradores da comunidade de Limoeiro no Vale do Guaporé.

Entretanto, em se tratando de visibilidade social a predominância do Eixo da BR-364 é marcante em muitas expressões locais. A antiga arquitetura da capital construída nos tempos áureos da borracha está sendo transformada de forma acelerada.

O Bairro Caiari antigamente ocupado pelos ferroviários e altos burocratas da EFMM está sendo descaracterizado pelos “paranaenses”.

Em Rondônia oitenta por cento dos políticos são de origem migrante. O governador Confúcio Moura, recém eleito é um médico goiano residente em Ariquemes, que antigamente era um posto de telégrafo e hoje é uma cidade de quase cem mil habitantes. A Assembléia Legislativa é basicamente do interior e até mesmo a capital considerada o reduto sagrado dos filhos da terra e dos letrados está nas mãos dos migrantes desde 2004.

Os novos donos do poder desconhecem os logradouros mais antigos e até o poder público em correspondência oficial se refere à Praça Marechal Rondon no espaço divisório da EFMM de “Praça do Soldado”, numa referência à estátua de Rondon e também de “Praça do Baú”, em referência à Loja de Eletrodomésticos Baú Barateiro. A Praça em homenagem ao Coronel Aluizio Ferreira foi reinaugurada em 1997 no centenário do ex-governador, porém foi depredada por vândalos. Hoje colocaram um obelisco no lugar da estátua, mas pouco se pode notar as referências ao homenageado. O poder público se refere a ela como a Praça do *Half*, em alusão à pista de *skate* que havia ali.

Nesse sentido, esta breve apresentação tem por objetivo deixar clara a questão da multiplicidade e da diversidade, bem como as contradições e conflitos do processo de conquista da região aos povos indígenas. Também, deixar claro a extrema espoliação pela qual passaram os seringueiros, ribeirinhos e demais coletores da floresta. Ainda, esclarecer sobre a manipulação sofrida pelas populações de migrantes e o conflito com as populações tradicionais, elas eram os antigos ocupantes das terras consideradas “vazias”.

A região sempre esteve “ocupada”, até mesmo antes dos ciclos econômicos, mas isso nunca implicou um crescimento populacional baseado nos moldes modernos. Neste sentido, a “população tradicional” não é contabilizada sendo considerada inexistente e “sem cultura”. São pessoas invisíveis e contra elas não se praticaria violência alguma, uma vez que não eram considerados “humanos”⁴¹ pelos órgãos.

A memória e o sentimento local são postos por escritores e poetas em um enredo coeso e homogêneo no qual as contradições e os conflitos não aparecem. É justamente

⁴¹ Os termos referentes à população, ocupação, população contabilizada e humanos doravante aparecerão entre aspas para evidenciar que a memória regional retoricamente exclui as populações tradicionais.

essa coerência plácida ou mesmo essa ausência ou esquecimento que esta pesquisa busca evidenciar nas obras analisadas no capítulo que vem a seguir.

MEMÓRIA E POESIA NA DISPUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Renan em Souvenir D'enfance nos diz que uma das lendas mais espalhadas na Bretanha é aquela de uma cidade de IS que em época indeterminada, tinha sido engolida pelo mar. A gente da região mostra, em diferentes pontos do litoral, o local dessa cidade lendária da qual os pescadores contam coisas estranhas. Nos dias de tempestade vêem eles surgir, do côncavo das águas, as pontas das flechas de suas igrejas, enquanto que, nas calmarias eles dizem ouvir subir, do abismo, o som dos campanários que tocam as matinas. [...] pareço ter no fundo do coração, uma cidade de IS que ainda faz tanger seus sinos que já não os escutam, como também sinto as trêmulas vibrações das profundezas insondáveis, como vozes do outro mundo. Eu também como o velho mestre, tenho a minha cidade de IS, resto dessa Atlântida desaparecida nos sonhos da mocidade.

Coronel Aluísio Pinheiro Ferreira

Este capítulo aborda a visão dos memorialistas: Vitor Hugo, Manoel Rodrigues Ferreira, Eron Penha de Menezes e Emanuel Pontes Pinto, vistos aqui enquanto produtores de narrativas históricas, e, portanto, de uma memória para Rondônia. Tais autores são aqui apresentados a partir de sua formação intelectual e profissional, o contexto histórico em que estão inseridos e as suas interlocuções políticas. A apresentação segue a ordem cronológica de publicação, pois há uma seqüência na construção da memória e este procedimento facilitou o ordenamento da pesquisa e da análise.

Seguindo uma tradição da historiografia recente Albuquerque (2001, p. 24-5) lembra que o espaço e a cultura regional não são conceitos que advêm do recorte espaço-territorial. Não há uma essência regional no físico, ela é construída historicamente enquanto visão social de mundo.

A construção de uma região é o resultado de conflitos entre classes, grupos e etnias. Pensamento semelhante tem Marilena Chauí quando analisa as relações entre o mito fundador e a sociedade autoritária no Brasil. Para a autora tal construção mítica “[...] é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.” (2000, p. 9).

Nessa dimensão compreende-se que a construção da memória se dá a partir dos conflitos, das lutas de conquista pelo poder, seja no âmbito econômico, político, social e principalmente simbólico. Desta maneira, o discurso e suas representações são aqui vistos como o suporte e ao mesmo tempo a materialidade das práticas reais dentro do projeto de hegemonia dos grupos.

No caso do território compreendido entre os Vales do Madeira e do Guaporé essa “luta” se espraia no plano discursivo na tentativa de uma sobreposição a contextos permeados de contradições e conflitos sociais. Neste sentido aqui se investe no desvendamento dos discursos postos na construção de uma memória.

Os “verdadeiros” civilizadores do Madeira

Vitor Hugo (1921-2003), nascido em Turim era Padre Missionário da Ordem dos Salesianos e sua tese defendia que os jesuítas seriam os verdadeiros civilizadores da Amazônia no Alto Madeira e os Salesianos seriam os continuadores desta grande obra civilizacional. O seu objetivo era construir uma memória da Igreja Católica na região.

Para provar sua argumentação ele iniciou em 1945 um debate com a historiografia brasileira do período, mais precisamente com aqueles autores que se debruçavam sobre o papel dos bandeirantes na formação territorial do país.

O resultado deste diálogo e de uma pesquisa de 13 anos em mais de 20 arquivos e 16 bibliotecas nacionais e estrangeiras materializou-se em *Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia* (HUGO, 1959, 2 vol.).

Desbravadores foi publicada pela Missão Salesiana de Humaitá, no Amazonas. Esta obra foi produzida naquela que aqui chamamos de primeira fase de vida, na qual era padre salesiano. Os dois volumes são a descrição da atuação dos missionários jesuítas e salesianos a comprovar a sua tese.

Apesar de ser uma obra voltada para a própria Instituição ela extrapola os muros e se espalha sobre outros segmentos da sociedade guaporeana em formação. Obra de consulta obrigatória, pois reúne uma vasta coletânea de fontes. Trata-se de referência pioneira para as áreas de História, Etnologia, Filologia, Arqueologia, Cultura e Geografia na região. Além de ser uma descrição consubstanciada dos conflitos causados pelas frentes de expansão sobre as terras dos povos indígenas.

Adicione-se a isso, o fato de o segundo volume comportar contribuições sobre a cultura e a linguagem dos vários povos que habitavam Rondônia. É o caso do vocabulário “Tupi-Cahwaib-Parintintin”, organizado pelo autor e prefaciado pelo Professor de Etnografia da USP, Plínio Ayrosa.

Também é o caso do dicionário “Karitiana-Português e Português-Karitiana”, o dos índios Arara e Gavião do Rio Ji-Paraná e os vocábulos dos índios civilizados da localidade Três Tombos no Rio Branco (HUGO, 1959, vol. II, apêndices XXXIV, XL, XLI e XLII, p. 355-438). Não era raro, no período retratado, as pessoas letradas incursionarem pela Etnografia, na escavação de artefatos primitivos e demais áreas das hoje denominadas Ciências Humanas.⁴²

O primeiro volume é sobre as missões jesuítas e outras ordens menores como capuchinos, franciscanos, lazaristas, carmelitas e mercedários no período colonial e narra os descimentos dos indígenas para as margens do Rio Madeira. O segundo enfoca

⁴² Conforme Ferreira, esses esboços de etnografia e lingüística também eram encontrados no Estado de S. Paulo entre os anos de 1910 e 1920. in FERREIRA, A.C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1930)* S.Paulo, EDUNESP, 2002. pp. 67-8. Esse fenômeno será discutido com maior profundidade no capítulo seguinte sobre os letrados: A criação das Instituições de memória e dos símbolos para o Estado de Rondônia.

a Prelazia de Porto Velho e a atuação dos Salesianos na continuidade da missão evangelizadora. A catequese é o esteio para a sua crônica centrada na civilização, e rica na descrição do cotidiano dos povos indígenas, dos caboclos ⁴³, dos religiosos e da população em geral (SOUZA; DANTAS, 2005).

A vida deste autor como mencionado se divide em duas fases: na primeira como padre salesiano pesquisou e produziu *Desbravadores*, além de atuar como jornalista, fundou em 1961 a Rádio Caiari ⁴⁴.

Na segunda fase de sua vida deixou a Ordem e constituiu família com uma senhora da comunidade portovelhense. Também mais adiante passou a ocupar vários cargos como tradutor e intérprete oficial do Território, representante do Consulado Italiano de Manaus e professor. Com a transição política foi o primeiro Secretário de Cultura, Esporte e Turismo do Estado de Rondônia nomeado pelo Coronel Teixeira e Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal de Rondônia.

A sua visão institucional influenciaria a sua percepção do passado. Se o observador é produtor e produto de seu meio, o objetivo aqui não é uma biografia em si, mas buscar os elementos estruturantes de sua visão de mundo. Um dos requisitos é saber os lugares de onde falava e qual era a sua formação ética e profissional.

O conhecimento de sua vida de missionário, liberado para fazer pesquisa e financiado com recursos, arquivos, e documentação privada da Igreja permite uma maior aproximação e compreensão de sua escrita. Bem como quais os seus objetivos políticos e sociais. Essas experiências são elementos que auxiliam na compreensão de como foram articuladas as suas idéias e posições.

Hugo fez suas pesquisas e escreveu *Desbravadores* entre os anos 40-50, no então Território Federal do Guaporé. Era um período de crise em virtude da queda da borracha com o fim da Segunda Guerra Mundial e a exploração de cassiterita ainda estava no seu início. Somado a esse quadro relata-nos uma crise interna de falta de missionários para a região.

A Prelazia de Porto Velho estava a perder espaço na sociedade por causa da “[...] mentalidade hodierna, as guerras que afastam os homens e os meios velozes que com rapidez os aproximam, criaram um clima de egoísmo e de egocentrismo” (HUGO,

⁴³ Aqui e adiante o termo usado é o de caráter étnico-histórico elaborado por Darcy Ribeiro para o Brasil em termos gerais e se refere aos povos destribilizados, mas que não são totalmente integrados à sociedade invasora.

⁴⁴ A Rádio Caiari se constituiu como uma Emissora Eclesiástica e sua primeira transmissão ocorreu de forma improvisada de dentro do Colégio Dom Bosco no dia 18 de Dezembro de 1961. Após esse evento a Igreja mobilizou-se para sua regularização e implantação oficial junto aos órgãos de comunicação.

1959, vol. I, Prólogo, p. X). O “resgate” do passado missionário e o seu papel social e religioso, enquanto agente civilizador da região era uma forma de compensar o declínio religioso.

As evidências indicam que esta obra não fora escrita para o público geral, mas sim para consumo interno em seminários e colégios mantidos pelos salesianos. Este texto contém centenas de citações em latim e italiano sem a preocupação com a tradução. Essa obra era inacessível à maioria da população, pois a educação básica ainda não era um direito garantido na prática.

A obra *Desbravadores*, em sua contracapa, revela o que pode ser uma de suas intenções, a de ser uma obra voltada à instituição religiosa, “à S. Excia. Revma. Dom Ladislau Paz, DD. Bispo de Corumbá (Mato Grosso), idealizador desta Obra” (HUGO, 1959, vol. I, contracapa). E expõe as causas que o levaram a escrever este texto “Semelhante fervor missionário hoje está indubitavelmente esmorecendo, mesmo em ambientes eclesiásticos e religiosos”.

O autor reivindica o devido reconhecimento aos missionários em sua obra civilizatória na região do Madeira-Guaporé nos séculos XVIII, XIX e XX: “[...] O presente trabalho nasceu sem a menor pretensão de ciência histórica. [...] mas ampliou seu escopo quando o autor leu uma série de êrros imperdoáveis de história Brasileira publicados na Europa!” e expõe sua satisfação com a pesquisa “Sabedor, porém, de estar prestando homenagem a toda uma plêiade de novos Apóstolos, o autor se sente ufano desta glória” (HUGO, 1959, vol. I, Prólogo, p. IX, X e XIV).

O seu mito fundante seria a chegada dos primeiros missionários jesuítas no Alto Madeira no século XVII. “Para chegar a esta página de glórias apostólicas, quantos remos não cortaram antes as águas barrentas do Rio Madeira! [...] São de 1669 e 1672 os primeiros arrojos por parte dos Jesuítas para subir o Rio Madeira” (HUGO, 1959, vol. I, Prólogo).

Os Jesuítas seriam os primeiros heróis, porém, encontravam-se esquecidos naquele momento. “E tudo o que existe a respeito da travessia daquele enorme ‘hinterland’! por nada vem infirmar o fato de os missionários terem vencido heroicamente para os tempos e para a História o Rio Madeira até o Rio Guaporé” (HUGO, 1959, vol. I, p. 55).

No século XVIII, as atividades missionárias, segundo o autor, “estavam concentradas em Abacaxis” pouco acima da foz do Madeira e em 1714, já havia aldeias *domesticadas* (HUGO, 1959, vol. I, p. 25, grifo do autor) nas enseadas dos rios

próximos à divisa da capitania de Rio Negro, atual divisado Estado de Rondônia com o Amazonas.

Em sua visão, aqueles primeiros jesuítas prepararam o terreno para a grande obra civilizatória iniciada no século XVII. Hugo ressalva “[...] a região do Alto Madeira entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo [...] os Jesuítas foram os verdadeiros descobridores do Rio Madeira!” (HUGO, 1959, vol. I, p. 37-48).

A terminologia adotada pelo autor nos capítulos de *Desbravadores* clareia suas intenções, “Civilização em Marcha”, “Entradas Missionárias”, “Bandeirantes de Cristo” e “Ultima Epopéia Missionária” (1959, vol. I, p. 3; 15; 39; 147 respectivamente). Ele buscava equiparar os missionários ao *status* dado aos bandeirantes pela literatura do período.⁴⁵ A falta de reconhecimento sobre a atuação dos jesuítas eram os *erros* que observou na história brasileira divulgada na Europa daquele período.

Neste sentido apesar das limitações do autor e de sua proposta, sua obra extrapola os limites amazônicos, pois ao propor a tese sobre o protagonismo jesuíta na Amazônia ao invés do bandeirante, estabeleceu diálogo com autores em nível nacional.

Hugo “resgatou” a imagem colonial negativa criada pelos jesuítas contra os bandeirantes paulistas, contudo sua disputa era pela revisão do passado. Naquele período a ideologia bandeirante grassava no Território de Rondônia e perduraria até a transição para o Estado. A imprensa por meio de matérias pagas pelo Território reforçava a imagem que contribuía para sua sobrevivência,

Nos idos de 1944, os bravos homens da Guarda Territorial atuaram como verdadeiros Bandeirantes adentravam na selva Amazônica a fim de prestarem seus serviços aos seringueiros, aos garimpeiros, e a todos que deles necessitassem. Inúmeros soldados tombaram, não em lutas ferozes como nos Campos de Batalha da Itália. Não. Os inimigos dos soldados eram muito mais perigosos do que os treinados soldados de Hitler. Por que eles aqui lutavam contra um inimigo muito mais poderoso, muito mais difícil de ser localizado, os inimigos que os atacavam sem tréguas numa batalha sem quartel, eram Malária, Tifo, Beribéri, Tuberculose entre outros [...] nem médicos existia nos locais onde os bravos bandeirantes de Guarda de Fronteira prestavam seus serviços oferecendo suas vidas para salvar as das populações civis. (VÉRTICE, 1972).⁴⁶

⁴⁵ Naquele momento o autor estava criticando a imagem positiva de Raposo Tavares feita por CORTESÃO. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. R. Janeiro, MEC, 1958 e ainda estava dialogando com as obras de Taunay sobre o bandeirismo e de Artur César Ferreira Reis, especificamente o artigo “Paulistas na Amazônia e outros ensaios” publicado na Separata da Revista do IHGB, 1940. Para uma leitura mais aprofundada sobre a tendência verde-amarela na literatura ver o artigo de Velloso (1998).

⁴⁶ Somente a título de ilustração, a “Caravana Ford” montada pelo Coronel Paulo Leal com o objetivo de ligar por terra o Território de Rondônia ao Centro-Sul era comumente chamada de “bandeirante”. Esta caravana se deu em virtude da compra de vários caminhões na Ford de S. Paulo que deveriam ser entregues por via marítima, mas resolveram ir pela BR-29, recém aberta e não pavimentada. Esta

O autor buscava, além da demarcação física do território ocupado da Nova Luzitânia no século XVIII, a demarcação do patrimônio simbólico da instituição na região. A disputa entre estado e missionários pelos fiéis /contribuintes perpassa toda a sua narrativa.

Às vezes a sua argumentação incluía uma parceria, sempre tensa, entre as bandeiras e os missionários, na qual eles seriam imprescindíveis ao sucesso da empreitada, “Assim, a primeira bandeira eficaz do Rio Madeira [Palheta-1723], foi provocada em parte pelos próprios missionários, os quais, em todo caso, a precederam [...]” (HUGO, 1959, vol. I p. 28).

O autor apresentou o Padre San Payo ⁴⁷ como “figura de um varão bom, justo, ardoroso de zelo no serviço de Deus, e no de sua Magestade.” (1959, vol. I p. 57), ressaltando ainda suas qualidades e seu desapego. Neste missionário uma

aflição de espírito insuflava o desejo de fundar uma Missão indígena no Alto Madeira. Não o interesse, não o poderio, não o comércio, nem mesmo a expansão, tão só o desejo acendrado pela salvação das almas levou o primeiro Apóstolo do Rio Madeira a implantar a Cruz de Cristo naquela região desconhecida e perigosa. [...] Sómente assim, a região que vamos nos ocupar iria receber o primeiro apóstolo de Jesus Cristo (1959, vol. I p. 29).

Advogou também em defesa do Padre Sampaio das duras observações feitas pelo governador do Pará Francisco de Souza Coutinho que um século depois acusava San Payo de haver explorado comercialmente os indígenas “que os índios cedidos [por Sampaio] como remeiros eram quase todos correspondidos com pagamentos prontos.” (1959 vol. I p. 36).

Em sua defesa, Hugo lembrava aos leitores, “os fiéis devem prover a manutenção de seus sacerdotes e de suas igrejas” (1959 vol. I p. 56). Em sua finalização destacava o papel pioneiro do Padre San Payo ao ser o primeiro a fundar uma missão no Alto Madeira.

Há outros missionários, grosso modo, descritos de forma semelhante, comparados aos mártires bíblicos:

Assim como o farol da civilização latina e cristã firmou seus princípios em alicerces banhados pelo sangue dos Mártires, da mesma forma, o Alto Madeira e mais tarde os sertões de seus grandes afluentes vem ainda sendo

caravana saiu de S. Paulo no dia 28 de outubro de 1960 e chegou à Porto Velho no dia 25 de dezembro, num total de 58 dias. O próprio governador militar se dizia ser um bandeirante.

⁴⁷ O Padre Jesuíta João de San Payo foi o primeiro a fundar uma aldeia no Alto Rio Madeira em 1723, provavelmente próximo à Cachoeira Aroaya, depois renomeada de Santo Antonio (HUGO, 1959, vol. I, p. 32)

impregnados pelo suor sagrado dos missionários, cujos nomes e fatos estamos recordando nas páginas desses atos de novos apóstolos. (1959, vol. I p.63).

Em outro trecho, expunha suas intenções de

compulsar um livro imparcial da nossa História, e verá, como, entre os primeiros missionários, se evidenciam os Jesuítas. Indubitavelmente.[...] Apresentar-lhe todos os principais atos dos novos Apóstolos do Alto Rio Madeira. Então conhecerá também todos os obstáculos aos verdadeiros motivos que fomentavam o interesse de El rei por aquela região (HUGO, 1959, vol. I p. 11).

Uma franca analogia entre a atuação missionária e a evangelização feita pelos apóstolos descrita na Bíblia.

O principal é que Hugo questionava de forma direta a Jaime Cortesão, o qual considerava a bandeira de Raposo Tavares (1648-1651) como marco inaugural da “civilização”, cinquenta anos antes dos jesuítas. Hugo atacava criticando a imagem heróica do bandeirante construída por Cortesão ‘[...] um herói sem mácula [...] bravo, cavaleiroso, plasmador e plástico [...] e católico dum catolicismo *sui generis*.’ (CORTESÃO apud HUGO, 1959, vol. I p. 6).⁴⁸

Para Hugo estes elogios eram exagerados e não mereciam menção, em suas palavras “[...] Só isso é simplesmente ridículo! [...]”. (Ibid, p. 6). O autor reivindicava a memória dos missionários, os heróis esquecidos pela memória nacional em sua visão.

Segundo Hugo, o apoio de El-Rei de Portugal às missões era apenas estratégico. A preocupação de Sua Majestade era com os holandeses protestantes que já estavam a comerciar com os índios do Madeira. Uma carta escrita a dois de maio de 1714 “pelo Padre Bartolomeu Rodrigues decidiu o descobrimento e a exploração daquele rio, em nome da lei” (1959, vol. I p. 27).

A estrutura da obra, em síntese é basicamente a seguinte: a) os naturais foram civilizados pelos jesuítas antes da chegada das monções do sul e das monções do Norte. b) Após o longo período de ascensão civilizacional, Portugal foi tomado pelo espírito revolucionário contrário às Ordens Católicas. O Marquês de Pombal expulsou os heróis civilizadores (1959, vol. I p. 62). c) Há um período vazio no processo de civilização. A região ficou órfã de Deus, abandonada pelos seus representantes. d) O governo imperial permitiu às missões salesianas a retomada de sua missão.

⁴⁸ Citação extraída por Hugo de CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. R. Janeiro, MEC, 1958.

Em seu “resgate” do papel civilizatório dos missionários na região é possível identificar uma convergência direta entre o autor e os seus personagens. Erudito formado por décadas em estudos teológicos era versado nas áreas de humanas como: Filologia, Literatura, História, Geografia, Filosofia e Pedagogia. Além disso, fez seus estudos superiores em S. Paulo, no Rio de Janeiro e no exterior.

As concepções de Hugo polarizam entre os salesianos, considerados por ele, os herdeiros dos primeiros *Desbravadores* jesuítas e os indígenas vistos como condenados sem cultura, antagônicos à civilização cristã e necessitados da fé católica para sua salvação.

Para se compreender a forma como Hugo representou a trama local no teatro da memória, um dos possíveis caminhos aponta para a elucidação das relações entre posição de classe, experiências pessoais e ideais de vida.

O intuito aqui não é a compreensão da experiência de vida do autor, mas, sim, a relação entre essa e a construção da memória. Além de autor ele foi um dos protagonistas de sua trama, produtor e produto forjado pela experiência duplamente projetada no seu discurso. Foi testemunha do vivido e participou ativamente de sua construção.

Porém, isso não o isenta da análise, tampouco confere veracidade àquilo que descreveu. Portanto há que se contextualizar o seu discurso para se tentar compreender as suas representações. Com essa abordagem não se busca uma forma mais próxima da verdade histórica, nem tampouco uma preocupação com a verdade histórica em si, uma vez serem as representações o material de análise em questão.

A partir dessa premissa, percebe-se que os papéis sociais de nosso escritor, em função de sua origem, classe e formação cultural o guiaram para uma visão de mundo peculiar à sua trajetória. Sua escrita é uma forma de compilação de eventos administrativos das Ordens religiosas, ordenados cronologicamente e recheados de descrições dos seus cenários cotidianos.

Acrescente-se a isso que o autor se colocava em cena na terceira pessoa, em um estilo que o remete às crônicas medievais. Seus comentários são descritivos buscando conferir veracidade aos fatos. Suas impressões estão em diálogo direto com o leitor.

É um texto muito rico em variedade de estilos, pois em determinados momentos as linguagens épica e trágica tomam a cena, retratando os missionários como os heróis e os indígenas como personagens passivos vivendo nas trevas (HUGO, 1959, vol. I e II, passim.).

Hugo os considerava seres incompletos por não conhecerem a palavra de Deus. Em compensação, os poucos sobreviventes, do impacto cultural da conquista, tornavam-se humanos ao serem batizados.

O autor também se colocava como interlocutor direto entre os valores da sociedade urbana local e os povos indígenas. Ao defender a catequese dos gentios, colaborava de forma direta para alterações em seu modo de vida, impondo novos hábitos e gerando desequilíbrio em seu meio ambiente. Sua postura em relação à prática do aborto ilustra bem sua concepção moral e religiosa,

Mas que bons sentimentos expressados em forma muitíssimo bárbara; sobre a presença de Deus, sobre a fidelidade conjugal, sobre as finalidades do casamento... ‘Deus quer eu ter filhos’(antes provocava abortos). Fora esse caso, as famílias que encontrei até agora são relativamente numerosas (PADRE PEIXOTO APUD HUGO, 1959, vol. II, p. 230).

O aborto era praticado livremente pelos índios e caboclos como forma de controle sobre a reprodução social, entretanto a partir do contato com os missionários passariam a se sentir culpados pela prática tradicional.

Além de terem que “gostar de Deus, para que assim não falte o peixe nos rios nem a caça nas matas”. Ou, ainda, segundo o Padre Hugo os missionários precisavam imitar os pajés “sobre tudo agradar adaptando-se à mentalidade inferior dos índios” (1959, vol. II, p. 231).

É um europeu influenciado por estereótipos falando a partir do seu etnocentrismo. A primeira fase jesuíta mistura descrições de epopéia e tragédia. Segundo o autor, a missão primordial era levar a fé e a civilização aos “selvagens” e apesar das dificuldades “heróicas”, tudo se encaminharia para um futuro promissor.

Essa narrativa sofre uma brusca interrupção no momento que surge o Marquês de Pombal, o personagem antagônico, a materialização do mal e o arquiinimigo dos jesuítas. Ele havia posto em prática o seu plano de guerra alcunhado pelo autor de “Tempestade Amazônica”, título de capítulo.

O Marquês de Pombal viria a alterar tragicamente o destino dos seus heróis, pois, ao expulsá-los da região, os afastou de sua epopéia civilizatória. Ele refere-se a Pombal, acusando-o pessoalmente de ter sido “homem de caráter imperioso e falso, péssimo administrador, encontraria os meios e os instrumentos para implantar as novas idéias. [...] O acontecimento acirrou o ódio de Pombal. Era preciso, pois, destruir o inimigo, a Companhia de Jesus!” (1959, vol. I, p. 92).

A tragicidade de sua obra manifestava-se, também a partir da perseguição aos missionários e de conspirações arquitetadas por “[...] Jansenistas, maçons, filósofos e enciclopedistas, [que] custearam uma guerra” (1959, vol. I p. 62; 91-3; 96; 101; 104) contra os Jesuítas. E, por fim, lamentava a decadência dos povos indígenas, regredindo ao estágio “selvagem”, forçosamente abandonados pelos missionários.

A sua crônica descrevia a “tragédia” pela qual passava a região na ausência dos jesuítas:

O silêncio de morte pairava sobre toda a Amazônia! O Rio Madeira não contava com um só apóstolo! [...] As águas se mesclavam estereis do heroísmo de antanho. [...] Apesar dos abusos que acidentalmente se encontravam outrora na catequese religiosa, nada mais se tinha feito de bem sem missionários e bons missionários. (1959, vol. I, p. 122-38)

Os missionários são incólumes, pois, mesmo o autor estando ciente dos abusos “acidentais”, esses abusos eram imputados à sua missão, nunca aos jesuítas. A imagem dos missionários, apesar dos excessos cometidos, se mantém imaculada.

A denúncia encaminhada pela Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira-Mamoré, no relatório *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira* aos parlamentares alertando sobre a escravidão indígena no Madeira no final do XIX, “Muitos seringueiros [seringalistas] os ajustam nas malocas, e o que é mais nas próprias missões, [...] reduzindo-os depois ao mais cruel captiveiro” (COMISSÃO, 1885) fornece uma idéia dos abusos dos padres na região.

O próprio autor revela a exploração dos indígenas pelos missionários. Segundo Hugo, o missionário “enviava donativos em gêneros e produtos da região do Madeira, especialmente cacau. [...] enquanto mais de mil índios aprendiam a construir por si casas de sobrado, substituindo-as as malocas!” (HUGO, 1959, vol. I p. 56).

Ele advogava novamente em nome de seus heróis, “Daí, à velha acusação de escravizadores de índios, nova calúnia” (1959 vol. I p. 93). E valorizava os anônimos jesuítas comparando o Frei José das Chagas à figura de Bartolomeu de las Casas⁴⁹ e de um novo Anchieta da Mundurucânia (1959, vol. I, p. 131).

Entretanto apesar da imagem incólume dos jesuítas por Hugo, no final do século XVIII o irmão de Pombal, e governador do Grão-Pará, acusava os missionários de possuírem escravos, prática que feria a *Bula Apostólica Servitutis* de Bento XIV, em 1741. O autor finaliza “Tempestade Amazônica” com a máxima de advogado

⁴⁹ Frei dominicano espanhol crítico da colonização e evangelização na América. Como Bispo de Chiapas no México defendeu uma forma de evangelização pacífica que contrariava o interesse dos *encomenderos*.

concedendo o benefício da dúvida na falta de provas, “mas os grandes crimes e incalculáveis riquezas dos Jesuítas não se encontraram nunca!” (1959 vol. I p. 96, 101; 104; 124).

Todavia, em compensação aos abnegados heróis, os inúmeros povos indígenas são retratados como selvagens carentes da salvação cristã. O autor se refere aos indígenas em linguagem comercial como *peça* humana (HUGO, 1959, vol. I, p. 36, grifo do autor),

[...] o trabalho do jesuíta era combater a ociosidade, a indisciplina e a desorganização!, [...] Índios que ‘não só Deus N.S. tirou milagrosamente dos lamaçais, onde viviam esquecidos, submergidos nas trevas da ignorância. [...] preferiam a fome ao pão ganho com o suor de seu rosto (1959, vol. I, p. 37; 41; 102).

Em outros momentos ressaltava sua selvageria e congratulava as guerras praticadas contra aqueles povos, “levaram a feliz termo aquela expedição contra os Torá. [...] Não era só a ferocidade dos Torá que pesava sobre os brancos, e sim, também a dos Mura. [...] Estes, os Mura, foram piores que todos. Piores ainda que os mesmos Caripuna” (1959, vol. I, p. 42).

Somam-se à “selvageria”, em sua descrição, adjetivos como a preguiça inata, a inconstância caprichosa e o fato de serem “Andarilhos e indolentes por natureza, trabalhavam apenas o bastante para viver, preferindo roubar tudo o que precisassem: verdadeiros ciganos aquáticos!” (1959, vol. I, p. 43). Já em relação às mulheres colocadas enquanto a encarnação do próprio mal, elas eram o contraponto do mito do amor materno, pois elas

[...] eram mães desnaturadas que enterravam vivos seus filhos recém-nascidos [...] massacres... vícios... os Torá... os Mura... nem todos estavam aldeados e pacificados [...] Afinal, o Rio Madeira era também habitado por temíveis selvagens! [...] hordas selvagens de Tupi-Guarani pouco conhecidos, perigosos pela sua pirataria fluvial. (1959, vol. I, p. 79).

Os índios são figurados como cruéis, como no episódio do padre “[...] que acabou massacrado pelos índios Anicoré [Onicoré]” (1959, vol. I, p. 136). A sua natureza “selvagem” implicava falhas morais para o autor, “Infelizmente serpeavam os vícios: umas oito vezes por ano aquelas povoações entregavam-se a bacanais [...] (1959, vol. I, p. 80)

É que os Mura, levavam vida desordenada e má; entregavam-se a danças tão lascivas e cantavam cantigas tão impuras, [...] prática criminosa de tantas abominações. [...] cegos e surdos, os Mura não queriam nem crer no mal que praticavam [...] enquanto mais quente fervia a orgia (1959 vol. I p. 125).

Ao se referir à violência praticada contra os indígenas, minimiza a questão com pragmatismo comercial, “Matou-lhes as peças” (1959 vol. I, p. 140). Os Arara são retratados como “[...] muito mesquinhos: querem tudo de graça e o que eles dão em troca não corresponde nem ao valor da quarta parte do que recebem, e não oferecem nada”. (1959, vol. I, p. 151). Ainda em relação aos Caripuna, eram “Verdadeiramente de maus instintos! O seu único trabalho, fora caçar e pescar consistia em varar canoas,⁵⁰ quando as populações eram reduzidas” (1959 vol. I, p. 152).

A figuração negativa dos indígenas ou foi exagerada para ressaltar o heroísmo missionário, ou minimizada quando o nativo era utilizado pra fins considerados “superiores”. A idéia de “ferocidade” é reforçada no texto por meio do uso de uma fotografia representando o ataque a um seringueiro - com a legenda *Cenas como esta (1955) continuam a ser presenciadas dentro e fora dos limites da Prelazia de Porto Velho*. O corpo em decomposição de um anônimo seringueiro é uma imagem forte colocada justamente para reforçar o seu discurso da necessidade da evangelização.

Por se tratar de uma fotografia recente naquele período é como se ele alertasse a sociedade sobre a falta de missionários para pacificar os índios em compensação ao Estado incompetente.



Foto 1 – Seringueiro Morto à Flechadas - Arquivo da Prelazia de Porto Velho (APPV)

⁵⁰ Consistia em descarregar as mercadorias e índios no início de algum salto ou corredeira do Rio Madeira e carregá-las às costas até outro ponto navegável do rio.

A Maçonaria considerada perigosa para o autor, foi retratada enquanto antagonista da obra civilizatória. Em sua crítica, a Maçonaria havia imposto

[...] grilhões e algemas à Dom Macedo Costa [...] A vida e as palavras de D. Macedo Costa – estão saturadas de antipatias e causadas por tantos sofrimentos. [...] a Maçonaria era um grosso caldo de cultura de idéias liberais, atéias, inimigas da influência religiosa e da ação do clero. (1959, vol. I, p. 176-77, Intermezzo).

Ainda acusava-os de “[...] aliciar sacerdotes e envolvê-los em suas malhas [...] se aliaram [os padres] discretamente à seita”. Neste capítulo, o autor critica a imagem da maçonaria na história brasileira. Para se contrapor à imagem positiva da instituição contestou a seguinte afirmação: “[...] a Maçonaria fez a glória do Brasil, fez a independência e libertou os escravos”. Em sua crítica, com a argumentação seguinte, pedia justiça “[...] o clero trabalhou no campo patriótico e social – e não apenas político – muito mais do que eles [maçons], muitos séculos antes deles e sem opressão!”. (1959, vol. I, p. 177-78, Intermezzo).

D. Pedro II também se tornou alvo de seus petardos, “Havia um imperador, católico, também é verdade: entretanto, sempre estivera muito afastado da Igreja e cada vez mais próximo da Maçonaria” (1959, vol. I p. 176-9, Intermezzo). Também rebateu as acusações, segundo ele, feitas pela Instituição Filantrópica, “A Maçonaria de hoje e de sempre trabalhava admitindo como indiscutível o princípio inverídico de que as Missões religiosas exploram o índio!” (1959 vol. I p. 184, Intermezzo).

Não era a Maçonaria do passado e sim aquela da época da feitura do livro que o autor estava atacando diretamente, o discurso “histórico” servia de pano de fundo para o seu embate.

No segundo volume, ele dedica um capítulo inteiro à maçonaria. Em “A Árvore do Bem e do Mal”, a Instituição é contraposta ao bem, numa analogia maniqueísta. Após criticar também a igreja protestante, refere-se à Maçonaria como “[...] outra erva daninha prejudicando a árvore do bem, tomando vulto.” O autor também narra frustrada tentativa de aquisição de um imóvel da Instituição.

O padre João Nicoletti em 1931 “pleiteou a compra do edifício da Loja Maçônica. A resposta foi ridícula, porquanto foi valorizado numa maneira descomunal”. (1959, vol. II p. 82-3). E ainda condenou as tentativas de aproximação da irmandade com o Arcebispo de Manaus Monsenhor Pedro Massa.

Ainda no segundo volume, a missão civilizatória é retomada com a chegada dos missionários da Ordem da Sociedade de São Francisco de Sales à Amazônia (1959 vol.

II, A civilização avança p. 25) que reuniam as características ideais de bravos e corajosos ao “enfrentar o desafio” de pastorear a região nas “perigosas” viagens de desobriga pelos rios misteriosos e insólitos. Esses bravos ainda lutavam diariamente contra a “ignorância” e a “rudeza” das classes pobres. Homens destemidos que enfrentavam o “desregramento moral” e o “paganismo” da população. Tudo isso, somado à “indolência” (1959, vol. I p. 43), à “desorganização” e à “rebeldia” dos povos indígenas à fé e à civilização.

Por fim, os religiosos europeus lutavam ainda contra a natureza hostil, pressionando-os à “adaptação”, ao clima e aos costumes amazônicos. Esse roteiro os aproximava do herói clássico, o seu destino era o fardo que deveriam cumprir. A redenção para eles era a civilização. Eles haviam saído de seu seio, para enfrentar o desconhecido e o clima adverso para redimirem-se e finalmente alcançarem a glória (CAMPBELL, 1999).⁵¹

Ressaltava a “miséria por toda parte”, neste quadro a população de Porto Velho foi apresentada como “carente material e espiritual”, sem nenhum amparo das elites governantes que se ocupavam de atividades fúteis como: “[...] fazer avenida, dansar, jogar futebol, cuidar do aperfeiçoamento da mulher, tango, jazz-band! Os desvalidos não tinham importância [...] Não havia caridade social, e a caridade particular era irrisória” (1959, vol. I, p. 25-9). Estava criticando diretamente a elite letrada e o governo territorial ao apontar a inexistência de serviço social.

A região foi apresentada como o berço ideal para a “grande obra salesiana” de civilização e evangelização. Os relatos estão eivados de valores positivos em relação às suas ações:

Homem de largo descortino administrativo, o Pe. João lançava-se contra o reinante desinteresse pelo fator econômico da vida, e incutia com o exemplo e as palavras o amor ao trabalho. Apontava como verdadeiras causas pelo fracasso econômico da época a diminuição criminosa dos filhos, [...] impulsionou a agricultura, cuidando do fumo e da mamoneira, pondo em movimento um castanhal e um seringal no Paraná Brasileira, próximo à foz do Jamary; projetou uma cooperativa agrícola, adquirindo a primeira máquina de descascar arroz, incentivou a criação do gado, pleiteou a aquisição duma olaria mecânica, abriu uma farmácia pública e uma caixa econômica de depósitos populares. (1959, vol. I p. 57-8).

O Padre João Nicoletti foi ainda apresentado como “Herói Anônimo”, título do capítulo. Enquanto o Coronel Aluizio Ferreira, Governador do Território, então o mais

⁵¹ Ver Campbell sobre as várias formas do herói em *O herói de mil faces*. S. Paulo, Cultrix, 1999 <http://www.scribd.com/doc/7287491/Joseph-Campbell-O-Heroi-de-Mil-Faces>> Acesso em: 15 mai. 2010

poderoso homem da região é apresentado secundariamente como “Uma Figura em Evidência” num claro contraponto ao herói salesiano.

Aliás, se o Padre San Payo é o herói jesuíta para o período colonial no volume I, o Padre João Nicoletti é o herói moderno dos salesianos no volume II em que o autor descreve o processo de criação do hospital beneficente “São José” pelo salesiano em Porto Velho.

A inconfundível atividade do Pe. João Nicoletti na assistência aos doentes pede que nos detenhamos algo mais sobre a situação sanitária do Alto Madeira [...] eram os pobres indigentes, os deserdados, os prejudicados por tudo, que despertavam a ansiedade cristã! [...] Pe. Nicoletti foi, sem favor algum, o primeiro médico dos pobres e desamparados. (1959, vol. II, Herói Anônimo, p. 59-63).

Hugo ressaltava a importância do Hospital São José para a saúde da população e fez críticas à discrição da Igreja, “A grandiosidade daquele dia da Pátria, passa quase despercebido no Arquivo da Prelazia, mas o jornal local levou para todas as partes as notícias do brilho que tomou a inauguração do Hospital” (1959, vol. II, Herói Anônimo, p. 65). O autor revela sua clareza de consciência em relação à disputa pelos serviços públicos e espaços simbólicos entre a Igreja e o Estado, na formação da sociedade rondoniense.



Foto 2 - Hospital da Prelazia- Arquivo Centro Salesiano vol. II p. 81

O Padre Nicoletti foi além em sua atuação social, construiu os colégios Dom Bosco, para meninos, e Maria Auxiliadora, para meninas. A crítica à educação laica

aparecia de forma sutil nas colocações de Hugo, “no dia 2 de outubro, ‘dia da criança’ o Professor Protásio Silva, o educador (!) do Grupo Escolar Barão de Solimões organizou uma rica festa literário-musical. No programa entrava tudo, exceto a Doutrina Cristã” (1959 vol. II, p. 93).

E, novamente retornou ao uso da linguagem romanesca para descrever a gênese do colégio: “Tempos heróicos! Debaixo de uma escada, com poucas carteiras no espaço reduzidíssimo. [...] 14 de julho de 1935 foi lançada a primeira pedra do colégio masculino. [...] Para mais de 400 crianças se educavam nos colégios da sede da Prelazia” (1959 vol. II, p. 96). O autor ressaltava a participação social da instituição ao registrar o desfile cívico dos colégios Dom Bosco e Maria Auxiliadora, em homenagem ao presidente Vargas em 1940 ⁵².

Era uma demonstração do espaço ocupado pela Igreja no setor educacional em contraposição à educação criada pelo governo do território. Foi sob o comando do Coronel Aluízio Ferreira que se iniciou a educação pública na região. As intervenções do Padre João Nicoletti, na economia e na infra-estrutura local, iam ao encontro da atuação do Estado.

O Padre Nicoletti personificava a ordem Salesiana, intervindo no desenvolvimento social e civilizacional. Durante a segunda quadra do século XX, a disputa entre Estado e Igreja pelas áreas do ensino, saúde e assistência social ainda não estava definida na região.

A disputa não se limitava ao campo simbólico, o Padre Nicoletti teria morrido em circunstâncias nebulosas após depor sobre um pagamento feito ao hospital pela ferrovia com notas falsas.

A sua morte envolta em mistérios colocou em cena como um dos suspeitos o Governador envolvido no escândalo. É plausível que Vitor Hugo estivesse usando sua obra para buscar, senão uma justiça concreta, ao menos um desabafo ao deixar pairar dúvidas sobre o caso (informação verbal) ⁵³. No centenário do Coronel Ferreira em 1997, Hugo limitou-se a cobrar do Exército que abrisse os seus arquivos para pesquisar a “verdade”.

⁵² A visita de Vargas em 1940 é considerada como um marco no desenvolvimento da região pelos memorialistas. A programação seria de apenas três horas e foi estendida para três dias com promessas feitas em palanque para a criação do Território Federal.

⁵³ Entrevista com Antonio Cândido da Silva – Escritor e Membro da ACLER desde sua primeira posse em 1986.

A disputa pela memória está muito presente em sua escrita. Além de questionar a imagem dos bandeirantes, de Pombal, dos protestantes, da maçonaria e da política imperial, ele criticou a atuação do Serviço de Proteção aos Índios de Rondon.

A sua crítica endereçada ao SPI iniciava-se por uma constatação “Torazes [...] A guerra que lhe fez o dito Capitão João de Barros da Guerra, os deixou estintos. [...] Diminuíram [as chacinas], ao menos quanto ao alarde, mas seria infantil pensar que hoje não se matam mais índios na Rondônia.”

E aponta para a omissão, “[...] O S.P.I. do Amazonas não desconhece as caçadas de índios que se fizeram e se tenta fazer na bacia do Aripuanã.” E avança rumo à denúncia, “[...] Os Bôca-Negra que eram uns 200 em 1912, não chegam a 40!!! [...] e, mais, os sinais de freqüentes massacres e incêndios entre dezenas de tribos desconhecidas.” E da denúncia partiu para o ataque, “a proteção oficial foi muito menor do que se disse” (1959, vol. II, p. 200-1).

Questionara até mesmo o poder do Marechal Rondon sobre o controle das terras do Território do Guaporé. Em sua argumentação se evidenciava a crítica e a submissão das elites locais aos órgãos do Governo Federal:

[...] forçosamente aceito por bem ou por mal: o plano oficial do exército, do falecido Marechal Mariano Cândido da Silva Rondon. [...] sôbre os métodos coercitivos dos ‘empreendimentos-Rondon’, citamos um documento inédito: o Cel. Rondon tem o monopólio do governo do Estado para as demarcações de terras (1959 vol. II, p. 204).

Ele também acusava os chefes regionais do SPI, “Mas é proverbial a incompetência de muitos titulares regionais, e por isso mesmo continuam os massacres. [...] À incompetência vai de parrelha [com] uma ignorância por vezes maldosa” (1959 vol. II, p. 214-5). Somado a estas denúncias criticava o empreguismo do período, “A isso tudo se acresce o número de funcionários sempre demasiadamente desproporcionado, afim unicamente de tirar proveito [...]”.

O autor, em sua visão, criticou a indevida equiparação feita pelo órgão à atuação das missões religiosas na Amazônia, “Não admira as queixas do S.P.I. pela falta de numerário. O que admira é querer pretender comparar um organismo quase nulo e mesmo esdrúxulo – ao colosso das Missões Católicas que contam com experiência milenar!” (1959, vol. II, p. 216). Seguem acusações de calúnia ao SPI, de prática clientelista, descaso e omissão quanto aos massacres e dependência dos índios (1959, vol. II, p. 219-20).

Há como que um paralelo entre a sua vida pessoal e a representação histórica. O escritor teria seguido a mesma trajetória do estado, separando-se da instituição religiosa. Primeiro deixou a batina e depois constituiu família. E, para manter sua nova vida, passou a ser funcionário público do Território Federal de Rondônia.

Se os jesuítas foram os desbravadores da região, Hugo foi o desbravador na discussão sobre o território do Madeira-Guaporé. O pioneiro a construir uma obra de fôlego sobre a memória local, e ser aceito pelas elites burocráticas pela dimensão de sua obra.

O reconhecimento também vinha do grupo dos “poetas”. Matias Mendes o incluiu na *Síntese*, “A exemplo de Literatura de Rondônia, podemos citar trabalhos publicados há mais de vinte anos, [...] entre estes vamos encontrar um clássico nacional no seu gênero, que é ‘OS DESBRAVADORES’, do conceituado historiador Victor Hugo” (1984).

Seu discurso destinava ao colonizado somente o papel de um selvagem pagão a ser humanizado. Num discurso recorrente dentro das Ordens Religiosas desde o século XIX, segundo Karla Martins, o bispo do Grão-Pará, Dom Macedo Costa também à sua maneira imortalizou os jesuítas como os heróis organizadores dos “primeiros povos brasileiros” (MARTINS, Karla, 2005).

Hugo, em sua concepção cristã, não percebia que a condição imposta pela Igreja aos povos indígenas e caboclos, na melhor das hipóteses os transformava em sujeitos de segunda categoria. O autor talvez não tivesse consciência de ser, ele próprio um agente do etnocídio.

A desqualificação das populações autóctones objetivava legitimar a catequese, pois tentava inculcar a idéia de que a presença da Igreja era fundamental para salvar o gentio sem religião considerado um errante.

A mitificação e a apologia continuamente reafirmadas acabaram por ser aceitas e reproduzidas como realidade histórica transformando-se num dos alicerces naturalizados na construção da memória regional.

A crônica de Hugo criou de um lado o herói salvador personificado nos missionários e, de outro, a vítima a ser salva - os indígenas. Essas representações conseguiram lograr a legitimidade da ordem dominante por meio de um longo processo de ensino doutrinário sendo destinada à clientela dos colégios da rede salesiana.

A partir de sua narrativa, depreende-se o caráter de panacéia atribuído à atuação das ordens religiosas. Nele se nota uma postura pendular em sua representação das

populações indígenas. Pois, quando resistiam à catequese eram ferozes, porém quando eram escravizados pelos bandeirantes no período colonial ou espoliados pelo SPI e por Rondon passavam a condição de vítimas a serem protegidas pelos missionários.

Nesse momento, os missionários tornavam-se heróis duplamente, pois estavam imbuídos da evangelização-civilização e prontos a socorrê-los, desde que aceitassem a palavra de Cristo (HUGO, 1959, vol. I p. 37-8).

A narrativa de Hugo, apesar de trocar os heróis de plantão, bandeirantes por missionários, reproduzia uma visão recorrente da vitória da civilização sobre os povos primitivos.

Em sua obra percebe-se uma tensão, mesmo que secundária entre a Igreja e o Estado, desde o período colonial nos embates com a coroa e os colonos, o Ministro Pombal e no século XX, com a administração da EFMM e o Governo do Território.

Neste sentido havia um conflito velado com o grupo letrado, o evento do centenário do Coronel Aluizio Ferreira pode fornecer algumas pistas para reflexão. Neste episódio Hugo muito ponderadamente limitou-se a um posicionamento neutro nas acaloradas discussões em torno do homenageado e preferiu sugerir aos presentes o uso das técnicas direcionadas à pesquisa histórica:

É preciso não heroicizar ou exorcizar vultos e fatos históricos. O historiador tem que ser, antes de tudo isento de paixões, usando parâmetros imparciais [...] é necessário que sejam abertos os arquivos do Exército. (HUGO APUD BORZACOV, 1997, P. 247-8).

Só podemos intuir os porquês da sua exigência na abertura dos arquivos do Exército, provavelmente ele sabia de algo que não poderia ser publicado até aquele momento. *Desbravadores* foi escrito numa linguagem cifrada, mas pode ser lido com a perspectiva da época e das relações e vir a revelar muito sobre os meandros da política e da sociedade rondoniense do Território Federal do Guaporé.

Sua narrativa tinha como pano de fundo a trajetória da Igreja na Amazônia dando início a disputa pela memória local. Sua obra foi recebida como uma das mais importantes peças na colcha de retalhos para o passado de Rondônia. Neste sentido foi por excelência o texto desbravador na feitura da memória do Alto Madeira.

O seu reconhecimento pelo Coronel Teixeira trouxe maior projeção à obra. Inverteram-se as posições naquele momento, enquanto os letrados estavam a perder espaço, Hugo assumiria a Secretaria de Cultura do Estado. Sua projeção o colocava em

vantagem na nova sociedade que em sua dinâmica reacomodava as anteriores relações sociais do Guaporé.

Seu texto também era marcado por uma narrativa cronológica, linear, contínua e homogênea. Há uma coesão interna, na qual não há conflitos e contradições no processo de conquista. Esses elementos de coesão são muito comuns à crônica histórica e religiosa.

Italiano e conhecedor do velho continente, a sua visão de mundo era de uma pessoa erudita formada no humanismo cristão. Esses fatores somados às demandas da Instituição teriam influenciado a sua produção.

A memória regional foi sendo composta pelos textos aceitos e que mais ou menos refletem a experiência do autor. Como a maior parte dos rondonienses é migrante ou descendente e desconhece parcial ou completamente a experiência local, acaba por fazer uma leitura superficial da obra de Hugo. Esta pesquisa deixou claro que apesar de ser muito citada nos meios informais e nos atos públicos é pouco lida e pouco discutida.

Seu trabalho possui o mérito de estabelecer diálogos com as imagens produzidas, sobre o bandeirante, em outras regiões. Vitor Hugo não jogava palavras ao vento, ele tinha boas razões para se contrapor à ideologia oficial. Na segunda parte deste capítulo vamos analisar a imagem do bandeirante em sua representação máxima no poema “Céus de Rondônia” que viria a se tornar o hino oficial do Estado.

Enfim, *Desbravadores* busca a valorização e o reconhecimento da Igreja Católica e dos missionários em sua contribuição enquanto agentes civilizadores para a educação, a saúde, a tradição e a manutenção da moral e da família.

Manoel Rodrigues Ferreira: o novo bandeirante

Como Vitor Hugo, Manoel Rodrigues Ferreira (1915-2010) também é um pioneiro da memória daquele território. Aqui nesta pesquisa vamos analisar duas obras deste autor: *Ferrovias do Diabo* (1959) e *Nas Selvas Amazônicas* (1960), nas quais se encontram elementos da memória local. Ferreira representou a região do Madeira por meio da descrição das várias fases de construção da ferrovia a ligar a primeira cachoeira no Rio Madeira e a última no Rio Mamoré na localidade de Espiridião Marques (rebatizada de Guajará Mirim).

Ferreira era filho de fazendeiros de Itapuá, interior de S. Paulo, e teve de abandonar a Escola de Engenharia, do Instituto Mackenzie, em função da crise do café que se abateu sobre sua família. A partir desse evento, foi ser professor de exatas nos colégios paulistanos.

Em 1941, soube de um missionário do Território do Acre que havia sido picado por uma cobra e em seguida entrou em contato para obter maiores informações sobre o incidente. A partir disso ficou sabendo de outras dificuldades que o padre enfrentava e se decidiu por ajudá-lo.

Em seguida, procurou o diretor do jornal A Gazeta (São Paulo), Américo Bologna, da Fundação Cásper Líbero, e de comum acordo resolveram publicar as cartas do Frei José. Essa foi sua entrada no jornalismo, que desse momento em diante passou a trabalhar como *free-lancer* do referido vespertino (FERREIRA, 2005a).⁵⁴

Jornalista e engenheiro do DER-SP - Diretor das obras da Rodovia Federal Pres. Dutra, trecho Jacareí - S. Paulo - o ex-professor de matemática descreveu como viria a tornar-se repórter investigativo e escritor. Esta carreira seria mais um dos desdobramentos de sua atuação profissional.

Dentre estes, a organização e direção da Bandeira Mackenzie aos sertões do Brasil Central, na qual encontrou Orlando Villas-Boas no Rio das Mortes (Mato Grosso). Ferreira se considera o responsável pela projeção mundial de Villas-Boas como grande sertanista.

Em 1948, Ferreira retornou ao Alto Xingu, onde ficou pesquisando por quatro meses. Dessa empreitada, surgiu uma série de 19 reportagens publicadas no jornal A Gazeta e compiladas em duas obras lançadas no mesmo ano: *Aspectos do Alto Xingu* e *Cenas da Vida Indígena*.

Naquele período o autor sofria uma influência da corrente modernista do bandeirismo verde-amarelo muito em voga nos anos 30 e 40. Este elemento se reflete em sua produção, pois paralelamente às viagens, o autor havia mergulhado nos Arquivos de Documentos das Bandeiras e, após 12 anos, publicaria *O Mistério do Ouro*

⁵⁴ Fazemos um parêntese aqui para esclarecer que foi usada a *Autobiobibliografia* do autor apenas para a coleta de informações sobre locais e datas não disponíveis em sua obra. Também há de se ressaltar que apesar do título o texto de Ferreira não é uma descrição narrativa de sua vida particular, mas em torno apenas de sua obra e de sua experiência social. Fatos que apesar de tenderem à heroicização e imortalização de seu registro, estão disponíveis em outros tipos de fonte. O autor não revela nenhum episódio inédito ou desconhecido do público. Portanto aqui não se aplica a crítica aos limites da autobiografia e o seu uso como documento.

dos Martírios, em 1958. A sua carreira gradativamente se ampliava, de engenheiro a professor e em seguida de repórter a escritor.

Neste intervalo ocorreu um fato específico que o colocaria no palco da memória rondoniense. Segundo ele, em novembro de 1956 o fotógrafo Ari André o havia procurado para mostrar uma caixa cheia de negativos sem uma série definida. A partir disso, o autor passou a examiná-los e descobriu que eram da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a conhecida ferrovia do diabo.

A partir de então, iniciou a publicação de uma série de dezesseis reportagens sobre a construção da ferrovia. “Dado o sucesso da série, Francisco Marins, editor-chefe da [Editora] Melhoramentos, me propôs publicá-la em livro” (FERREIRA, 2005a). O autor pediu um prazo de dois anos ao editor para se aprofundar no tema.

Das dezesseis reportagens e da pesquisa feita a seguir, resultou o livro *A Ferrovia do Diabo* (1959). O sucesso como jornalista investigativo havia produzido o escritor Manoel Rodrigues Ferreira. O acompanhamento de sua trajetória profissional possibilita uma melhor compreensão de suas representações da região.

Dada a recepção favorável junto ao público, ele foi se estabelecendo como interlocutor dos sertões junto às instâncias de poder. Por ser o primeiro escritor a projetar o Território de Rondônia, em âmbito nacional, por meio da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ele conquistou certa notoriedade e prestígio na região.

Segundo ele a partir desta evidência como repórter, o então Governador do Território Coronel Paulo Leal o convidaria para visitar a região com todas as despesas pagas. Nessa visita, o governador revelara a sua intenção: “Eu convidei os senhores para virem até aqui e darem depois uma notícia em seus jornais sobre a necessidade de se construir a BR-29 até Cuiabá” (2005a).

O objetivo era arregimentar os jornalistas (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e A Gazeta) como porta-vozes da região junto à Presidência de JK. Com o objetivo específico de “pressionar” a construção da rodovia que interligaria a região ao Centro-Sul.

Ao invés de retornar junto com os outros repórteres ele permaneceu por 40 dias “fotografando tudo que era possível” (2005a) e coletando informações sobre o Território. Após sua chegada em S. Paulo, iniciou no dia 08 de janeiro de 1960, uma série de reportagens. Foram

[...] matérias de páginas inteiras de texto e fotografias, [...] destacando a edição de 12 de janeiro ‘Prestes a ligar Porto Velho a S. Paulo a Rodovia

Federal BR-29', assim o nosso estado [S. Paulo] seria um dos maiores beneficiados [...] Em todas as reportagens eu mostrava os mais diferentes aspectos do Território, [...] apelando ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que mandasse construir imediatamente a Rodovia BR-29, inclusive alcançando os Portos do Pacífico [...] A última reportagem, de nº. 21 de 04 de fevereiro, quando mais uma e última vez, fiz um apelo ao Presidente da República para que mandasse construir a BR-29 imediatamente. No dia seguinte, o Presidente Juscelino Kubitschek foi à televisão e em rede nacional [...] declarou: Quero anunciar que hoje mandei que a Rodovia BR-29 Porto Velho - Cuiabá seja construída imediatamente (2005a).

Ferreira ainda creditava a descoberta do Patrimônio Arqueológico de Rondônia⁵⁵ a esta viagem, mais uma contribuição sua para a divulgação do Território. Concluída esta etapa de uma “luta de 76 dias que travara sozinho”, cinco meses depois ele voltava para a solenidade de inauguração das obras em Vilhena.

O Presidente Juscelino Kubitschek enviou-me um convite especial para comparecer, [...] No dia 4 de Julho o Presidente chegou com D. Sarah de manhã, e quando foi momento da derrubada da última árvore, eu solicitei ao Presidente que caminhasse sobre o tronco caído, o que ele fez e eu assim o fotografei (2005a).

⁵⁵ O autor adquiriu um pote de barro encontrado por um casal de índios chiquitanos, o Sr. Pedro Cezari e a Sra. Manuela Justiniano na localidade de Surpresa na foz do Rio Mamoré e seu encontro com o Rio Guaporé.



Foto 3 - JK caminhando sobre a última árvore da BR-29

Adaptada da p. 328 (Nas Selvas...)

No dia 06 de julho, A Gazeta publicava a reportagem de página inteira sobre o evento que imortalizou a foto de Ferreira, esta se tornaria um “ícone” do progresso na Amazônia Ocidental.

Ferreira acreditava ter sido o responsável pela integração da Amazônia Ocidental. E também se considerava a figura chave na construção da Belém-Brasília. Ele destacara a repercussão de suas matérias na imprensa paulista, e a partir daí a influência que haviam exercido sobre a decisão de JK de construir a BR-29, ligando o Território Federal de Rondônia ao centro-sul.

A partir da compilação da série de reportagens das duas visitas surgira a obra *Nas Selvas Amazônicas* (1960).

Todo esse material relativo à Construção da BR-29 Rodovia Porto Velho - Cuiabá, sempre eu o mantive bem guardado, principalmente os negativos da minha viagem pelo Território em Novembro-1959 e Dezembro-1960, e também a coleção completa das minhas 21 reportagens que deram origem à decisão do Presidente Juscelino na noite de 05 de Fevereiro de 1960. [...] com a chamada em primeira página de uma fotografia já histórica, por mim tirada no dia 04 de Julho de 1960, quando, em Vilhena (2005a).

Sua viagem ao Território tinha como intenção fazer publicidade e oferecer informações ao empresariado paulista sobre as oportunidades de ampliação do mercado na região. Em sua fala mostrava a preocupação com a integração da Amazônia, a segurança das fronteiras e a “ocupação humana”.

Em síntese o livro *Nas Selvas Amazônicas* surgiu como resultado da contraparte do repórter ao contrato estabelecido com o governador e acabou por definir suas perspectivas sobre a região.

Essas foram as suas motivações, conforme seu relato: “O êxito foi completo, o vespertino aumentou a circulação consideravelmente” (2005a). Ele vislumbrara, no sertão “desconhecido”, uma oportunidade de auferir lucros e se projetar como observador econômico.

Como repórter havia criado certo capital político, e sua atuação como escritor completava o círculo das outras atividades e se configurava enquanto uma resultante das circunstâncias anteriores.

Ferreira acostumado a escrever para um público de massa, naquele momento estendia suas matérias ao empresariado paulista. Para o leitor médio, o tom insólito, aventureiro e extraordinário. Neste sentido, a narrativa trágica em torno da construção da ferrovia possuía vários elementos de interesse geral.

As imagens eram construídas a partir da escrita. Passagens como “Século XVIII: O homem em luta com as cachoeiras” e “A Conquista” estão recheadas de aventuras,

Finalmente, depois de muito trabalho, os expedicionários conseguiram atravessar a primeira cachoeira, a de Santo Antonio. [...] ‘Vencido este passo, se principiou a ouvir o estrondo das águas da célebre cachoeira chamada Gamon [...] uma muralha desmantelada, por cujas ruínas precipitando-se a água do rio com furiosa violência, resultam de um espantoso estrondo que houvesse povoação as margens seria padecerem seus habitantes de surdez, que dizem sucede aqueles que vivem junto às catadupas do Nilo’[...] ‘abandonados no pobre cemitério local, centenas de homens, norte-americanos, irlandeses, italianos, brasileiros, ali ficariam enterrados com as suas esperanças de uma vida melhor (FERREIRA, 2005b, p. 125-6).

Entretanto para os leitores de negócios, seu texto era complementado por descrições detalhadas do potencial mineral e das matérias primas, recheados de dados sobre volume e capacidade de produção. Nos tópicos: “Os homens de negócios”, “O descobridor da cassiterita”, “Outros empreendedores”, “O norte-americano”, “Vida ativa” e nos capítulos “A BR-29, Rodovia Brasília-Acre”, e “A grandeza do passado e do presente” percebe-se essa tendência (FERREIRA, 1960).

Ele publicava as suas reportagens como obras de “História e Geografia do Brasil” fazendo inclusive algumas contribuições ao currículo escolar de História da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2005a).

Sua trajetória como promotor da expansão industrial paulista foi registrada por Haldumont Nobre Ferraz, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Ferraz traçara uma analogia com o bandeirante Raposo Tavares, segundo a qual, enquanto Raposo havia devassado a floresta e delimitado suas fronteiras, Ferreira, o “bandeirante moderno”, abriu seu mercado para o Centro-Sul do país.

Para finalizar esta matéria, não posso deixar de fazer a necessária comparação: em 1648-1651, o Bandeirante Antônio Raposo Tavares, saiu de São Paulo, subiu o Rio Paraguai ganhou o Rio Guaporé, o Rio Madeira, saiu no Amazonas, em Belém do Pará. Com o seu Périplo, ele incorporou toda a região ao Brasil, politicamente. Em 1959-1960, isto é, 312 (trezentos e doze) anos depois, o último Bandeirante, Manoel Rodrigues Ferreira vai à mesma região, e ao conseguir a construção de uma estrada de rodagem, a Porto Velho - Cuiabá, agora incorpora a região fisicamente ao Brasil (FERRAZ apud FERREIRA, 2005a).

Essa memória deve ser relativizada, haja vista que os relatos pessoais tendem, em geral, ao desejo de imortalidade. Segundo Antônio Cândido da Silva as reportagens de Ferreira pouco ou nada influenciaram na decisão presidencial sobre a abertura da BR-29, pois nem sequer foram citadas no livro de memórias do Presidente JK.⁵⁶

Ferreira fora o organizador das Bandeiras do Mackenzie e como jornalista conferia grande importância à descrição da paisagem e à documentação. Ele se via enquanto o representante moderno do bandeirante na missão de levar a indústria paulista numa bandeira rumo a novos mercados.

Numa de suas raras análises, refutou o número de mortes na epopéia da construção da EFMM conhecida no imaginário coletivo como ferrovia da morte e ferrovia do diabo. Ele interpelava, por meio de uma argumentação técnica, a frase

⁵⁶ SILVA, A. C. *O outro lado da história: Rondônia - História Regional*. Inédito. p. 65. O autor é notável da Academia de Letras de Rondônia.

“Cada dormente representa uma vida humana” que havia percorrido o mundo por meio da obra *Amazônia* (PALMEIRA, 1942, apud FERREIRA, 2005b).

O escritor e ex-ferroviário espanhol Benigno Cortizo Bouzas também escrevera sobre a construção da EFMM, “*Se dice que hubo tantos muertos como traviesas tiene la vía*” (apud FERREIRA, 2005b). Esta imagem havia sido reproduzida mundo afora. O sítio inglês *Mike’s Railway History* tem publicado este trecho sobre a construção da Madeira Mamoré, “Diz-se que 10 mil homens morreram na construção de cinco milhas de linha e que cada dormente representa a alma de um trabalhador”⁵⁷ Por meio de uma argumentação básica, Ferreira desmistificava o imaginário trágico e a fantasia sobre a construção,

A estrada tem uma extensão de 366 km. Cada quilômetro possui 1.500 dormentes. Uma simples multiplicação dará o número de dormentes da Madeira Mamoré: $366 \times 1500 = 549.000$ dormentes. [...] Logo, segundo a célebre frase morreram 549.000 trabalhadores durante a sua construção. [...] A ferrovia contratou 21.817 trabalhadores [...] dos quais contabilizou 1.552 mortos (FERREIRA, 2005b, p.299-302).

O autor analisou os dados de forma literal revelando o sentido figurado das frases de Palmeira e Bouzas. A epopéia da construção da EFMM era sua preocupação central, suas questões se situaram ao redor desta temática. O autor com seu olhar matemático desmistificava a memória ferroviária.

O título *A Ferrovia do Diabo* remete ao lendário popular criado em torno da ferrovia. Apesar do sentido figurado do título, o texto é descritivo e se baseia em documentos, relatórios, gráficos, mapas e correspondências do período da construção da ferrovia (1877-1912). Entretanto, de forma ambígua o tom épico coexiste com a linguagem técnica.

Esse documentário oscila entre descrições da paisagem ao estilo de Euclides da Cunha, recheado de saldos contábeis e cenas de incautos aventureiros a desbravar uma região inóspita. O título explicita a contradição entre o progresso (ferrovia) e os males da natureza amazônica (diabo), uma imagem clichê do período associada ao inferno verde.

No período colonial, a região Amazônica era vista como Jardim do Éden (BUARQUE, 2000), mas, a partir dos anos 10 do século XX com a crise da borracha e sua conseqüente penúria, essa imagem sofreu uma transmutação. No início do século

⁵⁷ MIKE’S RAILWAY HISTORY. Railways as they were in the years until 1935. Main Lines of Brazil Disponível em: <<http://mikes.railhistory.railfan.net>> Acesso em 05 jun. 2010. Tradução nossa.

passado, Euclides da Cunha munido do determinismo geográfico corroborou a imagem de Inferno Verde (CUNHA, 2008) consubstanciada na exaltação à grandiosidade da natureza de um lado, e a insuficiência humana, de outro.

Até os anos 80 do século passado, essa perspectiva dualista reinou de forma incontestada. A natureza a ser sobrepujada pelo homem era um ideal a ser conquistado a qualquer custo. A perspectiva determinista adotada pelo autor reproduzia um bordão aclamado no período, esta perspectiva responsabilizava a natureza como empecilho ao avanço da civilização.

No encerramento do capítulo “Tentativas fracassadas da construção da EFMM”, Ferreira creditava o fracasso da Construtora P. T. Collins à insalubridade do lugar. Para o autor os indígenas haviam sobrevivido à seleção natural imposta pela natureza implacável que por sua vez, não havia poupado os inadaptados norte-americanos e ingleses. (FERREIRA, 2005b, p. 127).

Seu relato da bandeira de Raposo Tavares revela a existência de missionários jesuítas e outros povos indígenas na região. Os padres da Companhia de Jesus haviam fundado a aldeia dos Tupinambaranas, e em

1683, o superior Jódoco Peres, navegou o rio [Madeira] durante nove dias, chegando aos Iruris [...] Em 1687, notícias informavam que os holandeses do Orinoco vinham comerciar com os índios no Madeira. [...] Em 1714, o padre Bartolomeu Rodrigues, [...] fazia menção aos Cajaripunas ‘cuja multidão denota as muitas e mui populosas aldeias [...] do sertão’ (FERREIRA, 2005b, p. 24-5).

As suas transcrições confirmam a presença de inúmeros povos indígenas trocando produtos * beiradeiros⁵⁸ entre pesca e agricultura de várzea com os produtos coletados nas matas pelos povos indígenas de terra firme. Segundo Ferreira os povos indígenas do Rio Madeira haviam implantado uma estrutura de comércio, navegação e transbordo rudimentar em seu trajeto.

Em suas compilações há intensa ocupação de “selvagens” que haviam nomeado os acidentes hidrográficos como cachoeiras, corredeiras, rápidos e rios. Ao reproduzir os relatos da expedição de Palheta, as contradições de uma região apresentada como “virgem” e “vazia”,⁵⁹ tornam-se mais palpáveis.

⁵⁸ Usualmente utiliza-se o termo regional “beiradeiro” e designa os moradores das margens dos rios que são pescadores, mas também exercem uma agricultura sazonal de várzea e vendem os seus excedentes nos centros urbanos.

⁵⁹ Sobre a idealização ocidental da natureza como representação do paraíso intocado, mata virgem e outras concepções ver as considerações de THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. S. Paulo, Cia das Letras, 1996.

[...] aos 22 do mês (de junho) chegamos à cachoeira chamada Maguari, [...] Daqui fomos à cachoeira chamada dos Iaguerites [...] chegamos à quinta cachoeira que chamam Mamiú [...] fomos seguindo nossa viagem à cachoeira Apama [...] Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, índio moço e mui arrogante, mas que vendo o nosso poder aplacara a sua fúria; acompanhavam dois mocetões, sem filhos, de pouco mais de 15 e 12 anos e duas índias mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam cômputo de treze cabeças. [...] Entramos pelo dito rio que os espanhóis chamam Mamuré [...] e com o trabalho de ir puxando as nossas galeotas até o ponto do gentio chamado Cavaripuna, [...] mas que sabia que o Principal Capeju que da outra banda do rio vivia e desejava muito ter fala de brancos para se comerciar. (FERREIRA, 2005b, p. 25-39).

Segundo ele, à época do tratado de Madri em 1750, o Rio Madeira já era bastante explorado pelos índios e o Padre Cristobal Acunha – membro da expedição de Pedro Teixeira em 1637 – afirmava que todo o seu percurso, até as cabeceiras nas Serras de Potosí, já era conhecido pelos indígenas (FERREIRA, 2005b, p. 23).

A leitura de *Ferrovia do Diabo* pode indicar o lugar de enunciação e o público a quem se endereçava. Ferreira era um engenheiro civil que nas horas vagas atuava como *free-lancer* do jornal *A Gazeta* e em função desta experiência, no seu texto a linguagem, ora técnica, ora jornalística predominam. Contudo, apesar destes limites, estas obras são importantes, pois coligem farta documentação.

Todavia, *Nas Selvas Amazônicas* (FERREIRA, 1960, p. 247 et seq.; 260; 275 et seq.) apresenta alguns problemas de recortes temáticos. Ao descrever a economia do seringal separou-a dos trabalhos da Comissão Rondon por uma questão didática, porém este procedimento termina por estancar e isolar os fenômenos como se fossem independentes.

Isso ocorre porque este texto de 375 páginas, organizado em 23 capítulos e 184 tópicos, é uma obra de divulgação do Território Federal de Rondônia descrita em estilo jornalístico que se compõe de capítulos históricos, econômicos, geográficos, humanos, culturais, descrições da paisagem, além de partes sobre o contato com personagens pitorescos. No tópico “O norte-americano”, apresenta um resumo da biografia de James Brian Choate,

Em 1945, ao findar a última grande guerra, chegou a Santos um petroleiro, e com ele um oficial da marinha [...] natural do Texas. [Casou-se com uma jovem paulista] Economizou e comprou terras no Mato Grosso [...] Estando em Manaus resolveu ir à Porto Velho. Onde lhe ofereceram um seringal abandonado [...] Aplicou todas as economias no seringal [...] plantou 20.000 seringueiras enxertadas. Plantou 57 hectares de capim colômbio. E, finalmente 30 hectares de cana. Jimmi já instalou a primeira destilaria de aguardente do

território e pretende montar uma usina de açúcar. (FERREIRA, 1960, p. 99-100)

Nas Selvas Amazônicas traz alguns tópicos de inclinação literária: “O paulista”, “O motorista”, “O acreano de Lusitânia”, “O juiz de Direito”, “Tenente Fernando”, “O Tenente Amarante”, “Lydia Xavier” e “Sebastião Camargo”, o presidente do grupo Camargo Correa, são alguns deles.

Eles mesclam dados biográficos, curiosidades, eventos trágicos e no caso de Jimmi seu papel empreendedor. Já no caso de Lydia, o lado policial e trágico aflora. Neste, o autor dá-nos a impressão de estar construindo um personagem literário.

Em seu relato, primeiro ele se espanta por encontrar uma mulher enterrada num cemitério exclusivamente masculino. Em seguida, ficou intrigado com a inscrição em inglês no seu túmulo. E por fim, ficou mais chocado ainda quando descobriu que se tratava do primeiro caso de suicídio por envenenamento de Santo Antonio. Porém as especulações abruptamente paravam neste ponto e ficavam em suspenso, sem solução aparente.

Ferreira estava a divulgar o Estado de S. Paulo como carro chefe da indústria nacional à procura de mercados. Não havia preocupação com a memória e sim com a economia, a política, a cultura e o potencial turístico da região.

Em *Nas Selvas Amazônicas* Vila Bela, primeira capital do Mato Grosso localizada às margens do Rio Guaporé, não passara de uma sociedade decadente. Ele fizera da decadência da cidade negra, formada por quilombolas e ex-escravos, um contraponto ao elogio da colonização portuguesa. Para ele, a coroa portuguesa haveria empenhado todos os esforços para

desenvolver o interior, [...] Entretanto, a partir da primeira década do século 19, começou a decadência e o abandono daquela região, [...] Somente, continuou prosperando o litoral. [...] em razão da mudança da corte luzitana para o Brasil, ou melhor, para o Rio de Janeiro. (FERREIRA, 1960, p. 136)

As experiências de vida da população negra (TEIXEIRA, Marco, 2008; MACHADO, 2006) além do latifúndio, da exportação, das minas de ouro e dos conflitos de fronteira não figuram em seu texto. Ferreira retomou os cronistas do século XIX e os reproduziu como fontes primárias.

A crônica de Joaquim Ferreira Moutinho, *Notícias da Província de Mato Grosso*, publicada em 1869, esclarece sobre as perspectivas do autor em relação aquela sociedade perdida no tempo. Esta crônica informava sobre a existência de uma única senhora branca, viúva de um major português residindo em Vila Bela (FERREIRA,

1960, p. 57). O autor enfatizara este dado para evidenciar ao seu leitor a situação decadente da ex-capital de Mato Grosso.

A primeira questão que se pode especular é como uma Vila, ex-capital da província, planejada para ser modelo a demonstrar o poder português na fronteira com prédios de alvenaria e relativa infra-estrutura, sobreviveria com apenas uma pessoa.

Nas suas considerações inexistem dados sobre a população negra, indígena, boliviana e mestiça. Os negros do Guaporé e os indígenas não foram dignos de nota nem ao menos para emprestar um mínimo de plausibilidade à sua narrativa.

Ferreira reproduz o elogio à colonização portuguesa, tratada enquanto sinônimo de civilização e progresso. A invasão portuguesa no período colonial foi uma legítima tomada de posse dos espaços considerados “vazios”, segundo ele.

A guerra de conquista não foi objeto de investigação e a idéia de “vazio” demográfico e decadência sobressaem em seu texto, reproduzindo premissas, preconceitos e clichês aceitos sem crítica.

O seu conceito de civilização era de uma sociedade complexa e industrial. Para eleurgia expandir o capitalismo brasileiro e assegurar a defesa dos recursos naturais para o desenvolvimento do mercado interno.

Para a consecução destes ideais, defendia a integração da região amazônica como mercado em potencial para a expansão industrial paulista. No capítulo “A grandeza do presente e do passado” em *Nas Selvas Amazônicas* sobressaem as contradições.

Estamos vivendo uma circunstância excepcional de nossa história. [...] que está permitindo que grandes obras sejam feitas, [...] A Rodovia Brasília-Acre, a BR-29 é uma delas [...] Mas que esse orgulho não nos leve a subestimar o nosso passado, e as gerações que nos antecederam. [...] Pois a região tem uma história antiga [...]. Uma história que começa no século 17, com a fixação do homem à terra [...] E nesta região a política desenvolvimentista dos Reis de Portugal foi sábia [...] Essa é a História do Brasil que não nos ensinam nas escolas, devido ao espírito jacobino que tem dominado muitos setores de nossa cultura. [...] Não nos esqueçamos, entretanto, que sempre fomos grandes ao longo da nossa História. Somente um grande povo faria o que o nosso fez: atravessou o Atlântico, descobriu este continente, tomou posse da terra, e lutando com adversidade de toda ordem, aqui ficou e resolveu fazer florescer a grande cultura Lusíada. [...] Devemos ser integralmente grandes. (FERREIRA, 1960, p. 348-54)

Em relação às terras novamente reproduzira o discurso chavão do “descobrimento”, do “vazio” e da posse. A sua narrativa em *Nas Selvas Amazônicas* (1960) entrava em contradição com a obra anterior *Ferrovias do Diabo* de 1959 (2005b) que apontava para a intensa ocupação indígena, o alto grau de desenvolvimento da

produção agrária, a produção de artesanatos e o movimentado comércio de produtos entre aqueles povos.

Ferreira é narrador e testemunho do seu vivido, mas tal fato não impõe uma visão única desta experiência. A descrição daquela realidade estava envolta pela experiência e visão de mundo do autor, a sua prática condizia com seu contexto e o reproduzia.

Em *Nas Selvas Amazônicas*, a relação de exploração da economia de barracão aparece de forma superficial. Por ser um texto propaganda, o autor enfatizava a “ocupação” e a produção, em detrimento do tipo de sociedade que se formava naquela região.

Na fronteira, tudo era invisível, o autor ficou na região, por apenas 40 dias, muito pouco tempo para conseguir desvendar as relações semi-escravistas ⁶⁰ ali existentes. Como um defensor do integracionismo, seu texto estava alicerçado na idéia de um Brasil grande, potência econômica continental.

Ao descrever os “massacres” praticados pelos índios, todos os membros das expedições eram contados de forma minuciosa, avultando a “ferocidade” dos indígenas. Reproduziu literalmente os cronistas portugueses ao se referir aos naturais com o mesmo pragmatismo de Hugo, “apenas foram gastos alguns nativos” (FERREIRA, 2005b).

Apesar da memória ser um elemento secundário e somente aparecer como ilustração de sua narrativa, o seu texto se integra na construção desta memória. E nesta direção há o reconhecimento à memória dos ex-ferroviários, os seus depoentes e não é por menos que o autor é estimado pela geração de 30-40 de * barbadianos (LIMA, 2006, p. 16) e nordestinos.

Ferreira trouxe para a cena estas pessoas comuns, e neste sentido houve um avanço no trato da memória. Até então, os memorialistas de plantão privilegiavam apenas os personagens que representavam o poder.

Se para uma parte dos letrados os escombros da ferrovia são uma forma de se manter na órbita do poder político, para aquele segmento social sua memória é o único patrimônio que lhes restou. A defesa do patrimônio da EFMM nesta obra significa em si o reconhecimento pela contribuição dos ferroviários para o desenvolvimento local.

⁶⁰ Em 1885 foi publicado *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira: Impressões de Viagem da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré*. Este relatório já continha farta denúncia da escravidão a que estavam submetidos vários povos indígenas presos por dívidas aos seringais. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>> Acesso em: 10 set. 2010

A contribuição de *Ferrovia do Diabo* para as pesquisas históricas da região está também no longo preâmbulo de introdução à construção da ferrovia em que o autor reproduz os vários relatórios de cronistas e técnicos que visitaram a região no século XIX.

Ferreira registrou o desaparecimento do Tenente Fernando Oliveira (FERREIRA, 1960, p. 92), o caso teve repercussão nacional na época e é considerado tabu na memória local. Este episódio colocava em cheque a idoneidade do Coronel Ferreira considerado o principal suspeito e acusado no caso. Aos poucos o escritor foi se tornando *persona non grata* para os letrados.

A Professora Yêdda Pinheiro Borzacov escreveu em defesa da memória do homenageado. Ela usou treze páginas para argumentar sobre as razões nebulosas de fundo político por trás da acusação ao Coronel Ferreira no tópico “A história de uma infâmia” no *Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira: 1897-1997* (1997, p. 119-32).

Além disso, Manoel Rodrigues Ferreira se considerava o novo bandeirante conquistador. Em novembro de 1980 ele foi convidado como palestrante pela Fundação Pró-Memória que havia organizado o Seminário sobre a EFMM. Neste evento o então Secretário de Cultura anunciou ao público presente que solicitara à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) a emissão do selo comemorativo do cinquentenário da “nacionalização” da EFMM. Ferreira que discretamente se sentia responsável pelo patrimônio do Território se insurgiu contra a solicitação do selo.

Relata a Professora Yeda Pinheiro Borzacov que o

[...] eminente historiador rebelou-se contra a afirmação do então Secretário de Educação e Cultura, [SEC] Dr. Álvaro Lustosa. E ainda no dia 17 de setembro de 1981 no Estado de S.Paulo, o festejado autor fez publicar violenta crítica aos Correios, que segundo ele, ‘acaba de emitir um selo comemorativo que é das maiores mentiras em matéria de História, fazendo este infeliz povo de tolo e fazendo com que o mundo inteiro ria da nossa pobre ignorância’. E critica o governo de Rondônia pela solicitação. (1994, p. 197-8)

A questão foi parar no Conselho de Cultura do Território para decidir quem tinha razão, se era Ferreira ou o Secretário de Educação e Cultura. A decisão foi favorável à SEC e Manoel Rodrigues Ferreira, segundo Yêdda Pinheiro Borzacov, não se conformava com isso, pois não simpatizava com o Coronel Aluizio Ferreira. Segundo compreensão de Manoel Rodrigues Ferreira se alguém tivesse de levar crédito deveria ser Vargas e, no entanto para a SEC e para os Correios o “nacionalizador” havia sido o Coronel Aluizio (BORZACOV, 1994, p. 202).

Não é por acaso que a obra de Manoel Rodrigues Ferreira foi recebida pelo grupo da Academia Rondoniense de Letras (ARL), enquanto “literatura sobre Rondônia”, porém é pouco citada. Segundo os escritores de *Síntese*,

[...] podemos citar dois excelentes livros publicados por autores renomados, ambos sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que são ótimos como fontes de pesquisas, mas, que, por razões óbvias, não podem ser considerados como Literatura Rondoniense, e tampouco os seus autores podem ser considerados representantes da nossa literatura, apesar do renome de ambos. Trata-se dos livros ‘A ferrovia do diabo’, do historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, e ‘Mad Maria’, do famoso escritor amazonense Márcio Souza (MENDES; BUENO, 1984, p. 16).

Entretanto entre a corrente letrada da “República do Caiari”⁶¹, não havia nenhum nome de expressão suficiente para debater com a obra de Ferreira. O autor era visto por este grupo como um paulista a interferir em assuntos “internos” e rejeitavam a sua participação nas discussões da cultura regional. O anedotário do ex-ferroviário Hugo Ferreira é mais bem recebido pelos memorialistas do Caiari.⁶²

Como se vê, Manoel Rodrigues Ferreira ao desfrutar de fama e reconhecimento nacional pelos órgãos federais de cultura tentava inserir a sua concepção da história regional na prática. Em sua iconoclastia ele estava a questionar o ato fundante dos Aluizistas e isso não seria negligenciado. De autor não lido, mas citado ele passou a ser visto como *persona non grata* pelos letrados.

Um concurso revela o cronista Capitão Ebron

Mesmo às vésperas da transição para o Estado, a memória da região ainda estava em seus primórdios. As obras até então analisadas não preenchiam diretamente a “colcha” e não ofereciam um sentido de informação aos leigos em geral. Estava para ser criado o Estado de Rondônia e por influência dos letrados havia sido criada a disciplina de Estudos Regionais no segundo grau. Esta medida tinha o objetivo de incentivar os alunos, principalmente a maioria de migrantes a se inteirar da formação do Estado.

⁶¹ Por “República do Caiari” nesta pesquisa se entende os letrados Aluizistas como: Dr. Ary Pinheiro, Professora Yeda Pinheiro Borzacov, Emanuel Pontes Pinto, Dr. Jacob Attala, Dr. Helio Fonseca e o Capitão Ebron Menezes. O outro grupo da Academia Rondoniense de Letras formado em 1978 em torno da poetisa Kleón Maryan era composto de Matias Mendes, Eunice Bueno, Gesson Magalhães, Haverly Martins, Antonio Candido da Silva e outros poetas. São eles os responsáveis pelo *Síntese* e estavam correndo por fora na disputa por publicação com a “República do Caiari”. A disputa entre os grupos da Academia Rondoniense de Letras (poetas) e da ACLER será abordada com mais profundidade no 3º capítulo desta pesquisa.

⁶² Como mencionado anteriormente esta obra é exaustivamente citada e repetida. FERREIRA, H. *Reminiscências da Madmarly e outras mais*. P. Velho, s/e, 1969. Ex-ferroviário da EFMM.

Ainda hoje sobrevive esta disciplina, de fato cambaleante, e o projeto de estimular a pesquisa e a formação da identidade cultural rondoniense nas escolas estaduais sofre atualmente de inanição. Entretanto, na década de 70, os alunos das escolas públicas não possuíam nenhum material didático para suas pesquisas.

Diante deste quadro, o Governador Coronel Humberto Guedes (1975-9) “sugeriu” ao Prefeito Luiz Ferreira (1976-9) que promovesse um concurso de monografia sobre o Território Federal de Rondônia.

Nos bastidores do poder o Coronel Guedes havia sido nomeado para iniciar a transformação do Território, não era à toa essa sua encomenda. Era uma obra para fazer parte da transição já anunciada, porém ignorada pela maioria da população.

Segundo o argumento do Coronel Guedes, Porto Velho era um município mais vasto que alguns estados brasileiros em termos de área, mas não passava de um ilustre desconhecido. Então, o Prefeito em questão, por meio de seu Secretário de Educação, lançou um concurso de monografias para construir um conhecimento sobre a capital do Território atendendo ao apelo do governador.

Curiosamente, apareceu apenas um inscrito no certame intelectual artístico. O único a registrar suas impressões foi o militar e colunista Capitão Eron Penha de Menezes (1915-2009). Ele se dedicava a estudar a “História de Rondônia”, resultando desse esforço a coluna semanal “História Antiga”, publicada desde 1954, no jornal Alto Madeira.⁶³

Por meio do decreto 986, de 21 de junho de 1978, foi criado o concurso intitulado de *Monografia sobre a História, a Geografia e o Momento Atual do Município de Porto Velho* e oferecia a quantia de CR\$ 50.000,00, algo em torno de R\$ 15.000,00 a 18.000,00 em moeda corrente como prêmio (MENEZES, 1980, p. 19). O prêmio era convidativo, entretanto o Capitão Eron foi o único a participar, mas nem por isso o recebeu.

Segundo ele a comissão julgadora considerou o seu trabalho sem valor para o concurso estipulado.⁶⁴ Apesar da perda financeira o autor foi bastante elogiado e apoiado pelos políticos e empresários locais que o incentivariam a publicar o trabalho, tendo em vista sua “qualidade” e a escassez de livros sobre o assunto.

⁶³ O Jornal Alto Madeira fazia parte da Cadeia dos Diários Associados. Atualmente o Alto Madeira está sob o controle de proprietários locais.

⁶⁴ Infelizmente, não foi localizado o parecer da Comissão julgadora e nem a formação de seus membros. Estas informações muito ajudariam no esclarecimento do porquê o trabalho foi aceito, mas não o premiaram como deveria ter sido feito.

O Capitão Ebron era uma espécie de funcionário burocrata-escritor que fez uma compilação de dados com uma narrativa de poucas letras.⁶⁵ Deste esforço, nasceu *Retalhos para a História de Rondônia*, publicado em 1982, em Manaus, pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.

Segundo o próprio Capitão Ebron, ele nunca teve a pretensão de ser um historiador e nem escritor. Ele se confessava um cronista da região com toda a humildade que as letras podem comportar. O autor era uma pessoa com prestígio na capital do Território, pois escrevia para um jornal de correspondência nacional e internacional havia 25 anos.

Pelo seu relato depreende-se que não tinha nem mesmo conhecimento do ofício de escritor, reduzindo esta função ao conhecimento da gramática portuguesa. Em suas palavras,

Não tive nem tenho a pretensão de ser incluído entre as pessoas que conhecem profundamente a História e a Geografia do Território e muito menos a vaidade de saber escrever para tornar-me historiador. [...] Não sou escritor, por isso o trabalho contém muitas imperfeições que vão sendo corrigidas à medida que forem sendo observadas, mas acredito que servirá para consultas das pessoas que queiram conhecer alguns detalhes da História do Território de Rondônia (MENEZES, 1980, p. 19-20).

Ainda esclarece que a história de Rondônia ensinada naquele período se dava por meio de narrativas de professores com algum conhecimento empírico, a partir de suas experiências pessoais. Porém, haviam sido publicados a *Ferrovia do Diabo* (1959, 1ª edição) e *Desbravadores* (1959). Ou seja, já havia grandes obras sobre a região.

Diante deste quadro e das inconsistências internas do seu trabalho, ele se justificava com certa propriedade, “Isto aqui não é a História e a Geografia de Rondônia, são apenas retalhos colhidos aqui e ali” (MENEZES, 1980, loc. cit.).

Retalhos para a História de Rondônia doravante neste texto *Retalhos*, tem uma escrita seca, truncada e burocrática, trata-se de um texto pouco fluido e escrito em estilo administrativo. É exatamente um cronista oficial, no seu afazer diário, de registrar as ocorrências mais importantes da administração pública.

Pode-se inferir que *Retalhos* é um “registro administrativo”. O seu fio condutor é tecido a partir de decretos, leis e atos administrativos. Os atores de *Retalhos* são comandantes militares, juízes, governadores, deputados territoriais, prefeitos,

⁶⁵ A autora cita os exemplos dos burocratas escritores contratados para construir as representações do norte do Paraná como Romário Martins in SZESZ, C. M. “O conceito de região: discursos e representações do Paraná” in Arruda (1996, vol. 1). Ao que tudo indica o Capitão Ebron também tinha essa função de um cronista oficioso pago para escrever sobre a região num periódico extra-oficial.

conselheiros e intendentes municipais, presidentes de clubes de serviços e seringalistas, como se eles encarnassem a própria memória.

Retalhos leva ao pé da letra a máxima do filósofo escocês Thomas Carlyle "A história do mundo é apenas a biografia de grandes homens". Não são poucos os memorialistas de Rondônia que se confessam adeptos da mesma visão⁶⁶.

O autor não dava importância para a estrutura econômica, política e as relações de produção, ou a cultura dos migrantes e os conflitos entre os povos indígenas e os invasores atrás da borracha.

A vida social às vezes aparece de forma implícita ao citar a história dos clubes sociais. Porém, a sua motivação foi o registro dos clubes de serviços e não de seus associados.

Suas 378 páginas contêm 104 tópicos, na maioria de uma página e não há capítulos. Os demais chegam, esporadicamente, ao máximo de três a quatro páginas. O título *Retalhos para a História de Rondônia* é em si uma peça de discussão historiográfica. A metáfora revela a ausência de um fio condutor ou eixo central em sua narrativa. E, como retalhos de uma colcha, os eventos estavam dispersos. A sua única urdidura era fornecida pelo espaço comum do território, porém sem uma tessitura temporal.

O capítulo "A Pré-História" se resume aos documentos: "Decreto de Substituição da Coroa Real pela Coroa no Escudo D'Armas do Brazil Imperial", assinado pelo Regente José Bonifácio, em seguida o Decreto nº. 01, de 19 de novembro de 1889, da "Criação da Bandeira e das Armas da República" e a Lei de "Criação da Província do Amazonas" (MENEZES, 1980, p. 29-31).

Nesta justaposição de decretos, sem nenhuma preocupação com a costura da colcha de retalhos, a "Pré-História de Rondônia" estava circunscrita aos primórdios da administração brasileira no governo imperial. Como sua visão é administrativa, à construção de sua "pré-história" bastava reproduzir *fac-símile* os decretos que antecederam a constituição da região.

Trata-se de documentos administrativos coligidos e dispostos cronologicamente da criação do Brasil, criação da província do Amazonas e instalação do município de

⁶⁶ A título de ilustração na década de 90 foram lançadas duas obras: uma sobre a trajetória dos empresários e outra sobre a trajetória dos políticos da região, as duas possuíam subtítulos que sugerem se tratar de obras de História de Rondônia e foram recebidas como tal: Góes (1997) e Matias (1999).

Porto Velho. Nem mesmo a construção da ferrovia, tida por muitos memorialistas como o baluarte da memória do Vale do Madeira-Guaporé, merece a sua atenção.

As origens do município foram construídas, por meio das biografias do Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense, primeiro Superintendente Municipal, do Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, governador do Amazonas no início do século XX e, finalmente a do seu sucessor o Dr. Pedro de Alcântara Bacelar. O enredo era a sobreposição de decretos e personalidades.

O livro *Retalhos*, indiretamente, margearia a história econômica ao falar do porto de embarque na capital. Porém, sua aproximação se resumia a uma discussão sobre investimentos e retorno financeiro. *Retalhos* tratou superficialmente a questão e sequer abordou os aspectos mais gerais sobre este patrimônio público e seus desdobramentos na vida social.

A “história política” de Porto Velho foi resumida no capítulo de três páginas “Representação Popular no Município” (MENEZES, 1980, p. 246-8) em que se encontra uma seqüência cronológica da documentação, coligida e ordenada de forma simples e preenchida com datas e nomes.

A impressão passada por *Retalhos* é a de se estar diante de um arquivista com a sua narrativa seca e sem vida. Apesar de haver uma economia na análise em *Retalhos*, a obra traz informações importantes sobre as dificuldades enfrentadas por seus personagens.

Por meio dele, sabe-se que os Intendentes Municipais foram eleitos, democraticamente, de 1915 a 1923, mas, que a partir de 1924 até 1969 todos os governantes foram nomeados e em plena ditadura militar, era muito comum vereadores serem substituídos por seus suplentes em virtude de indicação biônica para os cargos do executivo.

A reedição em 2002 de *Retalhos*, agora com novo subtítulo *Território Federal do Guaporé* agregou novos dados, na forma de biografias de novos personagens. Na abertura deste segundo volume, o então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO), Dr. Jacob Freitas Atallah, afirmava “Como narrador atrela-se mais às pessoas que emolduram o fato do que a dicecação sociológica ou histórica” (MENEZES, 2002, Livro II, Prefácio).

Em *Retalhos*, percebe-se, claramente, o fato de serem os protagonistas econômicos, políticos e administrativos forasteiros à região. Curiosamente, por não

haver a preocupação com um discurso coeso, o texto de *Retalhos* finda por revelar as contradições contidas nas tentativas de construção da identidade regional.

Caiari e a grandeza “resgatada” de Rondônia

Emmanuel Pontes Pinto (1927-) é de origem paraense e teria saído de casa ainda jovem em busca de sua independência pessoal indo para o garimpo no então Território de Roraima quando ouviu falar do Território do Guaporé que estava se desenvolvendo. Daí, por volta de 1947 este jovem se transferiu para a região de Porto Velho, e ao que tudo indica se aproximou da administração da EFMM e do partido Aluizista no período em formação.

Após essa entrada e ao longo de muito tempo se estabeleceu como seringalista no interior do Território em Presidente Pena (atual Município de Ariquemes), administrando a posse sobre trezentos mil hectares do Seringal Nova Vida. Mais tarde na década de 60 com a descoberta de cassiterita e outros minérios em seus seringais desenvolveu a atividade de minerador. Posteriormente como extensão da mineração tornou-se industrial e comerciante criando a empresa “Água Mineral Kaiary”.

Nesta múltipla carreira empresarial também foi nomeado prefeito da capital e candidato a deputado federal pela ARENA e ainda como jornalista fundara o jornal “O Guaporé” em 1954.

Após esta trajetória profissional o Sr. Emanuel Pontes Pinto ingressou na primeira turma da Universidade Federal de Rondônia, graduando-se em História em 1986 e logo em seguida abraçou a carreira intelectual e também foi professor universitário na década de 90.

Aqui nesta pesquisa foram analisadas as obras *Caiari: Lendas, Proto-história e História* (1986) e *Rondônia - Evolução Histórica: A Criação do Território Federal do Guaporé - Fator de Integração Nacional* (1993) sendo esta última resultante de sua dissertação de mestrado em história *A criação do Território Federal do Guaporé: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil*, pelo Programa de Pós Graduação em História da UFRJ.

Ao se debruçar sobre as obras de Emanuel Pontes Pinto percebe-se como ele também buscou construir um mito fundador e como representou as populações indígenas. Sua narrativa “resgatava” a memória local para as novas gerações do recém

criado Estado de Rondônia. Paralelo a isso também visava a inserir a região de forma grandiosa no conjunto da Nação.

Caiari trata da apresentação de algumas lendas sobre a visita de navegadores fenícios e hebreus às terras do Vale do Madeira-Guaporé em tempos remotos. Essas tais viagens eram realizadas em busca de ouro e madeiras para adornar e pagar as despesas com a construção do templo de Salomão.

Os navegantes fenícios saíam do mar Mediterrâneo pelo estreito de Hércules e rumavam para o Ocidente até o longínquo reino dos Enchem ou dos Crentes, que ficava além das grandes ilhas, depois das regiões das calmarias, das tormentas e das correntes, no centro de uma mesopotâmia, em região tropical onde foram erguidas três grandes cidades – Ofir, Tarschisch e Parvaim – e lá eles chegavam depois de muito navegar por um mar de água doce, com inúmeras ilhas e afluentes. [...] Falavam os marinheiros que Manoa, capital desse império sertanejo, era calçada de ouro ‘onde não havia menos de três mil operários empregados na Rua dos Ourives e a suntuosidade do palácio imperial impressionava. [...] A rota dos argonautas dos mares externos foi perdida e os cataclismos sumiram com muitas ilhas que lá existiram. As comunicações entre os povos que viviam nos extremos do mundo foram rompidas. Nunca mais hebreus, fenícios e outros povos tiveram notícias do fabuloso reino dos Inin e de suas cidades de Ofir, Tarschisch e Parvaim. Elas ficaram perdidas até para a História (PINTO, 1986, p. 48-51).

O texto foi organizado cronologicamente e é dividido em: *As Lendas e Proto-História* que seriam as viagens feitas pelos fenícios e hebreus a uma evoluída região palco das primeiras civilizações na América. E ainda percorre as lendárias minas de Urucumacuan e a terra de Eldorado. Esta alta civilização teria se extinguido após um evento traumático (1986, p. 108-9).

[...] o indígena brasileiro regrediu sensivelmente [após o cataclismo que extinguiu a avançada civilização precedente], mas este fato não fez desaparecer a possibilidade de ter abrigado esta região setentrional, antiga civilização, e os vestígios dela aí estão, expressos por um erudito, a desafiar as críticas e conclusões de outros (1986, p. 86).

Caiari ressalta a inferioridade dos silvícolas, em sua visão o “atraso” seria fruto de um acidente natural. Suas inferências indicam esta percepção: “Há no Uaupés uma enorme quantidade de sinais rupestres, [...] dando evidente testemunho de que aquela região abrigou povos de outras paragens, com uma cultura superior à dos naturais.” (1986, p. 110-9).

A premissa da degenerescência dos povos indígenas da Amazônia era herdeira do pensamento da “arqueologia” brasileira do século XIX, sendo os seus principais propagadores o botânico Von Martius e o historiador Varnhagen. Conforme as considerações de Noeli e Ferreira, “Para Varnhagen, os tupis eram remanescentes de

antigas imigrações transatlânticas, descendentes, em suma, de raças mediterrânicas, nautas e civilizadas. [...] daquele povo que considerava, então, degenerados” (2007, p. 1247).

Ainda segundo os cientistas acima essa visão tem um grande fôlego. Inclusive dentro das universidades há a “[...] persistência de alguns fundamentos da arqueologia brasileira e do pensamento americanista: o cotejo da bibliografia revela que teorias e conceitos do século XIX, já criticados, ainda circulam na produção acadêmica contemporânea” (NOELLI; FERREIRA, 2007).

As abordagens tradicionais congregavam da visão novecentista sobre os índios. Provavelmente o autor foi influenciado pela literatura especulativa que tomava por base a visão disseminada da existência de civilizações atlânticas no continente.

A mitificação dos judeus num primeiro momento, e do bandeirante num segundo momento compõem a sua narrativa. Por considerar o indígena inferior houve a necessidade de se incluir a presença de heróis, estes legitimavam a presença “humana” na região.

Nesta lógica discursiva, o Marechal Rondon foi apresentado como um misto de bandeirante e missionário moderno. Ele foi delineado como mártir, um grande missionário abnegado pacificando índios em nome do amor de um lado e de outro, um notório aventureiro que havia descoberto as míticas minas coloniais de Urucumacua.

Segundo o autor, essa mina era de difícil acesso e muito abundante em ouro. A mina era de tão grande porte que a sua exploração pagaria todas as dívidas brasileiras na era Vargas. Misteriosamente, ela nunca mais foi encontrada depois de Rondon a haver registrado.⁶⁷

Caiari, além de tudo possui muitos aspectos literários. Foi um desafio nesta pesquisa analisar um texto que se propunha buscar uma objetividade “histórica”, mas que se encontra repleto de elementos literários. Diante destas dificuldades, tomam-se aqui de empréstimo as considerações de Bakhtin sobre a epopéia. A leitura oblíqua de Bakhtin é de nossa inteira responsabilidade, pois, em sua argumentação, a epopéia serve apenas de contraponto para melhor explicitar a sua concepção do gênero romance.

⁶⁷ Pontes Pinto novamente insistia nas minas de Urucumacua. Publicou o *Manifesto do Descoberto da Mina de Ouro do rio “Apidiá”, ou rio “Não Sei” antigamente “Urucumacuan” no Estado do Mato Grosso* registrado por Rondon no Rio de Janeiro em 1934, como Anexo V em *Caiari* (1986, p. 365-8). Em sua dissertação de mestrado novamente publicou o Manifesto do Marechal Rondon como Anexo 2 em seu livro *Rondônia* (1993, p. 181-4).

Este recurso tem se mostrado útil, pois o autor partira de vários mitos para compor sua argumentação sobre a civilização Caiari. A obra será analisada pela chave da literatura, porém ressaltados aqui os limites de uma pesquisa relacionada à construção da memória e não uma reflexão literária *strictu sensu*.

O autor não apresentara seu texto enquanto obra de ficção, porém por seu recorrente conteúdo literário esta pesquisa se guiará por esta linha de reflexão. Esta ambigüidade entre a narrativa científica e a poética está disseminada em *Caiari*, o nome indígena do Rio Madeira, eixo líquido da narrativa.

Segundo o autor, este nome significaria Rio dos Cedros na língua Aruake, sendo que *Cai* é cedro e *Ari* é rio. No tronco caribe significaria guerreiro, matador e assassino. Já na língua quéchua dos incas derivaria do verbo Cuyari, que significaria amar. Mas também conforme o seu argumento, o nome viria do hebraico Ca de coragem e resolução e Iari de rio, que sugeria rio da resolução.

O livro é composto de: “Prólogo”, “A lenda do ouro de Ofir”, “Navegantes Semitas na América”, “O império dos crentes”, “Os precursores”, “Inscrições rupestres no Madeira”, “O descobrimento do rio das Amazonas”, “Pedro Teixeira – O bandeirante da Amazônia”, “Urucumacua” e “Caiari”. O lendário ocupa o maior espaço de suas linhas sendo os eventos recentes a sua menor parte.

A obra também pode ser vista como uma tentativa de se inserir a região no discurso da Nação enquanto uma porção dona de um passado glorioso desconhecido. Em sua narrativa o Vale do Caiari seria o berço da civilização ocidental. A civilização dos Intis/Atlântis haveria partido daquela parte da Amazônia e haveria colonizado o Egito, a Mesopotâmia e o Mediterrâneo.

Suas imagens atualizam o maravilhoso medieval europeu instaurado a partir dos primeiros contatos com o Novo Mundo. Este imaginário fantástico fora recuperado pelo Barão Onfroy de Thoron no final do século XIX. O nobre se baseava nas especulações teológicas vindas da Espanha por meio do bispo Dom Arius Montanus e do fidalgo Gregório Garcia (SOUZA, Márcio, 2009, p. 27-8).⁶⁸

Também se verifica a presença do padre Cristobal Acuña, cronista da expedição de Pedro Teixeira, o qual imortalizara o maravilhoso medievo em suas descrições de

⁶⁸ É interessante notar que há uma sobrevivência longa dos mitos europeus na literatura de inspiração amazônica, mas pouco refletida. Márcio Souza no tópico “Teorias Fantásticas” expõe as origens desta leitura fantástica iniciada na Espanha com Dom Montanus em 1571 que especulava sobre o Novo Mundo ter sido dividido entre os filhos de Noé, Ophir herdara o Peru e Jobal o Brasil. Já o fidalgo Garcia em 1607 pregava serem os índios os descendentes das dez tribos de Israel dispersadas no ataque assírio de 721 a. C.

viagem. Acuña inclusive chegava ao ponto de inventar coordenadas geográficas para as terras de Manoa, do Lago de Eldorado e para a tribo das Amazonas criando uma “aura” de verdade científica em torno dos mitos e monstros amazônicos (GONDIM, 1993, p. 101-3).

Caiari é a busca da gênese, por meio do “resgate” de um passado imemorial, perdido na noite dos tempos junto das fundações desaparecidas da memória. Este texto pode ser considerado a expressão da memória do grupo da “República do Caiari”⁶⁹, o qual gravitava em torno do Coronel Aluizio Ferreira.

O próprio Coronel Ferreira havia concebido um projeto de uma “cidade ideal”, a ser construída entre as margens do Rio Madeira e a cidade de Porto Velho, que começava na antiga linha divisória (atual Avenida Pres. Dutra) O nome dela seria Caiari, nome original indígena que remetia a um passado remoto, forma tardia de nativismo que buscava anular a passagem dos exploradores portugueses pela região.

⁶⁹ O nome Caiari está associado ao grupo de letrados que deteve o poder no Território, em função disso encontramos o projeto do Coronel Ferreira de uma cidade idealizada de Caiari. Em segundo lugar, o Bairro Caiari também construído pelo Coronel com recursos do Ministério da Viação. Em terceiro lugar encontramos a Rádio Caiari fundada pelo Padre Vitor Hugo, num período de intensa colaboração entre a Igreja e a Administração do Território. Já Emanuel Pontes Pinto criou a Empresa Fornecedora da Água Kaiary, escreveu o livro de “história” *Caiari* e foi um dos fundadores da Escola de Samba “Pobres do Caiari”. Não é por acaso que o grupo de letrados se denomina de “República do Caiari”.



Mapa 2 - Futura Cidade CAIARI – Planta 294 do Arquivo de Mapas do CEDERO

Esta era uma forma de negar o abandono pelas elites políticas mato-grossenses, do qual os guaporeanos se ressentiam. Neste período da década de 40, a localidade de Presidente Marques (ex-presidente de Mato Grosso) passou a se chamar Abunã numa alusão ao rio que corta a região. A localidade de Espiridião Marques, homenagem ao

Deputado do Mato Grosso Espiridião da Costa Marques já havia sido alterado para Guajará Mirim.⁷⁰

Segundo Pontes Pinto, o Rio Caiari fora o berço de civilizações antiqüíssimas, esta epopéia teria se prolongado às cortes dos reis Davi e Salomão. As minas de Ofir, Tarchisch e Parvaim estariam localizadas no Vale do Alto Madeira. Nestes locais os súditos do rei Salomão teriam vindo buscar os metais para financiar a construção do Templo Sagrado dos hebreus. Além desta “verdade bíblica”, há a descrição dos mitos coloniais do Eldorado e das minas de Urucumacua.

Após este relato, há um salto cronológico deste último capítulo para alcançar o descobrimento da América no século XVI. Novos atores entravam em cena para compor a genealogia da região. O livro *Caiari* é encerrado com uma descrição minuciosa da geografia física do Rio Madeira, rebatizado (deixando de se chamar Caiari) pela bandeira de Pedro Teixeira em 1637.

A obra, apesar de ser composta de lendas, tem em seus capítulos trechos “históricos”, gênero semelhante à crônica bíblica que mesclava lendas, fatos e especulações morais. O texto tem a pretensão de ser histórico, apesar de distar um pouco dos seus objetivos.

A descrição das viagens dos fenícios à Amazônia, relatada em dezenas de páginas não mencionou nenhuma fonte. E quando estas existem não estão no local indicado. O capítulo sobre Ofir incorpora trechos da Bíblia. Eles são retirados basicamente do “Livro dos Reis”, nos quais Tarchisch e Parvaim são representados de forma idêntica, porém sem fontes a escorar a descrição.

É possível que as citações “desencontradas” se devam à falha dos editores. E se fosse o caso de uma obra ficcional, tal problema não existiria, visto que o texto teria compromisso apenas com a verossimilhança. Em muitas passagens emerge mais a pretensão histórica do que o discurso “histórico”;

Muita gente, atualmente, pondo fé nas referências, está levantando provas do que os Atlantes fizeram no passado, [...] dominaram os oceanos e os mares, mantendo intercâmbio com muitos povos da Europa, da Ásia e da África, em época anterior aos fenícios (PINTO, 1986, p. 57).

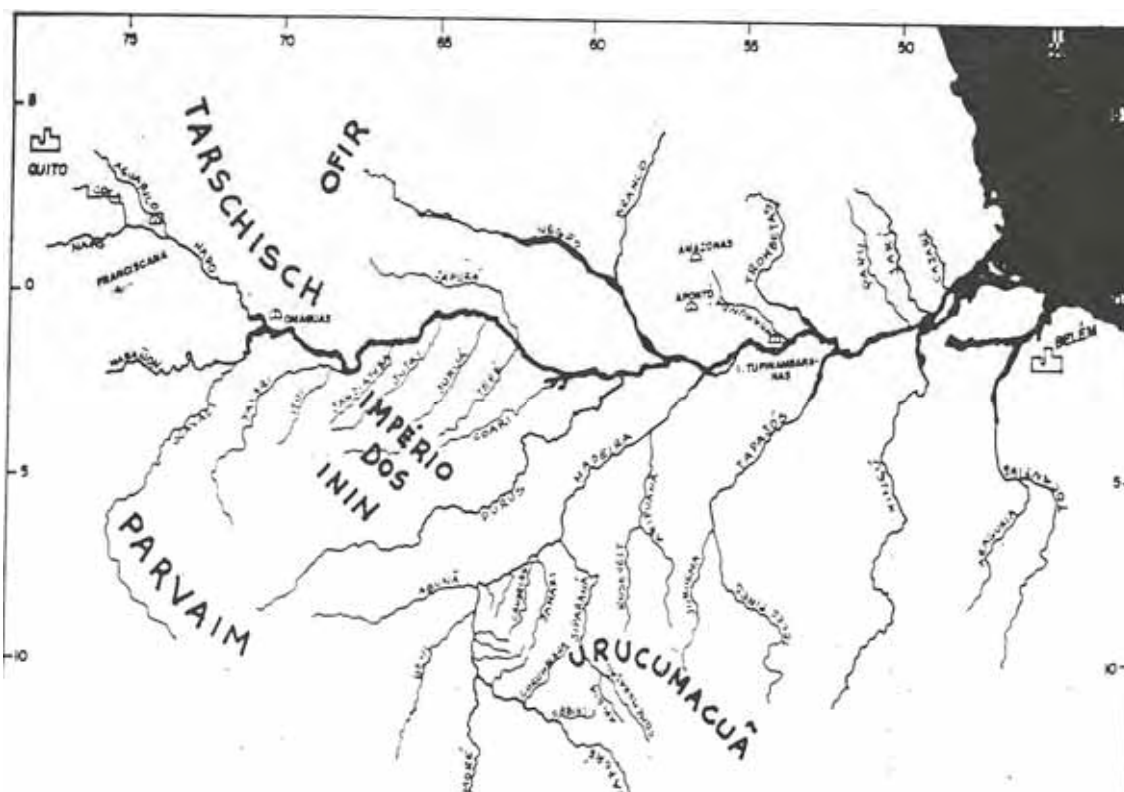
Em outro trecho busca o diálogo com o leitor;

⁷⁰ A prática de apagar da memória as marcas da administração Mato-grossense e até mesmo as homenagens feitas por Rondon aos presidentes da República Velha como Presidente Pena e Presidente Hermes, remontam ao movimento nativista disseminado pelo Brasil e consistia em rebatizar logradouros e cidades com nomes indígenas para afirmar a identidade nativa.

Há referências remotas, mostrando que os Atlantes legaram aos fenícios o domínio das rotas marítimas ocidentais. Em todos os tempos, este sempre foi um assunto polêmico, como tem sido atualmente o da presença de navegantes semitas na Amazônia. (PINTO, 1986, p. 60).

Solicitando a boa fé do leitor a acreditar em referências que ele sonhava e preenchendo-as com especulações de terceiros. O Vale do Caiari possui uma localização estratégica entre os reinos de Ofir, Tarschisch, Parvaim e das lendárias minas de Urucumacua. Estes argumentos, além dos da descrição romanesca receberam o apoio da imagem. Como o próprio Acuña, ele traz um mapa com a localização exata destes locais míticos, elemento visual que apela à imaginação histórica e ao conhecimento do leitor.

Esse mapa, retratado abaixo, abre o capítulo “A lenda do Ouro de Ofir” ao lado da epígrafe “Entre as vossas amadas/ estão as filhas do rei;/ à vossa direita uma dama,/ ornada com o ouro de Ofir”. (SALMOS, 44, v. 10 apud PINTO, 1986, p. 44).



Mapa 3 - Império dos Inin (Cópia da página 44 de *Caiari*)

Todavia, apesar do autor usar o recurso da citação, não há indicações de quem, de onde e quais eram essas pesquisas por ele relatadas. *Caiari* está todo permeado de generalizações e inferências. Para afirmar a existência da Atlântida no Vale Amazônico,

fez uso de acrobacias narrativas indo de Aristóteles (384 a.C.) até Donnelly (1882 d.C.), um salto de vinte e três séculos em uma linha (PINTO, 1986, p. 62).

Há também a descoberta de tribos desconhecidas com nomes judaicos relacionando-as às ocorrências de inscrições rupestres no Vale do Madeira, que conforme o autor seriam as provas da presença fenícia e grega na região.

O curioso é que a construção equivocada do seu discurso não se dava por desconhecimento de sua parte. O autor demonstrava ter ciência das pesquisas sobre a presença do ameríndio há milhares de anos na região ao citar as explorações de Snethlage e de Etta Becker-Donner.⁷¹

Ao que tudo indica a premissa da degenerescência indígena influenciou o seu relato ao creditar as inscrições rupestres às antigas civilizações hebréias e fenícias. O arqueólogo Marcos Magalhães contratado para fazer o projeto de levantamento dos sítios arqueológicos do Alto Madeira teceu considerações sobre estes equívocos.

As inscrições rupestres (petroglifos) encontradas no Madeira desde as primeiras referências sempre despertaram a curiosidade de populares e pseudo-cientistas. Foi assim, que em 1986, Emanuel Pontes Pinto publicou um livro [Caiari] relacionando essas inscrições com o grego antigo (MAGALHÃES, 2008).

A certa altura do texto, há a pressuposição de que os povos Atlantes americanos involuíram por haver cessado o comércio com os hebreus, em função de um cataclismo separando os continentes. Ele reproduz as suposições de Thoron, “O indígena brasileiro regrediu sensivelmente, [devido aos cataclismos] mas este fato não faz desaparecer a possibilidade de ter abrigado [...] antiga civilização” (THORON apud PINTO, 1986, p. 86).

A alegada inferioridade dos povos indígenas é parte substancial do texto, eles quando não estão “massacrando” e “assassinando” os “brancos”, são apenas mencionados *en passant*. Em 374 páginas, a contribuição dos indígenas se resumia a três linhas, “Intromissão importante, nas terras do Novo Mundo foi a dos povos melanésios. Há muita semelhança, inclusive física, entre eles e os americanos. Depois destas referências, é que cabe aludir à vinda do homem procedente da Europa”. (PINTO, 1986, p. 93).

A passagem efêmera dos vikings, no extremo norte da América, mereceu maior atenção do que a presença de seus milenares habitantes. Descontada essa rápida

⁷¹ Arqueólogos e Paleontólogos que fizeram escavações na região entre o início do século XX e a metade do XX descritos nos anexos de *Caiari* (1986, p. 380)

aparição positiva, os “selvagens” são apresentados como verdadeiros suplícios para os europeus.

Em seguida, é realizado outro salto narrativo até a chegada dos portugueses. O texto sugere que os portugueses encontraram apenas a natureza em estado puro.⁷² Não havia civilização na Amazônia.

Caiari atualiza o discurso colonialista, ao sugerir que a exploração de seus recursos naturais e a escravização de seu povo vem de uma idade de ouro. A fórmula encontrada para recriar o período áureo foi a inserção da região nas Escrituras Sagradas dos judeus, na Atlântida dos gregos e no imaginário espanhol do Eldorado.

Os aspectos literários são fartos e seus mitos de origem reportam-se a uma pretensa idade de ouro recontada de forma épica. A região do Vale do Madeira-Guaporé foi figurada como paraíso e seus heróis foram construídos “mais que perfeitos” por meio de uma generosa adjetivação e com papéis estanques a cumprir o seu destino.

Este era o caso do príncipe de Portugal Infante D. Henrique (séc. XIV-XV) que fora apresentado como pessoa ímpar dotada de inteligência, coragem, de forte temperamento, patriotismo e sapiência, além de ser infante, fator que elevava ainda mais suas qualidades.

Caiari se aproxima da epopéia, ao narrar mitos em um tempo que apenas resta ao leitor enveredar por conjecturas. Esse é um dos elementos desse gênero, ela se funda num tempo morto e acabado, um passado intocável. Segundo Bakhtin, a epopéia é caracterizada por três traços: “1. O passado nacional épico, o ‘passado absoluto’ [...] serve como objeto da epopéia; 2. A lenda nacional atua como fonte da epopéia; 3. O mundo épico é isolado da contemporaneidade, isto é, do tempo do escritor, pela distância épica absoluta.” (1998, p. 405).

O texto fala ao leitor de um passado inacessível, perfeito e absoluto, no qual todos os heróis eram bons, ricos, corajosos, felizes e abençoados. Neste caso, era o povo “eleito” de Deus e, principalmente, uma experiência acabada que só pode ser narrada e jamais questionada.

Ao tomar a Bíblia Sagrada, cânone da cultura ocidental, enquanto fonte primária sacralizava a certeza em um passado intocável. Bakhtin ajuda a compreender o uso prolongado da temporalidade absoluta. Segundo ele,

⁷² Para uma discussão sobre a idealização recorrente da natureza, neste texto, em estado puro ver Keith Thomas (1996).

esta percepção do tempo penetra todos os gêneros elevados da Antigüidade e da atualidade. Elas penetram tão profundamente nos próprios fundamentos dos gêneros que continuaram a viver dentro deles nas épocas posteriores, até o século XIX, e mesmo depois. A idealização do passado tem um caráter oficial [...] tudo é símbolo de poder (BAKHTIN, 1998, p. 411),

o ouro de Salomão, o Templo Sagrado, o Eldorado, as minas de Urucumacua e a civilização da Atlântida.

A narrativa heróica seria outra marca da epopéia, os elementos épicos foram usados para enaltecer os heróis que como semideuses gregos teriam de enfrentar os desafios impostos pelo seu destino. “Aquilo foi o prelúdio das vicissitudes dos aventureiros, participantes daquela expedição, haviam de sofrer, durante a longa e penosa marcha que estavam iniciando no rumo do desconhecido” (PINTO, 1986, p. 220).

Caiari ainda reatualizou outros mitos gregos, ao relacionar a busca pelo velocino de ouro às expedições oficiais, às lendárias minas de Urucumacua (1986, p. 197).⁷³ Ainda foram utilizadas quarenta páginas para descrever o Rio Madeira (Caiari). Entretanto, o capítulo foi encerrado de forma abrupta com o período “Estes fatos ocorreram no segundo quartel do século XVIII.” (1986, p. 240). Segundo Bakhtin, a epopéia é indiferente a um começo formal, e o seu final pode ser ao acaso, a qualquer momento, assim como começou em um momento qualquer.

Em seu relato, a vida privada dos personagens e as intrigas pessoais influenciavam os rumos históricos. Aparecem ainda inúmeros recursos romanescos, “Há indicações de que alguns marinheiros sagristas tocaram com as suas naus as costas americanas, no século XV, à procura das rotas indianas” (1986, p. 97).

Ou ainda “Procuravam os navegadores lusos, as rotas das frotas fenícias, gregas e hebraicas, no rumo de Ofir”. Entretanto não há a preocupação em citar as referências, essa forma de narrativa induz o leitor a refletir junto com o autor, estratégia muito usada no romance.

Há também passagens proféticas, outro elemento da epopéia: “E para dar seqüência à série de gloriosas descobertas marítimas do século anterior, o navegador Fernão de Magalhães descobre o Estreito [...]” (1986, p. 107) ou em “Partiu depois

⁷³ Entre os anos de 1941 e 1942 foi realizada a Expedição Dequech, chefiada pelo geólogo Vitor Dequech na qual participaram o próprio Diretor da Ferrovia então Major Ferreira e seu primo o médico Dr. Ary Pinheiro. A expedição se baseava nos registros do Marechal Rondon, mas não conseguiu localizar as minas. PINHEIRO (2004) “As Lendárias Minas de Urucumacua, p. 59-71 (Fontes Impressas).

Gonçalo Pizarro para um reconhecimento detalhado da região [...] preparando a expedição para a grande marcha ao encontro do seu destino” (1986, p. 139).

As profecias foram feitas à base da retrodição do narrador com elementos de gênero narrativo bíblico que remete a um plano não encontrado aparentemente, um mistério a ser desvendado, “Quando a história da humanidade for escrita” (1986, p. 247).

Os elementos literários são profusos no uso de recursos comuns à escrita ficcional. Ao serem fundidos relatos a lendas, mesclados fatos e mitos, impõem-se uma distância absoluta entre texto e leitor, por meio da ênfase em conceitos aceitos e cristalizados.

Ainda há o uso aberto da linguagem literária de forma direta: “milagrosamente [Rondon] escapou com vida” (1986, p. 251). Por último, o autor se insere em seu texto ao fazer citações de si em terceira pessoa por várias vezes. A lista dos recursos literários utilizados é infindável e serão mais bem explicitados na leitura da construção polarizada dos personagens.

Ele é também um enredo de mocinhos e bandidos às avessas. A figuração das populações indígenas guarda semelhanças com o gênero de cinema e literatura popular americanos, conhecido por *far-west*. Neste gênero, os pistoleiros, os bugreiros e matadores profissionais de indígenas e búfalos foram representados como heróis. Enquanto os povos indígenas foram figurados como os “selvagens ferozes” e sem escrúpulos.

O colonizador fora generosamente adjetivado de forma positiva. Em compensação, o nativo seu antagonista, só possuía defeitos. Os indígenas têm um papel perverso nesta narrativa. Eles somente apareceriam como coadjuvantes para enaltecer os personagens principais num enredo duplamente perverso.

Esse elemento é perceptível, quando de forma abrupta e instantânea os indígenas deixam a condição de *algozes* e passam ao papel de *vítimas*. Recurso utilizado para poder encaixá-los no papel de protegidos do Marechal Rondon.

O indígena fora retratado como selvagem, assassino, e feroz, adjetivos que o colocavam no estado de natureza e sem cultura ao serem comparados, pelo autor, aos gregos, fenícios e judeus (FREITAS, Edinaldo, 2007). “Nela, encontram-se, às vezes, em paragens bem distantes, infinidades de mensagens transmitidas por gente de outras civilizações e com cultura superior à de nossos nativos” (1986, p. 127).

Ou nas referências à sua selvageria: “[...] selvagens que massacraram a tropa e os demais membros da missão” e “[...] havia uma perigosa tribo de índios que trucidavam todos os brancos, [...]” (1986, p. 160; 234).

Entretanto, ao preparar o leitor para a entrada em cena de Rondon, instantaneamente, tudo se inverte num passe de mágica. As nações indígenas de parágrafos atrás, consideradas selvagens, animais ferozes e assassinos persecutores num instante, inesperadamente estavam convertidas. Em poucas linhas, passaram da condição de cruéis assassinos às vítimas e se tornaram “humanos”.

A conversão não gastou mais de dois parágrafos,

[...] Estava inaugurado o ciclo do grande genocídio a que o País e a humanidade assistiram, sem reação. Um povo primitivo passou a ser exterminado ferozmente, em holocausto a uma visão bisonha de progresso. (1986, p. 180) [...] padecia por falta de legislação adequada que o protegesse contra os assaltos criminosos à sua ecologia invulgar e às criaturas que viviam em estágio selvagem ainda, atrasadas no tempo e no espaço, dentro de suas fronteiras, mas portadoras, naturalmente, de todos os dons que distinguem o ser humano. (1986, p. 181)

Primeiramente, foram reduzidos a condição de natureza, e finalmente fora encontrado neles o elemento humano.

Apesar de muitos grupos terem sido reduzidos a uma dezena de sobreviventes e outros exterminados, os indígenas participavam involuntariamente como coadjuvantes na reconstrução da memória para exaltar Rondon, o seu “protetor”. Novamente vem à cena o herói romântico “Como um profeta, Rondon surgiu nestes longes, pregando, também, a boa nova do amor” (1986, p. 181).

De forma paradoxal em algumas linhas adiante quando os indígenas são requisitados novamente para ressaltar a qualidade de “pacificador” do Marechal, eles retornavam ao estado de selvageria.

Entretanto para tranquilidade do leitor, os povos indígenas foram amansados e domesticados graças ao humanismo de Rondon. Ele foi colocado num pedestal. Cuidadosamente, foram usadas sete páginas para preparar a sua entrada e duas para descrevê-lo. A semelhança com o herói épico é inevitável, o capítulo foi aberto com o dístico, “Morrer se preciso for, matar nunca”.

No entanto, a figuração do colonizador foi hiperbolicamente positiva, em sua exterioridade. Até um soldado raso espanhol foi retratado como bravo e valente. Curiosamente, quando se tratava do espanhol, os índios se defendiam, e os espanhóis

eram os invasores da terra. Porém, se fosse português a invasão era legítima e o personagem enaltecido.

O massacre sistemático de nações inteiras é tratado como nota corriqueira. Porém, o desfecho de um triângulo amoroso na corte foi descrito como uma tragédia social. O bandeirante Pedro Teixeira possuía “bravura e capacidade”, era Cavaleiro da Ordem de Cristo, também valente, grande comandante e líder destemido, mas essa descrição é aleatória e sem necessidade e a lista de adjetivos dos nobres é imensa.

O colonizador também foi representado no papel de vítima, frente aos “selvagens”. Até os fracassos na cata de ouro eram de responsabilidade dos índios, “[...] Mas as endemias, a fome e os índios vitimavam muita gente. Contingentes de aventureiros acabaram dizimados” ou ainda “[...] passaram a ser perseguidos e mortos pelos selvagens” (1986, p. 178; 179).

De predadores, os bandeirantes se tornaram vítimas perseguidas pelos “cruéis selvagens”. Junte-se a isso a dramaticidade textual, salvo conduto dos heróis, geralmente emboscados, trucidados, massacrados e assassinados pelos indiferentes selvagens. Esta inversão não é tão incomum como se poderia imaginar.

Pontes Pinto foi leitor de Cassiano Ricardo e Paulo Setúbal (1986, p. 372)⁷⁴, e ele praticamente reproduz o típico bandeirante - forjado pelo escritor paulista verde-amarelo em *Martin Cererê* - em sua construção da memória rondoniense. Segundo Mônica Velloso o

[...] herói ricardiano é aquele que realiza a "epopéia dos trópicos". Ele é pleno de atributos por sua capacidade de enfrentar dificuldades, seu espírito aguerrido, seu altruísmo ímpar. O engrandecimento e a dignidade desse herói são sempre reforçados pela dimensão trágica. (VELLOSO, 1993, p. 100)

E provavelmente seu estilo narrativo tenha sido influenciado por Paulo Setúbal, romancista histórico, famoso por seus personagens bandeirantes. Conforme a observação de Antonio Celso Ferreira, “seria ele o responsável por fixar o perfil desse herói no imaginário coletivo da época. Não foi à toa que seus escritos seguiram sendo adotados em ginásios [...]” (FERREIRA, 2002, p. 245-6).

Enquanto o nativo foi retratado com um excesso de depreciações negativas, a ação dos bandeirantes, quando não era heróica, era banal, legítima e naturalizada. As referências aos saques e à escravidão praticados contra os indígenas são tão naturais, que no serviço de

⁷⁴ O autor cita *O ouro de Cuiabá* de Setúbal e a obra *Marcha para o Oeste* está disseminada por todo o texto de *Rondônia: evolução histórica*.

prear a indiada acidentalmente achava-se ouro, [...] Dali em diante foram assaltadas algumas aldeias pequenas para reabastecimento [...], [...] abasteceu-se o mais que pode de viveres [...] e [...] mas logo morreu-lhes o chefe [...] levaram dali farta quantidade de viveres. (PINTO, 1986, p. 145)

Os altos custos humanos destes “abastecimentos” são minimizados e o saque é legitimado. O chefe dos índios não foi assassinado, apenas “morreu-lhes” e por premissa restou então uma única opção aos invasores, ou seja, levar todas as provisões da tribo, afinal, uma das possíveis deduções da leitura é a de que os povos indígenas se encontravam naquele local e estocavam alimentos justamente para abastecer a aventura bandeirante.

Quando se tratava do colonizador, ele era a vítima, perseguida, massacrada e assassinada ferozmente. Quando se tratava do índio nativo, ele simplesmente morria. *Caiari* banaliza a existência dos povos indígenas e faz parecer que era muito natural para estes últimos terem suas vidas ceifadas por meio de uma arma de fogo.

Ao recriar um passado alheio, uma memória distante das experiências, *Caiari* buscava fundar uma memória inquestionável. Bakhtin adverte sobre o efeito contrário, pois “a lenda isola o mundo da epopéia da experiência individual” (BAKHTIN, 1998, p. 409). Por meio do Rio Caiari, o fio de Ariadne cronológico, o autor tenta fundar uma relação entre mito e memória, entre passado e presente.

Em sua obra “*Rondônia, evolução histórica*”, estabelece um jogo de identificação entre sua experiência e a dos bandeirantes e aventureiros. Nos “Agradecimentos” ele se definia enquanto aventureiro e desbravador de Rondônia. “Estamos entre os muitos pioneiros, desbravadores e deserdados que chegaram a Rondônia nos primeiros anos, após sua criação como unidade federativa, em busca de trabalho, aventuras e justiça” (PINTO, 1993, Agradecimentos, p. VII).

Sua narrativa foi construída a partir da epopéia de fenícios e hebreus que teriam empreendido longas viagens de três anos entre uma empreitada e outra para a Amazônia, especificamente para o Rio Caiari. Ao se referir à idade moderna, os elementos que ressaltam em sua narrativa são as grandes descobertas dos navegadores e a expansão bandeirante. A sua trajetória de vida e o seu pertencimento ao grupo de letrados parecem indicar uma influência de base para a construção da memória.

O subtítulo do primeiro capítulo; “Conquistadores, Bandeirantes e Povoadores” é seguido pelo trecho: “A conquista do sertão ocidental do Brasil, onde se situa o estado de Rondônia ocorreu no século XVII, em consequência do bandeirantismo originado no

Norte e no Sudeste” (PINTO, 1993, p. 1). A partir desse trecho, tem-se uma idéia inicial do lugar de onde o autor se posiciona.

A sua percepção de “povoamento” cria alguns problemas de ordem interna em sua narrativa. Pois ao considerar os bandeirantes enquanto os “primeiros povoadores” entra em contradição com o sentido das bandeiras que não era o povoamento em si, pois eles exploravam o território à procura de escravos da terra e minérios de grande valor. Esta premissa nega a existência de sociedades locais desconsiderando sua complexidade (FONSECA, 2004).⁷⁵

A conquista em *Rondônia* também explicita o lugar de onde parte o seu enunciado: a posição das elites. A perspectiva de colonizador da qual ele se projeta enquanto herdeiro, ele também se declara um chegante.⁷⁶

Ao referir-se ao contato dos bandeirantes com os povos indígenas nas margens das rotas que ligavam o Norte ao Sul da colônia expõe a sua concepção sobre os colonizados:

O nativo que ali vivia, inferiorizado pela sua pobreza material ante os apetrechos ostentados pelos chegantes, era preza fácil daqueles que faziam da preação seu meio de vida e de morte. A gente primitiva do chapadão e das baixadas do lado oriental do rio Guaporé, bem como a que se localizava nas margens do rio Madeira e de seus afluentes, tornou-se peça valiosa nos mercados de escravos do litoral. O bandeirante encontrou nos seus percursos espaços onde o homem vivia como o nômade da Ásia Menor – identificado por Toynbee - que após dominar com êxito o problema de adaptação à dura vida nas estepes tornou-se escravo de seu meio, incapaz de qualquer avanço criativo. (PINTO, 1993, p. 1-5)

Autor e texto representam um contexto social, dentro do qual ele se proclamava pioneiro⁷⁷, e nesta condição expressa o pensamento hegemônico daquele período na região. Sua visão desenvolvimentista aplicada ao território da Bacia do Madeira-Guaporé é um guia norteador para esta obra.

Ele estava escrevendo para “resgatar” a memória dos letrados do Caiari e tinha como centro desta memória as elites burocratas militares que “comandaram” a região por mais de cinquenta anos.

⁷⁵ Esta tese demonstra que havia um comércio bastante desenvolvido e até mesmo especializado com manufaturas de manteiga feita de ovos de tartaruga e produção de peixe seco feito pelos povos das margens com os povos das matas.

⁷⁶ Este termo é usado pelo autor para descrever a condição do colonizador-civilizador.

⁷⁷ Nesse momento o autor refere-se aos conceitos formulados por Viana Moog, também uma leitura conhecida na época e provavelmente uma referência para o autor. Nesta obra Viana Moog faz uma comparação entre a colonização brasileira bandeirante de exploração e a colonização de povoamento norte-americana pioneira.

O autor estabeleceu um jogo de identificações no qual estaria a escrever sobre o passado e ao mesmo tempo ao colocar o seu grupo e a si como chegante, pioneiro e desbravador ele criava uma relação de continuidade entre o passado longínquo e o presente. Recurso usado para se legitimar na memória bem como o poder que havia exercido.⁷⁸ Como assinalou Ciro Cardoso em seu artigo sobre análise do texto e história,

Parece válida, assim, a observação do semiotista Eliseo Verón de que no funcionamento de uma sociedade, “nada é estranho ao sentido: o sentido está, portanto, em toda parte”, (...) E segundo o mesmo autor, as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da sociedade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 541)

Nesse livro os bandeirantes “amansaram” a natureza e “humanizaram” as populações indígenas, nivelando-as ao estágio de natureza.⁷⁹ Atrela a exploração bandeirante no século XVII à posse das fronteiras numa continuidade linear até a exploração da borracha no final do século XIX.

Para o autor, ao “fundar” povoações, os bandeirantes estariam a preparar o terreno para a grande obra “civilizatória”. Esta culminaria na primeira metade do século XX com a construção da EFMM e das Linhas Telegráficas. Uma observada rápida na documentação do período e a leitura dos relatórios de prospecção de construção da ferrovia demonstram a complexidade da “ocupação” do território dos Vales do Madeira-Guaporé por negros quilombolas, seringalistas bolivianos e peruanos, muitas tribos bolivianas escravizadas nos seringais, além das centenas de nações habitando o território.⁸⁰

Os bandeirantes foram apresentados como os primeiros heróis do oeste e a partir daí são utilizados pelo autor como o cimento a ligar o espaço regional no tempo. Essa intenção é explícita em *Caiari*, nele, o autor expõe uma das suas motivações: “[...] para

⁷⁸ A representação do bandeirante foi disseminada na região desde seus primórdios e ganhando maior destaque no período da criação do Território Federal do Guaporé na década de 40 e será discutida também na construção do Hino de Rondônia em capítulo próprio mais a frente.

⁷⁹ O mesmo discurso em relação ao papel dos bandeirantes no estado do Paraná é analisado por Cristiane Szesz “O conceito de região: discursos e representações do Paraná” in Arruda (1996, v.1).

⁸⁰ Para se ter uma noção mais precisa sobre a complexidade da “ocupação” do referido território ver o trabalho de Denise Meireles (1983), os artigos de Marco Teixeira (2008) e MACHADO (2006) sobre os negros do Guaporé. Ainda sobre a presença considerável de peruanos e bolivianos ver o relatório de fronteira do Dr. João S. Fonseca (1880) e também a Dissertação de Valdir Souza (2003).

mostrar à nossa atual geração o que as outras fizeram, de onde e como vieram.” (PINTO, 1986, p. 310)

Também significava que os letrados, a gravitar em torno do Coronel Ferreira, seriam os “bandeirantes” e as “sentinelas” que mantiveram a posse da região propiciando a evolução para o Estado. Esse aspecto simbólico vai ser mais bem discutido no terceiro capítulo ao analisarmos “Céus de Rondônia”, o Hino do Estado.

O texto de Pontes Pinto tomava a população indígena em geral como obstáculo às ações dos “civilizadores”. As inversões semânticas são recorrentes como na descrição do povo Mura. Esta tribo, em função de sua participação ativa na Revolta dos Cabanos e do enfrentamento ao processo de invasão, foi denominada pelo autor de “piratas e bárbaros”. O autor reproduziu os estereótipos coloniais seguindo a tendência assumida por Hugo em sua elegia ao extermínio dos Mura.

Tanto *Caiari* como *Rondônia* buscam alcançar a construção de uma memória hegemônica e uniforme. À ausência da experiência, silenciada e esquecida, das populações da floresta, contrapõe-se, portanto, uma leitura do passado a preencher as lacunas de uma narrativa oficial. Esse tipo de relato reproduz grande parte da literatura sobre o Brasil, visão dominante e recorrente na busca de legitimidade. Segundo Lucia Lippi Oliveira,

É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano assim como a tese da juventude do continente abrem espaço para a ação civilizadora do homem branco (OLIVEIRA, 1998, p. 198).

Uma organização seletiva dos “fatos” e das interpretações a partir da ótica do vencedor, nesta narrativa caberia apenas aquilo que deveria ser referência para a identidade regional. Construída a partir de uma concepção teleológica e linear do progresso econômico e social que foi concebido como sinônimo de uma marcha inexorável rumo ao futuro redentor como patamar desejado por “todos” e que a tudo justifica.

Uma das preocupações de *Rondônia* foi a integração da região ao mercado, à estrutura administrativa e à cultura brasileira no intuito de ser reconhecido como parte do território nacional. Daí o fio condutor de sua dissertação estar bem explicitado no subtítulo *Criação do Território Federal do Guaporé – fator de integração da fronteira ocidental do Brasil*.

Um dos elementos perceptíveis na sua narrativa é que ela foi influenciada por sua trajetória pessoal enquanto garimpeiro, seringalista, minerador, empresário, político, jornalista, escritor, professor universitário e também pelo seu grupo social. Estava, indiretamente por meio do texto acadêmico, a reivindicar reconhecimento para a memória Caiari.⁸¹

Pontes Pinto era um pioneiro graduando-se em História aos sessenta anos, entretanto em sua prática de beletrista já havia publicado textos “históricos”. Segundo seus editores, ele “[...] foi na busca do título, de fundamentação teórico-metodológica e do reconhecimento acadêmico”, (PINTO, 1993, Prefácio do Editor) para a sua trajetória de governante e elite pensante.

O autor foi o protagonista de um fato curioso que pode fornecer evidências sobre as suas possíveis motivações. No período próximo ao lançamento de sua obra *Hidrovia Madeira-Guaporé* (1998), o autor ingressou como professor convidado pelo Departamento de História na Universidade Federal de Rondônia. De imediato após o seu ingresso lançou o livro contendo em sua página de rosto a lista de nomes do Reitor e dos Pró-Reitores, Diretor do Núcleo de Educação e Chefe de Departamento como se tratasse de uma “publicação oficial” do Departamento de História, e uma semana após abandonou o cargo.

Ele havia “sacramentado” o título de professor universitário. Em tempo recorde “percorreu” uma trajetória geralmente construída em anos de carreira. Portanto, cultura enquanto bem simbólico para enobrecer as agruras passadas em períodos de pioneirismo.

Pontes Pinto era leitor de Oliveira Viana e via o Estado nos moldes deste cientista social. Tinha por objetivo a construção da nação e vinha daí sua preocupação com o isolamento político e econômico do Vale do Madeira-Guaporé. O autor reivindicava do Estado a manutenção da solidariedade entre os seus cidadãos (ODÁLIA, 1990), pois se encontravam na condição de clientes dependentes do Governo Federal (PINTO, 1993, p. 144).

A “integração” à Nação sempre foi desejada pelas elites locais, da criação do Território Federal do Guaporé à criação do Estado – o “desejo de se integrar” ao país,

⁸¹ Esta temática foi amplamente discutida por Miceli (2001) ao analisar as estratégias na busca de reconhecimento intelectual, por parte das elites, as quais enviavam seus filhos para estudar na Europa. Prática bastante comum e valorizada entre as elites rondonienses desde o início do século.

tanto econômica quanto politicamente, sempre foi um traço da atuação dessas elites. O esforço de sua dissertação reflete esse anseio local.

A busca por integração configura-se historicamente como forma de agregar valor aos seus domínios e com isso expandir o poderio político e econômico sobre aquele território e sobre suas classes e segmentos sociais. Objetivo de uma parte da sociedade que se arroga como representante da totalidade dos projetos locais.

Todavia, de forma paradoxal, todos estes projetos, desde a construção da EFMM, criação do Território Federal do Guaporé e a transição para o Estado de Rondônia foram gestados pelas elites nacionais, ou seja, do alto e de fora. No período de transição para o Estado esta elite havia perdido boa parte do seu tradicional poder. A sua memória corria o risco de ser atropelada pela ruptura representada pelo poder Coronel Teixeira e cair no esquecimento.

Uma das bases de sua argumentação está assentada sobre o conceito de “vazio demográfico”. Alguns teóricos da geografia, representantes deste pensamento, legitimam este discurso.⁸² Há também várias reflexões, sobre esse conceito de caráter mais ideológico do que científico e que permitem um maior vislumbre nesta temática, a demonstrar como foi sendo construído o discurso de sertão como terra desabitada e sem lei (SOUZA LIMA, 1995).

Faz-se necessário ressaltar que a obra de Pontes Pinto apenas reproduz um discurso pragmático e recorrente ao tratar de fronteira econômica. Conforme Lúcio Mota, “A evidente presença indígena no Paraná não é, entretanto, registrada pela história da região, e o objetivo da primeira parte do nosso trabalho é mostrar como se construiu a idéia do vazio demográfico” (MOTA, 1994; 1999 p. 21-51). Este conceito estava presente em outras regiões como o norte novo do Paraná na década de 40 bem como em outras “novas” regiões brasileiras em períodos mais recentes, como o Norte do Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Sul do Pará.⁸³

A memória repetiria as concepções racionalistas e evolucionistas que classificavam sociedades quentes e frias na temporalidade histórica. Estas premissas estavam implícitas e disseminadas nas formulações regionalistas, desde a imprensa em

⁸² Para uma discussão mais aprofundada e ilustração ao pensamento geográfico é interessante o caso da ocupação do norte novo do Paraná ver o capítulo II “Os geógrafos e a construção do vazio demográfico” in Mota (1994).

⁸³ Ainda há o texto sobre a presença indígena no norte novo do Paraná de Nelson Tomazi. “Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná” in Dias (1999, p. 51-87).

nível do senso comum até a educação formal em um âmbito mais teórico (MOTA, 1994).⁸⁴

As duas obras a seu modo comportam partes destas visões: *Rondônia: evolução histórica - A criação do Território Federal do Guaporé: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil* comporta conjuntamente as duas concepções de história, enquanto o subtítulo *Lendas, Proto-história e História* comporta traços da visão evolucionista. Daí sua escrita ser marcada pela presença de sociedades “avançadas” como os semitas, fenícios e incas envoltas num passado extraordinário.

Este relato se baseia na versão estereotipada de que a história tem início a partir da chegada dos bandeirantes. Ao adotar esta premissa excluiria os negros ex-escravos do Guaporé, os indígenas e caboclos de sua narrativa. Seu texto pressupõe um território “vazio”, entretanto cria uma contradição interna ao inserir o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (PINTO, 1986, p. 176).⁸⁵

As épicas “flechadas” dos índios sobrevalorizadas como fator de risco, representavam o conflito, mas ao mesmo tempo legitimavam o processo de invasão (SOUZA, 2003, p. 156-7). Também a referência genérica de “índio” a diferentes etnias mascara suas singularidades, classificando a todos como antagonistas dos brancos. Tal generalização é falaciosa visto que algumas aldeias eram dizimadas sem resistência alguma.

Por outro lado, despersonalizava os povos como univocamente os “outros” indefinidos e inimigos, cumprindo o papel do mal numa leitura dualista. Entretanto, eram bem mais complexas as relações com as sociedades indígenas.⁸⁶

Ao vincular a “história” de povos antigos à dos rondonienses contemporâneos, criou algo distante da identificação. E, ao desconsiderar os povos tradicionais, tanto em *Caiari* bem como em *Rondônia*, evidencia os silêncios desta memória. Os povos indígenas, negros do Guaporé, ribeirinhos e seringueiros foram e estão ocultos atrás das cortinas, só aparecem na cena em segundo plano, ao se tornarem necessários para dar sentido à narrativa, como coadjuvantes.

Caiari também era a vontade de inserir Rondônia na história universal de forma grandiosa, com grandes fatos, heróis, mistérios e cheia de tesouros “coloniais” por

⁸⁴ Para as concepções “teóricas” sobre a história ver o capítulo IV “A repetição do vazio demográfico nos livros didáticos” in Mota (1994).

⁸⁵ Este mapa foi adaptado pelo autor do mapa original formulado pelo antropólogo do SPI e localiza centenas de povos habitando o território da Bacia do Madeira-Guaporé no período por ele descrito.

⁸⁶ Para uma leitura sobre as complexas relações com as sociedades indígenas ver Ferreira (2005), Hugo (1959) e Fonseca (2003).

serem descobertos.⁸⁷ Diante dessa grandeza o “atraso” dos silvícolas destoava do cenário a ser integrado no mosaico da Nação, sem os inconvenientes das populações indesejadas.

Essa estratégia reafirmava a imagem de terra sem história e inferiorizava a cultura nativa e ao mesmo tempo ocultava as guerras de conquista na fronteira (PINTO, 1986, p.110-9).

A criação do Território pode ser considerada um dos marcos para a constituição da memória do Grupo do Caiari. O Território foi criado como resultado do projeto ideológico do Estado Novo de Vargas, no qual a expansão era representada pelo bandeirante de Cassiano Ricardo em sua *Marcha para o Oeste*.

Entretanto internamente há uma incorporação do projeto nacional, não era aleatória a ênfase na segurança de fronteiras e na manutenção da posse do território vindo a ser um dos elementos de peso em sua obra.

Conforme frisam Trubiliano e Martins Junior, Cassiano Ricardo teria se apropriado do bandeirante paulista de Afonso de Taunay, Paulo Prado e Alfredo Ellis, “[...], contudo, redimensionando a significância ao conhecimento que aqueles escritores tinham elaborado” (2008).

Estes intelectuais haviam dimensionado o bandeirante como símbolo de uma “Raça Paulista” hegemônica, em sua luta pela autonomia contra o projeto centralizador de Vargas. Cassiano propôs outro sentido transpondo o poder concentrado nas mãos do chefe das bandeiras para o Chefe da Nação naquele período de exceção e ainda usou a imagem da exploração bandeirante para justificar a integração de territórios e o expansionismo do governo Vargas.

Todavia, ao incorporar o bandeirante feito de Ricardo, Pontes Pinto lhe fez uma nova leitura. Se Ricardo extrapolava a mescla de portugueses e indígenas, resultando no caboclo⁸⁸ e adicionava o negro no caldo da miscigenação como forma democrática do governo Vargas, Pontes Pinto apenas toma o expansionismo bandeirante, mas não inclui os negros e os povos indígenas na convivência democrática racial ao modo de Ricardo.

⁸⁷ O fabuloso está no “surgimento” da Amazônia para os descobridores desde o século XVI e se mantém firme até o século XX (BUENO, 2002). Nesta projeção percebe-se uma fruição literária que definiu a região como terra do exotismo e de monstros gigantes que perduram além do período colonial. Desde as mulheres guerreiras, o Eldorado e a expedição do Coronel Fawcett à procura da cidade perdida das pirâmides envoltas pela floresta.

⁸⁸ O termo aqui usado se restringe unicamente à concepção de Ricardo e não à definição étnico-histórica elaborada pelo antropólogo Darcy Ribeiro em relação aos índios destribalizados.

Maria Verônica Secreto, ao versar sobre o bandeirismo, esclarece “A originalidade de Ricardo consiste em ter elaborado o conceito de bandeirismo com tal plasticidade que permite ser adaptado ao longo da história.” (SECRETO, 2007, p. 118).

Em sua versão local Pontes Pinto tomou de empréstimo do ideólogo de Vargas apenas o que lhe interessava para interpretar a gênese da sociedade rondoniense, ou seja, a concentração dos poderes nas mãos das elites políticas e a expansão geográfica e a integração territorial.

O conceito de bandeirismo em Ricardo propiciava uma análise flexível para a formação do contorno físico do Estado Nacional em seu projeto de integração do território. Nessa leitura, se os bandeirantes haviam garantido o espaço fronteiriço, fora Vargas que o integrara de fato à Nação.

A visão ricardiana fica clara em sua “Introdução” e também no sumário de *Rondônia*, todos os capítulos são construídos a partir do viés geográfico.⁸⁹ O primeiro capítulo é “O Rumo”, com os tópicos: *Conquistadores, bandeirantes e povoadores, Caminhos fluviais e terrestres para Oeste e Delimitação do espaço geográfico*. O segundo é “A Região”, *Integração do Oeste ao colonialismo português e Marcos solitários de domínio*. O terceiro capítulo é “O Território” e por último o capítulo principal que encerra a sua dissertação “Território Federal”.

Segundo Mônica Velloso, a perspectiva do movimento verde-amarelo ao invés da história privilegiava uma visão espacial da nação e fora reproduzida por Pontes Pinto, mas também está presente nos outros memorialistas de Rondônia.

A história do Brasil é apresentada como testemunha da nossa grandiosidade. E fato curioso: é a geografia que escreve esta história de grandes feitos e heróis ... Porque no Brasil, diferentemente dos países europeus, é a categoria espaço que explica a civilização: ‘A pátria, nos outros países, é uma coisa feita de tempo; aqui é toda espaço. Quinhentos anos quase não é passado para uma nação. Por isso, nós a compreendemos no presente, na síntese prodigiosa do nosso país’ (VELLOSO, 1993, p. 101).

O tempo e por consequência a noção de temporalidade segundo Velloso,

passa a ser associado à idéia de esgotamento, crise e passado, enquanto o espaço é identificado à idéia de potencialidade, riqueza e futuro. [...] A extensão territorial do país aparece como fator determinante de sua história, que será sempre grandiosa porque deve reeditar a epopéia das Bandeiras (1993, loc. cit.).

⁸⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre a construção da metáfora geográfica e do viés geográfico na formação da nação brasileira ver também o texto de Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)*. São Paulo, EDUNESP, 1997.

Essa síntese de Velloso define muito bem a memória construída por Pontes Pinto, tanto quanto pelos outros autores, a perspectiva territorial é a base de suas argumentações.

Ricardo transformara o bandeirante em herói nacional, este tipo permitiria o seu uso por Pontes Pinto para justificar a integração da região ao país. Se originalmente o bandeirante dos intelectuais paulistas foi criado para se contrapor ao centralismo de Vargas na busca pela autonomia, no Território Federal do Guaporé ele é a própria figura do Presidente e de seus representantes interventores como o Tenente Aluizio Ferreira.

O autor foi protagonista e testemunha das políticas integracionistas de Vargas tanto quanto os outros memorialistas aqui referidos. Além disso, sua participação na cúpula governante deu-se desde o início da criação do Território, ele foi amigo do Cel. Aluizio Ferreira, correligionário do partido Aluizista - coligação PSD-PTB - depois foi deputado federal pelo Território e mais tarde nomeado prefeito da capital do Estado.

Pontes Pinto produziu sua obra nas décadas de 80 e 90 incorporando sua experiência no poder desde a integração do Território. Não foi por acaso que no epílogo de *Caiari*, ele encerrara o texto no final do período colonial e de antemão anunciara uma obra de continuidade que ele esperava poder escrever e tratar do Império até a criação do Território (1986, p. 309-10). Esta obra seria *Rondônia*.

O texto, apesar de iniciar no período imperial passando pela república e suas relações com a geopolítica de fronteiras na região, tem seu ápice com a criação do Território em 1943, como o próprio título enunciara.

O autor ainda fez do seu trabalho um ato de liturgia e missão religiosa. Segundo ele o seu texto era necessário para mostrar à “*atual geração*” o que as outras fizeram, de onde e como vieram, pois ‘Tudo aquilo que ouvimos e aprendemos/ e transmitiram para nós os nossos pais/ Não haveremos de ocultar aos nossos filhos/ mas à nova geração nós cantaremos’ (SALMOS 1,77 apud PINTO, 1986, p. 310).

Se Ricardo idealizava a bandeira como uma miniatura do Estado Novo, para Pontes Pinto ela é a própria representação da região na constituição de sua memória e de sua integração à Nação, ou seja, ao Estado Novo. Por mais paradoxal que possa parecer o estado centralizado de Vargas e a criação de uma unidade subordinada ao poder central, para os memorialistas, este fato seria o ápice histórico da região, o evento que a integrou à Nação.

Mais importante que o seu conteúdo fantástico talvez seja o momento em que ele foi concebido. Os letrados estavam assistindo as mudanças e se adaptando às suas conseqüências. O Coronel Aluízio Ferreira havia falecido em 1980 e não havia deixado herdeiros políticos. O Estado havia sido criado e a participação dos letrados tornava-se cada vez mais reduzida e secundária na nova sociedade.

O mito fundante fornecia ancestralidade e tradição ao grupo da “República do Caiari” dotando-os de capital simbólico frente aos migrantes. E neste sentido a edição comemorativa do centenário do Coronel Ferreira responde algumas das questões postas. A junção de um parecer do então Capitão Aluízio Ferreira ao Conselho de Segurança Nacional em 1939 sobre a criação do Território Federal do Madeira e de uma confidência feita por ele ao autor nos fornece pistas sobre a arquitetura de *Caiari*.

Argumentou ainda, completando essa proposição, que devia ser dada à sua capital a denominação de Caiari, que é o nome indígena do rio Madeira ... já mencionado pelo padre Cristobal de Acuña, no século XVII. Por que Porto Velho? Um nome inexpressivo que não lembra heroísmo nem sugere força e beleza. Antes Caiari, que vem de longe e significa as sobrevivências nativas. (PINTO, 1997, p. 183-95)

Segundo ele, o Coronel Ferreira teria lhe relatado no momento da homenagem feita pelo 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC) em 1971,

Renan em *Souvenir D'enfanse* nos diz que uma das lendas mais espalhadas na Bretanha é aquela de uma cidade de IS que em época indeterminada, tinha sido engolida pelo mar. A gente da região mostra, em diferentes pontos do litoral, o local dessa cidade lendária da qual os pescadores contam coisas estranhas. Nos dias de tempestade vêem eles surgir, do côncavo das águas, a pontas das flechas de suas igrejas, enquanto que, nas calmarias eles dizem ouvir subir, do abismo, o som dos campanários que tocam as matinas. [...] pareço ter no fundo do coração, uma cidade de IS que ainda faz tanger seus sinos que já não os escutam, como também sinto as tremulas vibrações das profundezas insondáveis, como vozes do outro mundo. Eu também como o velho mestre, tenho a minha cidade de IS, resto dessa Atlântida desaparecida nos sonhos da mocidade (PINTO, 1997, loc. cit.).

O depoimento saudosista do Coronel Ferreira fornece pistas, os letrados haviam realizado uma grande obra, mas a memória estava mergulhando nas águas do esquecimento. É interessante que o relato saudoso é basicamente a estrutura de *Caiari*, pois junta um tempo glorioso aventureiro de navegador Atlante ao período bandeirante que em virtude de um cataclismo ficou enterrado na noite dos tempos sendo desconhecido da maioria dos novos migrantes.

A catástrofe pode ser interpretada como uma imagem metafórica das rupturas impostas pelas contingências políticas vindas de Brasília. O Coronel Teixeira em meros

dois anos colocou na sombra o Coronel Ferreira que havia comandado a região por mais de vinte anos, ele representava o ápice dos novos grupos e o ocaso dos letrados.

No centenário de Aluizio o autor enfatizou sua luta pela memória Caiari, “Nas páginas de *Rondônia; Evolução Histórica*, editado em setembro de 1993, a admiração, o respeito e a estima que sempre devotamos a Aluizio Ferreira estão evidentes nos registros que fizemos de vários acontecimentos relevantes dos quais ele foi protagonista.” (PINTO, 1997, p.185)

Os vários artigos contidos na edição do centenário do Coronel Ferreira em 1997⁹⁰ demonstram uma intensa preocupação com o esquecimento da personagem central desta experiência. Para isso buscavam registrá-lo na estatuária, nos logradouros públicos e em selos comemorativos para que a população migrante passasse a cultuá-lo e a população do Guaporé não lhe esquecesse.

Caiari é um misto de leituras e experiências do autor, homenagem ao Coronel Ferreira e à memória dos letrados e também forma de preservar o *status* no momento da transição para o Estado. Tudo isso redigido na forma de uma narrativa permeada pela imaginação fantástica.

Sua obra está assentada em imagens formuladas no final do medievo e em conceitos sem comprovação e sustentação teórica. As fantásticas viagens de fenícios e judeus, o “vazio demográfico”, a “degenerescência” dos povos indígenas, a inferioridade dos negros, o mito bandeirante e uma concepção determinista e evolucionista fazem parte deste roteiro.

Nesta narrativa também se nota um embate sutil, nas entrelinhas, entre o bandeirante preador de índios e o jesuíta protetor destes. Esse é um dos elementos não tão visíveis nesta disputa discursiva. A imagem do bandeirante ou do jesuíta na memória tem a função de corroborar o lugar de seus enunciados, um na perspectiva do Estado e outro na perspectiva da Igreja.

Num plano mais geral era também uma forma de dizer à nova elite migrante do Eixo da BR-364 que os letrados estavam a sair de cena, mas em grande estilo. Uma resposta clara para os que estavam chegando.

Na estrutura interna das obras há quase que uma homogeneidade dos memorialistas em relação ao conceito de Nação, ou numa menor perspectiva de comunidade regional, enquanto sinônimo de civilização.

⁹⁰ Para um painel melhor detalhado ver Borzacov (1997).

Em todos eles, a Nação a que querem se integrar é eminentemente restrita aos “brancos”, o que nos remete aos conceitos conservadores formulados no Império, do século XIX, no interior do IHGB. Neste, índios e negros, bem como os vizinhos republicanos não faziam parte da civilização (GUIMARÃES, 1988). Em contraposição estes “selvagens” eram inferiores, uma imagem gestada no XIX e que sofre de ambigüidades, indo do estigma à invisibilidade, mas que perdura.

Esse traço do Império se manifesta de forma anacrônica, pois todos estes textos foram produzidos dos anos 60 para o final do século XX. A identificação com a proteção de fronteiras é outro traço comum a todos eles e também foi produzido em tempos longínquos (FREITAS, Edinaldo, 1999). Vide o brasão da ACLER que se representa como uma guarda na proteção da fronteira cultural a evitar invasões de *los hermanos de la banda*.

Esse é um dado intrigante uma vez que tanto os positivistas Marechal Rondon como o Coronel Aluízio Ferreira defendiam a integração dos indígenas. São considerados heróis locais, mas não por essa característica e sim pelas suas atuações na integração política e física da região (MACIEL, 1999). Os memorialistas procuravam incorporar e projetar aquilo que precisavam do herói no seu presente.

Outro traço comum é a eleição do bandeirante como personagem de projeção, eles se representam como bandeirantes pioneiros, também fruto da experiência e de uma ideologia que se inicia na abertura do século XX com escritores paulistas no intento de projetar São Paulo na história da Nação e tem o seu auge na ideologia do Estado Novo com o conceito plástico e abrangente do bandeirante ricardiano (SECRETO, 2007) usado em várias regiões.

Ao mitificar a colonização, construíram uma versão épica dos seus heróis e amenizaram a tragicidade da fronteira, “que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias [...] contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo pelo abismo histórico que as separa” (MARTINS, Souza, p. 49).

Os vários povos indígenas, por sua vez, foram reificados como os antagônicos a serem incorporados à civilização. Essa perspectiva se deve à inexistência na situação de contato do “reconhecimento da humanidade do eu e do outro, como face visível da concepção de pessoa na situação de fronteira e da própria concepção de fronteira.”⁹¹ No

⁹¹ Ver essa discussão sobre a construção do outro na fronteira Amazônica em José de Souza Martins (1997).

encontro concreto e na representação da memória reproduz-se o desencontro das alteridades.

Não há fórmula específica para uma narrativa histórica, ela costuma ser uma mescla de estilos e gêneros herdados da cultura ocidental. Também não se busca aqui a comparação com textos “mais” históricos, mas sim demonstrar a ocorrência de conceitos ambíguos e contraditórios formulados em virtude dos interesses dos memorialistas de plantão.

A grande dificuldade dos letrados, em se criar uma memória e uma identidade local, se dá justamente porque Rondônia foi inventado ao sabor dos poderes federais e do interesse de atores exóticos. As representações regionais, em sua maioria, são construídas numa busca pela singularidade dentro do todo nacional. Porém, esta, de antemão fora predeterminada pela totalidade econômica e política nacional.

A busca pelo regional foi sempre uma tentativa de incorporar o que veio forçosamente de cima e de fora como se fosse pura expressão local e esse movimento sempre esteve carregado de tensão e ambigüidade em virtude dos limites na autonomia dos atores regionais.⁹²

Nesta lógica, a construção da memória de Rondônia veio a reboque dos fatos políticos gerados na capital federal. Houve um chamamento das elites do centro no alvorecer de uma nova situação política criada. Da noite para o novo dia foram feitos concursos para hino, brasão, selos, bandeira e estatuária do novo estado.

O escritor Antonio Cândido da Silva revela que era o próprio Coronel Jorge Teixeira quem estava à frente da organização da construção material e simbólica do Estado (informação verbal).⁹³

A região é um reflexo direto das economias centrais. O discurso regional sempre foi incentivado pelas elites nacionais, pois elas têm o papel ideológico de mascarar as relações verticais da sociedade. O conceito de “região” homogeneíza horizontalmente as classes num discurso assentado sobre as desigualdades regionais ao invés de ressaltar as diferenças sociais. A identidade regional é uma forma de controle eficiente nas mãos das elites.

⁹² Para uma discussão com maior profundidade sobre os limites da história regional ver o artigo de SILVEIRA, R. M. G. Região e História: Questão de Método in SILVA (1990, p. 17-49).

⁹³ Entrevista com Antonio Cândido da Silva – Escritor e Membro da ACLER desde a primeira posse em 1986. O autor escreveu *Enganos de nossa história* no qual comprova a partir de farta fonte documental os erros dos memorialistas locais.

Essa tentativa de singularidade e independência sempre foi a marca da inconsistência do discurso regional em busca de sua identidade. A produção da identidade regional se dá no âmbito discursivo, a região é uma construção abstrata que reflete o campo econômico e político. Em si, é a resultante das disputas pelo poder econômico e político, mas que é fixada por meio do discurso da memória, visto que é este que confere visibilidade à sua existência.

Em busca do mecenas

Esta segunda parte do capítulo mantém a mesma abordagem, pois as interpretações são convergentes. Nesta pesquisa para a finalidade de interpretação do discurso, o conceito de ‘lugar de enunciação’ guarda semelhanças com a noção de ‘contexto’. Neste sentido, aqui o estudo do contexto e a compreensão dos objetivos dos agentes promotores da arte visam uma aproximação dos possíveis sentidos e formas de circulação das poesias.

Segundo o Professor da USP Antônio Cândido, não se trata de considerar o “[...] traço social como assunto; estamos interpretando-os como componente da estrutura das obras” (2007, p. 55). Portanto é necessário o diálogo entre a Teoria Literária e a Sociologia da Literatura. Este diálogo, mesmo que raso aqui nesta pesquisa, visa a estabelecer uma relação de flexibilidade entre as duas áreas para se compreender os diferentes enunciados no momento de transição para o Estado.

De outro lado, o contexto histórico auxilia na compreensão do discurso emitido. Nesta pesquisa estabelecer os vínculos entre os grupos em disputa é mais necessário em detrimento da qualidade literária. Também não se trata de apontar o que é poesia oficial ou literatura de salão, não é essa a preocupação, mas compreender os objetivos para o qual, e o contexto no qual foram emitidos.

As ciências humanas, desde seu nascimento estiveram a serviço dos poderes hegemônicos de uma elite política ou econômica e seus conhecimentos teriam a função de controlar a sociedade individual e coletivamente. A literatura, nesse sentido é tão somente outra forma de discurso, ela é parte constitutiva da sociedade moderna.

Apoiamo-nos em Cândido, para ele o discurso literário é histórico. Sem buscar aprofundamento nesta discussão, interessa-nos aqui perceber que a poesia local ufanista se relaciona diretamente àquele momento, à inspiração contaminada por um romantismo tardio de seus autores e às demandas dos patrocinadores.

É sob esta perspectiva que será tratada a poesia ufanista do período de transição e consolidação do novo Estado de Rondônia. Esse estudo incidiu sobre as poesias, pois não se encontra prosa romanceada significativa no período pesquisado (década de 80).

Diante dessa contingência foram selecionados os seguintes poemas: “Riquezas de Rondônia” de José Monteiro, “Porto Velho” de Antônio Cândido da Silva e “Albores de Rondônia” de Matias Mendes, sendo os dois últimos poetas, escritores e notáveis da ACLER, “Índia” de José Oceano Alves, e por último “Rondônia: Inspiração, Aspiração, Exploração” de Zeca Domingos.

Para tal empreendimento partimos da premissa de que o acesso à realidade das coisas somente é possível por meio dos símbolos, ou em nosso caso, os textos. A diversidade do discurso poético fornece elementos para a reflexão sobre o quadro social que apresenta em seu diálogo com a linguagem, o circuito entre texto e contexto.

Tudo é linguagem, não há como refletir, comunicar, relacionar os seres humanos sem ela que é o início e o fim do círculo das sociedades em qualquer período ou espaço, ou seja, em todos os possíveis contextos.

Esta pesquisa focou sobre a poesia do período de transição política, entretanto ao se deparar com sua expressão artística, nota-se uma profusão de enunciados pouco compreensíveis e em alguns casos indecifráveis.

Diante desse desafio surgiram algumas questões como: Por que o discurso literário local remetia a outros períodos históricos no âmbito nacional? Seria uma questão de técnica, de escolarização e refinamento estético? Ou seriam outras motivações não aparentes?

Daí, o recorte pelo contexto foi necessário para se obter um mínimo de compreensão da múltipla e aparentemente caótica produção de discursos e temporalidades do período.⁹⁴

A mesma disputa verificada entre os memorialistas e de certo modo uma luta pela sobrevivência torna-se perceptível no campo literário. Ela se dá em torno das representações a serem oferecidas às elites nacionais que detinham o controle sobre vultosos recursos para a implantação do Estado.

Diante das mudanças políticas implantadas na região, este grupo via sua arte como forma de promoção do recém-criado Estado, e isto poderia lhes ser favorável. A partir desta percepção ocorreu uma verdadeira corrida dos grupos voltada à ratificação

⁹⁴ Para se ter uma idéia mínima desse quadro embaralhado, o discurso literário da década de 90 de Rondônia remete ao início do século XX no cenário nacional.

daqueles que poderiam ser artistas. A seleção era feita pelos agentes externos. Para isso construíram uma poesia proativa em apoio às mudanças implantadas pelos militares de Brasília.

O grupo a frente de *Síntese* (1984) formado pelos poetas organizados em torno da União Brasileira de Escritores (UBE-RO) na busca pelo mecenato estatal esclarecia sua posição junto ao Coronel Teixeira, representante do Governo Militar na região.

Os autores que dela fazem parte, [Literatura de Rondônia] de um modo geral, têm um apego muito especial pela natureza, e, de uma forma ou outra, todos gritam em defesa da ecologia, levando algumas pessoas a acreditarem que os escritores locais são inimigos do progresso, ou que possuem mentalidade retrógrada. Todavia, não é nada disso que os escritores defendem. O que todos defendem, é o progresso racional, responsável e sem devastações desnecessárias do meio-ambiente. Na verdade, os poucos escritores de Rondônia estão clamando hoje pela preservação (MENDES; BUENO, 1984, p. 119).

O perfil destes poetas tendia para o romântico e sua forma de representar a região era feita em nome da sobrevivência diante das mudanças radicais do contexto. Eles estavam se colocando à disposição das novas elites e do seu projeto “modernizante”. O seu estilo não era apenas a expressão criativa e sentimental dos filhos da terra, mas, antes de tudo, um discurso consciente endereçado às elites migrantes. A poesia era o cartão de visitas feito com a intenção de uma peça publicitária voltada à captação de recursos para novos projetos (informação verbal).⁹⁵

Apoiava a migração e o progresso na busca da sobrevivência artística e tentava no campo da representação conjugar desenvolvimento com preservação. Idealizava tanto a natureza e o progresso como algo necessário e que poderia ao mesmo tempo preservar. Os autores eram líricos e românticos por necessidade de sobrevivência.

Produziam uma poesia de conciliação como bem observou Colferai (2010) em sua análise sobre o Hino de Rondônia. Entretanto, ao optar por esta posição explicitavam toda a ambigüidade ensejada no processo de transição do Território Federal do Guaporé para o Estado de Rondônia.

Este posicionamento iria definir quais seriam os poemas publicáveis ou não para as novas elites do Estado. Pois haveria de ser um discurso de conciliação entre a

⁹⁵ Entrevista com Renato Bolf – Empresário e Sócio-proprietário da Gráfica Gênese Top. A obra *Síntese* (1984) foi editada sem nenhum apoio estatal conforme narrado pelo empresário Renato Bolf – sócio proprietário da Gênese Top que publicou a obra. Toda a parte tanto criativa da produção e edição como os insumos para a parte gráfica foram custeadas pelos sócios-proprietários da Gráfica. Os poetas ganharam de brinde esta edição, porém tinham que buscar patrocínio para novos projetos. Essa era a intenção desta coletânea segundo o seu Editor.

tradição extrativista local e a avalanche desenvolvimentista implantada pelo Coronel Teixeira.

Literatura de Rondônia: quem se enquadra?

Os grupos de poetas ligados em sua maioria aos herdeiros dos letrados definiam aqueles que podiam ser publicados, por meio de critérios pouco claros, definidos internamente dentro do próprio grupo. Havia muitas vezes voltadas à seleção dos caracteres e à definição do bom gosto e principalmente a busca de portadores de uma poética que fosse condizente com as mudanças do momento, enfim um discurso conciliador.

Regional ou universal? Arte ou artesanato? Essas e outras questões são colocadas aleatoriamente, autorizando a admissão ao bel prazer dos estados emocionais e relacionamentos pessoais entre os autores e o seu grupo. Apresentava-se uma infinidade de critérios intuitivos, às vezes instáveis e outras inconsistentes.

Em meio a elogios e loas à obra *Síntese*, o poeta José Monteiro observava,

[...] quero ainda sensibilizar os senhores para este elemento cultural cujo teor e importância desde já a torna peça reconhecível em nossa história, tanto pelo pioneirismo como pelo fato de ser um sacrário onde reside a pura, rica e promissora Literatura de Rondônia. (MENDES; BUENO, 1984, p. 11).

Esse modo sem critérios muito definidos de se circunscrever o que é arte ou não, não é exclusivo da região. Segundo observação de Deivis dos Santos⁹⁶, percebe-se o uso de práticas semelhantes em Manaus (AM) e Rio Branco (AC). Laélia Rodrigues em suas reflexões sobre a produção literária acreana se deparou com os mesmos elementos diretivos. A autora conclui que os processos políticos de circulação e recepção condicionam os estímulos da criação literária e da produção de seu discurso (RODRIGUES, 2002, p. 9).

Aqui nesta pesquisa partimos das considerações elaboradas por Santos e Rodrigues para interpretar a expressão poética local. Pode-se também constatar que num plano macro cultural, as elites políticas e financeiras buscam criar um público receptivo às suas necessidades. Um mercado no qual o público é visto como um

⁹⁶ SANTOS, D. N. dos. *Rondônia literária: Produção, circulação e recepção (1980-2010)*. Porto Velho, Mimeo.

consumidor em potencial a ser produzido. A Amazônia naquele período passava a ser comercializada como produto neste grande mercado cultural.⁹⁷

O discurso literário que instaura o que seria a região Amazônica estava sendo importado e o seu nascimento coincide com o processo político de transição para o Estado reproduzindo um discurso globalizado. Essa operação de criação é feita por meio da “linguagem, consciência e ideologia, instauradora do discurso fundador que inventa a realidade amazônica” (RODRIGUES, 2002, loc. cit.).

Essa elucidação é fundamental para compreender a poesia ufanista local, pois nessa brecha de indefinição estética os promotores da cultura literária acabaram por ocupar espaço e definir qual o produto desejado pelo público.

Neste sentido as agências passam a influenciar a fruição literária na representação da identidade amazônica. O campo da representação literária e os critérios estavam se subjugando aos circuitos do mecenato estatal e privados. A representação literária em construção era um campo aberto em disputa, no qual praticamente valia tudo, desde a influência pessoal junto aos patrocinadores, até a obra e a crítica encomendada e regida pelos critérios dos financiadores.⁹⁸

Tratava-se de uma gama de proposições, assertivas ou negativas operando sob diversos discursos sem muito aprofundamento. Em *Síntese*, conceitos como “realista”, “parnasiana”, “simbolista”, “modernista” e “naturalista”, são classificações visando mais à publicidade dos autores do que estabelecer as relações efetivas com o conteúdo dos poemas. Atribuições do círculo literário como “poetisa”, “romancista”, “contista”, “ensaísta”, “crítica literária”, “cronista”, e “historiador” são distribuídas generosamente entre os membros do grupo.

Em determinado momento Matias Mendes afirma, “[...] a ausência quase total de obras de ficção” (MENDES; BUENO, 1984, p. 18), e em outro momento posterior na mesma obra ressalta a importância do médico Ary Tupinambá como o escritor modelo para os outros, “[...] tornando-se, assim, o verdadeiro precursor dos prosadores atuais de Rondônia” (MENDES; BUENO, 1984, p. 41). Parece que não haver muita clareza sobre os gêneros literários e o conceito de literatura.

⁹⁷ SITE INCENTIVO CULTURAL. Disponível em: http://www.leidepatrocinio.com.br/incentivo_cultural/novidades Acesso em 22 mar. 2011

⁹⁸ Vários compêndios de prosa e poemas são apresentados pelos novos mandatários, como Governadores e Secretários de Cultura, entretanto a sua apresentação não tem o mínimo de coerência com a obra apresentada.

Além do que a maior parte dos contistas, romancistas e prosadores referendados como de grande importância para o organizador era inédita. Fato que reforça a percepção de *Síntese* enquanto uma obra inicial de divulgação, pois todos eram inéditos. Era uma divulgação do potencial dos autores para um possível mercado literário na nova realidade que se apresentava. O texto dá a impressão de estar apostando numa promessa futura de literatura para o recém criado Estado, ele usa de quatro páginas para ressaltar a importância dos inéditos,

A fluência de sua linguagem e a apurada técnica empregada em seus poemas conferem-lhe um grande destaque na literatura local, embora o seu primeiro livro ainda não tenha sido publicado. [...] Outro escritor importante ainda inédito é o médico Aparício Carvalho. [...] 'Em busca de si mesmo', que é um dos raros romances da literatura de Rondônia, embora ainda não tenha sido editado. [...] A outra obra ainda inédita de muita importância é o livro sobre cerâmica. [...] Entre os bons escritores que estão inéditos há duas poetisas de alto nível e muito pouco conhecidas. [...] Filha da renomada poetisa [...] Embora ainda não tenha organizado a sua promissora obra, tudo leva a crer na sua literatura promissora, como a própria Anita. [...] Seria muito difícil enumerar e discorrer com toda justiça sobre todas as obras e literatos inéditos de Rondônia. [...] Prof. Batalha, embora sendo muito conhecido nos meios literários de nossa terra, ainda não tem o seu trabalho publicado em livro. [...] poeta clássico, pode ser considerado um expoente da literatura de cordel (MENDES; BUENO, 1984, p. 23-7).

Matias Mendes, então à época Presidente da UBE-RO classificava como literatura desde declamadores de rua como o “poeta e declamador popular Cabo Lira” a relatórios feitos por militares. Nela também foram incluídos religiosos, militares, contadores, médicos, advogados, historiadores, geógrafos e etnólogos como parte da literatura de Rondônia,

Além do sertanista militar, Cândido Rondon, outros dois militares aparecem com expressiva participação na formação da Literatura Rondoniense, sobremaneira na área concernente à História. Trata-se do Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira do qual podemos encontrar um farto material disperso em jornais e o Coronel Paulo Nunes Leal, historiador que ainda hoje realiza pesquisas em Rondônia para a publicação de documentários. Ambos foram Governadores do ex-Território Federal de Rondônia (MENDES; BUENO, 1984, p. 17).

Esta pesquisa deseja compreender o fluxo desses enunciados para poder estabelecer um mínimo de compreensão de suas bases, ou seja, qual era o lugar de onde falavam esses enunciadores. Busca ainda evidenciar as camadas de discursos superpostas em um contexto histórico, numa perspectiva de que texto e contexto estão imbricados, sua separação é meramente uma ferramenta que se utiliza para facilitar a análise.

O que é literário?

Para se evidenciar essa prática faz-se necessário analisar os discursos que buscavam condicionar as manifestações do fazer literário em Rondônia. Bem como os ditames das agências sociais que as promoviam. Tal perspectiva aponta alguns caminhos. Primeiro, o múltiplo encontro de sociedades e culturas na periferia gerava formas singulares em seu processo interno de constituição que podem revelar a estrutura social dos seus bastidores. A literatura em sentido amplo é uma forma de discurso passível de ser analisado.

É necessária também a análise das relações de poder envolvidas na produção, circulação e recepção da poesia local. A quem servia e a quem se endereçava, e qual era sua função naquele momento, são questões ainda não respondidas. Busca-se aqui descrever as diferentes estruturações e contrapô-las para poder melhor compreendê-las.

Aqui nesse estudo, a preocupação não é a distinção dos gêneros e sim o itinerário dos discursos literários. Busca-se um recorte dentro desta multiplicidade de representações. O diálogo entre o contexto social e o texto literário é útil para se guiar neste labirinto caótico do processo migratório ocorrido nas décadas de 70 e 80 em Rondônia.

Este intenso fluxo migratório e por consequência cultural, estimulado pelas políticas conservadoras do governo militar juntou no espaço de Rondônia várias manifestações culturais. Isso é perceptível no sentimento manifestado pelos artistas em sua produção, nela revela-se o modo de constituição de sua cultura. Ainda conforme Colferai esse quadro de múltiplo contato força os sujeitos a aceitarem os deslocamentos culturais impostos pela crise econômica como condição de sobrevivência

[...] levam à possibilidade de se reconhecer, e ser reconhecido, de diferentes formas. O pertencimento deixa de ser essencialista e imutável, e o indivíduo pode se reconhecer como parte de vários grupos, auto-identificados pelas mais diferentes características, o que torna possível o múltiplo pertencimento (COLFERAI, 2010, p. 335).

Segundo Santos neste tipo de expressão se encontram, em um único sujeito, caracteres primários fixados pelo discurso escrito e pela oralidade. Ou seja, um mesmo indivíduo herda costumes e tradições indígenas, manifesta alguns deles em forma de cordéis nordestinos e também de saudosismos gauchescos, numa espécie de síntese de canção do exílio do novo migrante. Os múltiplos enunciados são absorvidos por esse público multifacetado e adquirem um novo sentido, pondo ordem no caos das idéias

ditadas pelas mídias de massa, com imagens e temas de extrema recorrência em telenovelas e coisas afins; formas inscritas na tradição ocidental, clássica, canônica, veiculadas pelo aparelho escolar: formas reduplicadas da linguagem, destituída ou distanciada de seu caráter material, num simbolismo imanente. Havendo, portanto, predominância de qualquer um dos estímulos de criação ou mesmo uma mescla de elementos – o que depende do jogo de interdição ou autorização, forças de legitimação do grupo social em que o enunciante literário, artista, se acha inscrito –; afinal, o humano pós-moderno não tem uma identidade fixa ou permanente, assumindo diferentes identidades em momentos diferentes.⁹⁹

Essa diversidade cultural na formação discursiva dos sujeitos se evidenciou no contexto histórico do “boom” da migração que trouxe para o novo Estado e pôs em contato uma gama de expressões regionais. A observação das manifestações culturais permite ver os traços históricos manifestados no discurso, desde que se tenha por premissa a relação direta entre texto e contexto. Percorrendo um caminho inverso, a análise do discurso literário também pode contribuir para a compreensão do contexto e do sentido dos enunciados.

Por uma questão de recorte, nesta pesquisa, se analisará apenas a poesia ufanista de apelo romântico, pois o objetivo aqui não é esgotar o discurso literário, mas o diálogo entre a emissão e seu contexto. O discurso literário constituinte de uma época pode revelar o conjunto das matrizes culturais de uma sociedade.

Abordar o discurso literário como uma dessas manifestações pode auxiliar no reconhecimento das contradições sociais. A poesia sempre foi uma referência para os homens se guiarem no mundo sintetizando de forma alegórica sua experiência. Neste sentido a análise da poesia permite perceber os mecanismos de exclusão ou autorização das obras que se dá por meio dos comentários, prefácios, promoções e críticas.

Do texto literário ao contexto histórico e vice-versa

O discurso literário não é extemporâneo à sociedade, por mais aparentemente deslocado que esteja. É justamente esse deslocamento que faz revelar o seu sentido. Sua estrutura discursiva está intimamente ligada ao contexto histórico, mesmo que não seja compreensível no momento da emissão. O discurso literário depende dos emissores e receptores, podendo haver um contexto favorável ou não à leitura da realidade representada na obra literária, a sociedade acolhe ou exclui obras em determinado contexto (CÂNDIDO, 2000, p. 153).

⁹⁹ SANTOS, D. N. (Mimeo, p. 6-7)

Essa delimitação cabe bem ao panorama literário da nascente unidade federativa da década de 80. Esses conceitos são ferramentas úteis para se compreender a relação entre o contexto e a produção poética do período estudado. Forjada às pressas no intenso processo migratório de múltiplos tempos e espaços culturais, o Estado percorreu o trajeto literário do período colonial à atualidade em duas décadas. Enquanto no cenário literário nacional da década de 80 era bem visível a temática pós-moderna, os “poetas” sequer haviam chegado ao modernismo em Rondônia.

Havia como que uma dimensão paralela entre o discurso local e o nacional, na qual os dois se tocavam às vezes, mas seguiam caminhos paralelos. Os autores de Rondônia pareciam não estar preocupados em se inserir no circuito literário nacional. Eles se legitimavam internamente por meio de prêmios e títulos conferidos sem critérios e em seus poemas estavam presentes: a idealização da natureza, da terra, da família e do amor romântico num momento de ebulição social gerando um cenário de múltiplos tempos e espaços culturais.

O descompasso entre contexto e discurso não se dava apenas em relação ao circuito nacional. Na região também ocorria o mesmo fenômeno, ainda que eles se definissem como: modernistas, realistas e naturalistas em seus poemas não se encontravam essa correlação. Segundo Matias Mendes, Presidente da Academia Rondoniense de Letras (ARL), “Sobre esse aspecto podemos dizer que os escritores de Rondônia têm uma acentuada tendência realista e naturalista” (MENDES; BUENO, 1984, p. 18).

O que se percebe na maioria dos autores é uma postura romântica do regionalismo ufanista, do subjetivismo, da idealização da natureza, da religião e da mulher. A tendência de vertente realista ainda estava timidamente se construindo no Estado e o regionalismo romântico ainda tinha bastante fôlego. Esse discurso romântico se torna mais palpável quando são analisadas as poesias ufanistas. A visão idealizada da natureza reproduz no regional uma tradição identificada por Lúcia Lippi Oliveira em relação à própria construção da Nação brasileira,

A ausência de um passado histórico remoto [...] produziu a busca de raízes em passados mitológicos [...] A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação. Esta premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do ufanismo como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos da natureza não aparece sozinho (OLIVEIRA, 1998, p. 195).

José Murilo de Carvalho também demonstra por meio da reflexão sobre poemas e crônicas coloniais somada às pesquisas de opinião atuais, a longevidade da visão edênica no país desde o período colonial,

A prova da sobrevivência [do modelo edênico] pode ser encontrada em duas pesquisas de opinião pública recentemente realizadas. Uma das pesquisas tem âmbito nacional e foi feita por empresa especializada; a outra, realizada por instituições acadêmicas, limita-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 1998).

Para o autor esta tradição teria início com a carta de Caminha, passando por Gandavo, pelo jesuíta Simão Vasconcelos, pelo historiador Rocha Pita, pelo poeta Gonçalves Dias, pelo conde Afonso Celso e se imortalizou na letra do hino nacional. Esta tendência também se aproxima dos ideais verde-amarelos de Ricardo, autor que influenciou muitas gerações tanto na questão da espacialidade enquanto identidade como a introjeção da natureza enquanto elemento romântico de identificação.

Para expressar esse nacionalismo inerente ao espaço Brasil o grupo retoma o pensamento romântico que identifica brasilidade e natureza, vinculando-as à questão da identidade nacional. A uma natureza *sui generis* deve necessariamente corresponder uma civilização *sui generis* avessa a outros modelos civilizatórios. A natureza se transforma assim em elemento abalizador e construtor da nacionalidade. (VELLOSO, 1993, p. 102)

No caso de Rondônia era a forma dos poetas inserirem simbolicamente o novo Estado na Nação, contribuindo com a sua “natureza” para compor a identidade nacional e regional. Enquanto as contradições sociais estavam postas e os conflitos bastante acirrados pela intensa e desordenada migração, os autores se dedicavam ao amor romântico, à idealização da natureza e às odes às cidades e ao Estado. São poucas as obras nas quais há uma reflexão social. O poeta José Monteiro no Prefácio de *Síntese* apontava para este perfil local,

[...] por um lado vemos a classe literária um tanto dispersa e, conseqüentemente, sem um engajamento social. E ainda parece-me que este grupo não se apercebeu da importância e dos valores [...] capazes de ser colocados como forma de procedimento na transformação de nossa cultura (MENDES; BUENO, 1984, p. 9).

Entretanto, mesmo com o alerta de um de seus membros não houve mudança na tendência mais tradicional da poesia rondoniense. Essa tendência também é confirmada por Osvaldo Duarte, professor de Teoria Literária da UNIR. Para ele, entre os temas, “prevalece a lírica desbragada de tom amoroso, as notas de saudade da terra natal, os apelos pela natureza assolada, a morte e a própria poesia. Versos, enfim de pouca poesia

e que raramente ultrapassam o caráter de expressão pessoal e subjetiva” (DUARTE, 2007).

De forma paradoxal, o próprio José Monteiro, que foi um crítico da ausência da reflexão e do engajamento social venceu o Concurso “Vespasiano Ramos” organizado pela União Brasileira de Escritores (UBE-RO) em 1984 no centenário de nascimento do poeta com o poema “Riquezas de Rondônia”. A idealização e a ingenuidade em seu ufanismo são muito presentes.

RONDÔNIA, o adorno da Amazônia encantada
Na qual o sonho e magia se transformam em canção
De uma grandeza orgulhosa e versegada
Dos poetas que vivem na inspiração

Radiante resplandece nas manhãs
Fenecendo a harmonia de sutil quimera
E os seus filhos apegados a seus afãs
Constroem o progresso que uma nação espera

Sempre unida a seu bravo ideal
Exprime no trabalho o amor pelo Brasil
E no empenho de servir a Amazônia Ocidental
Torna-a sempre unida e varonil!

És o celeiro de riquezas naturais
E os teus filhos, orgulhosos, bradam alegremente
O progresso que anseias desde os nossos ancestrais
Perpetua-se, em nós, tão docemente

Da PÁTRIA Mãe tu és a predileta
Na invejável extração da borracha
Riqueza que forja a desejada meta
De fazer grande o teu futuro em marcha

Bendito o ventre do teu corpo fecundo
Onde brota abundantemente: arroz, milho e feijão
Como base de nossa alimentação.

O verde expressivo da densa floresta
Rejeita incontestável a solidão

Vede, imigrante, os nossos seringais
Que dizem o afeto do nosso seringueiro
Vede, em nosso solo, grandezas naturais
Sublimadas no trabalho do bravo garimpeiro

“Riquezas de Rondônia” traz inúmeros elementos contraditórios e às vezes românticos. O social aparece idealizado, é um tom romântico muito distante do contexto, ao propor ao imigrante o “afeto do seringueiro”. O seringueiro estava perdendo suas colocações tradicionais, seus territórios de caça e de coleta para os

migrantes recém chegados que haviam invadido, com autorização do INCRA, suas tradicionais terras de estradas de seringa (TEIXEIRA, Carlos, 1999).

Ao idealizar o seringueiro como alguém que ama a natureza maquiava o seu trabalho semi-escravo, sua extrema dependência do seringalista, a miséria e a penúria na qual viviam. A extração da borracha vivia uma decadência acumulada de trinta e poucos anos, não havia economia a ser invejada. O ideário voltado à integração nascido no período da criação do Território em 1943 é atualizado na Amazônia unida e varonil que o país espera.

O discurso do “vazio demográfico” aparece de forma sutil no verso “O verde expressivo da densa floresta/Rejeita incontestável a solidão” reproduzindo o discurso histórico e oficial incorporado no período da criação do Estado pelos militares das terras “vazias” a serem ocupadas. Além de atualizar e reproduzir a visão disseminada de uma natureza virgem sem a ação humana.

Em Antônio Cândido da Silva aparecem os mesmos elementos do discurso de Monteiro. Em “Porto Velho”, poema em homenagem à cidade, ele constrói uma comparação antropomórfica com a cidade. Estabelece um pacto de amor e morte a exemplo dos poetas líricos românticos.

Eu amo realmente esta cidade
Como quem ama uma mulher bonita
Ser seu amante é como lei escrita
Que no peito em doce suavidade
Meu coração agradecido agita.
Quero dormir meu sono derradeiro
No seu colo hospitaleiro [...] (MENDES; BUENO, 1984, p. 67)

Outros poemas também reproduzem o mesmo esquema antropomórfico, como é o caso de “Rondônia”, numa relação de amor idealizada, estendida a todo o Estado, demonstrando uma devoção religiosa para com o progresso da região. Mas é o poema “Albores de Rondônia”, de Matias Mendes, que deixa bem evidente o lirismo ufanista dos poetas rondonienses.

Eis que nos céus do País já desponta
Uma nova estrela de brilho fulgurante,
O sonho dourado que de há muito remonta,
Um novo estado progressista e pujante!

Destas recônditas plagas da Amazônia,
Soergue-se o gigante da fronteira,
Em forma de estrela candente de Rondônia,
Na sua trajetória heróica e altaneira

Em saudação o povo canta em festa!

Tudo é regozijo nos luminosos albores
De Rondônia Estado, que afinal desperta!

Desde as remotas regiões auríferas
Às terras férteis, ainda inabitadas,
Das matas virgens às áreas estaníferas
Canções de júbilo são em coro entoadas!

Na nova estrela brilha a autonomia
Que foi ardentemente conquistada,[...]

E sob a égide de um líder industrial, o,
Rondônia enfim, transpõe a ignota era
Rumo ao futuro promissor e glorioso [...]

Aos seus desbravadores e pioneiros
Que legaram-lhe a herança de coragem!

[...] Essa imortal Rondônia emancipada
[...] Tem como maior glória conquistada:
Ser o palco das bravuras do último bandeirante! (MENDES; BUENO, 1984,
p. 103-4)

“Albores de Rondônia” tem a aparência de cerimonial de estado e reforça o cenário da transição criado pelos militares em Rondônia. Este poema é uma louvação oficial à transição para o Estado ocorrida poucos anos antes da publicação desta obra. Nele aparecem desde a valorização do Coronel do Exército, o governador biônico Jorge Teixeira - Teixeira como líder industrial numa referência direta ao herói épico Ulisses no primeiro canto da rapsódia. Era uma loa explícita visando a um possível mecenato por parte do “comandante” do novo Estado (HOMERO, 2003, p. 15) ¹⁰⁰.

A autonomia do Estado, segundo o poema, foi dificilmente conquistada. Na realidade a transformação em estado era um projeto do General Figueiredo desde 1975 ao nomear o Coronel Humberto Guedes e depois o Coronel Jorge Teixeira pra o governo do território. O objetivo dos militares para Rondônia era aumentar a bancada do PDS no Congresso Nacional para se contrapor às bancadas de oposição e eleger o candidato que representasse a “linha-dura”. Para isso era necessário emancipar o Território até o final de 1981, este ato criaria três vagas para o Senado Federal e seis vagas para a Câmara Federal. O projeto veio de Brasília, mas o discurso literário local buscava sedimentar a versão oficial e conferir legitimidade ao projeto militar (MATIAS, 1998).

O uso das representações de desbravadores e pioneiros, além das “terras inabitadas”, remete ao período colonial e desconsidera a milenar presença de centenas de etnias vivendo em suas matas, além de caboclos e ribeirinhos. A imagem de que o

¹⁰⁰ Rapsódia, “*Canta para mim, ó Musa, o varão industrial [...]*”

povo ‘canta em festa’, demonstra uma unanimidade no mínimo questionável (PICHADORES..., 1981, p. 2).

Além disso, a poesia “Albores” retratava a região como a terra do “bandeirante” Rondon. Também são valorizadas a fertilidade das “terras virgens” e as riquezas naturais, visões estas influenciadas pela mídia ufanista do período militar a reproduzir visões estereotipadas no imaginário brasileiro.

Como aponta Tupiassu (2005)¹⁰¹ em “Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora”, a Amazônia lendária, da magia e do sonho decantada por Monteiro esconde a difícil realidade de seu povo. Esse discurso idílico mascara as relações sociais e os conflitos existentes desde o período da expansão bandeirante. O discurso literário deve caminhar paralelamente ao discurso histórico de forma entrelaçada, reforçando-se mutuamente na tentativa de construir uma memória e uma poética hegemônica e homogênea para o Estado.

Outros autores, publicados após 12 anos na “Antologia Poética da Prosa e do Verso Rondoniense”, (BORZACOV, 1994) em seu segundo volume, reproduzem o mesmo discurso lírico e ufanista de Monteiro, Mendes e outros.

São eles: Jayme Ferreira com “Ode à Porto Velho”, “Santo Antonio do Rio Madeira”, “Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” todos épicos de cinco páginas. Após este vem Bolívar Marcelino com “Porto Velho”, Carmem Boucinhas com “Poema para o Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia e seu Povo”, José Oceano Alves com “Porto Velho” e Maria Auxiliadora de Freitas com “Rondônia”. Todos em sua maioria reforçam o discurso lírico e ufanista.

Em “Antologia Poética” de 1994, figura o romantismo indianista do século XIX no qual a índia é idealizada, gênero bastante conhecido e reproduzido por se tornar uma expressão do sentimento nacional. É de José Oceano Alves o poema “Índia” no qual confere um mínimo de visibilidade, apesar do tom romântico e intimista, em um discurso de tendência social e crítica ao contato violento do colonizador com os povos indígenas.

Soberana da selva brasileira,
De riso inocente quão fugaz
Vontadosa, livre e altaneira,
Que fizeram de ti, hoje, onde estás?

¹⁰¹ Além da análise de Tupiassu ver as reflexões de Eli Napoleão sobre a imagem da “exuberância” e de uma imensidão “infinita” que inviabilizaria o alarme ecológico, considerado geralmente um exagero. “Amazônia: história, mitos e imagens” in *Estudos Sociedade e Agricultura*, R. Janeiro, jun. 1994 p. 91-3.

Foi teu corpo bonito profanado
 Por engano vergonhoso assaz,
 E após havê-lo o branco agrilhado,
 Hoje se pergunta: índia onde estás?

E do centro das matas, das palmeiras
 Das nascentes dos rios e cachoeiras,
 A revolta da bugre assim bradou:

Fragmentos de mim ainda ficaram,
 E apesar da maldade, ainda brotaram
 Ramos que a mal sinada sanha violou. (BORZACOV, 1994, p. 148)

Pode-se pensar não somente num estupro como denúncia, mas que pode ser também entendido como uma metáfora ampla de uma guerra de conquista generalizada por toda a região. E a sobrevivência figurada nos “ramos” deste encontro violento poderia ser o elemento de resistência desta população.

Outro poema ainda de matiz romântico, mas que segue nesta mesma linha é “Queimada” de Helio Struthos Arouca (BORZACOV, 1994, p. 181). Nele o autor atribui a destruição da floresta ao “Fogo assassino!” e também trata a devastação como algo naturalizado na forma de um imperativo do destino.

O fogo voraz já destruíra tudo
 Pouco restou! Somente retorcidas
 Formas d’algumas árvores fendidas
 Negros fantasmas num protesto mudo

Silêncio sepulcral! Um crepe fino
 Envolve como manto toda mata
 A floreta agoniza é seu destino,

Paisagem calcinada que retrata
 A brutal destruição – Fogo assassino;
 Da selva, apenas cinzas! Só sucata (BORZACOV, 1994, p. 181)

O intenso processo migratório e o incentivo oficial às queimadas feito pelo INCRA e Banco Mundial não aparecem, ou estão representados na queimada. O fogo é personificado adquirindo elementos antropomórficos, enquanto os responsáveis pelos desastres ambientais ficam anônimos.

Em 1992 foi publicado pela João Scortecci *Arte & Literatura*, um livro de quatro poetas de Rondônia: Eunice Bueno, Zeca Domingos, Helio Costa e Leandro Paixão. Apesar do predominante lirismo de Eunice Bueno, há a poesia de Zeca Domingos que destoa do quadro romântico. “Rondônia: Inspiração, Aspiração, Exploração”, o título em si revela um discurso de transição do lírico para a crítica social.

Pérola encravada em cobiças

Aurissanto dom de atrações “pecaminosas”
 Outrora santuário ecológico [antes que a carnificina das intenções hostis]
 Fosse um incomodo [...]

Hoje, copiosamente, vê-se
 Um cenário cunilinguo
 A inspirar cuidados
 De tanto sugarem sua força
 E venderem-na a preços módicos
 Que nem parece
 Aquele leito de abundantes riquezas

Ó, Rondônia, não permites
 Que a desolação
 Se oponha à opulência
 De maneira diametralmente cruel
 Para as gerações futuras
 Fazei ecoar teu grito
 Com mais intensidade
 A tua dor, gigante “inocente”
 É motivo de gargalhadas
 Para os teus exploradores
 - aurimercenários famélicos
 De pouco rondoniar
 ... virão as lágrimas de fogo
 ... talvez compreenderão
 O teu lamento

Em tuas veias...
 Jorra a ira do garimpeiro
 A insensatez do madeireiro
 Explorando tua ferida
 Que é a devastação do meio-ambiente

Levanta-te
 Faz da tua paciência
 Uma arm'arma¹⁰²
 Por mais metafórica que seja
 Expulsa do teu seio
 Os aventureiros de aluguel
 Porque é deles
 O genocídio da Emoção

Ó Rondônia!
 Não permites só te lembrarem
 Para a renovação dos legislativos
 Em ano eleitoral
 Tu não és assim tão vil
 Exige o reconhecimento do teu valor ...

Ó Rondônia!
 Vomita a tua angustia
 Na mesa dos que te subestimam e desprezam
 Te acalentando
 Qual criança na metamorfose da adolescência
 Ninguém tem idéia
 De quanto dói
 Ser capacho sendo majestade

¹⁰² Talvez tenha ocorrido erro tipográfico e o autor tivesse a intenção de dizer “Um ‘arma”

Rondônia: lenitivo imediato
 Dos defensores arapongas (1992, p. 33-34)

Este poema apesar de seu tom também intimista e romântico é um contraponto ao discurso de “lirismo desbragado” conforme identifica Duarte (2007). Nele se observa a consciência em relação à devastação e ao saque às riquezas. Também é visível uma consciência de que nem tudo que vêm de fora é benéfico, surge meio tímida, uma consciência do outro. Nesse poema, o Estado personificava o sujeito regional, o rondoniense enquanto espoliado de suas riquezas materiais e espirituais. O autor expôs os conflitos e contradições da região e as representou nos problemas enfrentados pelo Estado. Neste livro de 100 páginas é o único poema que destoa do tom lírico, todos os demais remetem para o discurso assentado do eu romântico e lírico.

Entretanto não havia apenas este grupo em torno do *Síntese* a exaltar a nova realidade e os novos atores. Havia dissidentes como os poetas Binho e Basinho que publicaram *Remo a Duas Mãos* (AMARAL; CAVALCANTE, 1986). Nesta obra as suas poesias concretistas teciam críticas e revelavam o temor que sentiam em relação à perda da sua identidade. Este temor é claro em “Peito-Batelão”, em sua última estrofe encerra da seguinte forma:

[...] Leva o ócio, o gerimum e o tambaqui,
 a tapioca, o tucupi e o guaraná
 * batelão¹⁰³ bate ligeiro, companheiro, que o progresso é matreiro
 e vem aí pra te esganar (1986, p. 17)

Porém o discurso é mais direto ainda em “Manifesto Karipunas” no qual o autor, num arroubo também nativista remetia a identidade ancestral ao povo * Caripuna¹⁰⁴ e comparava a região a uma ingênua prostituta a ser violentada e devastada em suas entranhas em nome do enriquecimento imediato (AMARAL; CAVALCANTE, 1986, p. 24-26).

Segundo o Professor de Teoria Literária da UNIR e poeta Rubens Vaz Cavalcante a poesia moderna, marginal e ao mesmo tempo engajada estava circulando no circuito alternativo em eventos artísticos como os shows musicais e as encenações teatrais. Não sendo possível encontrar estas obras nos meios oficiais como bibliotecas e

¹⁰³ O termo, no período colonial, designava especificamente grandes embarcações fluviais de carga e artilharia. Nesta poesia o termo é usado em sua forma moderna, significando genericamente barco de carga.

¹⁰⁴ A etnia Caripuna faz parte do grupo Tupi-Kawahib e contava, em 2004, com apenas catorze sobreviventes do intenso contato sofrido a partir das frentes de ocupação desde o período da construção da Ferrovia. Sua terra situa-se próxima ao Eixo da Ferrovia Madeira-Mamoré.

escolas. A poesia marginal era engajada e de desbunde e daí ter assustado o poder vigente, pois podia corromper os jovens (informação verbal) ¹⁰⁵.

Ou na poesia inconformista de Kleón Maryan em seu *Rondônia em Terceira Dimensão* (1989) na qual ela retrata de forma irônica, o projeto inconsistente de “reforma agrária” de colonização do Estado.

Para essa gente que migra
de outras plagas
toda de mãos dadas na esperança
do porvir
Reforma Agrária – um aceno de paz –
tornou-se piada

Ou ainda o uso cínico da imagem dos céus da região contida no Hino oficial e a crítica ferina à administração do governador Jerônimo Santana ¹⁰⁶,

Se há fome
há doença
há miséria
anulando o brilho
do “azul mais azul”
do céu de Rondônia...
.....
Socôôôôô ...rrro!
Salve-nos São Jerônimo (MARYAN, 1989, p. 38; 41).

Em 1993 foi lançada a obra *Nictêmero* de Selmo Vasconcellos, aos poucos, a partir dos dissidentes, a poesia foi alçando vôos além do regionalismo. Seus versos propunham o diálogo, de forma livre em uma estrofe, entre os ciclos econômicos e a identidade cultural, ultrapassando o formalismo sedimentado na poesia rondoniense até aquele momento.

Barbadianos
Seringueiros
Soldados da Borracha
Boto ...
Quem realmente de vocês
É o meu pai? (VASCONCELLOS, 1993, p. 14).

Sua poesia busca a densidade e a síntese livre das amarras formais e ao mesmo tempo questiona o regionalismo. Os conflitos com os povos indígenas são figurados de forma objetiva e coloquial, “Caraíba muito mau/ Me fez beber, fumar e levar...”, ou

¹⁰⁵ Entrevista com o Professor de Teoria Literária/UNIR (Campus de Porto Velho) Rubens Vaz Cavalcante, conhecido regionalmente como Músico e Poeta Binho.

¹⁰⁶ Primeiro Governador eleito pelo voto direto do Estado de Rondônia Jerônimo Garcia Santana (1987-1990) era um dos líderes do PMDB no Estado e já havia sido Deputado Territorial por três mandatos e eleito Prefeito da Capital em 1985.

seus versos sobre a corrupção e o desvio do dinheiro público “Rondônia, amém/ Rondonianos e Rondonienses/ Ganhem dinheiro, também/ Mas não levem pra outros ‘anos’ ou ‘enses’ ”. Pode-se considerar a poesia de Amaral, Vaz e Vasconcellos como um dos pontos de ruptura para uma nova fase da poesia rondoniense e neste sentido marca a transição da poesia regional (VASCONCELLOS, 1993, p. 31; 34).

A pouca reflexão sobre os discursos somada a certo pragmatismo de fronteira e periferia, que a tudo justifica, impedem de se fazer essa parada para se pensar. As memórias tradicionais e populares ainda se encontram no estágio da oralidade, entretanto a memória impressa, que se pretende oficial e hegemônica feita pelos letrados, tende a cercear a memória tradicional.

Porém, há iniciativas inovadoras como o projeto *Mapa Cultural de Rondônia*, do Professor de Literatura da UNIR (Campus de Vilhena), Osvaldo Copertino Duarte (2007), a primeira obra a fazer um levantamento geral desta produção dispersa, a lançar um pouco de luminosidade a esse quadro. Sua análise confirma este surdo diálogo entre o discurso literário e o contexto histórico no qual se insere,

A análise da produção literária realizada em Rondônia mostra, quando se trata dos autores mais antigos, uma incipiente e às vezes ingênua visão do ofício literário, de maneira que em nada se parece ou mesmo se aproxima daqueles autores ou literatura já inseridos no sistema literário nacional. Não há nela também traços de uma cultura regional, mesmo porque esses traços inexistiam, visto ter sido produzida num contexto de intensa migração. Embora se trate de uma literatura cidadina, é ao mesmo tempo provinciana; urbana e culta, mas periférica, se considerada ao lado da literatura nacional. (2007, loc. cit.)

Pelo discurso é possível perceber que a maior parte que migrou para Rondônia não vem do campo, mas também não é das capitais, não aparece o regional, quando aparece é uma paródia do ser regional. Isso se deve ao chamado feito pelos órgãos oficiais na tentativa de legitimar o arranjo político entre o poder central militar, seus interesses e a inserção dos grupos locais, daí a aparente caoticidade dessa produção poética. Nesta turbulência se junta pouco refinamento estético e literário, a busca pela sobrevivência desta classe “artística” e o condicionamento imposto pelo poder político exógeno e autoritário sobre as transformações na região.

O mercado condiciona o estético

Os estímulos à produção do discurso literário são visivelmente determinados pelas agências fomentadoras, estas no período eram empresas de atuação local Banco da

Amazônia (BASA), Banco do Estado de Rondônia (BERON) criado pelo Coronel Teixeira, SUDAM e SUFRAMA e nacional SESC, SESI, ITAÚ CULTURAL, BANCO DO BRASIL, CAIXA CULTURAL, CORREIOS, MEC e MinC.

Essas empresas no final da fase de transição, na maioria das vezes direcionavam o discurso literário por meio de seus editais, premidos pelos seus interesses que não eram diretamente cultura, mas um discurso voltado para atender as suas metas.¹⁰⁷ Estas agências em substituição ao mecenato estatal da fase anterior acabam por determinar um discurso literário “oficial” ou “corporativo”. A seleção se dava a partir daqueles artistas que adequavam o “seu” discurso aos editais.

Os financiadores demandavam uma prosa e uma poesia que fossem “neutras” e, portanto afinadas com seus interesses econômicos e projetos de exploração que iam da atividade pecuária, à exploração madeireira, à extração de minérios, à construção de barragens e tinham como consequência a poluição do meio amazônico. Na maioria das vezes estes empreendimentos provocavam a devastação da natureza e conflitos entre seringueiros, castanheiros, povos indígenas, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros.

Os mesmos agentes fomentadores de cultura financiavam a invasão das terras indígenas, por agentes do estado, garimpeiros, fazendeiros e madeireiros. Essa relação era bastante explícita no caso do governo estadual por meio da Fundação de Cultura do Estado de Rondônia (FUNCER) uma espécie de Secretaria menor e de baixo orçamento.

Essa Fundação, gerenciada pelos mesmos militares e políticos do PDS, publicava somente os autores encaixados no discurso palatável ao seu público “eleitor”. O slogan do Serviço Social do Comércio de Rondônia sintetiza a postura destas agências em relação à arte, “A contribuição do empresário para o SESC não é despesa, mas sim, investimento social de grande retorno.”¹⁰⁸ A arte e a cultura eram e são vistos como negócios altamente lucrativos, tanto financeira como eleitoralmente falando, e o veículo publicitário para esse retorno são os discursos, inclusive o literário.

O discurso que vendia era lírico, romântico e intimista. Os conflitos, os dramas coletivos e o contexto social não estavam na preocupação da maior parte dos autores. A natureza estava “literalmente” em processo de franca destruição, mas “literariamente” era virgem, exuberante, exótica, figurada de forma idealizada e distante da realidade.

¹⁰⁷ CONHEÇA O SESC RONDÔNIA. Disponível em <<http://www.ro.sesc.com.br>> Acesso em: 25 jul.2010

¹⁰⁸ Ibid. loc. cit.

Os prefácios, as apresentações e as orelhas das obras refletem o desencontro entre os financiadores e a obra em si. Em algumas se vê páginas inteiras de elogios e promoção da personalidade política de plantão, mas nenhuma linha sequer sobre o conteúdo dos poemas, das tendências e das correntes contidas no fazer literário ou da obra prefaciada em questão.

Paralelamente a isso, há uma tendência à construção de um discurso para a mídia nacional de uma cultura “primitiva”, figurando a região em obras que idealizam os indígenas, o lendário ribeirinho, os contos amazônicos e a tradição oral, entrando novamente em outro paradoxo, pois a cultura local é conflituosa, múltipla e multifacetária.

Contudo, o discurso histórico e o literário da transição para o Estado disputam uma forma hegemônica e homogênea de sentido e esvaziada de conflitos. Na representação cultural não entra a maior parte da composição social do Estado constituída por migrantes que detém o poder político e econômico. Também não aparecem os conflitos entre os novos migrantes e as populações tradicionais representadas. No poema a cabocla é linda, na realidade ela é violentada em vários de seus direitos. Discurso muito conveniente para as novas elites, pois pagam pelo silêncio enquanto os da terra encenam o tradicional.

O discurso literário, tanto como o histórico são campos abertos à disputa pela hegemonia, pela legitimidade e reconhecimento junto aos grupos de poder na sociedade local. Nesta disputa há uma tensão entre o local e o nacional. Ao mesmo tempo buscam reconhecimento e aceitação em nível nacional, porém elegendo um regional que não valorizam, mas que aprova projetos.

A tensão vem desta busca de legitimidade, pois desejam o reconhecimento interno, mas adotam os estereótipos impostos de fora para atender a necessidade do mercado econômico, político e cultural dos financiadores. É uma questão de pura sobrevivência, pois para se manter no mercado, aceitam critérios que engessam seu discurso e o direciona para a paródia, numa mímica do amazônico imposta pelos agentes financiadores que concebem a região como objeto exótico intercambiável no mercado simbólico nacional, utilizando-a como peça publicitária de atração turística para os grandes investidores. No discurso interno negam seus elementos constitutivos, o caso do sangue indígena, e tentam ser urbanos, como conclui Duarte (2007), imitando o modelo nacional.

Mas no discurso para a mídia nacional dobram-se aos estereótipos se travestindo de “primitivos”: o boi-bumbá, a cunhaporanga e a pintura de peixaria (informação verbal)¹⁰⁹ e o lendário encantado vendido ao país. Porém, estes atores não aparecem no discurso literário ou no histórico, e quando surgem é para fortalecer o ponto de vista do colonizador e a sociedade de consumo.

Conforme evidencia Tupiassu, a imagem vendida para o mundo contrasta com a realidade amazônica escondida nas matas,

Obstante uma Amazônia não mítica, povoada por legiões de brasileiros muito pobres e que guarda na cultura, na fisionomia e na intimidade com os elementos da floresta, a memória viva do índio ancestral, hoje o quase índio ou quase nada, o errante dos lugarejos encravados no íntimo da mata, em margens sem registro em nenhuma carta, nas beiras de rios, igarapés; ontem destribalizado com violência, desaculturado, hoje o desgarrado, a pairar num tempo sem calendas, a gente dos entrançados de verdes e águas, caudais do superlativíssimo rio Amazonas. É esta Amazônia da escassez que convive com o el dorado real, de fauna, flora, riqueza, cujas contas do inventário jamais se fecharam (2005, p. 299).

Mas apesar da maioria de poemas intimistas, românticos, ufanistas, há também uma visão mesmo intimista, porém mais social e crítica em José Oceano Alves, realista e universal em Selmo Vasconcellos.

O discurso literário que no período dos anos 80 e 90 estava aparentemente descolado do contexto histórico, e se encontrava ainda em busca de um norte vai sendo descortinado e mostra os seus bastidores. Ao se analisar as posturas destes “artistas” percebe-se a relação direta entre o contexto de transição e as rupturas impostas pelo processo, o autoritarismo do mecenato público e privado e a conseqüente submissão da atividade estética e criativa às demandas de legitimação das novas elites.

Apesar de esse processo ser múltiplo e em constante mutação é possível tomá-lo como objeto de estudo para se compreender o interesse destes grupos em apresentar o discurso certo para os novos grupos de poder que estavam se formando na busca de espaço naquela nova sociedade que se apresentava. Uma boa parte dos escritores locais aderiu ao discurso correto por necessidade de sobrevivência, grande parte deles são funcionários públicos e dependem dos humores da nova classe mandatária.

Essa é uma discussão que se abre e de imediato pode-se perceber, como afirmam Cândido e outros autores, haver uma conexão direta entre o discurso literário e o contexto histórico.

¹⁰⁹ Palestra de Márcio Souza proferida na XV Semana de Letras da UNIR realizada em Porto Velho no 21 out. 2009.

Na busca pelas fontes depara-se com algo esperado de antemão, tanto o discurso histórico como o discurso literário em Rondônia andam muito próximos. Isso será demonstrado com maior materialidade no capítulo sobre os letrados. Aparentemente o discurso histórico está preso em algumas amarras positivistas e os velhos letrados conseguiram oxigenar a Academia “oficial” justamente incorporando estas novas elites.

O discurso histórico e o literário ainda em construção buscavam antes de tudo reconhecimento, mas por ora, ainda não conseguiram incluir de forma clara essa sociedade múltipla, multifacetária e mais que tudo conflituosa como qualquer outra.

Fica mais claro o momento de transição no qual os velhos e os novos grupos se articulavam buscando sua inserção na nova realidade em meio à dramática ruptura de seu status e representação naquela comunidade. Para isso tentaram à sua maneira como podiam se organizar para enfrentar o esquecimento. Estas intensas mudanças excluíram alguns e inseriram outros e foram ressignificando e realinhando novas configurações na busca pela sobrevivência de suas experiências a se esvaír nas derrubadas das florestas e nos garimpos de ouro.

As queimadas e derrubadas foram muito além do corte das árvores. Elas estavam a sombrear o frágil canteiro da memória plantado pela população do Território. Os militares não estavam apenas sucateando as locomotivas e destruindo os documentos da estrada de ferro, eles estariam descartando o efêmero passado dos guaporeanos. A mítica cidade de IS do Coronel Aluizio Ferreira tentava fugir do esquecimento.

Entretanto, nem tudo se resume a memória e poesia oficial, o intenso impacto da migração sobre o quadro social oxigenou as idéias e inspirou um movimento de crítica e síntese cultural bastante fértil. De forma paradoxal e irônica, pois essa renovação está relacionada diretamente às transformações. A renovação da poesia é bastante visível nos cordelistas e na coletânea de poesias lançadas pelos músicos poetas regionais em 1994, em *Porto das Esperanças*¹¹⁰, uma espécie de movimento modernista antropofágico que buscava ressignificar de forma crítica a identidade local e suas representações.

¹¹⁰ O disco lançado em vinil em 1994, *Porto das Esperanças*, traz uma proposta de renovação estético-musical e ao mesmo tempo produziu uma poesia crítica e reformista.

A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E DOS SÍMBOLOS PARA O ESTADO DE RONDÔNIA

Foi por meio da Hora do Brasil que o Caiary soube da criação do Território Federal do Guaporé. Memorável noite de setembro [...]

Quando a notícia foi divulgada o céu do Caiary se iluminou de alegria e de foguetes, e nas ruas ecoaram gritos de vivas à Aluizio Ferreira, artífice da criação do território, e ao presidente Getúlio Vargas, o criador ... [Do Território Federal do Guaporé] a significação da nossa identidade cultural e social.

Prof.^a Yedda Pinheiro Borzacov

Instituto Histórico e Geográfico e Museu Estadual de Rondônia

As pesquisas “históricas” na bacia do Madeira-Guaporé se misturam à produção literária de textos etnológicos, estudos geográficos, estudos sobre o lendário e a cultura produzidos pela elite letrada composta de médicos, engenheiros, professores, militares e funcionários públicos.

As instituições de guarda da memória no estado de Rondônia têm íntima relação com o primeiro paraense que chega ao Vale do Guaporé, fugindo da prisão em virtude do movimento tenentista de 1924, no Pará. Trata-se do personagem central para compreender a memória local, o Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira.

Em sua fuga, ele se internou no Vale do Guaporé, engajou-se no seringal da Guaporé Rubber State, gerenciado pelo Coronel Paulo Saldanha, e logo depois, em 1926, foi trabalhar no seringal Laranjeira, do italiano Américo Casara. Nestes seringais, o tenente entrou em contato com alguns povos indígenas das etnias Makurap e Tupari e também observou a situação de abandono das fronteiras ocupadas por bolivianos. (PINTO, 1997, p.183-95).

O Tenente Aluizio Ferreira passou a elaborar relatórios etnográficos ¹¹¹ sobre estes povos e os enviou ao General Rondon. No ano de 1929, encontra-se com Rondon no Rio de Janeiro e faz uma breve exposição sobre o estado de abandono do Forte Príncipe. Rondon o convida para ingressar na Comissão das Linhas Telegráficas e servir junto ao seu genro, o Major Amarante, no posto de Santo Antonio no 3º Distrito Telegráfico.

O Chefe do posto Major Amarante adoece e falece no Hospital da Candelária, em Porto Velho, em seguida Rondon ordena que Aluizio Ferreira assuma interinamente a Chefia do Posto e, neste intervalo, é promovido a Capitão. Nesse trabalho, continua a manter contato com vários povos indígenas e vai escrevendo seus relatórios etnográficos. (BORZACOV, 1997, p. 19-23).

É neste ponto que, provavelmente, reside uma das origens do Instituto Histórico Geográfico de Rondônia, do Museu Antropológico Dr. Ary Pinheiro e da Academia de Letras de Rondônia e Centro de Documentação do Estado de Rondônia, locais de guarda da memória e do patrimônio cultural da elite letrada.

¹¹¹ Como mencionado anteriormente o Professor de História da UNESP/Assis Dr. Antonio Celso Ferreira identifica esse enfoque etnológico em São Paulo no mesmo período, entre 1890-1930 in Ferreira (2002. p. 44-5).

Esta introdução é necessária para se entender o acolhimento da documentação, sua guarda e a pesquisa, pois, a partir disso, o Capitão Aluizio Ferreira é nomeado interventor da MMRC, em 1931, e assume como seu diretor, acumulando o cargo com as funções de chefe do posto telegráfico.

A partir de sua nomeação, o Capitão Ferreira irá estruturar a sua administração na região. Convida profissionais do Pará, de sua confiança para auxiliá-lo, pois os técnicos norte-americanos haviam abandonado a ferrovia. Uma dessas pessoas foi seu primo, o médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro, para assumir o posto de 2º médico da EFMM, e cuidar de seus trabalhadores (PINHEIRO, 2004, p. 10-1).

A antropologia embrionária dos anos 20 era eminentemente descritiva, e esse modelo pioneiro compunha os relatórios da Comissão Rondo. O etnólogo Kurt Unkel, conhecido como Curt Nimuendajú, fazia parte do SPI e foi o “pacificador” dos Parintintins no Vale do Madeira. O Dr. Ary Pinheiro, em 1928, em sua juventude, havia assistido uma exposição do cientista e ficou encantado com sua descrição das culturas indígenas.

Ao chegar à região, em 1937, sentia-se como realizando um velho sonho. Poder ele próprio entrar em contato com os povos indígenas e observar sua cultura. Também como Delegado de Saúde de Mato Grosso, cargo que ocupou em seguida, percorreu todo o Vale do Guaporé, do Rio Corumbiara ao Pakaa-Nova, até as cabeceiras do Jamary. Nessas andanças, ele entrou em contato com os quilombolas, com os indígenas dos postos de Ricardo Franco, os povos Miquelenos, os Mequenes, os Makurap, os Parecis, os Cabixi, os Massakás, os Canaués, os Sabanês, os Pakaa-Nova, os Aruake e outros povos.

A partir disso, foi escavando toda a região e encontrando pontas de sílex, vasos funerários, machados e outras peças líticas. O Dr. Ary Pinheiro tinha uma formação clássica e sólida, ele havia estudado a botânica, a fauna local, os répteis, os peixes e os quelônios e suas peculiaridades, também fez estudos de geologia e levantamento do lendário criado dos seringueiros e ribeirinhos.

O Capitão Ferreira também escrevia reflexões sobre os povos, solo, minerais e suas possibilidades econômicas. Naquele período, vários letrados se ocupavam de estudar e descrever hábitos de populações tradicionais, fazer observações sobre a natureza e ainda escavações arqueológicas. Além disso, produziam pequenos ensaios de lingüística e dicionários desses povos.

No ano de 1941, o Dr. Ary Pinheiro foi designado pelo Major Aluizio Pinheiro Ferreira para atuar como médico-chefe da expedição Dequech, a qual visava a encontrar as lendárias minas de Urucumacua nas cabeceiras dos Rios Jamary e Galera. (PINHEIRO, 2000, p. 11). Também trabalhou como cirurgião-assistente do médico alemão Maximilian Koeller, nas propriedades de Nicolas Suarez na Bolívia.

Essas experiências eram relatadas sempre em diários de campo e acabaram por formar um acervo da história, da cultura, da geografia e da etnografia da região. Além do Dr. Ary Pinheiro, o Capitão Aluizio Pinheiro também produzia muitos relatórios, reflexões e vocábulos indígenas.

Outros etnógrafos empíricos faziam a mesma coisa em outros locais. O gerente dos seringais da Julio Muller Rubber, o Coronel Paulo Saldanha anotava o lendário dos ribeirinhos de todo o Vale do Guaporé e, ao lado dele, o bispo franciscano de origem francesa Dom Xavier Rey, fundador da Prelazia de Guajará Mirim, mantinha contato com várias tribos, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos do Guaporé.

Foi ele o responsável pela educação do Vale do Guaporé, seu projeto era muito simples. Ele ia até as famílias de quilombolas e seringueiros e oferecia vaga no seu internato para as adolescentes que após serem educadas retornavam ao Vale para ensinar nas escolas improvisadas de teto de palha.

Pode-se dizer que havia uma etnologia, neste Território, iniciada pelos pioneiros: Coronel Aluizio Ferreira, Dr. Ary Pinheiro e Coronel Paulo Saldanha. É óbvio que sua produção não supera os cientistas que discorreram sobre a região a exemplo de Alfred Métraux e outros que a percorreram como Curt Nimuendajú e Lévi-Strauss. Eles eram do lugar e o pouco que registravam era consumido na própria região, nos saraus e clubes literários como o Club Internacional da EFMM.

O patrimônio cultural desses cientistas empíricos era considerável. No ano de 1965, o governador do Território, Tenente Coronel José Manoel Lutz da Cunha e Menezes, especulou junto ao Dr. Ary Pinheiro sobre a possibilidade de ele vender suas duas mil peças indígenas, coletadas em trinta anos de incursões pelos sertões e aldeias. Ele se recusou a vender, por entender que aquele patrimônio era público e doou suas peças para o governo territorial. Ainda o governador o designou para ser o organizador e curador do Museu Territorial de Rondônia (PINHEIRO, 2000, p. 13-4).

Aos poucos foi sendo gestada uma elite pensante que tinha um conhecimento empírico muito vasto. Alguns interventores de Brasília eram mais sensíveis ao

patrimônio local e apoiavam sua divulgação, outros simplesmente tinham uma atitude radicalmente oposta como os militares do 5º BEC ¹¹².

Neste grupo iria surgir a Professora Yêdda Pinheiro, seguindo a tradição, ela chamou para si a missão de guardiã do patrimônio e da memória de seu pai, o Dr. Ary Pinheiro, e de seu primo, o Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira.

Este grupo ia além do ambiente familiar, nele também se encontrava o seringalista, minerador, político e empresário Emanuel Pontes Pinto, outro observador preocupado com a exploração e a memória da região. Pontes Pinto era aliado político e sócio do Coronel Ferreira, tendo sido eleito deputado federal por dois mandatos e prefeito da capital do Território nomeado e apoiado pelo Coronel Ferreira. Como empresário, possuía o jornal “O Guaporé” em sociedade com o Coronel Ferreira (BORZACOV, 1997, p. 27).

Ao lado desse grupo, havia o padre Vitor Hugo a fazer pesquisas voltadas para a sua Instituição da mesma forma desses empiristas. O padre Hugo, por fazer parte da Ordem dos Salesianos, tinha acesso a vários povos do Madeira, do Guaporé e do Ji-Paraná (atual Rio Machado) e seus tributários. Sendo que a Prelazia de Porto Velho financiou sua pesquisa sobre a Ordem na região por 13 anos como mencionado anteriormente nesta pesquisa.

Hugo tinha seus alfarrábios e estes extrapolavam o texto encomendado para o consumo interno. Suas anotações iam desde o vocabulário indígena como os outros empiristas até hábitos do cotidiano que gostava de comentar. O padre Hugo fundou a Rádio Caiari, as elites letradas possuíam certo trânsito e circulavam pelas áreas da Educação e da Cultura, bem como na área da Comunicação com suas rádios e jornais. Na década de 70, ele produziu e dirigiu o documentário “Rondônia Hoje”. Como se pode perceber, essas figuras centrais da cultura de Rondônia estavam em várias áreas.

113

Havia os jornalistas, novos letrados que se aventuravam pelos caminhos das letras e da memória. Este era o caso de Eron Penha de Menezes. Ele revelava com orgulho que a sua casa no Bairro Caiari – área nobre no centro da cidade - havia sido dada pelo Coronel Aluízio Ferreira, ao qual ele era eternamente grato. Ele mantinha uma coluna no Jornal Alto Madeira intitulada “História Antiga”. E havia também o

¹¹² A memória local responsabiliza os oficiais do 5º BEC pela desativação da EFMM e pela destruição não apenas do seu patrimônio material como também de haver queimado os seus documentos.

¹¹³ NOTICIARO.COM - Produção cinematográfica de Rondônia surpreende Brasil e é premiada. Publicado em 24 set. 2010, Disponível em: < <http://www.noticiaro.com> > Acesso em: 10 nov. 2010

Professor Amizael Silva, que não possuía patrimônio documental em mãos, quando da criação do Estado em 1982, mas escrevia sobre a história local.

Havia o grupo dos professores, representado por Abnael Machado de Lima, o qual registrava suas observações, a partir das necessidades de conhecimento que surgiam em uma Rondônia despreparada para receber o enorme fluxo de migrantes que chegava. A necessidade o fez criar o próprio material didático, vindo a escrever *Terras de Rondônia* (1969) no qual analisa os ciclos econômicos e sua relação com o relevo e o meio ambiente. O Professor Abnael Machado estava mais inserido na “modernização” dos migrantes sendo gestada pelos governadores militares e seu projeto de transição.

É esse o patrimônio de um grupo que havia produzido muito material manuscrito sem vistas à publicação. Entretanto, não havia espaço público e nem interesse por parte dos técnicos militares de Brasília para a salvaguarda desses manuscritos e documentos. O Estado conduzido pelo Coronel Teixeira implantava uma estrutura mínima para o seu funcionamento e a cultura ficou a cargo da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), sob o comando do ex-Padre e Professor Vitor Hugo. Faz-se necessário acompanhar o desenrolar histórico do processo, para se entender como os letrados se inseriram na moderna estrutura do recém criado Estado. A trajetória da Professora Yedda Pinheiro sintetiza em parte o perfil dos letrados.

Na década de 70 havia sido criada a Secretária de Educação e Cultura (SEC) do Território sob a administração do Professor Vitor Hugo. Dentro desta estrutura foi criado o Departamento de Assuntos Sócio-Culturais (DASC)¹¹⁴, dividido em duas frentes, a Diretoria de Patrimônio Histórico cuidava do patrimônio histórico e a Diretoria de Desenvolvimento Cultural que cuidava das manifestações culturais. Após esse primeiro momento, o órgão foi se adaptando e ampliando a sua ação junto à cultura e ao patrimônio.

Nesse contexto de mudanças Hugo era um dos poucos que se encontrava consolidado como “historiador” e foi o “eleito” do poderoso Coronel Teixeira que o nomeou para o cargo de Secretário de Cultura. O Coronel Aluízio Ferreira, o astro-rei dos letrados e seu grande expoente, havia falecido em 1980, no Rio de Janeiro, e o segundo desta geração maior, o Dr. Ary Pinheiro, já estava com uma idade muito avançada, na casa dos setenta e poucos anos.

¹¹⁴ ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA. Onde aconteceram as primeiras exposições em Rondônia. Disponível em: <<http://www.ameron.org.br>> Acesso em: 11 nov. 2010.

Os únicos que estavam em condições de dar continuidade ao legado destes homens era a geração herdeira como a Professora Yedda Pinheiro e o Professor Amizael Gomes da Silva, um jovem parlamentar que se formara jornalista prático dentro das redações locais. Havia também um Professor de Geografia Abnael Machado de Lima que publicara *Terras de Rondônia*, uma análise sobre os aspectos físicos e econômicos do Território. Havia ainda o colunista Capitão Eson, com seus quase setenta anos, e o jornalista Pontes Pinto um sexagenário acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mas ainda com bastante vigor físico. Essa era a linha de frente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO) criado na década de 70 pouco antes do período de transição.

Eram os novos letrados sobreviventes de uma Rondônia anterior à colonização, do período da EFMM e dos seringais que estava sendo cooptada pelos governantes nomeados por Brasília. Aos governos militares, pouco importava em qual tempo histórico eles estavam. A força política estava no interior com uma população migrante extremamente empobrecida e agradecida por um pedaço de terra, e isso, sim, significa milhares de votos.

Os milhares de migrantes rechaçados do campo em sua maioria, achavam que vinham “fazer” Rondônia. Eles se sentiam e assumiam “a condição de agentes da consolidação da unidade nacional absorvendo as fórmulas ideológicas nacionais” (CHEROBIM, 1988, p. 21), cristalizadas no imaginário migrante e naquele momento incentivada pelos militares. Ironicamente esses camponeses empobrecidos e sem escolaridade se colocavam no papel dos novos bandeirantes “civilizadores” da região.

Os letrados estavam tentando sobreviver e se inserir naquele melindroso jogo entre memória e poder e, ao mesmo tempo tentavam resguardar o seu passado, o único patrimônio imaterial que lhes restara.

Na efervescência desta transição os letrados cavaram espaços dentro da burocracia das novas elites e a Professora Yedda Pinheiro Borzacov que então se inseriu como Diretora do Patrimônio Histórico da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) ainda no Território em 1980 fez várias viagens para a cidade do Rio de Janeiro e trouxe a documentação pessoal do Coronel Aluízio Ferreira momentos antes de seu falecimento.

Isto tudo foi feito com o apoio do Secretário Professor Vítor Hugo, entretanto não havia local adequado para a guarda de boa parte da documentação. Então a

Professora Yedda Pinheiro buscou meios de salvaguardar esta documentação em caráter particular.

Esta documentação do Coronel Aluizio Ferreira e mais o patrimônio cultural deixado na forma de escritos, diários e anotações do seu pai Dr. Ary Pinheiro irão formar um núcleo de memória do Território. Foi esse o início do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO) criado ainda no Território que contava com o Professor Vitor Hugo, Emanuel Pontes Pinto, o Dr. Jacoh Atallah, o Dr. Ary Pinheiro, o Capitão Esron e a própria Yedda Pinheiro Borzacov.

Porém esse projeto não vingou. Pois alguns dos fundadores se afastaram como o caso do historiador Emanuel Pontes Pinto que se mudou para o Rio de Janeiro para fazer pós-graduação e depois foi residir em Curitiba onde vive atualmente, o Capitão Esron não produziu mais nada além daquele primeiro esforço da transição do Estado e os outros membros nunca apresentaram projetos.

Percebe-se a partir desta pesquisa que o IHGRO efetivamente nunca existiu enquanto tal, pois nunca conseguiu montar um Conselho Editorial, nunca houve reuniões, nunca possuiu uma sede e não possui uma linha de publicação. As pessoas ligadas à memória do Estado e do Território afirmam que o IHGRO é somente da Professora Yedda Pinheiro Borzacov e que muito de sua produção seriam compilações dos materiais deixados por seu pai, o médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro (informação verbal).¹¹⁵

Essa afirmação pode ter fundamento, pois se observarmos a sua trajetória profissional, a Professora como uma legítima filha da terra consegue sobreviver e se manter na estrutura burocrática dos setores de Cultura desde o período turbulento da transição. Ela já foi Secretária Executiva e também Diretora de Cultura da Fundação Cultural de Rondônia (FUNCER) de 1991 a 1994. Nesta fase esteve à frente de projetos de publicação que se tornaram importantes contribuições para a memória e a cultura regional.

Mais tarde em 1997 esteve na Presidência da Comissão para a “Comemoração do Centenário do Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira”, estas atividades resultaram na obra *Em Memória: Aluizio Pinheiro Ferreira 1897-1997* financiado pela Prefeitura de Porto Velho e Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Também em 1998 estava à

¹¹⁵ Entrevista com Antonio Candido da Silva. Membro da ACLER desde 1986, ano de sua posse.

frente do “Projeto: Porto Velho conta a sua História” da Prefeitura Municipal de Porto Velho e financiado pelo Ministério da Cultura.

Em suas publicações estão registrados na capa que pertencem ao IHGRO e à ACLER e o Instituto Dr. Ary Pinheiro (IPARY), porém não possuem edição, como é o caso de *Rondônia Cabocla e Viver Amazônico* estão recheadas de crônicas que lembram anotações de um etnógrafo amador. A mesma Professora é responsabilizada informalmente por alguns gestores culturais de não disponibilizar para o público os seus “arquivos pessoais”.

Contudo esses arquivos e o patrimônio material da EFMM têm sido guardados por ela, justiça deve ser feita. E ao mesmo tempo tem sido sua fonte de sobrevivência nesta sociedade dominada pelos emergentes do interior que não têm passado efetivo na história de Rondônia e não possuem a mínima identificação com a memória dos letrados. A trajetória pessoal da Professora Yêdda, como sobrevivente da devastação das florestas e supressão das raízes do Território bem como a avalanche do progresso, representa em si boa parte dos letrados e nesse sentido ela tem tido sucesso.

A criação da Academia de Letras de Rondônia

Um grupo de poetas e prosadores orbitava em torno da poetisa Kleón Maryan, ela assinava uma coluna no Jornal Alto Madeira chamada “Momento Cultural” e recebia e publicava vários poetas, geralmente professores, funcionários públicos e militares. Como ela viu crescer esse grupo e o momento de transição apontava para uma nova realidade ela resolveu instalar aqui a seção Rondônia da União Brasileira de Escritores (UBE).

Fazia parte desse grupo o poeta Antonio Candido da Silva, o juiz e poeta Dr. Edson Badra, a jornalista e poetisa Kleón Maryan, o Professor e escritor José Valdir Pereira e o escritor e historiador Matias Mendes que eram os mais evidentes do grupo. Este grupo recebeu apoio do Governador Teixeira e a partir dos recursos oficiais promoveu quatro eventos de escritores.

Os Encontros de Escritores de Rondônia reuniram poetas e prosadores do naipe de Márcio Souza, Thiago de Mello, Fernando Moraes, Samuel Benchimol, Lucie Michalski, Otávio Afonso (filho da terra), Elysio Condé, Cassiano Nunes, o português João Ferreira e outros de menor expressão. Esta série de encontros ocorreu de 1981 a

1984, sendo o primeiro realizado na capital, o segundo em Ariquemes, o terceiro em Cacoal e o último em Rolim de Moura. Este grupo liderado pela Kleón Maryan reunia os escritores de prosa e poesia independente dos seus lugares de enunciação social e política.

Porém, boa parte dos letrados não fazia parte deste grupo e estava disperso em torno do IHGRO. Com as caóticas mudanças políticas que ocorreram no Estado em 1985, no governo interino, assume a SECET o ex-Secretário de Cultura do Maranhão o Sr. Raimundo Nonato de Castro, nomeado pelo Pres. José Sarney seu amigo e chefe anterior no Governo do Maranhão. Raymundo Nonato de Castro sistematizou a cultura no recém criado Estado implantando inúmeros projetos culturais nas áreas do folclore, da música regional e das instituições de memória.

O Presidente José Sarney depôs o Governador Coronel Teixeira, e em 1985 nomeou para mandato interino o peemedebista Ângelo Angelim, em consequência da troca de nomes e partidos tudo que estava relacionado às realizações do militar passaram a ser estigmatizadas. Não foi diferente com o grupo dos “poetas”, eles carregavam a marca do governo anterior ligado à ditadura.

Também havia uma cisão no grupo dos poetas, os “escritores” de alto escalão como procuradores, desembargadores e juízes ¹¹⁶ participavam dos encontros e haviam sido nomeados pelo Coronel Teixeira na criação do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Do outro lado havia os poetas “menores” que não ocupavam cargos importantes e que freqüentemente eram preteridos no cenário “literário” local.

Diante disso, a líder dos “poetas” Kleón Maryan tentava nos bastidores criar uma academia de escritores para dar continuidade à União Brasileira de Escritores (UBE-RO), ela era uma das que não seriam convidadas para participar da academia oficial dos letrados (informação verbal). ¹¹⁷ Como ela, muitos “poetas” viram com certa desconfiança a criação da academia “oficial” e se dispersaram (informação verbal). ¹¹⁸

Percebendo o interesse dos letrados - somente alguns deles eram escritores - e a dispersão dos poetas, o Secretário “indicado” de José Sarney aproveitou o momento político favorável para arrebanhar os letrados e membros das novas elites para o lado do PMDB, que naquele momento havia derrubado o PDS na região. Ele apoiava o

¹¹⁶ Os “poetastros” segundo definição do Professor de Teoria Literária Rubens Vaz Cavalcante da UNIR-Porto Velho.

¹¹⁷ Entrevista com Nilza Menezes - Poeta e escritora.

¹¹⁸ Entrevista com William Haverly Martins – Notável da ACLER indicado para a mesma no ano de 2000.

candidato de oposição Jerônimo Santana (PMDB) contrário aos herdeiros do Governo Militar. Como era um administrador respeitado organizou os primeiros encontros dos futuros acadêmicos na Biblioteca Estadual José Pontes Pinto. Assim nasceu a Academia de Letras de Rondônia, somente alguns “poetas” novos de peso haviam sido convidados, grande parte dos escritores ficou de fora.

Se nos ativermos aos seus sócios fundadores, comprova-se a grande participação dos letrados do Guaporé. À sessão realizada no auditório da Biblioteca Estadual José Pontes Pinto, compareceu: o Secretário de Cultura Raymundo Nonato de Castro, o médico Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro*, o Professor José Valdir Pereira, o Deputado Estadual Amizael Gomes da Silva*, o Jornalista Bolívar Marcelino, o Juiz Dr. Edson Jorge Badra, o Empresário Emanuel Pontes Pinto, o Jornalista Esron Penha de Menezes*, a poetisa Eunice Bueno da Silva e Souza, o Administrador Gesson Álvares de Magalhães, o Desembargador Hélio Fonseca, o escritor Matias Mendes, o Tenente-Coronel Paulo Nunes Leal, o Professor e Geógrafo Abnael Machado de Lima, e o Professor e Reitor Vitor Hugo*. ¹¹⁹

Destes, Raymundo Nonato de Castro, Coronel Paulo Leal, Gesson Magalhães e Hélio Fonseca não eram da região. O primeiro havia sido Secretário de Cultura do Maranhão e Secretário de Cultura de Rondônia e era o mentor da Academia, o segundo havia sido governador por dois mandatos, o terceiro era assessor parlamentar de Amizael Gomes e o último era o Desembargador do Tribunal de Justiça Estado. Estes membros deram peso à entidade e credibilidade à Associação criada naquele momento de grandes mudanças.

Os critérios de admissão da ACLER eram os mesmos da sociabilidade de uma sociedade de corte, de uma sociedade estamental (ELIAS, 2001, P. 63-84), ou seja, na qual os critérios de admissão se baseavam no status e nas relações pessoais e não pela produção literária. Neste sentido ela possuía mais o sentido de manter o status do grupo dos letrados e dar brilho aos emergentes do que laurear a produção literária.

Era uma tentativa de acomodação entre os ex-altos burocratas do Território sendo eclipsados pelas elites migrantes que detinham o poder, mas não possuíam tradição. Diante da redefinição de novos espaços de sociabilidade a ACLER era uma estratégia interessante para ambos os grupos sob a proteção política do Secretário de Cultura da oposição agora no poder. Era a elite tradicional do lugar tentando se proteger

¹¹⁹ ACLER. Disponível em: <<http://www.acler.org/>> Acesso em: 12 nov. 2010 * Os nomes sinalizados com o asterisco se referem aos acadêmicos já falecidos.

e ao mesmo tempo conviver com a nova realidade trazida pela burguesia interiorana, sem “tradição cultural”, que emergia com força total.

O seu organizador poderia ser comparado ao rei, pois buscava reconhecimento e apoio político do grupo letrado tradicional e ao mesmo tempo propunha franquear a entrada dos emergentes. Nesta perspectiva passaram a admiti-los e fizeram parte dela deputados e até vice-governador.¹²⁰ A oposição estava adotando as mesmas estratégias políticas do Coronel Teixeira que havia dado alguns cargos centrais para esta antiga elite, dando a impressão que ela fazia parte do poder.

De todos eles, o único letrado que havia publicado algo expressivo era Vitor Hugo, mas o objetivo como se percebe não era a fruição literária, senão teriam arregimentado mais poetas da UBE-RO, o que não havia ocorrido. Também era uma forma de se inserir na nova estrutura do conhecimento e se equiparar ao novo lugar de conhecimento, a Universidade Federal.

Para se ter uma idéia da importância desta percepção, vários escritores ingressaram nos cursos de Letras e História para obter o reconhecimento formal de sua atividade que vinha de longa data, e até nos dias atuais ainda há essa demanda pelo título acadêmico. A criação do Estado significou uma ruptura de grande impacto em todos os setores, inclusive nos círculos mais íntimos como o reconhecimento entre os membros deste segmento local da ACLER.

A orientação filosófica da ACLER representada no seu brasão é bastante emblemática. Nele lê-se, “A guarita estilizada que guarnece os bastiões do Forte do Príncipe da Beira, significa a necessidade dos membros da Academia de Letras de Rondônia estarem alertas às invasões lingüísticas e literárias danosas à preservação do bom vernáculo.”¹²¹, ressignificando a fortaleza construída no século XVIII, para defender a região das invasões espanholas. Ainda reproduz os ramos de café e de cacau da bandeira do Estado, um reflexo do período de criação e da aceitação dos novos grupos do interior.

Também há certa semelhança entre a expectativa em torno do “poeta-soldado” no movimento verde-amarelo do início do século passado e a orientação da ACLER do século XXI. Aquela se formava em defesa da cultura e da identidade brasileira

¹²⁰ A prática de candidaturas de renomes políticos ou midiáticos de pouca expressão literária se tornou lugar comum nas Academias de Letras dos Estados, inclusive na Academia Brasileira de Letras.

¹²¹ ACLER- ACADEMIA RONDONIENSE DE LETRAS. INSTITUCIONAL BRASÃO. Disponível em: <<http://acler.josevaldir.com>> Acesso em: 25 jul. 2010

buscando extirpar as influências decadentes européias e esta contra o perigo local da invasão cultural boliviana.

Segundo Mônica Velloso, reportando-se às concepções de Menotti Del Picchia e Olavo Bilac, aos intelectuais cabia além da fruição artística o compromisso patriótico com o país que se queria nação: “Além de mestre, o poeta deve assumir o papel de soldado a serviço da pátria, defendendo-a das invasões alienígenas” (VELLOSO, 1993, p. 90-1).

Elemento a evidenciar que a tão propalada integração à nação ou não é percebida na fronteira, ou que ainda sobrevive um sentimento de isolamento em relação à Nação e à visão de que a cultura local estaria à mercê de uma cultura mais tradicional. Se os intelectuais paulistas se viam enquanto “poetas-soldados” na criação de uma nova cultura nacional, aqui a fórmula se inverte no sentido de ser um “soldado-poeta” na defesa da frágil cultura “brasileira” local.

O ideal de tom verde-amarelo explícito no brasão da ACLER pode ser sintetizado nesta frase de Ricardo “O intelectual deve se transformar em um cidadão-soldado sempre alerta, guardando as fronteiras do país contra as invasões alienígenas. Sua missão é resgatar a fisionomia interior da pátria, que está na terra, na língua e no Brasil - território.” (RICARDO apud VELLOSO, 1993, p. 102).

A criação do IHGRO havia se dado num mesmo contexto, porém bem anterior à criação da Academia Rondoniense de Letras de Rondônia (ACLER). A ACLER foi fundada inclusive com a maior parte dos seus membros. Porém, essa entidade foi mais receptiva à novas elites. Apesar da aceitação de um novo membro estar condicionada ao sistema de irmandade, no qual só se entra pela indicação de um acadêmico, isso não tem impedido a sua diversificação.

Neste sentido, a criação do IHGRO e ACLER foi um imperativo estratégico de sobrevivência e resguardo da identidade e da memória da região do Madeira-Guaporé abertamente ameaçada pela chegada de centenas de milhares de paranaenses e gaúchos oriundos do campo. Porém, traziam sua cultura própria e suas tradições orais resumidas nos Centros de Tradição Gaúcha (CTG) espalhados por todo o território nacional.

O IHGRO e a ACLER também foram criados para juntar forças e de certa forma inserir o patrimônio cultural de uma região suplantada pela agropecuária no cenário estadual e que posteriormente perdeu também o poder político para os novos setores. Nesses vinte e oito anos após a transição para Estado somente foi eleito governador um

representante da antiga região extrativista dos Vales do Madeira-Guaporé, filho do ex-presidente regional da União Democrática Nacional (UDN).

A eleição do médico Dr. Osvaldo Piana Filho, nascido em Porto Velho, foi conturbada pelo assassinato do candidato, Senador Olavo Pires, representante do eixo da migração na rodovia BR-364, entre o primeiro e o segundo turno da eleição. Depois dessa gestão, todos os cargos de governador foram ocupados por representantes da nova elite agrária.

Na Assembléia Legislativa se dá o mesmo fenômeno, a maioria de seus representantes vem do eixo da BR-364 e não mostra a mínima identificação com a memória do Território Federal do Guaporé ligada ao extrativismo da borracha e aos Vales dos Rios Madeira-Mamoré e Guaporé, bem como a ferrovia EFMM. Eles só a vêem como espetáculo a ser consumido e que pode e deve gerar lucros e dividendos políticos.

O precário estado de conservação da documentação que registra a história do período da construção da ferrovia até a transição é um reflexo do desprestígio a que ficou relegado o grupo dos letrados. Sua memória foi totalmente desprezada e abandonada pelas novas elites do interior.

Os desdobramentos políticos desta migração intensa determinaram os rumos da memória local como veremos a seguir no estudo de caso do Centro de Documentação Histórica de Rondônia (CEDERO).

Centro de Documentação do Estado de Rondônia

A área da cultura estava abrigada na SEC, no período do Território. No período de transição comandado pelo Coronel Teixeira os recursos do Governo Federal eram abundantes e ele, na posição de mandatário supremo, recebia o apoio da nova burguesia rural, mas também não esquecia os letrados.

Neste contexto favorável, foi pensada e implantada a campanha, “Doe um documento ao Centro”, visando a incentivar a doação de acervos pessoais e conscientizar a comunidade sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico. “Neste período, foram realizadas diversas exposições documentais, na Praça Marechal Rondon, como forma de atrair o interesse e a participação da comunidade.” (LOPES, 1999, p. 1)

Já na transição para Estado propriamente dita foi criado o DASC em 1982 dividido entre um setor de patrimônio e um setor de fomento às expressões tradicionais como o boi-bumbá, quadrilha e outras manifestações. Entretanto, a estrutura organizacional se resumia a uma funcionária para cada setor. Essa era a política dos governantes militares para a cultura, agradava, mas não patrocinava.

O Pres. Sarney (PFL), quando assumiu a presidência em 1985, nomeou o novo governador interino Ângelo Angelim e também Raymundo Nonato de Castro como Secretário de Educação e Cultura do novo Estado. Raimundo Nonato de Castro então criou, a partir da estrutura minúscula do DASC, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (SECET), desvinculando-se da SEC, que se transformara em Secretaria de Educação (SEDUC) somente.

Na avaliação da Técnica Maria Nazaré Silva, isso foi um avanço para a cultura no Estado, visto que o novo administrador havia sido Secretário de Cultura do Maranhão por dois mandatos e tinha muita experiência e sensibilidade para encarar os desafios que a pasta exigia (informação verbal).¹²² Foi nesse momento que, dentro dessa estrutura e sob o comando deste Secretário, foi estimulado o Centro de Documentação do Estado de Rondônia (CEDERO), cujo objetivo se dividia em duas frentes: órgão de salvaguarda de documentação de interesse coletivo histórico e forma de fomento à pesquisa regional.

Porém, tão logo o governador eleito Jerônimo Santana foi empossado em 1987 assumiu o novo Secretário Abelardo Castro, um garimpeiro aliado. A primeira ação do Secretário Abelardo foi transformar a SECET em Fundação de Cultura e Turismo (FUNCETUR), enxugando quadros que já eram mínimos. Muitos funcionários desmotivados se transferiram para outros órgãos para ter mais autonomia em projetos culturais.

O novo presidente da FUNCETUR seria o Professor Amizael Silva que aproveitou a oportunidade para publicar suas obras guardadas. Nesse contexto pouco favorável à memória do Território, membros da elite letrada, que estavam tentando sobreviver na nova estrutura se atribuíam o papel de responsáveis pela salvaguarda dos documentos.

¹²² Entrevista com Maria de Nazaré Figueiredo da Silva – Executora de Projetos de Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de RO (SECEL).

Para se compreender o valor dado pelas novas elites ao patrimônio histórico, a Fundação destinava apenas um funcionário para o CEDERO, responsável pela salvaguarda de milhares de documentos.

A indiferença fica evidente nas mudanças de prédio, pois o CEDERO foi para a Biblioteca Estadual José Pontes Pinto no Bairro Caiari, de lá foi para a Esplanada das Secretarias, muita coisa se perdia e se estragava com as constantes mudanças. Depois retornou para a Biblioteca Estadual José Pontes Pinto, depois foi para a Casa do Artesão, e em seguida a sua documentação foi para o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (SATED), até que em 2000, depois de perambular por 17 anos, foi acomodado no “Prédio do Relógio”¹²³, da antiga administração da EFMM, mesmo assim ficou fechado até 2003. O governador José Bianco havia demitido dez mil servidores e remanejou o restante do pessoal, não havendo disponibilidade de funcionários para o CEDERO.¹²⁴

O funcionário responsável, como se sentia na obrigação de salvaguardar a documentação, passou a guardá-la em sua propriedade, dado o descaso com a documentação doada pela população. Dessa forma, o que poderia vir a ser um Centro de Documentação foi se perdendo pelo caminho.

Além disso, como era uma memória implantada por uma parte dos remanescentes do Território, mais especificamente por Aluizistas, muita documentação que expunha as contradições do período foi filtrada. É o caso do Jornal “O Combatente” publicado de 1959 a meados da década de 70 pelo anarquista Ignácio Mendes, detido inúmeras vezes pelos representantes locais da ditadura militar. Também é o caso do periódico “Folha de Rondônia” de propriedade do líder “Pele-curta” de oposição, o médico Renato Medeiros. O médico baiano havia vencido as eleições de 1960, contra o então Coronel Ênio Pinheiro, sobrinho do Coronel Aluizio Ferreira, o líder Cutuba.

Hoje o CEDERO está sob o controle da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer (SECEL) e, novamente, a questão política determina os rumos do patrimônio. O Governador lotou pessoas de sua confiança e o Secretário seria apenas um figurante segundo a técnica Maria Nazaré Silva (informação verbal).¹²⁵ Hoje o CEDERO, mesmo com todas as “perdas” documentais, possui 800 títulos de Amazônia, 400 livros

¹²³ Prédio estilizado em forma de uma locomotiva foi construído na década de 40 para ser a sede administrativa da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. O imóvel já abrigou o 5º BEC e também foi sede do antigo Banco do Estado de Rondônia-BERON.

¹²⁴ Entrevista com Maria de Nazaré Figueiredo da Silva.

¹²⁵ *Ibid.* loc. cit.

pertencentes à extinta EFMM. Possui uma coleção de periódicos de 1917 a 1977 de 17.000 exemplares, mais de 4.500 fotos e cerca de 900 mapas. Ainda possui mais de 10.000 documentos da EFMM, dentre os mais variados como correspondências, cadernos de campo, informativos e tablóides.

Estima-se que somente a coleção pessoal do Coronel Aluizio Ferreira, remanescente do abandono e das mudanças, chega a mil, entre recortes de jornais, produção intelectual, correspondências e outros (LOPES, 1999, p. 2-4). Também há coleções do Marechal Rondon, Capitão Esron de Menezes, Coronel Jorge Teixeira e o Eng. John M. Robinson, nas quais se inclui o jornal “The Porto Velho Marconigran”, escrito em inglês, que circulava em Porto Velho no período da administração inglesa.

A SECEL, na época do fechamento dessa pesquisa (out. 2010) não tinha um organograma, apesar de haver sido criada fazia oito anos. O reduzido orçamento destinado à SECEL era dividido entre a Gerência de Cultura e a Gerência de Esporte e Lazer. Na estrutura o CEDERO estava sob a Executoria de Patrimônio, que tinha se configurado como um órgão para servir aos arranjos políticos, pois tinha em torno de 60 cargos, mas nenhum funcionário.

Entretanto apesar de “ter” um bom orçamento, nunca houve uma contratação de técnicos na área de arquivo ou de biblioteconomia em todo este tempo de existência. O orçamento era decidido pelo governador e o mandato do Secretário era apenas protocolar. Ele apenas despachava as decisões do governador, tendo que aceitar as indicações para os cargos. Não havia uma Secretaria de fato e, sim, uma extensão do gabinete executivo.¹²⁶

Um fato recente ilustra o valor dado ao patrimônio pela elite migrante. Alguns dias antes da entrevista, o governador do período havia ordenado que se retirasse o Museu Estadual de Rondônia da sala destinada para tal acervo. Esta sala estava equipada com iluminação apropriada, vitrines e expositores para tal acervo.

Da noite para o dia, o museu foi desmontado e todo o seu equipamento foi abandonado numa sala do piso superior com problemas de goteira e umidade. Na sala do Museu foi instalado, em seu lugar, um posto de informações da Divisão de Turismo, com uma mesa e duas atendentes estagiárias. O fato foi relatado pelos Técnicos do IPHAN na última visita do órgão, feita ao prédio da SECEL.

¹²⁶ Entrevista com funcionários lotados no CEDERO.

Esse estado do CEDERO remete ao apelo feito pela professora Yêdda Pinheiro Borzacov há treze anos,

Aluízio Ferreira [...] antes de falecer, entregou-me seu arquivo particular, tive esse privilégio [...] Entreguei ao Governo do Estado toda a documentação e apesar de todo o meu esforço pessoal e de alguns dedicados companheiros de trabalho, [...] pouco pudemos fazer. Até agora a preciosa documentação não recebeu o tratamento específico para a sua proteção. Falta a análise dos documentos, falta o resumo histórico documental e falta, sobretudo, a microfilmagem que em 1995 custava apenas vinte e quatro mil reais ... (BORZACOV, 1997, p. 55-6).

A documentação descrita acima pela herdeira dos letrados do Guaporé foi recebida por ela em 1980 e doada em 1983. Portanto, há vinte e sete anos essa documentação está em posse do Estado agonizando por sua penosa e difícil sobrevivência.

O prognóstico atual não é dos melhores, o CEDERO não existe juridicamente e nem possui um projeto de Centro de Documentação, apesar da idade do arquivo, também não tem um plano de ação e nem plano orçamentário.

Até o momento este órgão oficioso não ultrapassou a condição de “depósito de papel velho”, conforme a expressão coloquial usada pelas novas elites de migrantes¹²⁷ que não possuem a mínima identificação com a memória dos letrados do Guaporé. Segundo o Historiador da USP, Professor Marcos Antônio da Silva o descaso para com os lugares de história é generalizado no país não sendo um traço singular encontrado nesta pesquisa (SILVA, 1995, p. 16-7).

A esperança dos profissionais envolvidos, bem como dos herdeiros dessa memória, é que um dia esse depósito possa se tornar um Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. A mesma esperança se aplica aos vagões, oficinas, galpões e trilhos da EFMM, recém tombada pelo IPHAN em 11 de julho de 2007 e passa atualmente por um processo de recuperação.

O contexto de abandono das instituições de memória e a falta de vínculos das novas elites para com o patrimônio histórico e cultural é um elemento bastante importante para se compreender a dinâmica histórica do Estado. Enfim, a documentação

¹²⁷ O conceito de elites migrantes aqui utilizado se refere aos comerciantes, fazendeiros e outros empresários rurais que vieram junto com a grande migração dos anos 70 e 80 e se estabeleceram no Eixo da BR-364, no interior do Estado. Estas novas elites agrárias detêm o poder político e econômico em Rondônia suplantando as antigas elites de seringalistas, comerciantes e altos burocratas localizados no Eixo dos Rios Madeira-Guaporé.

apesar da sua filtragem oferece um potencial de pesquisa inestimável, porém há um longo caminho a ser percorrido.

A montagem dos símbolos do novo Estado de Rondônia

Como na transição para o Estado havia pouco envolvimento popular por ser um projeto vindo de Brasília e de cima pra baixo seus antigos habitantes o viam de forma ambígua. O comportamento pendular ia da apatia e receio diante do intenso processo de migração e necessidade de adaptação rápida às mudanças até o ufanismo mais aberto de alguns.

A comunidade havia permanecido “isolada” por um período no qual todos mantinham algum tipo de relação pessoal direta, e de repente se viu invadida por pessoas completamente desconhecidas. Os filhos da terra de início viam com muita desconfiança os novos invasores e quando não se fechavam em seus guetos sentiam apenas apatia.

E os eventos foram ocorrendo de forma pragmática, no concurso de monografia sobre o Território Federal do Guaporé proposto pelo Governador Coronel Humberto Guedes só apareceu um candidato e em relação à montagem dos símbolos do Estado, resolveram estender à juventude para ampliar a participação. Alguns jovens no anonimato protestaram pichando frases contra a transição para o Estado por entenderem que era apenas uma manobra palaciana dos militares para se perpetuar no poder (PICHADORES..., 1981, p. 2).

O jornal Alto Madeira retratou os instantes finais que antecederam a transição para o Estado. Não são poucas as referências a uma transição que não tinha candidatos. Em uma matéria assinada por Vitor Hugo ele aponta para a falta de lideranças políticas. Hugo (POLITIKÉ..., 1981) reclamava que agora tinham um Estado, mas não havia candidatos para os cargos legislativos. Segundo ele, os políticos que gravitavam em torno do Coronel Teixeira só estavam preocupados em ocupar o Senado e a Câmara Federal.

Há neste mesmo jornal outra matéria intitulada “Jerônimo: não se criam lideranças em provetas” (JERÔNIMO..., 1981) e muitas outras nas quais os políticos da situação indicavam a nomeação do próprio Coronel Teixeira para o cargo quando se

efetivasse a transição. Estas matérias fornecem algumas evidências da inexistência de um movimento popular assim como de elites políticas locais a reivindicar tal autonomia.

Essa descrição permite entender porque “Céus de Rondônia”, a despeito de ter sido criado para uma realidade de quarenta anos passados do Território Federal do Guaporé, foi aceito naquele momento como o Hino de Rondônia. E outros símbolos foram escolhidos em concursos nos quais apareciam poucos candidatos a se interessar pelos editais.

O Estado ainda não havia sido criado de fato, entretanto a eleição da bancada pedessista, o partido da direita conservadora, estava praticamente garantida, pois havia apenas três candidatos “oficiais” ao senado apoiados pelo Coronel Teixeira. Eram eles Odacir Soares, Claudionor Roriz e Galvão Modesto, além de mais seis deputados federais sendo quatro do PDS, contudo era necessário criar os elementos simbólicos.

Não bastava chegar e impor um projeto que vinha pelo alto, também era necessário oferecer símbolos para as pessoas cultuarem. Era necessário hastear uma bandeira e dizer que ela significava a unidade federativa delimitada pelos marcos físico e político e que estava carregada de sentido.

Era necessário um hino para as crianças enfileiradas e “fardadas” cantarem nas escolas. Mesmo que estes símbolos pouco representassem aquele povo, isso não importava muito. É por meio desta chave que se buscará descrever e contextualizar o processo de montagem das representações simbólicas para o futuro Estado de Rondônia.

A escolha de “Céus de Rondônia”

Esta obra pode ser apresentada como uma das sínteses da literatura de Rondônia para o período de sua adoção. A princípio intitulado de “Céus do Guaporé” e depois convertido em “Céus de Rondônia”, o poema é de Joaquim Araújo Lima que foi engenheiro da EFMM e primeiro governador civil do Território Federal do Guaporé em 1948, indicado pelo Coronel Aluizio Ferreira.

Quando nosso céu se faz moldura
Para engalanar a natureza
Nós os Bandeirantes de Rondônia
Nos orgulhamos
De tanta beleza

Como sentinelas avançadas
Somos destemidos pioneiros

Que dessas paragens de um poente,
Gritam com força,
Somos Brasileiros

Dessa fronteira
De nossa Pátria
Rondônia trabalha febrilmente
E nas oficinas
E nas escolas
A orquestração empolga toda gente
Braços e mentes,
Forjam cantando
A apoteose
Deste rincão
E com orgulho, exaltaremos
Enquanto nos palpita o coração

Azul, nosso céu é sempre azul
Que Deus o mantenha sem rival
Cristalino muito puro
E conserve sempre assim
Aqui, toda vida se engalana
De beleza tropical,
Nosso lagos, nossos rios
Nossas matas, tudo enfim

O Hino de Rondônia poderia ser a única obra aqui a ser analisada, pois ela é de uma síntese impar que permite várias interpretações a partir de algumas chaves ligadas a dois momentos muito importantes de passagem e ruptura para a região. O primeiro deles foi a criação do Território em 1943 e o segundo é justamente o momento em que após 38 anos o Território se transformava em Unidade Federativa. A primeira estrofe liga a identidade brasileira, projetada na natureza, ao bandeirante, como o próprio Hino Nacional figura.

“Céus de Rondônia” nasceu “Céus do Guaporé” foi composto em 1944 e refletia a ideologia do período. Era oficioso, pois como território federal subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores não poderia ter representação simbólica. O seu autor, o Engenheiro e primeiro governador civil nomeado pelo amigo Major Aluizio Ferreira, havia sido integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB) e teve contato próximo com Plínio Salgado e Ricardo. Por conta da perseguição e das prisões sofridas aceitou o convite do Major Ferreira para ser Superintendente da EFMM, em seguida foi indicado pelo Major como Governador do Território (MENEZES, Livro II, p. 56).

O Território Federal do Guaporé foi concebido e criado no interior do projeto ideológico do Estado Novo com a sua grande marcha para o interior. Há nesta poesia uma intertextualidade que a liga de forma direta à *Marcha para o Oeste* de Ricardo,

tendo o bandeirante como seu personagem principal. Naquele momento Ricardo conjugava a figura do bandeirante ao próprio ditador Vargas.

Sua letra representava os valores divulgados pelo Estado Novo e foi aceita pelas elites extrativistas locais, em sua inserção problemática à Nação. O projeto ideológico de Vargas lhes reservara o papel de sentinelas da fronteira, entretanto precisavam gritar com força que eram brasileiros, numa região isolada dos grandes centros em que décadas atrás só se falava quase que exclusivamente o inglês e o espanhol.

O Território havia sido criado no período da Segunda Guerra Mundial e para a região se deslocaram os “soldados da borracha” para lutar numa guerra invisível em defesa da democracia. O Território Federal do Guaporé era “administrado” por um militar que centralizava todo o poder, os seus habitantes eram as sentinelas sob seu comando.

A alusão às escolas e oficinas representa a cidade de Porto Velho que surgiu como um barracão de oficinas da EFMM e entreposto de mercadorias no último ponto navegável do Rio Madeira. Ou seja, Rondônia havia surgido como uma cidade industrial e moderna com trabalhadores de várias partes do mundo.

A última estrofe ainda merece um pequeno comentário. Nesse caso os rondonienses estavam entrando para a Nação como fornecedores de matérias primas e riquezas naturais para o desenvolvimento brasileiro. Entretanto emitindo um discurso contraditório, pois ao mesmo tempo defendiam o progresso das oficinas, mas possuíam uma natureza idealizada que deveria ser protegida por Deus e que permanecesse inalterada, o que contradiz com o trabalho febril das caldeiras alimentadas a carvão.

E neste sentido é que “Céus de Rondônia” se torna uma peça de reflexão. Porque foi aceito um hino que não refletia a realidade da transição para Estado e sim a realidade do Território Federal do Guaporé? Por que a maioria dos migrantes que também agora eram a maioria dos rondonienses e haviam suplantado os filhos da terra em densidade populacional, renda e poder político aceitavam um hino que não os incorporava? Para os filhos da terra ou letrados, era uma forma de perpetuar a sua memória em algo que os representava.

É possível que acostumados ao poema tivessem-no aceitado como hino por ser conhecido, porém, este hino não refletia a realidade da transição. Toda a sua referência é à segurança, ao bandeirante, ao urbano das oficinas e escolas, não há uma referência sequer ao campo, ou à agricultura, a não ser nas formas idealizadas da natureza. “Céus de Rondônia” não faz referência ao mundo agrário, ou à cultura rural de seu interior.

Toda a referência está ligada aos letrados e filhos da terra localizados no eixo da ferrovia EFMM e não ao eixo da BR-364.

Por que os novos donos do poder, militares e latifundiários, impõem este hino como representação do Estado se ele em si se liga a outro período e contexto? Como fizeram a acomodação de uma natureza idealizada com o incentivo à devastação florestal? Como iriam conciliar populações tradicionais extrativistas em conflito com os novos colonos derrubando a floresta e exterminando o seu sustento?

Não parece haver respostas exatas para tais questões, porém o Professor de Comunicação da UNIR-Campus de Vilhena Sandro Colferai aponta para algumas hipóteses interessantes. Segundo ele o bandeirante histórico teria sido atualizado para o migrante, como se ele fosse um novo bandeirante e destemido pioneiro, numa clara ressignificação do conceito formulado ainda no Território do Guaporé. Porém a segunda parte do hino que remete à natureza comporta claramente a contradição mencionada no parágrafo acima. Colferai revela as contradições neste hino,

O que havia era a tentativa de representar a colonização como legítima e – em boa medida – natural, uma vez que os desbravadores, representantes da força de trabalho reconhecida por “Deus” e pela “pátria”, como sugerem os fragmentos “Nestas fronteiras, de nossa pátria,/ Rondônia trabalha febrilmente” e “Que Deus o mantenha sem rival”, são conjugados junto com as belezas naturais em Rondônia. Sem antagonismos, sem resistências, uma representação específica é colocada em circulação, tornada oficial, institucionalizada e, por isso, possível de ser tomada como legítima imagem do que é Rondônia e do que é ser rondoniense: desenvolvimentista e apegada à natureza, ignorando a contradição que esta articulação comporta. Uma clara indicação da identidade preferencial assumida pelas instituições e pelos grupos hegemônicos do estado. [...] É assim que podemos tomar o hino de Rondônia como uma tentativa de legitimação de uma dada visão de mundo, mas que não se impõe como reflexo transparente do mundo da linguagem. (2010, p.340-1)

À medida que o processo de representação foi todo dirigido pelos setores conservadores do novo Estado e mais os remanescentes dos letrados do Território gravitando em torno do Governador Coronel Teixeira, detentor do poder centralizado, estes letrados viriam a se sentir contemplados na antiga poesia “Céus do Guaporé”. Neste sentido as hipóteses de Colferai são bastante plausíveis. Pois essa mesma análise pode ser aproveitada para a poesia ufanista que segundo Colferai é uma visão de mundo que não refletia o mundo da linguagem, e estava em conflito com ele.

A Bandeira e as Armas para o futuro Estado

Sou a estrada evidente, pavimentada de esperança, traçada na magnificência. Sou a nova estrela, estanhada, filha da fertilidade, que surge no horizonte do Solo Pátrio e se projeta no azul da União. Sou o Estado de Rondônia.

Silvio Carvajal Feitosa

O processo de montagem dos símbolos do novo Estado a ser emancipado nos fornece pistas sobre o drama encenado pelo governo militar nestas paragens. Os jornais locais criavam um clima de suspense e pressão psicológica nos leitores em torno da transição. Algumas matérias de teor do tipo, “Estado adiado?”, (ESTADO..., 1981, p. 3) e “Cel. Andreazza diz que Estado não vai sair”, eram as mais comuns durante o ano de 1981.

Entretanto o Edital do Concurso de criação da Bandeira e Armas de Rondônia foi publicado no início do ano aos cinco de janeiro. O edital sugeria a idéia de um processo democrático premiado pelo mérito com a quantia de cem mil cruzeiros ¹²⁸. Neste se inscreveram estudantes da maior parte da rede pública e dos Colégios Dom Bosco e Colégio Maria Auxiliadora (Salesianos).

Neste Edital enxuto, de apenas quatro itens, que ia de “A” a “D”, se determinava o conteúdo mínimo para a criação da Bandeira e do Brasão do novo Estado que ainda era “incerto”. Em sua letra B no parágrafo 1º estipulava regras muito claras:

1. Deverá constar, obrigatoriamente, na Bandeira, a estrela simbólica se projetando no Azul da União, como indicativo do atual estágio de desenvolvimento.
2. Deverá constar, obrigatoriamente, nas Armas, o Real Forte Príncipe da Beira ¹²⁹ como símbolo da conquista e posse da terra, no passado. ¹³⁰

Ainda segundo este edital da Secretaria de Educação e Cultura, emitido pelo Professor Álvaro Lustosa Pires em sua letra C estabelecia uma Comissão Julgadora para o certame dos projetos.

¹²⁸ Algo em torno de cinco a seis mil reais em moeda corrente conforme índice do INPC.

¹²⁹ O Real Forte Príncipe da Beira foi tombado em julho 1950 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e sua manutenção é feita atualmente pelo 1º Pelotão de Fuzileiros na Fronteira, subordinado ao 6º Batalhão de Infantaria de Selva.

¹³⁰ Edital de Criação da Bandeira e Armas de Rondônia. Pasta: Símbolos Estaduais. Caixa Coleção Governador Coronel Jorge Teixeira do CEDERO. p. 1

A Comissão Julgadora será formada por cidadãos idôneos e empenhados no desenvolvimento de Rondônia, representando os seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Educação e Cultura – (01) membro
- b) Instituto Histórico e Geográfico - (01) membro
- c) Conselho Territorial de Cultura - (01) membro ¹³¹

O período de inscrição foi até o dia 15 de fevereiro e os trabalhos deveriam ser entregues até o dia 06 de abril para a Comissão composta pelo Presidente, o médico Dr. Jacob Atallah, Presidente do IHGRO, pela Professora Yedda Pinheiro Borzacov representante da SEC, e pelo juiz Dr. Edson Badra representando o Conselho de Cultura do Território.

Dadas as regras e o prêmio polpudo alguns poucos estudantes se animaram em participar da construção dos símbolos do novo Estado e se colocaram a pesquisar bandeiras, brasões e a história do Território e quais imagens poderiam representar a nova unidade federativa.

Naquele contexto, de “patriotismo”, os alunos vinham marchando de suas escolas e reunidos toda a sexta-feira diante do Palácio do Governador para ficar em ordem unida e cantar o Hino Nacional e o Hino “Céus de Rondônia”, que até então não era oficial, mas fora estimulada sua execução pelo Governador Coronel Humberto Guedes (indicado pelo Presidente General Figueiredo para iniciar a transição) e contava com a audiência popular. O espetáculo “patriótico e cultural” era organizado pela Comissão de Educação Moral e Cívica (CEMOC), a mesma que receberia as inscrições e computaria os votos da Comissão Julgadora dos Símbolos de Rondônia.

Tudo transcorria nos conformes e foram inscritos por volta de quarenta trabalhos (SÍMBOLOS..., 1981). para a criação da Bandeira e do Brasão. A maioria era formada por estudantes da cidade de Porto Velho, mas também havia cinco de Ji-Paraná e três da cidade de Vilhena. Todavia os resultados deveriam ser entregues, até o final do mês de abril, o que de fato não ocorreu. Neste período o Governador estava fora do Território visitando outras regiões e fazendo propaganda de Rondônia país afora como “Terra da Promissão” (GOVERNADOR..., 1981, p. 60).

Neste ínterim os trabalhos ficaram expostos na Biblioteca Municipal Francisco Meirelles e o público foi prestigiar, mas nada da Comissão Julgadora emitir um parecer

¹³¹ Ibid. p. 3.

de quem havia vencido o concurso. Então a mencionada Comissão ficou de elaborar o parecer e divulgar o resultado por volta de meados de maio, porém isso novamente não ocorreu.

No dia 23 de maio a “Comissão” composta pelo Presidente do IHGRO, o Dr. Jacob Atallah, pela Prof.^a Yedda Pinheiro da SEC e pelo Dr. Edson Badra do Conselho de Cultura convocou os concorrentes para uma reunião a portas fechadas sem a presença da imprensa e revelou uma informação bombástica. Reunidos na Biblioteca Estadual José Pontes Pinto a Comissão esclarecia na ocasião “que os trabalhos escolhidos não serão forçosamente os símbolos do Estado de Rondônia, servirão apenas pra transmitir uma idéia do que deverá ser elaborado pelo pessoal técnico do Governo. Estamos somente repassando informações da Casa Civil.” (SÍMBOLOS..., 1981, p. 3).

Isso estava preocupando os pais dos jovens “artistas”. No dia 25 o Jornal Alto Madeira entrevistou um destes pais. Ele se manifestava com certo descontentamento e frustração, “no regulamento ninguém disse nada que serviríamos apenas de base. Agora vem esta estória num desrespeito a quem trabalhou e essa demonstração que não havia interesse em [que] se fizesse um serviço sério.”, este pai ingenuamente ameaçava processar quem alterasse o projeto. (CONCURSO..., 1981, p. 3).

Ainda havia a suspeita de que a palavra final sobre o concurso seria do Coronel Teixeira. Diante dessas suposições o aluno desabafava, “Então para que constituíram uma comissão? Para que nos fizeram perder tempo? Por que não escolheram logo um [dos trabalhos] e mandaram um desses técnicos em heráldica fazer?”. O jornalista então esclarecia que o resultado ainda não havia sido divulgado porque o Coronel Teixeira e o Secretário Lustosa estavam viajando e eles é que dariam a última opinião. A “Comissão” estava esperando a ordem do Governador Coronel para emitir o resultado.

O resultado finalmente saiu uma semana após o retorno do Governador no dia 02 de junho e foi divulgado com todas as pompas que o ato exigia. Com direito a discurso do Secretário na sacada do Palácio Presidente Vargas ao público presente. Nessa cerimônia os jovens “autores” vencedores estipularam como deveria ser reproduzido nos mais diversos materiais os seus projetos de Brasão e Bandeira.

No caso da Bandeira o vencedor Silvio Carvajal Feitosa, filho do Advogado Claudio Feitosa descreveu o seu projeto: “V- A estrela, estanhada de cinco pontas deverá ser traçada dentro de um circulo cujo raio será de três módulos e cinco décimos.” E que na metade superior seria o céu da Nação, e que o verde da natureza sairia das arestas inferiores se encontrando nas pontas da estrela e representando uma estrada

“verde” de esperança de um futuro melhor para as populações migrantes e o amarelo lateral representaria o solo coberto de riquezas naturais. Ou seja, uma estrada de esperança no meio de um solo dourado caminhando rumo à nova estrela a despontar na Bandeira da Nação.

No edital dizia apenas que deveria ser obrigatória a estrela, portanto esta representação, mesmo que não dizia muito sobre o passado de Rondônia era a mais “neutra” e ampla possível, para uma massa desenraizada que de posses só tinha a sua esperança. Apesar de ter sido divulgado que seria dada maior relevância à representatividade histórica, sendo o maior peso (três pontos) sobre os outros critérios, como criatividade, originalidade, estética e heráldica, a bandeira não possuía representatividade histórica alguma.

Entretanto, simbolicamente era a reprodução exata das cores da Bandeira Nacional e naquele momento a relação com a União era filial. A União estava em processo de parto e uma nova estrela iria nascer. Não foi à toa e nem por acaso que este projeto foi o vencedor.

Novamente os conhecidos estereótipos emergiam numa só vez, a projeção das esperanças no rumo de uma nova estrela da Nação. Essa esperança se assentava sobre uma natureza idealizada e “virgem” a ser explorada, a qual iria proporcionar a tão sonhada riqueza.

Essa era a forma como o próprio Coronel Teixeira vendia Rondônia para a mídia nacional, a estrada pavimentada de esperança era a própria BR-364 que ele estava a asfaltar com recursos do Banco Mundial. Ela era o caminho da redenção dos espoliados e marginais do Centro-sul. Era a única compensação possível naquele rincão nos confins da Nação. Esse projeto sintetizava as rupturas que estavam anunciadas nesse processo de transição e abarcava os anseios da maioria por meio de símbolos conhecidos. Contudo, até mesmo esse projeto mais plástico e de conteúdo “oficial” seria modificado.

O Professor Álvaro Lustosa em seu discurso mais uma vez ressaltou que os trabalhos “vencedores” serviriam de base para a criação da Bandeira e das Armas, e que aqueles não seriam os trabalhos definitivos. O procurador Claudio Feitosa, representando o jovem vencedor Silvio Carvajal Feitosa, ao ver confirmados os comentários que circulavam sobre o engodo do certame protestou, não contra o resultado e o prêmio, mas por saber que haveria essas “adaptações”. Feitosa foi

peremptório, “As mudanças podem descaracterizar o trabalho do vencedor. Em arte não se mexe.” (RUMORES..., 1981, p. 3).

O Secretário respondeu a todos que isto estava previsto no edital, o que não era verdade e todos sabiam. E ainda esclareceu que os trabalhos seriam apreciados pelo Coronel Teixeira, para então depois “os símbolos definitivos serem trabalhados por técnicos a nível de Brasil”. É óbvio que nenhum dos dois recusou o prêmio, mas era no mínimo curiosa aquela situação. Houve uma seleção e vários trabalhos estavam inscritos, houve “vencedores”, mas os projetos não eram bons o suficiente, ninguém entendia o que estava acontecendo.

Em relação ao Brasão a cena ficou mais confusa ainda. Em meio a uma vintena de trabalhos foi selecionado o do estudante Olímpio Bezerra de Oliveira e não era o menos problemático para ter sido escolhido. O seu projeto comportava uma estrela que toma todo o símbolo e representava um abismo com a fortaleza caindo em seu vazio. Uma imagem interessante e curiosa, pois é um forte suspenso no ar ou a cair neste abismo.

Provavelmente o Forte Príncipe não possuía o menor sentido para este jovem. Ele punha às claras, a partir de uma imagem, o quebra-cabeça da memória, no qual, apesar do edital, aquela peça não se encaixava. Uma fortaleza do período colonial, uma fantasmagoria da política pombalina na região e que não fazia parte do tecido da memória.

Este é um monumento que todos mencionam, citam em seus trabalhos, sabem onde está localizado, mas ninguém faz questão de visitá-lo. Ele não diz absolutamente nada aos migrantes recém chegados e nem aos letrados. Entretanto ele é forçosamente enfiado como símbolo de continuidade para legitimar o discurso oficial de “ocupação”. O projeto do jovem Olímpio explicita que o Forte apenas se encontra no espaço do físico e não na memória local.

Mais curioso ainda é que dentre mais de trinta trabalhos nenhum inseriu a ferrovia EFMM, e isso é bastante revelador. Aparentemente ela não fazia mais sentido para esta nova geração do Território Federal. Ela era o reduto da memória da elite letrada, mas já não encontrava ressonância naquele período da transição para o Estado. O problema se torna maior se pensarmos que o critério de representatividade histórica era o de maior peso no concurso. Por dedução pode-se inferir que se o jovem Olímpio não a inseriu e obteve a maior nota, os outros também não a inseriram nas Armas.

As recomendações técnicas, como tamanho e proporções, do jovem Olímpio para a confecção do brasão se baseavam em significados por ele elucidados: o canhão fora do Forte significava a defesa do espaço em qualquer lugar, a estrela representaria a paz e os círculos significavam a comunicação entre os homens, a âncora simbolizava a fé do povo naquele momento de esperança. E por fim, em seu projeto havia apenas a data da mudança para Estado e não a data da criação do Território.

Tudo isso foi mudado posteriormente sendo suas recomendações quase que completamente ignoradas.

Bandeira e Armas de Rondônia dão Cr\$ 200 mil a estudantes

A SEC anunciou ontem, através do Secretário Alvaro Lustosa Pires, o resultado do concurso para escolha dos símbolos de Rondônia-Estado. As idéias de como deverão ser a Bandeira e as Armas, foram criadas por Silvio Carvajal Feitosa e Olímpio Bezerra de Oliveira, estudantes, respectivamente, premiados com Cr\$ 100 mil cada.

A comissão que julgou os trabalhos foi composta pelo dr. Jacob Freitas Atallah, do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia; dr. Edson Jorge Badra, do Conselho Territorial de Cultura, e pela professora Yêda Burzacov, representante da SEC.




O fato da escolha não significar serem os trabalhos os verdadeiros símbolos de Rondônia, que receberão o tratamento final de técnicos em Brasília, provocou protesto durante a solenidade.

Para o sr. Cláudio Feitosa, "em arte não se mexe". Isso levaria a uma "descharacterização total, a uma distorção, quando da elaboração dos símbolos definitivos".

O Secretário Alvaro Lustosa rebateu o protesto dizendo que ao se inscrever, qualquer candidato aceitou as cláusulas e condições previstas no Edital, que diz o seguinte, em um de seus itens "A classificação dos candidatos obedecerá a critérios de maior representatividade da região e de conformidade com os dois símbolos estipulados que orientarão a criação da Bandeira e das Armas". (Detalhes sobre os trabalhos vencedores na página 3.

Projetos vencedores de Olímpio Bezerra e Silvio Feitosa

A única orientação que foi seguida de Olímpio foram os ramos de café à esquerda e o ramo de cacau à direita, numa alusão à Bandeira do Império e de outros

brasões estaduais. O cacau e o café representavam as promessas de um projeto populista do Governador Teixeira, ele dizia “Esta terra vai produzir muito cacau, borracha e café”. Do cacau só havia o nativo, pois ainda ia ser plantado. Já a borracha estava em queda abismal no mercado internacional e o café nem estudos havia para a sua implantação.

Como a elite letrada estava na administração do Governador, eles puderam “acertar” os erros cometidos pela falta de conhecimento da juventude e fizeram outro projeto totalmente diferente. O canhão foi substituído pela espada, um símbolo de nobreza, e a ferrovia incluída junto da data de criação do Território.

Das peripécias em torno desse concurso pode-se inferir que dos trabalhos apresentados, nem a Bandeira e nem o Brasão representavam a experiência dos letrados e isso havia colocado um impasse. Pois se a população de um modo geral, e principalmente a jovem não possuía a mínima identificação com aquela memória soterrada, a única coisa a fazer era corrigi-la.

A partir dos “ajustes de última hora” foi feita justiça à memória dos letrados. E o Brasão para o novo Estado ficou com esse novo formato.



Brasão do Estado de Rondônia

A Bandeira foi reformulada com poucas modificações entre o edital, o resultado e a sua confecção e foi apresentada finalmente da seguinte forma:



Bandeira do Estado de Rondônia

O teatro montado pelo governo militar era necessário para “engajar” os rondonienses na transformação do Estado. O objetivo era dar uma aparência de participação. Contudo, os projetos dos jovens não eram considerados bons o suficiente para serem aceitos. Nesse clima de dramatização teatral e simulacro¹³² foram criados os símbolos do futuro Estado de Rondônia.

¹³² O escritor Márcio Souza, em várias de suas obras, figura as negociatas do poder central na região amazônica em estilo picaresco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero ter respondido às hipóteses iniciais desta pesquisa, as quais se centravam no impasse enfrentado pelos letrados do Território Federal do Guaporé frente às aceleradas e imperativas mudanças no processo de transição para o Estado de Rondônia. Mudanças estas impostas de forma autoritária e exótica, a partir de um projeto maior dos militares de incorporação da região a um sistema de reprodução ampliada do capital.

Esta adaptação tensa à nova realidade não se encontra posta de forma evidente, tão pouco é aparente, por isso se justifica este tortuoso caminho percorrido ao tomar o texto por fenômeno para se compreender o contexto dos enunciados e o seu sentido.

Na busca pela inserção nesta nova realidade criaram-se mitos distantes no tempo e que se distanciavam da própria realidade vivida. Essa memória era um campo em disputa velada pela hegemonia discursiva, na qual as populações indígenas e quilombolas não estão representados em virtude de premissas e estereótipos formados em séculos de exploração e genocídio e também a adoção pelos memorialistas do Bandeirante como figura central.

Nesta sua luta pela incorporação ao novo Estado, os letrados e poetas figuraram a natureza de forma idílica e idealizada tanto na poesia como na memória. Reproduziram visões recorrentes na historiografia e na expressão poética brasileira desde os seus primórdios (CHAUÍ, 2000). Estes memorialistas tentaram construir uma memória homogênea e coesa em sua discursividade, mas que comporta muitas contradições, ambigüidades e silêncios.

Em relação à hegemonia, os “heróis fundadores” foram eleitos em função dos interesses dos enunciadores: Hugo os queria missionários, Ferreira, engenheiros ferroviários, Eron, políticos amazonenses, Pontes Pinto, judeus e fenícios para os primeiros registros e bandeirantes para a “ocupação” em *Caiari* (1986), e o Coronel Aluizio Ferreira em *Rondônia* (1993).

No mesmo período que Hugo detinha-se na história evangelizadora reivindicando um lugar na memória para os jesuítas e salesianos em detrimento dos bandeirantes privilegiados pelo discurso ricardiano na *Marcha para o Oeste* (1942), Manoel Rodrigues Ferreira escrevia sobre a construção da EFMM e buscava se igualar aos bandeirantes em sua atuação junto à JK na construção da BR-29 em *Nas Selvas*

Amazônicas (1960). Para Ferreira, o marco fundador para a região teria sido a construção épica da ferrovia. Ferreira e Hugo entravam na disputa pela memória local, porém num plano mais elevado, pois eles não estavam a falar para a região e sim para a Nação. Suas preocupações “técnicas” e “teóricas” se materializavam em embates ora diretos, ora sutis com os letrados (BORZACOV, 1994).

Enquanto para Hugo o marco são os descimentos indígenas, Pontes Pinto foi bem mais além e “resgatou” três mil anos de história inserindo os povos semitas e fenícios em Rondônia. Neste sentido, esta última é a primeira obra que busca criar explicitamente uma identidade histórica para a região. Hugo tinha objetivos maiores, ele buscava o reconhecimento dos jesuítas enquanto os verdadeiros civilizadores da Amazônia ocidental contestando a figura do bandeirante.

Em resumo Hugo é contra a mitificação do bandeirante, Ferreira se define como moderno chefe da “bandeira investigativa” paulista a devassar o sertão brasileiro e Pontes Pinto projeta de forma mais evidente o bandeirante no Coronel Aluizio Ferreira, mas também se assume um bandeirante pioneiro. Cada um deles vai elaborar, ao seu modo, uma versão singular desta figura mítica.

Quanto aos poemas, os autores idealizavam a realidade local, expurgando de suas representações as questões emergentes e antagônicas. Neles predominava a visão do paraíso, no qual o edênico e o lírico ofuscavam as contradições. Enquanto o cotidiano das populações indígenas e dos migrantes estava permeado pelos conflitos violentos, os escritores em seus escritórios estavam a pensar em suas musas.¹³³ A natureza exuberante transformava-se num anteparo a inebriar a vista e que impediria a possibilidade de um olhar mais nítido.

A memória e a poesia tornaram-se para os letrados do Guaporé, fosse do grupo dos “Poetas” ou da “República do Caiari” patrimônio que reconheciam possuir e a partir daí passaram a adquirir consciência sobre sua identidade em busca de inserção e mecenato para suas obras, como é o caso da ferrovia EFMM e os Museus, bem como os livros.

Também se percebe que cada autor e poeta falava de um lugar determinado que vai se descortinando aos poucos e criando sentido em seu enunciado. De Hugo falando de dentro da Igreja a Pontes Pinto que falava da memória do Caiari para os seus pares

¹³³ Há que se aclarar que o objetivo desta pesquisa é apenas apontar os procedimentos dos poetas oficiais nas suas composições e não julgar se é certo ou errado “ficar em seus escritórios a pensar em musas”, visto que o impasse conceitual entre arte pela arte e arte engajada está longe de chegar a um fim.

membros do IHGRO e para a ACLER, a Esron de Menezes que responde a um edital a Ferreira que produziu uma obra encomendada pelo Coronel Paulo Leal. Suas perspectivas “históricas” foram impostas pelos lugares de onde enunciaram e recortaram seus objetos que não foram aleatórios e nem tampouco casuais.

A transição do Território para o Estado de Rondônia sintetiza uma ruptura na sociedade rondoniense que teve desdobramentos múltiplos: desde o descaso com o patrimônio cultural e a perda de status e poder político de uma elite letrada guaporeana até a emergência de novos atores mais compromissados com a construção de bases mais sedimentadas no campo do patrimônio histórico e cultural do Estado.

A ruptura se ampliou para as áreas de cultura e educação como um todo. Neste sentido a criação da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR foi um divisor de águas em relação ao passado. Novos atores, novas abordagens e novas fontes estão surgindo.

Prova disso é a emergência dos graduados a tomar os espaços ocupados anteriormente a partir de critérios pessoais. O curso de História de início estava voltado para a formação de professores, contudo a estrutura se ampliou e se diversificou.

Nilza Menezes (informação verbal) ¹³⁴, doutoranda em Ciências da Religião, Fundadora e Diretora do Centro de Documentação do Tribunal de Justiça (CEDOC/TJRO) representa esta nova geração dos graduados, ela é a nova expressão do Eixo da BR-364. A também poetisa e escritora Nilza Menezes migrou para Rondônia no final da década de 70, residiu em várias cidades do interior e acalentava o sonho de retomar o curso de Letras iniciado em Curitiba, porém só havia o referido curso nos Campi de Guajará Mirim na fronteira com a Bolívia e na capital do Estado.

Em meados da década de 90, Nilza Menezes se mudou para a capital e ingressou no curso de História se graduando em 1998, em 1999 ela estava a iniciar o Centro de Documentação do Tribunal de Justiça de Rondônia. A partir deste Arquivo Nilza publicou várias obras e inúmeras orientações de estagiários foram encaminhadas resultando numa série de artigos escritos. ¹³⁵

¹³⁴ Entrevista com Nilza Menezes – Diretora do Centro Documentação do Tribunal de Justiça de RO.

¹³⁵ Menezes publicou *Memória Judiciária*. P. Velho, TJRO, 1999, *Vinte anos do Poder Judiciário*. P. Velho, TJRO, 2004. Esses artigos também se encontram em versão eletrônica. PRIMEIRA VERSÃO. Disponível em: < www.primeiraversao.unir.br > Acesso em: 10 nov. 2010 e também publicou em parceria com sua orientadora a Professora Fabíola Holanda Jorge Teixeira “*uma contribuição documental*” (2006) e várias outras obras relacionadas à memória local a partir do acervo que criou na Instituição. Este acervo serviu de base documental para inúmeras pesquisas que tornaram-se teses e dissertações nos programas locais e em outras regiões do país.

Paralelamente a essa luta pela integração e adaptação dos letrados e do interesse da comunidade em geral para que essa situação tenha um desfecho mais aceitável, há também a formação de uma estrutura moderna, tanto na produção historiográfica como na produção e análise de fontes. Se por um lado há uma nova elite rural insensível à memória local, por outro, há pessoas integradas nas estruturas modernas que têm uma posição totalmente oposta.

A formação de Rondônia enquanto espaço “regional” é feita de um tecido formado de retalhos e contradições que não dispõem de laços de continuidade entre si. Por isso a construção da memória recorre a artifícios que a figuram de forma lacunar e fantástica.

Estes laços poderiam ser mais facilmente costurados se sua narrativa colocasse em cena alguns personagens expurgados da memória como a Rainha Teresa de Benguela do Quilombo do Quariterê no Vale do Guaporé e Tari Canindé¹³⁶, Guerreiro do povo Uruéu-au-au que mais resistiu aos ataques de seringalistas e garimpeiros no centro do Estado. Porém estes e a maioria dos anônimos ainda não conseguiram entrar no panteão da memória local.

Os autores pesquisados reproduzem o conceito de “vazio” construído na base do genocídio continuado das populações indígenas e de outros povos da floresta.

Entretanto a reflexão avança célere neste rincão que se globaliza de forma rápida, e isso se por um lado traz conseqüências nefastas, por outro traz a esperança na renovação das idéias e na busca por formas mais justas de convivência nesta terra de múltiplas experiências de vida e manifestações culturais.

¹³⁶ LEONEL, M. *Etnodicéia Uruéu-au-au: O Endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental*. S. Paulo, EDUSP/IAMA-FAPESP, 1995. p. 16

FONTES

FONTES ORAIS:

Entrevistas:

Helena de Jesus Abreu Araújo – Ms. Desenvolvimento Regional/UNIR - Assistente Social Tribunal de Justiça. Entrevistada em: 10 jul.2010

Gean Trindade de Farias – Presidente da Associação Cultural e Social das Tradições Maranhenses – Entrevistado em: 16 out. 2010

Rita de Cássia Prestes Picanço – Assistente Social – Vara de Infância do Tribunal de Justiça de Rondônia Entrevistada em: 20 out. 2010

Maria de Nazaré Figueiredo da Silva – Executora de Projetos de Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de RO (SECEL) Entrevistada em 22 out. 2010

Nilza Menezes – Diretora do Centro de Documentação do Tribunal de Justiça de Rondônia. Entrevistada em 20 nov. 2010
Poeta e Escritora de Rondônia. Entrevistada em 14 jun. 2011

Antonio Cândido da Silva – Professor, Escritor e Membro da ACLER desde a primeira posse em 1986. Entrevistado em 1º mai. 2011

William Haverly Martins – Notável da Academia de Letras de Rondônia. Entrevistado em 11 jun. 2011

Renato Bolf – Empresário e Sócio-proprietário da Gráfica Gênese Top. Entrevistado em 22 jan. 2011.

Rubens Vaz Cavalcante – Poeta, Músico e Professor de Teoria Literária do Campus de Porto Velho. Entrevistado em 12 jun. 2011

Palestras:

Márcio Souza – Escritor participando da XVII Semana de Letras, lançamento de História da Amazônia em setembro de 2009 na UNIR em Porto Velho.

FONTES IMPRESSAS:

AMARAL FILHO, A. S. & CAVALCANTE, R. V. *Remo a Duas Mãos (Poesias)*. S. Paulo, Pannartz, 1986.

BORZACOV, Y. P. et alli. *Antologia da prosa e do verso rondoniense II*. P. Velho, FUNCER, 1994.

BUENO, E. et alli. *Arte & Literatura*. S. Paulo, João Scortecci, 1982.

HUGO, V. *Desbravadores*. Humaitá, Missão Salesiana, 1959. Vol. 1 e vol. 2.

FERREIRA, M. R. *Ferrovia do Diabo*. 2ª Ed. S.Paulo, Melhoramentos, 2005.

_____. *Nas Selvas Amazônicas*. S. Paulo, Biblos, 1960.

MARYAN, K. *Rondônia em Terceira Dimensão*. S. Paulo, UBE-RO/João Scortecci, 1989.

MENDES, M. & BUENO, E. *Síntese da Literatura de Rondônia*. P. Velho, Gênese-TOP, 1982.

MENEZES, E. P. M. *Retalhos para a História de Rondônia*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.

_____. *Retalhos para a História de Rondônia. Território Federal do Guaporé*. P. Velho, PMPV/Gênese, 2002. Livro II.

PINHEIRO, A. T. P. *Viver Amazônico*. Fatos históricos, pessoais, lendas e crônicas. Edição Póstuma, Bilíngüe inglês. P. Velho, Instituto Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro-IPARY/Grafiel, 2004.

PINTO, E. P. *Caiari: Lendas, Proto História e História de Rondônia*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1986.

_____. *Rondônia Evolução Histórica: A Criação do Território de Guaporé, Fator de Integração Nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

VASCONCELLOS, S. *Nictêmero*. S. Paulo, João Scortecci, 1995.

JORNAIS:

Arquivo do Centro de Documentação do Estado de Rondônia - Secretaria Estadual de Cultura, Esportes e Lazer

Alto Madeira. Porto Velho - RO.

A Tribuna. Ji-Paraná - RO

O Guaporé. Porto Velho - RO

O Parceleiro. Ariquemes - RO

O Estadão. Porto Velho - RO

O Globo. Rio de Janeiro - RJ

Folha da Tarde. Porto Alegre - RS

A CREAÇÃO de contingentes federaes. **Alto Madeira**. P. Velho, 21 set. 1932, p. 2.

FOME, choro e desespero. E as famílias ficam com os índios. **O Parceleiro**. Ariquemes, 20 set. 1980, p. 1.

A MORTE ronda o garimpo. **O Parceleiro**. Ariquemes, 20 set. 1980, p.3.

MENOS escolas e mais delegacias para Rondônia. **O Parceleiro**. Ariquemes, 31 jan.1981, p. 2.

“POLITIKÉ” Kai Politikói. **Jornal Alto Madeira**. P. Velho, 12 fev. 1981.

JERÔNIMO: não se criam lideranças em provetas. **O Estadão**. P. Velho, 15 fev. 1981.

ESTADO adiado? **O Guaporé**. P. Velho, 02 jun. 1981, p. 3

SÍMBOLOS: concurso apresentou 60 trabalhos. **O Estadão do Norte**. P. Velho, 23 mai. 1981.

CONCURSO de Símbolos: Demora causa preocupação. **Alto Madeira**. P. Velho, 25 mai. 1981, p. 3.

GOVERNADOR de Rondônia oferece terra a gaúchos. **Folha da Tarde**. Porto Alegre, 13 mai. 1981, p. 60.

RUMORES sobre o concurso. **A Tribuna**. Ji-Paraná, 02 jun. 1981, p. 3.

ENTREVISTA com Luiz Carlos Menezes. **A Tribuna**. Caderno Especial. Ji-Paraná, 13 set.1981, p. 6.

O ESTADO de Rondônia vai ser criado com ou sem apoio dos partidos de oposição. **Correio de Rondônia**. Ariquemes, 29 nov. 1981, p.7.

PICHADORES condenam Estado. **Alto Madeira**. P. Velho, 27/28 dez. 1981, p. 2.

DISCURSO de posse do Governador de Rondônia. **Jornal do Brasil**. Caderno Especial Rondônia. Rio de Janeiro, 10 abr. 1983.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ACLER- ACADEMIA RONDONIENSE DE LETRAS. INSTITUCIONAL BRASÃO. Disponível em: <<http://acler.josevaldir.com>> Acesso em: 25 jul. 2010

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA. Onde aconteceram as primeiras exposições em Rondônia. Disponível em:<<http://www.ameron.org.br>> Acesso em: 11 nov. 2010.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces.** S. Paulo, Cultrix, 1999 Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7287491/Joseph-Campbell-O-Heroi-de-Mil-Faces>> Acesso em 15 mai.2010.

CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In **REV. BRAS. CIÊNCIAS SOCIAIS.** São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mar. 2011.

CAVALCANTE, L. C. “Uma mulher chamada Niéde” in **Jornal da Ciência – SBPC.** Março/2005 Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=26221>> Acesso em 20 out. 2010

DUARTE, O. C. **Mapa Cultura de Rondônia: relatório técnico.** Vilhena, CNPq /UNIR, 2007. Disponível em: <<http://www.mapacultural-ro.com.br>> Acesso em: 20 jul. 2010

FERREIRA, M. R. **Autobiobibliografia.** Versão eBook, eBooksBrasil.com, 2005 Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/biomanuel.html>> Acesso em: 10 abr. 2010

FREITAS, E. B. **A construção do imaginário nacional:** entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. in **LABIRINTO-** Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário Social/UNIR, P. Velho, Ano VII nº 10 - Jan - Dez 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 15 set. 2010

LEITE, M. **A Floresta Amazônica.** S. Paulo, Publifolha, 2009 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351813.shtml>> Acesso em: 15 out.2010

MACHADO, M. F. R. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII.** Goiânia, 2006, XXV Reunião da ABA Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>> Acesso em: 20 jul. 201

MAGALHÃES, M. **Projeto Arqueológico Pré-Histórico no Rio Madeira – RO .** Disponível em: <<http://marte.museu-goeldi.br/arqueologia/projeto4.html>> Acesso em: 20 fev. 2011

MENEZES, N. e LINO, C. O Judiciário no período militar. In **REVISTA PRIMEIRA VERSÃO**. P. Velho, Centro de Hermenêutica do Presente/UNIR ano II, Nº115 – set. 2003 Disponível em: <www.primeiraversao.unir.br> Acesso em: 12 nov. 2010

MIKE's RAILWAY HISTORY. Railways as they were in the years until 1935. Main Lines of Brazil Disponível em: <<http://mikes.railhistory.railfan.net>> Acesso em: 05 jun.2010.

NOELLI, F. S. e FERREIRA, L. M. “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira” na **REVISTA HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS**. Rio de Janeiro vol.14 no. 4 Oct/Dec 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400008> Acesso em:15 out. 2010

NOTICIARO.COM. Produção cinematográfica de Rondônia surpreende Brasil e é premiada. Publicado em 24 set. 2010. Disponível em: < <http://www.noticiaro.com>> Acesso em: 10 nov. 2010

OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In **HIST. CIENC. SAUDE-MANGUINHOS**. OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In **HIST. CIENC. SAUDE-MANGUINHOS**. Rio de Janeiro, jul. 1998, p. 195-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2011

RAMOS, A. R. “O pluralismo brasileiro na berlinda” in **CADERNOS DO DAN**. Instituto de Ciências Sociais - Série Antropologia nº. 353 – Brasília – 2004 Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie353empdf.pdf> Acesso em: 20 mai. 2010

RAMOS, C. R Estanho na Amazônia: apogeu e ocaso da produção in **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 6, n. 2, p. 39-60, dez. 2003 Disponível em: <www.periodicos.ufpa.br/index.php> Acesso em: 10 nov. 2010

SOUZA, V. A. & DANTAS, H. C. “História Regional: experiência, subjetividade e escrita histórica em Vitor Hugo” in **LABIRINTO- Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário Social/UNIR**. Porto Velho, Ano V nº. 7, Jan-Jun 2005

_____. & SOUZA, L. C. “A construção da identidade regional na obra do historiador Emmanuel Pontes Pinto” in **LABIRINTO- Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário Social/UNIR**. Porto Velho, Ano VI nº. 9 Jan-Jun 2006

TEIXEIRA, M. D. “Quilombo de Jesus. Vale do Rio São Miguel/Rondônia. Aspectos da ocupação territorial” in **SABER CIENTÍFICO** Porto Velho, nº 1, jan./jun-2008. Disponível em: <<http://www.saolucas.edu.br/revista/index.php/resc/article/viewFile/1/ED11> Acesso em: 21 jul. 2010\zqa

TRUBILIANO, C. A. B. e MARTINS JUNIOR, C. A marcha para oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação. In **Anais do XI Encontro Regional da ANPUH/PR** ”Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, Maio, 2008. Disponível em: www.cj.uenp.edu.br/ch/anpuh/textos/002.pdf Acesso em: 19 abr. 2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. S.Paulo/Recife, Cortez/Massangana, 2001.

ALMEIDA, M. R. M. **Gigante Sagrado: O boi-bumbá da Nação Corre-Campo** (Mudanças e transformações de 1989 a 2010). P. Velho/Sevilha, Mestrado em História, Direitos Humanos, Território e Cultura no Brasil e América Latina- Universidade Pablo Olavid/UNIR, 2010.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. S. Paulo, Ática, 2000.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. S. Paulo, UNESP, 1998.

BEZERRA, M. J. **Invenções do Acre: de território a estado – um olhar social**. S. Paulo, Tese Doutorado em História da FFLCH/USP, 2006

BLACKMAN, C. **Negros antilhanos em Porto Velho**. P. Velho/Sevilha, Mestrado em História, direitos humanos, território e cultura no Brasil e América Latina- Universidade Pablo Olavid/UNIR, 2010.

BORZACOV, Y. **Antologia Poética da Prosa e do Verso Rondoniense**. Vol. II. P. Velho, FUNCETUR, 1994.

_____. **Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira – 1897-1997**. P. Velho, Gráfica do TJRO, 1997.

_____. **Rondônia Cabocla**. P. Velho, IHGRO/ACLER, s/ed., 2000.

_____. **Rondônia: Espaço, Tempo e Gente**. Porto Velho, Instituto de Estudos e Pesquisas Ary Tupinambá Penna Pinheiro, 2007.

_____. **Aluizio Pinheiro Ferreira**. P. Velho, s/e, s/d.

BOSI, A. **A cultura brasileira**. 7ª Ed. S. Paulo, Ática, 2002.

_____. **Formação da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007.

BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**. S. Paulo, Mestrado Geografia Humana – FFLCH/USP, 2002.

CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. S. Paulo, T. A. Queiroz, 2000.

_____. **Formação da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. **Domínios da História**. 5ª Ed. R. Janeiro, Campus, 1997.

CEMIN, A. B. **Colonização e natureza:** análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola de Rondônia. P. Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia/UFRGS, 1992.

CHAUÍ, M. Brasil: **Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHEROBIM, M. **Os fluxos migratórios e a ocupação recente de Rondônia.** Marília, UNESP, 1988. (Séries Monográficas - Antropologia 6)

COLFERAI, S. A. Ribeirinhos e colonos: A representação de uma identidade preferencial no Hino de Rondônia in **RAÍDO**, Dourados, v. 4, n. 7, p. 333-346, jan./jun. 2010.

COMISSÃO DE ESTUDOS DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira.** Rio de Janeiro, Soares & Niemayer, 1885.

CIMI/RO Conselho Indigenista Missionário-Regional Rondônia. **PANEWA ESPECIAL.** Porto Velho, 2002.

COSTA, F. L. **A construção de Rondônia nos textos da revista Veja durante a década de 1980.** P. Velho/Sevilha, Mestrado em História, direitos humanos, território e cultura no Brasil e América Latina- Universidade Pablo Olavid/UNIR, 2010.

COSTA, V. M. T. Amazônia: entre memórias e narrativas de um paraíso perdido no tempo. **COMUM** – R. Janeiro - v.13 - nº 29

CUNHA, E. **A Margem da História.** S. Paulo, Martin Claret, 2008.

DAVIS, S. **Vítimas do Milagre.** R. Janeiro: Zahar, 1978.

DIAS, R. B. (org.) **Maringá e o Norte do Paraná.** Maringá, EDUEM, 1999.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história.** R. Janeiro, Forense Universitária, 1982.

ECO, U. **Lector in Fabula.** S. Paulo, Perspectiva, 1986.

ELIAS, N. **Sociedade de Corte.** R. Janeiro, Zahar, 2001.

ESTEVES, A. R. **A ocupação da Amazônia.** S. Paulo: Brasiliense, 1993.

FALKENBURGER, K. **As botas do diabo.** S. Paulo, Clube do Livro, 1979.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante:** letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). S. Paulo, UNESP, 2002.

FONSECA, D. R. **Uma cidade à far west:** tradição e modernidade na origem de Porto Velho. Porto Velho, ABG Gráfica, 1998.

_____. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia.** Belém, Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - NAEA/UFPA, 2004.

- FREITAS, E. B. **Índios-Soldados: a GRIN e a tradição militar na política indigenista brasileira**. S. Paulo, Doutorado em História Social – FFLCH/USP, 1999.
- FREITAS, L. **O poder arregimentador do Estado**. Assis, Dissertação de Mestrado em História e Sociedade, FCL/UNESP, 2000.
- FUNARI, P. P. e ROBRAHN-GONZÁLEZ. “Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil” in **Revista de História - UNESP** vol.27 nº 2 Franca-2008
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. S. Paulo, Contexto, 2008.
- GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. S. Paulo, Marco Zero, 1994.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. in **Estudos Históricos**. R. Janeiro, nº1, 1988, pp. 5-27.
- HARDMAN, F. F. **Trem Fantasma: A modernidade nas selvas**. S. Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. S. Paulo, Publifolha/Brasiliense, 2000.
- HOMERO. **Odisséia**. S. Paulo, Nova Cultural, 2003.
- HUGO, V. **Desbravadores**. P. Velho, ABG, 1996. 3º volume. (Repositório)
- LEONEL, M. **Etnodicéia Uruéu-au-au: O Endocolonialismo e os Índios no centro de Rondônia, O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental**. S. Paulo, EDUSP/IAMA-FAPESP, 1995
- LIMA, A. M. **Terras de Rondônia**. R. Janeiro, Fundação IBGE, 1969.
- LIMA, M. R. C. P. **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**. Belém, Mestrado em Ciências Sociais (Antropologia) /UFPA, 2006.
- LOPES, E. R. **Súditos e Cassacos: Os trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907-1931)**. Porto Velho, UNIR, Bacharelado em História, 1995.
- _____. **Guia preliminar de acervo**. P. Velho, FUNCER/TJRO, 1999.
- MACIEL, L. A. **A Nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.
- MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)**. São Paulo, EDUNESP, 1997
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. S. Paulo, Hucitec, 1997

- MARTINS, K. D. **Cristóvão e a Romanização do Inferno Verde**: As propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). Campinas, Tese em História/UNICAMP, 2005
- MATIAS, F. **Pioneiros**: ocupação humana e trajetória de Rondônia. P. Velho, Maia, 1998
- MEGGERS, B. J. **Amazônia**. A ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MEIRELES, D. M. **Perfil sócio-cultural de Rondônia - Projeto**. P. Velho, Secretaria de Educação e Cultura, 1981.
- _____. **Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia**. Cuiabá: UFMT, 1983 [Monografia Final] 137 pg.
- MENEZES, N. **Memória Judiciária**. P. Velho, TJRO, 1999
- _____. **Vinte anos do Poder Judiciário**. P. Velho, TJRO, 2004.
- _____. & HOLANDA, F. **Jorge Teixeira** “uma contribuição documental”. P. Velho, EDUFRO, 2006.
- MÉTRAUX, A. The native tribes of eastern and Bolivia western Matto Grosso. in **Bulletin 134 Smithsonian Institution**. Washington, Government Printing Office, 1941.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. S. Paulo, Cia das Letras, 2001.
- MILLER, E. T. **História da Cultura Indígena do Alto-Médio Guaporé**: Rondônia e Mato Grosso. Porto Velho, EDUFRO, 2007.
- MOREIRA, C. T. V. **Currículo e realidade multicultural na fronteira**: a Universidade Federal de Rondônia – Possibilidades e enfrentamentos. S. Paulo, Tese de Doutorado em Educação, PUC-SP, 2003.
- MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá, EDUEM, 1994.
- ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**. S. Paulo, UNESP, 1990.
- PANTOJA, T. A Constituição da Memória em Benedicto Monteiro e Milton Hatoum. in **MOARA - REVISTA DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFPA**. Belém, v. 12, p. 91-101, 1999.
- PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. **Migrantes amazônicos – Rondônia**: trajetória da ilusão. S. Paulo, Loyola, 1992.
- REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5ª ed. R. Janeiro, FGV, 2002.
- REVISTA VÉRTICE. **Edição Especial sobre o Território de Rondônia**. S. Paulo, 1972 - Ano 4 n.º 10.

- RODRIGUES, L. S. **Um caminho de muitas voltas**. Rio Branco, FEM/Printac, 2002.
- SANTOS, D. N. dos. **Rondônia literária: Produção, circulação e recepção (1980-2010)**. Porto Velho, Mimeo.
- SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha in **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.
- SILVA, A. C. **Enganos da nossa história**. P. Velho, EDUFRO, 2007.
- SILVA, F. A. **Iata: Uma tentativa de colonização (1943-1972)**. Goiânia, Dissertação de Mestrado UFGO, 1987.
- SILVA, L. M. R. **Um caminho de muitas voltas**. Rio Branco, FEM/Printac, 2002.
- SILVA, M. A. da (Org.). **República em migalhas: história regional e local**. S. Paulo, Marco Zero, 1990.
- _____. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA, C. H. M. **Retratos do Brasil**. S. Paulo, Arte & Cultura, 1996 (Col. Universidade Aberta)
- SOUZA, M. **A expressão amazonense**. 2ª Ed. S. Paulo, Alpha - Omega, 1977.
- _____. **História da Amazônia**. Manaus, Valer, 2009.
- _____. **Mad Maria**. R. Janeiro, Record, 2006.
- SOUZA, V. A. **(Des) Ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na Bacia do Madeira-Guaporé (30/40)** Dissertação de Mestrado, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2003.
- SOUZA LIMA, A. C. **Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SZESZ, C. M. “O conceito de região: discursos e representações do Paraná” in ARRUDA, G. **Cultura e Cidadania**. Londrina, ANPUH, 1996. vol. 1
- TEIXEIRA, Carlos C. **Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.
- TEIXEIRA, Marco e FONSECA, D. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 1998.
- THIEBLOT, M. J. **Rondônia: um folclore de luta**. S. Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977 (Coleção Folclore nº 6)
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. S. Paulo, Cia das Letras, 1996.

TUPIASSU, A. **Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora.** Revista de Estudos Avançados da USP. S. Paulo, nº 53, jan-abr 2005. p. 299-320.

TURCHI, L. **Colonização Dirigida: Estratégia de Acumulação e Legitimação do Estado Autoritário-Território Federal de Rondônia (1974).** Brasília, Mestrado em Sociologia Rural/UnB, 1981.

VARGAS, G. **A Nova Política Econômica.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

VEJA. **Índios guerreiros guardam a paz de sua terra.** E. nº 48 – 06 ago. 1969

_____. **Cel. Henriques é um verdadeiro senhor feudal.** Ed. nº 64–26 nov. 1969

_____. **Médici: a imagem/Índios: a verdade.** Edição nº 73 - 28 jan. 1970

_____. **Rondônia: terra em explosão.** Edição nº 78 - 04 mar. 1970

_____. **Especial: A terra da Promissão.** Ed. nº 96 – 08 jul. 1970

_____. **Pista para você encontrar a mina de ouro.** Publicidade. Ed. nº 118; 119; 120; 121. Datas 09 dez. 1970; 16 dez. 1970; 23 dez. 1970; 30 dez. 1970

_____. **Sem fé, lei ou rei.** Edição nº 1851 - 28 abr. 2004

VELLOSO, M. P. A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista in **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112

ANEXOS

ANEXO 1



Prédio Estilizado em Locomotiva Construído nos anos 40 sob a administração de Araújo Lima com desenhos que remetem a antigas civilizações



Sinais primitivos gravados na portada do Prédio da Locomotiva

ANEXO 2

Apresentação

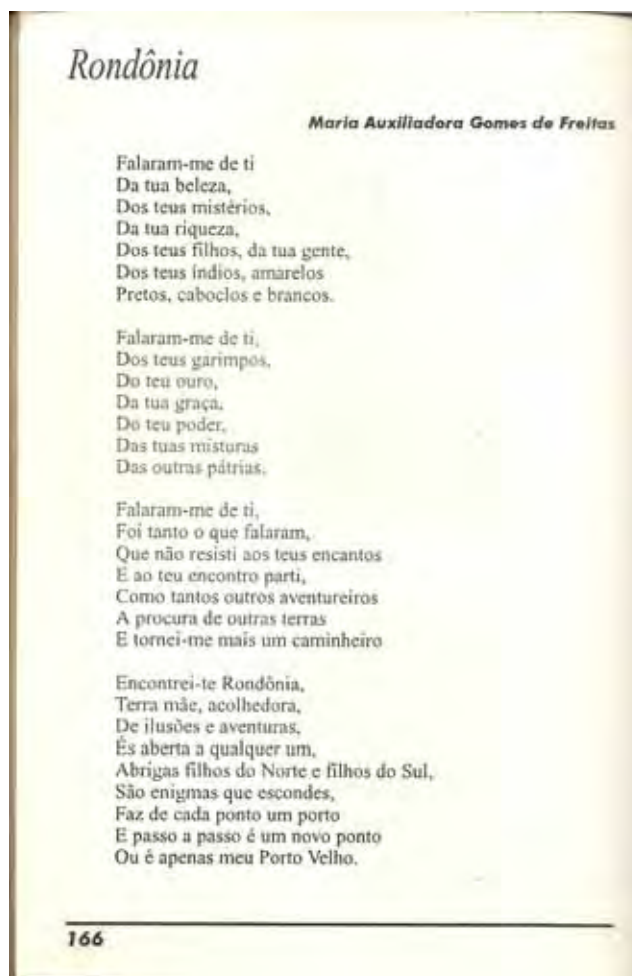
A Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER vem de lançar a lume, recentemente, o primeiro volume da Antologia da Prosa e do Verso Rondoniense, a qual tem merecido o mais elevado apreço por parte do público leitor do Estado de Rondônia, tendo inclusive sua repercussão feito sentir-se além fronteiras desta terra.

Na mesma linha do volume já editado, ora publicamos o segundo volume, em cujas conspícuas páginas reverbera o espírito poético dos vates que detêm o mais inspirado estro da nossa contemporaneidade.

Com isso, dá-se cabal prova da maturidade, da vocação lírica e da espontaneidade natural da presente geração de artistas da palavra inspirada e estilizada, o que muito enaltece e eterniza e excelsa e fecunda seara das letras de Rondônia.

Euro Tourinho Filho
PRESIDENTE/FUNCER

Prefácio do Presidente da FUNCER em 1994 no Governo de Osvaldo Pianna (BORZACOV, 1994)



Poema Rondônia da ex-ferroviária Maria Auxiliadora (BORZACOV, 1994)

GLOSSÁRIO

Barbadianos: O termo é aplicado aos trabalhadores negros oriundos de várias ilhas do Caribe como Barbados, Antilhas, Granada, Jamaica, Cuba, Martinica, Santa Lúcia, São Vicente e Trinidad e Porto Príncipe bem como aos seus descendentes.

Batelão: No período colonial o termo designava especificamente grandes embarcações fluviais de carga e artilharia. Nesta poesia o termo é usado em sua forma moderna, significando genericamente barco de carga.

Beiradeiro: Termo regional que significa ser morador das margens dos rios, e sobreviver das atividades da pesca, mas que também é complementada por uma agricultura sazonal de várzea e a consequente venda dos seus excedentes nos centros urbanos.

Caripuna: A etnia faz parte do grupo Tupi-Kawahib e contava, em 2004, com apenas catorze sobreviventes do intenso contato sofrido a partir da invasão de suas terras desde o período da construção da Ferrovia.

Chata: Embarcações médias geralmente de madeira movidas a motores diesel que comporta entre cinco e dez toneladas e entre trinta a sessenta passageiros em redes e também possuem cabines. Elas fazem viagens de longo percurso como Manaus-Porto Velho (aproximadamente 2000 km)

Coronel de Barranco: Provavelmente uma tradição trazida e adaptada do Nordeste, tratava-se geralmente de seringalistas que detinham muitos seringais e seringueiros sob seu domínio e também era proprietários dos barracões que aviavam as mercadorias e faziam parte da estratégia de exploração dos seringueiros.

Filhos da terra: Migrantes do período da borracha e que se encontra majoritariamente nas cidades de Porto Velho e Guajará Mirim. Também outra forma de se chamar é “Minhoca”, por filho da terra não se distingue classes sociais, é uma identidade coletiva que se relaciona ao lugar.

Hermanos de la banda: O termo é usado no Eixo da Ferrovia entre Guajará Mirim, Porto Velho e entorno para designar especificamente aos vizinhos da cidade de Guayaramerin e vizinhança do Departamento de Beni.

Poaia: Planta rasteira medicinal da qual se utiliza a raiz, também popularmente conhecida por ipeca ou ipecacuanha. Usada na farmacologia desde o século XVIII para afecções do sistema respiratório na forma de xaropes expectorantes e digestivo na forma de chá e em pó. O coletor da planta é denominado de poaieiro.